

# Em torno de duas Repúblicas



*Luís da Cunha Pinheiro*  
*Maria Manuel Marques Rodrigues*  
(Organização)



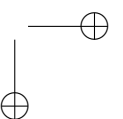
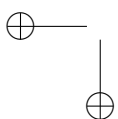


# **Em torno de duas Repúblicas**

**15 de novembro de 1889**

—

**5 de outubro de 1910**





LUSO**Sofia**:press

Lisboa, 2012

FICHA TÉCNICA

Título: *Em torno de duas Repúblicas: 15 de novembro de 1889 – 5 de outubro de 1910*

Organização: Luís da Cunha Pinheiro e Maria Manuel Marques Rodrigues

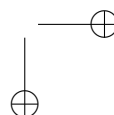
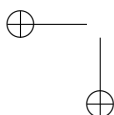
Coleção: Ensaios LUSOFONIAS

Composição & Paginação: Luís da Cunha Pinheiro

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Lisboa, dezembro de 2012

ISBN – 978-989-8577-05-4





Luís da Cunha Pinheiro  
Maria Manuel Marques Rodrigues  
(Organização)

# **Em torno de duas Repúblicas**

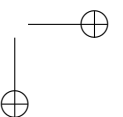
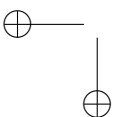
**15 de novembro de 1889**

—

**5 de outubro de 1910**

CLEPUL

Lisboa  
2012



Organizam:  
**O Colóquio Internacional**

# Em torno de **2 Repúblicas:**

15 de Novembro de 1889 - 5 de Outubro de 1910

**15 - 16**  
**Nov. 2010**

Local: **FLUL**, Anfiteatro 3

**Organização:**

CLEPUL 6 e Biblioteca da Faculdade de Letras  
da Universidade de Lisboa

**Comissão Organizadora:**

Ernesto Rodrigues, Vania Chaves, Beatriz Weigert,  
Ana Paula Tavares, Pedro Estácio,  
Lívia Barreto, Luís Pinheiro (Secretário)

**Programa:**

**Conferências:**

Isabel Lustosa Da Monarquia à República:  
expectativa e desilusão  
Manuel Alegre, *Alma*

**Mesas:**

- I: Escritores na Revolução
- II: Retratos dos primórdios da República  
em Portugal e no Brasil
- III: A República e o republicanismo nos  
Países Africanos de Língua Portuguesa
- IV: Relações culturais luso-brasileiras;  
Portugueses no Brasil

**Patrocínio:**



**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



**Embaixada do Brasil  
em Portugal**



**Montijo**  
Câmara Municipal



**APÊ**  
ASSOCIAÇÃO  
PORTUGUESA  
de ESCRITORES



**CEHA**  
CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA E ARTE  
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

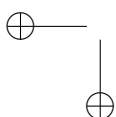


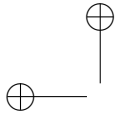
**IHG**  
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
DE LISBOA



# Índice

<b>Luís da Cunha Pinheiro e Maria Manuel Marques Rodrigues</b>	
Introdução . . . . .	5
<b>Isabel Lustosa</b>	
Nasce a República: entre a nostalgia monarquista e o progresso positivista . . . . .	11
<b>I Escritores na Revolução</b>	<b>25</b>
<b>Eugénio Lisboa</b>	
Manuel Teixeira-Gomes: dias de Londres . . . . .	27
<b>Júlio Machado Vaz</b>	
Bernardino Machado: culto privado . . . . .	39
<b>II Retratos dos primórdios da República em Portugal e no Brasil</b>	<b>51</b>
<b>Giovanni Ricciardi</b>	
Lima Barreto e a República . . . . .	53
<b>Margarida Gouveia</b>	
Raul Brandão: memórias e dramatismo. A revolução republicana	71
<b>Maria Eunice Moreira</b>	
Republicanos Gaúchos: um “causo” muito curioso . . . . .	85
<b>Teresa Martins Marques</b>	
O Imaginário Republicano em José Rodrigues Miguéis . . . . .	101





### **III A República e o Republicanismo nos Países Africanos de Língua Portuguesa 113**

#### **Augusto Nascimento**

A República em São Tomé e Príncipe: os escolhos à afirmação da elite são-tomense . . . . . 115

#### **Fátima Mendonça**

Imprensa e circulação de ideias em Moçambique . . . . . 151

#### **Luís Dias Martins**

A recepção da República na imprensa de Cabo Verde . . . . . 173

### **IV Relações luso-brasileiras no início do período republicano 185**

#### **Beatriz Weigert**

João do Rio e a República Portuguesa . . . . . 187

#### **João Marques Lopes**

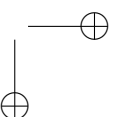
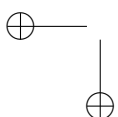
Romances e romancistas brasileiros em Portugal: o caso da revista *Atlântida* (1915-1920) . . . . . 197

#### **José Viegas e Maria Manuel Marques Rodrigues**

Ecos de duas Repúblicas: o 5 de Outubro na imprensa brasileira 209

#### **Vania Chaves e Maria da Conceição Silva**

O Presidente brasileiro Hermes da Fonseca e a Revolução Republicana em Portugal . . . . . 227





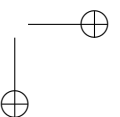
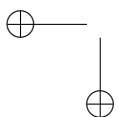


## Introdução

Luís da Cunha Pinheiro  
Maria Manuel Marques Rodrigues

Na década de 80 do século XIX o regime monárquico brasileiro vivia uma profunda crise. A falta de apoio popular devia-se a, entre outros fatores, à interferência de D. Pedro II em assuntos religiosos, às constantes críticas efetuadas por membros do Exército face à corrupção crescente, ao desejo sentido por grande parte da população de uma maior liberdade e de uma maior participação nos assuntos políticos.

A 15 de novembro de 1889 o Marechal Deodoro da Fonseca, com o apoio dos republicanos, demitiu o Conselho de Ministros e o seu presidente e nessa mesma noite proclamou a República no Brasil. Três dias depois D. Pedro II e a família real embarcaram de regresso à Europa. A novel constituição da República garantia alguns avanços políticos, embora representasse os interesses das elites agrárias, implantando o voto universal com exceção das mulheres, dos analfabetos e dos militares de baixa patente. A bandeira nacional adotada pelo decreto n.º 4 de 19 de novembro de 1889, é constituída por um retângulo verde, no qual está inserido um losângulo amarelo e no centro um círculo azul





com vinte e umas estrelas brancas, representando os estados de Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso e o Município da Corte, e uma faixa branca contendo a frase “Ordem e Progresso”. O brasão da República é constituído por um escudo azul-celeste apoiada sobre uma estrela de cinco pontas, com uma espada em riste. Ao seu redor está uma coroa formada de um ramo de café frutificado e outro de fumo florido sobre um resplendor de ouro. O hino da *Proclamação da República do Brasil* é da autoria de Medeiros e Albuquerque e a música de Leopoldo Miguez, tendo sido publicado no *Diário Oficial* de 21 de janeiro de 1890.

O governo de Deodoro da Fonseca (1889 a 1891) caracterizou-se pelo esforço de implantação do novo regime e por uma grande instabilidade. O Marechal Deodoro da Fonseca empreendeu a consolidação da República ao enfrentar com sucesso numerosos movimentos armados, tais como a Revolta da Armada, no Rio de Janeiro, e a Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul.

Em 1891 o Marechal Deodoro da Fonseca renunciou à Presidência perante a divergência dos elementos civis do Governo face à centralização do poder desejada pelos militares.

Vinte e um anos depois, e num momento em que o presidente brasileiro o marechal Hermes da Fonseca estava de visita a Portugal, eclodiu o movimento que conduziu à implantação da República portuguesa.

Antes do movimento republicano ter alcançado o sucesso ocorreram algumas tentativas frustradas. Uma das últimas sucedeu a 14 de julho de 1910 a qual falhou devido à falta de cooperação do regimento de Caçadores 2. Mas o espírito revolucionário era irreversível. Quinze dias antes da revolução, a 29 de setembro, na sede do diretório do Partido Republicano Português decorreu uma reunião preparatória do movimento.

Apesar de algumas dificuldades de última hora, nomeadamente o assassinato de Miguel Bombarda e o suicídio de Cândido dos Reis por





se ter convencido de que o movimento iria falhar, a República é proclamada em Loures e em vários municípios da margem sul do Tejo no dia 4 de outubro.

A 5 de outubro de 1910 é proclamada a República, na varanda da Câmara Municipal de Lisboa, constituindo-se um governo provisório presidido por Teófilo Braga e que incluía António José de Almeida como ministro do Interior, Afonso Costa na pasta da Justiça, José de Mascarenhas Relvas nas Finanças, Bernardino Machado nos Negócios Estrangeiros, António Luís Gomes no Fomento, António Xavier Correia Barreto na Guerra e Amaro Justiniano de Azevedo Gomes na Marinha. Nesse mesmo dia a família real embarcou para o exílio.

No dia seguinte a República é proclamada no Porto, Vila Real e Viana do Castelo, mas somente no dia 12 o novo regime chega a todo o país. Em 1910 o território português, para além do continente e dos arquipélagos da Madeira e Açores, incluía as antigas colónias onde a notícia da proclamação do novo regime chegou via telégrafo. A 6 de outubro a República foi proclamada em Cabo Verde e Angola, no dia seguinte em Goa e Moçambique e a 10 de outubro em Macau.

Em outubro de 1910 para além da alteração do regime político verificou-se a substituição dos símbolos nacionais, abandonando-se os monárquicos. O Governo Provisório nomeou uma comissão, integrada por João Chagas, Abel Botelho, Columbano Bordalo Pinheiro, entre outros, com o objetivo de elaborar um projeto de bandeira da República Portuguesa. Após algumas discussões a nova bandeira, de desenho rectangular com as cores verde, da esperança, e vermelha, símbolo do combate, e ao centro o brasão da República constituído pelo escudo e pela esfera armilar, foi aprovada pelo Governo a 29 de novembro de 1910 e homologada pela Assembleia Constituinte a 11 de junho do ano seguinte. Para além da bandeira adotou-se como hino nacional a marcha *A Portuguesa* composta, ainda durante a Monarquia, por Alfredo Keil, como resposta ao Ultimato Inglês de 11 de janeiro de 1890, e com letra do poeta Henrique Lopes de Mendonça. Como moeda adotou-se o escudo, tendo o sistema monetário sido reestruturado por um decreto



do Governo Provisório de 22 de maio de 1911, apesar de as primeiras moedas só terem sido cunhadas em 1912 e o papel moeda somente ter a sua primeira emissão em 1916, com uma nota de 20 escudos. O novo regime criou também uma nova força policial a Guarda Nacional Republicana.

Os primeiros países a reconhecerem oficialmente a novel República foram o Brasil e a Argentina, no dia 22 de outubro de 1910.

A 19 de junho de 1911 ocorreu a sessão de abertura da Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio em que participaram os cidadãos alfabetizados e os chefes de família maiores de 21 anos, e a 21 de agosto foi promulgada a Constituição Política da República Portuguesa cujo primeiro artigo prevê:

A Assembleia Nacional Constituinte, tendo sancionado por unanimidade, na sessão de 19 de junho de 1911, a Revolução de 5 de outubro de 1910, e afirmando a sua confiança inquebrantável nos superiores destinos da Patria dentro de um regime de liberdade e justiça, estatue, decreta e promulga, em nome da Nação, a seguinte Constituição Política da Republica Portuguesa:

## TITULO I

### Da forma de Governo e do territorio da Nação Portuguesa

Artigo 1.º A Nação Portuguesa, organizada em Estado Unitario, adopta como forma de governo a Republica, nos termos d'esta Constituição.

Art. 2.º O territorio da Nação Portuguesa é o existente à data da proclamação da Republica.

§ unico: A Nação não renuncia aos direitos que tenha ou possa vir a ter sobre qualquer outro territorio.

Após a aprovação da Constituição foi eleito Manuel de Arriaga, natural da cidade da Horta, Açores, como o primeiro Presidente da República que declarou no discurso de posse ser o depositário da “simpática



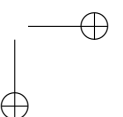
missão de chamar à conciliação, à paz, à ordem, à harmonia social a família portuguesa, em nome da Liberdade, em nome da República, em nome da nossa libérrima Constituição.

\*  
\*       \*

Esta obra reúne ensaios sobre o contexto, político, histórico, literário e cultural, após a proclamação da República no Brasil e em Portugal e como o movimento republicano e a alteração do regime político em Portugal foi visto do outro lado do Atlântico, quer no Brasil, quer nos países africanos de expressão portuguesa, nomeadamente em São Tomé e Príncipe, Moçambique e Cabo Verde.

Agradecemos a todos os autores a disponibilidade de colaborarem neste volume. A todos o nosso MUITO OBRIGADO!

novembro de 2012







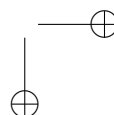
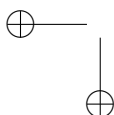
## **Nasce a República entre a nostalgia monarquista e o progresso positivista**

Isabel Lustosa<sup>1</sup>

Em 26 de novembro de 1921, Lima Barreto publicou uma crônica na revista *Careta* sobre o aniversário da República Brasileira, comemorado a 15 de novembro. O tom da crônica do escritor, que morreria no ano seguinte, é o mesmo da desilusão e da amargura que marcaram as suas vida e obra especialmente naquele último ano de sua vida. Lima Barreto fala que, morando em subúrbio distante do centro da cidade, não fora às festas comemorativas. Mas, mesmo que mais próximo morasse, o escritor diz que não teria ido pois não sente muito entusiasmo pela data. A notícia publicada na imprensa que mais lhe chamara a atenção e que lera com pesar fora a da morte da Princesa Isabel. Diz Lima Barreto: “Embora eu não a julgue com o entusiasmo de panegírico dos jornais, não posso deixar de confessar que simpatizo com essa eminente senhora”.

---

<sup>1</sup> Fundação Casa de Rui Barbosa.



Essa “eminente senhora” que passou para a história como “Isabel, a Redentora”, governava o Brasil na qualidade de Regente quando a 13 de maio de 1888, assinou a Lei Áurea que extinguiu o regime de escravidão no país. Lima Barreto nasceu justamente no dia 13 de maio de 1881 e imagino que a coincidência dessas duas datas comemorativas, da Abolição e a do seu aniversário tenham estado sempre muito ligadas em sua memória.

O resto da crônica no entanto é um lamento pelo estado deplorável da República em seu 32.<sup>o</sup> segundo aniversário. Lima Barreto contrasta a situação de abandono dos morros da Favela, do Salgueiro e de outras passagens pitorescas da cidade com a notícia que leu também nos jornais de que a prefeitura iria gastar cinco mil contos para a reconstrução da Avenida Beira-Mar. Diz, Lima Barreto:

Vi em tudo isso a República; e não sei por quê, mas vi.

Não será, pensei de mim para mim, porque a República é o regime da fachada, da ostentação, do falso brilho e luxo de “parvenu”, tendo como “repoussoir” a miséria geral? Não posso provar e não seria capaz de fazê-lo.<sup>2</sup>

Em seu aniversário de sete anos, Lima Barreto foi levado pelo pai para ver as festas que animaram as ruas do Rio de Janeiro depois que a notícia da assinatura da Lei Áurea se espalhou. Seu pai, o gráfico João Henriques, era um típico personagem da sociedade patriarcal do Segundo Reinado. Um mulato agregado a uma família da aristocracia do Rio de Janeiro, de cujo chefe era afilhado e, possivelmente, filho bastardo. Graças a essa situação tivera uma educação de qualidade, conhecia bem o francês e o latim, sendo homem instruído, leitor dos clássicos da literatura, gosto que passara ao filho mais velho. Graças às boas ligações da família de seu padrinho com o Visconde de Ouro Preto, último chefe de gabinete do império, João Henriques fora nome-

<sup>2</sup> In Rachel Valencia (org.), *Toda a Crônica: Lima Barreto*, vol. 2 (1919/1922), Rio de Janeiro, Agir, 2004, p. 460.



ado chefe da gráfica da Imprensa Imperial. Cargo que perderia com a Proclamação da República.

A duras penas e ainda por conta das ligações da família de seu padrinho com os poucos contatos de prestígio que sobreviveram à mudança do regime, João Henriques conquistaria o cargo de responsável pelo Hospital de Alienados da Ilha do Governador. Garantiria assim os recursos necessários para pagar os estudos do filho mais velho que ambicionava ver formado em Engenharia. Sonho frustrado tanto pela loucura que acabou acometendo João Henriques quanto pela própria realidade republicana que não deu a seu filho Afonso Henriques de Lima Barreto as mesmas possibilidades que dava aos jovens de talento da geração de seu pai, nas mesmas condições, no tempo do Império<sup>3</sup>.

Quem observa o elenco de personalidades que emergiram na vida pública durante a Monarquia se surpreende com a quantidade de pessoas destacadas que tiveram trajetória parecida com a do pai de Lima Barreto. Os especialistas nos estudos sobre a sociedade escravista têm revelado a complexidade das ligações entre homens brancos, homens livres de cor e escravos. Complexidade que fazia com que alguns negros e mulatos se distinguissem e conquistassem um lugar naquela sociedade marcada pelo estigma da escravidão<sup>4</sup>. Assim é que o império conheceu, desde os seus primeiros anos, figuras como o Visconde de Jequitinhonha, Francisco Jê de Acaiaba Montezuma, jornalista mulato baiano que se destacou já na guerra da independência da Bahia fazendo depois carreira na política e recebendo de D. Pedro I, um título de nobreza.

Também ainda na primeira metade do século XIX, a trajetória do negro advogado e depois deputado maranhense António Rebouças, au-

<sup>3</sup> Francisco de Assis Barbosa, *A vida de Lima Barreto (1881/1922)*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.

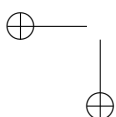
<sup>4</sup> Ver especialmente os trabalhos de Hebe Mattos, *Das cores do silêncio – significados da liberdade no Sudeste escravista. Brasil. Século XIX*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995, e de Keila Grinberg, *O fiador dos brasileiros: escravidão, cidadania e direito civil no tempo de António Pereira Rebouças*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.



tor de textos importantes sobre a questão do homem livre de cor no contexto da escravidão tem sequência na gloriosa carreira de seu filho, também negro, André Rebouças, engenheiro que era pessoalmente ligado por laços de amizade com a Princesa Isabel e com o Conde d'Eu. Ainda nesse mesmo contexto, ressalta a figura de José do Patrocínio, o Leão da Abolição, jornalista, orador e figura notável da vida intelectual brasileira do fim do século XIX. Filho de um padre com sua escrava, Patrocínio, tal como o pai de Lima Barreto, teve acesso a estudos formando-se em Farmácia (um curso de menos importância que os de Direito e Engenharia para o qual se destinavam os filhos legítimos) mas que, de qualquer maneira, possibilitaria uma formação de elevado nível a um homem de cor.

Finalmente, o grande símbolo desse espaço ocupado pela gente livre de cor é o escritor José Maria Machado de Assis. Filho de um pintor de paredes português e de uma mulher negra, Machado de Assis veio a ser considerado, ainda em vida, o maior escritor brasileiro. Ele foi o fundador da Academia Brasileira de Letras, seu primeiro presidente e principal organizador daquela agremiação de literatos que atraiu muita gente da antiga nobreza que perdera o poder com a queda do Império. Exemplar da maneira como a sociedade então via esse tipo de personagem é a frase do abolicionista Joaquim Nabuco, último rebento da decadente aristocracia pernambucana do açúcar sobre Machado. Depois da morte do escritor, Nabuco pediu ao crítico literário e parceiro da Associação Brasileira de Letras, José Veríssimo, que tirasse de um artigo a expressão “o mulato Machado de Assis”. Nabuco dissera: “Mulato? Eu só via nele o grego”.

Qual foi a mudança da República que impossibilitou esse tipo de arranjo? Com a Proclamação da República, a aristocracia formada em torno do trono de D. Pedro II deu lugar a uma nova elite, onde predominavam os produtores paulistas de café. Gente que vinha de uma outra tradição em suas relações com o elemento servil. Onde este esteve sempre no eito e bem distante da Casa Grande. Onde também não se tinha acesso aos mecanismos que a centralidade do poder público no Rio de





Janeiro propiciava: a da colocação dos protegidos nas repartições públicas. Vindos de suas fazendas de São Paulo para o Rio de Janeiro não tinham nem mesmo esse elenco de protegidos para colocar. Outras relações de poder e de trabalho se estabeleceriam na República inviabilizando definitivamente o estreito canal que o Império propiciava para a ascensão de seus negros e mulatos talentosos.

Os primeiros anos da República ainda viram alguns negros em papel de destaque, mas, pouco a pouco, essa elite foi branqueando. Ao negro de talento no Brasil do pós-1930 só restariam o samba e o futebol como meios de ascensão social. Curiosamente, parece que a libertação dos escravos, juntou todos os homens livres de cor num mesmo balaio e provocou um maior distanciamento entre os que eram brancos e os que eram negros. Abandonados pelo Estado e sem acesso à educação, aos remanescentes dos escravos restaram os morros e periferias das grandes cidades, aqueles lugares tão bem descritos por Lima Barreto. E eles ali ficariam até os nossos dias.

## Segunda parte

O ideal da república como sistema de governo percorreu a história do Brasil desde a Inconfidência Mineira, ocorrida em 1789. Ali, alguns membros da elite de Vila Rica, hoje Ouro Preto, então capital das Minas Gerais, revoltados com a cobrança dos elevados impostos da coroa portuguesa sobre o ouro que produziam, sonharam com a independência daquela parte do Brasil e o estabelecimento de um estado republicano nos moldes dos Estados Unidos. Já naquele contexto, fica claro que o movimento nada tinha de popular. O envolvido de menor poder econômico, o tenente José Joaquim da Silva Xavier, conhecido pela alcunha de Tiradentes, pois exercia também esse ofício, era homem branco e de algumas posses. Talvez por não serem tantas quanto as de seus colegas, todos homens de cultura superior, alguns formados em Coimbra,



ele foi o único condenado à morte em virtude de seu envolvimento com a conspiração.

No contexto da Independência, a presença da Família Real no Rio de Janeiro desde 1808 dera à Monarquia e ao Monarca, um prestígio inquestionável. Os que professavam a fé na superioridade da República como sistema de governo, por conta daquela circunstância, adotaram a Monarquia Constitucional como o modelo mais próximo da República com que sonhavam. Pois já ali se percebia que, menos do que o sistema republicano, o que importava era ter uma boa Constituição, sustentada por um parlamento forte que se sobrepusesse ao rei. Mesma posição adotava pelos constitucionalistas portugueses que fizeram a Revolução do Porto em agosto de 1820.

Pouco depois da Independência, os republicanos brasileiros, liderados pelo maçom Joaquim Gonçalves Ledo, exigiram de D. Pedro a convocação de uma Constituinte Brasileira. Tentaram impor, como antes o fizeram os constitucionalistas portugueses a D. João VI, o juramento prévio da Constituição que a Assembléia ainda iria fazer. Queriam a República possível, onde o parlamento é que definia de fato os destinos da Nação<sup>5</sup>. A dissolução da Assembléia pelo Imperador D. Pedro I em novembro de 1823 e a outorga da Carta Constitucional no ano seguinte provocaram um movimento separatista de caráter republicano, em Pernambuco, no norte do país: a Confederação do Equador.

Entre nós, os federalistas que reivindicavam maior autonomia para as províncias, consideravam que menos importante do que o Brasil se definir por ser monarquia ou república era que sua organização política e administrativa assumisse a forma de uma federação. Ou seja que as províncias fizessem suas próprias leis, administrassem a maior parte dos recursos oriundos de seus próprios impostos e elegessem seus presidentes. Com isto se reduziria drasticamente o poder concentrado no Rio de Janeiro e nas mãos do Imperador<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Ver Isabel Lusotosa, *Insultos impresso: a guerra dos jornalistas na Independência*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

<sup>6</sup> Ver Isabel Lustosa, “Criação, ação e dissolução da primeira Constituinte brasi-

Mesma questão que agitaria a Regência – o Período entre a abdicação de D. Pedro I em 1831 e a declaração da Maioridade de D. Pedro II em 1840. As guerras que marcaram aquele Período, das quais a mais longa e difícil foi a chamada Revolta dos Farrapos, tiveram origem no desejo de maior independência das províncias com relação ao Rio de Janeiro. Ao longo do século XIX, o federalismo só se converteria em republicanismo assumido quando explodisse a revolução. Foi assim no Pernambuco de 1824, com a Confederação do Equador e foi assim em 1836, na chamada República de Piratini, durante a Revolução Farroupilha que se prolongou por nove anos.

A estabilidade alcançada pelo jovem imperador D. Pedro II, a partir de 1850, se deveu ao pacto silencioso entre as elites econômicas do país interessadas na tranqüilidade para tocar os seus negócios. A valorização do café no mercado internacional e o quase monopólio que o Brasil tinha de sua produção propiciaram um período de relativa paz entre os grupos políticos que dominavam as diversas províncias, com o predomínio dos conservadores que apostaram em uma política de conciliação, atraindo para seu núcleo setores liberais<sup>7</sup>.

Até a eclosão da Guerra do Paraguai em 1864 essa estabilidade se manteve. Mesmo a lei que aboliu o tráfico negreiro em 1850 não abalou profundamente a economia pois havia mão de obra escrava ociosa no norte onde o açúcar perdia força mercantil. Esta mão de obra formada por escravos já nascidos no Brasil passou a ser vendida no centro-sul, onde o café prosperava. A guerra do Paraguai, maior conflito armado da história da América do Sul, durou seis anos e arruinou as finanças do Império. Ela trouxe também outros problemas que se intensificariam ao longo das duas últimas décadas do reinado de D. Pedro II.

O problema da escravidão seria um dos temas que voltaria à pauta depois da guerra. Muitos escravos fizeram parte dos batalhões e sua

---

leira: 1823”, in Isabel Lustosa, *As trapaças da sorte: ensaios de história política e de história cultural*, Belo Horizonte, Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2004, pp. 51-78.

<sup>7</sup> Ver José Murilo de Carvalho, *D. Pedro II: ser ou não ser*, Col. Perfis Brasileiros, São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

participação como soldados brasileiros no conflito estimulou a imprensa abolicionista a intensificar sua campanha. Em 1872, uma nova lei representaria significativo avanço no sentido da abolição. A chamada Lei do Ventre Livre declarava livres todos os filhos de escravas nascidos a partir daquela data.

A exaustão das lavouras de café do vale do Paraíba no estado do Rio de Janeiro, havia provocado o avanço daquela cultura para o oeste de São Paulo. São Paulo logo se tornaria o maior produtor de café do Brasil sem que, no entanto, em contrapartida seus representantes tivessem junto ao governo imperial poder equivalente. Este ainda se mantinha na mão das famílias oriundas dos comerciantes e fazendeiros da Corte que vinham do tempo do rei e das antigas famílias do Norte, do tempo em que o açúcar é que era a grande riqueza.

A Lei do Ventre Livre provocou a reação dos fazendeiros paulistas que, seguindo o estímulo que fora dado pelo manifesto republicano de Quintino Bocaiúva e Saldanha Marinho em 1870, criaram em 1873, o Partido Republicano Paulista. Se com Quintino e Marinho, o ideal da República estava em patamar quase utópico, algo a ser alcançado paulatinamente no âmbito do Império, com os paulistas, o movimento assumiu um caráter realmente revolucionário. Os ideais de integração do Brasil na América, estavam mais ligados com a perspectiva de uma maior aproximação com os Estados Unidos e às repúblicas vizinhas do que com a velha Europa. Ao mesmo tempo, boa parte dos produtores de café já estavam investindo na mão de obra livre, estimulando as levas de imigrantes europeus que deveriam substituir o braço escravo no trabalho da lavoura.

No movimento republicano paulista se verificaria uma curiosa mistura de abolicionistas, escravocratas e republicanos ideológicos, jovens bacharéis formados pela Faculdade de Direito de São Paulo. Entre estes, irmanados pela retórica do discurso dos republicanos do Rio, se sobressaíam dois jovens da elite cafeeira que seriam os primeiros civis a ocupar a presidência da República: Prudente de Moraes e Cam-

pos Salles. No entanto, esses elementos, sozinhos, não teriam condições de derrubar o regime.

O Exército foi a força decisiva que garantiu o sucesso do movimento republicano. E sua organização foi resultado direto da Guerra do Paraguai. Foi a guerra que permitiu a formação de um corpo militar bem estruturado e hierarquizado e que deu a esse corpo lideranças formadas no campo de batalha. Com o fim da Guerra essa força virou um problema para o Império financeiramente arruinado. A insatisfação da tropa com os atrasos no pagamento dos soldos e, ao mesmo tempo, a vontade de participação no poder da jovem oficialidade vai criar o clima para a adesão do Exército ao movimento republicano.

No âmbito da Escola Militar, entre a geração que se formava no final do século XIX, os ideais do positivismo e do cientificismo, ensinados por Benjamin Constant Botelho de Magalhães, estimulariam igualmente entre a juventude militar uma visão negativa do sistema monárquico em favor de um certo ideal de Ditadura Republicana.

Uma série de episódios que passou à história do Brasil como a “Questão Militar”, acabaria por envolver com os republicanos a estrela maior do Exército Brasileiro que era o Marechal Deodoro da Fonseca. Herói da Guerra do Paraguai e fundador do Clube Militar, só nos últimos momentos e insuflado pelos jovens oficiais republicanos, Deodoro assumiu a liderança do golpe que se armou à sua revelia durante a madrugada do dia 15 de novembro. Sua presença na cena final, dado a demissão do gabinete do Visconde de Ouro Preto – aquele mesmo a que era ligado o pai de Lima Barreto – definiu o sucesso do movimento<sup>8</sup>.

Foram militares os dois primeiros governos republicanos mas procuraram sempre atender às disposições da Constituição de 1891. Mesmo o sistema repressivo instaurado durante o governo do segundo presidente, o Marechal Floriano Peixoto teve como justificativa a Revolta da Armada de 1893. Para reprimi-la o Marechal contou com o apoio

<sup>8</sup> Ver Isabel Lustosa, “A Proclamação da República”, in Isabel Lustosa, *As traças da sorte: ensaios de história política e de história cultural*, Belo Horizonte, Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2004, pp. 81-115.

econômico dos produtores de café paulista que consideraram aquele um movimento monarquista. Floriano também contou com a ajuda dos Estados Unidos para reagir à tentativa de revolução, o que também estava em sintonia com os idéias do partido republicano paulista, simpatizante de uma maior integração do Brasil na América. Mesmo tendo governado em regime de exceção, Floriano passou o governo ao presidente eleito Prudente de Moraes em 1894.

Com Prudente de Moraes e seu sucessor, Campos Salles, começa a chamada “República dos Bacharéis” ou “República do café com leite” – que simbolizava a partilha do poder com Minas Gerais – mas onde a hegemonia estaria sempre com São Paulo. A adoção do federalismo pela República serviu aos interesses das oligarquias estaduais que, valendo-se de um sistema eleitoral onde a fraude era a regra, se perenizariam no comando de seus Estados. A lealdade desses grupos ao poderoso grupo econômico dos produtores de café de São Paulo que dominaria o governo federal fazia com que as sucessões presidenciais fossem totalmente previsíveis. A valorização artificial do preço do café ao longo dos 30 primeiros anos da república ajudaria a conservar o sistema que a crise de 1929 finalmente faria desaparecer.

Essa República, dominada pelos paulistas, tinha sua sede no Rio de Janeiro. Na passagem do século XIX para o XX, uma nova elite intelectual, política e administrativa tentaria dar uma feição européia à Capital Federal tanto do ponto de vista urbanístico quanto cultural. Do ponto de vista urbanístico, a reforma do Prefeito Pereira Passos, a partir de 1904, pôs abaixo o casario colonial do velho centro do Rio de Janeiro e abriu em seu lugar largas e arejadas avenidas no estilo dos bulevares que Haussmann criara em Paris. E era com Paris que o Rio de Janeiro queria parecer. Esse era também o desejo das elites locais que se esforçavam para falar e escrever em francês, usar roupas francesas, conhecer o que de novo se publicava em Paris e, sempre que possível, passar uma temporada em Paris.

Para fazer do Rio uma cidade parisiense era preciso apagar as marcas da escravidão, excluindo das vistas o vasto contingente de negros



e mulatos. Estes, que antes habitavam o centro da cidade, foram afastados para lugares menos valorizados na periferia do centro; para os novos bairros do subúrbio como aquele em que viveu Lima Barreto ou ainda, foi formar as favelas no alto de morros – Estácio, Mangueira, Salgueiro – onde, mais tarde surgiram as primeiras escolas de samba.

Poetas e escritores também se engajaram nesse projeto de civilizar o Rio de Janeiro, produzindo uma literatura e uma arte que eram imitação do que se fazia na Europa. Dependentes do Estado, dos quais quase sempre eram funcionários, emprestaram seus talentos para a missão afirmativa do Brasil europeu. Essa atitude, mais visível na literatura do início do século XX, talvez explique o seu caráter superficial e sem base na realidade próxima, ou seja, sem referência no social<sup>9</sup>.

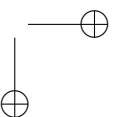
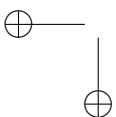
No entanto, não se pode desconhecer que, do meio dos jovens positivistas, admiradores de Benjamin Constant, alguns egressos da Escola Militar, educados na fé inquebrantável na ciência, emergiu um elenco de gente que trabalharia realmente por um Brasil mais integrado, inclusivo e realmente progressista. Dentre eles merecem destaque: Euclides da Cunha, Candido Rondon e o aluno do primeiro e assistente do segundo, Edgard Roquete-Pinto. Por caminhos inesperados, eles lançaram as bases dos estudos sociológicos e antropológicos que alimentariam as futuras Ciências Sociais no Brasil. Seu exacerbado cientificismo foi fundamental para neutralizar o incensado e artificial beletismo da intelectualidade do centro-sul do país. Com um olhar mais analítico, usando o instrumental científico que então se conhecia e com vontade de entender, mapear e explicar o país e seu povo, eles se internaram pelo interior do Brasil produzindo obras diagnósticas que seriam de grande utilidade para os futuros estudos demográficos, sanitários e culturais<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> Este tema é trabalhado mais detidamente em Isabel Lustosa, *Brasil pelo método confuso: humor e boemia em Mendes Fradique*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992.

<sup>10</sup> Ver Nísia Trindade Lima, “Roquette-Pinto e sua geração na República das letras e da ciência”, in Nísia Trindade Lima; Dominichi Miranda de Sá (org.), *Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Roquette-Pinto*, Belo Horizonte; Rio de



Foi, principalmente, graças a eles que, apesar da justificada amargura de Lima Barreto com o espetáculo da desigualdade na Capital Federal, felizmente nem tudo o que a geração que fez a República no Brasil em 1889 deixou, foi herança maldita.





## Bibliografia

BARBOSA, Francisco Assis, *A vida de Lima Barreto (1881/1922)*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.

CARVALHO, José Murilo, *D. Pedro II: ser ou não ser*, Col. Perfis Brasileiros, São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

GRINBERG, Keila, *O fiador dos brasileiros: escravidão, cidadania e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

LIMA, Nísia Trindade, “Roquette-Pinto e sua geração na República das letras e da ciência”, in Nísia Trindade Lima; Dominichi Miranda de Sá (org.), *Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Roquette-Pinto*, Belo Horizonte; Rio de Janeiro, Editora Universidade Federal de Minas Gerais/Editora Fiocruz, 2008.

LUSTOSA, Isabel, “A proclamação da República” in Isabel Lustosa, *As trapaças da sorte: ensaios de história política e de história de cultural*, Belo Horizonte, Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2004, pp. 81-115.

IDEM, *Brasil pelo método confuso: humor e boemia em Mendes Fradique*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992.

IDEM, “Criação, ação e dissolução da primeira Constituinte brasileira: 1823” in Isabel Lustosa, *As trapaças da sorte: ensaios de história política e de história de cultural*, Belo Horizonte, Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2004, pp. 51-78.

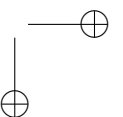
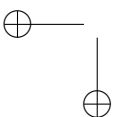


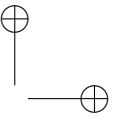
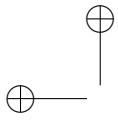


IDEM, *Insultos impresso: a guerra dos jornalistas na Independência*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

MATTOS, Hebe, *Das cores do silêncio – significados da liberdade no Sudeste escravista. Brasil. Século XIX*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

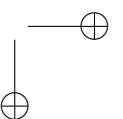
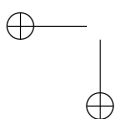
VALENCIA, Rachel (org.), *Toda a Crônica: Lima Barreto*, vol. 2 (1919/1922), Rio de Janeiro, Agir, 2004.





# Parte I

## Escritores na Revolução







## Manuel Teixeira-Gomes: dias de Londres

Eugénio Lisboa<sup>11</sup>

No dia 7 de Abril de 1911, à tarde, isto é, seis meses após a proclamação da República em Portugal, Manuel Teixeira-Gomes chega a Londres, onde irá ser acreditado como Ministro de Portugal, na capital britânica.

A escolha do escritor algarvio, *doublé* de homem de negócios de considerável fortuna, não fora pacífica. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Bernardino Machado, procurara outro nome que correspondesse, segundo ele, a um maior número de qualidades adequadas ao cargo. Estas qualidades definidoras do “perfeito diplomata” têm sido motivo de especulação, ao longo dos séculos e, por vezes, o caderno de encargos previsto chega a roçar o delírio. Ottaviano Maggi, por exemplo, publicou em 1596 uma tese intitulada *De Legato*, na qual sustentava que um enviado diplomático deveria ter formação teológica, conhecimento dos filósofos gregos e ser especialista nas ciências matemáticas, incluindo-se nestas a arquitectura e a física; deveria ainda

---

<sup>11</sup> Universidade de Aveiro.





ser competente em direito, música e poesia e ser especialmente conhecedor de ciência militar; sem esquecer proficiência em Grego, Latim, Francês, Alemão, Espanhol e Turco, deveria, além disso, ser aristocrata, de nascimento, rico e bem parecido. Está-se mesmo a ver que nem Teixeira-Gomes nem ninguém do seu tempo ou de qualquer outro tempo poderia jamais responder positivamente a um tão sumptuoso caderno de encargos.

Teixeira-Gomes, à primeira vista, não mostrava sequer o perfil mínimo requerido: pouco versado em política – que lhe não interessava por aí além –, sem curso superior concluído, homem de negócios activo e eficaz mas também viajante compulsivo e impecável gozador dos “alimentos terrestres”, imoralista assumido, mas de maneiras irrepreensíveis, que lhe davam o perfil de “a very distinguished gentleman”, que, todavia, se não exprimia em inglês, escritor aos quarenta anos e criador, na década que precedeu a sua nomeação para Londres, de uma espécie de produto literário que não apontava para o perfil mais exigido ao diplomata (elegante, hedonista, desbocado e frontal, assumidamente “sem moral nenhuma”), o autor de *Sabina Freire* (1905) ofereceria pois algum fundamento à relutância de Bernardino Machado. Mas um homem arguto e experimentado nas lides da diplomacia, o Ministro da Grã-Bretanha em Lisboa, Sir Lancelot Carnegie, acolheu calorosamente o nome de Teixeira-Gomes, “quase garantindo”, informa Norberto Lopes, na sua biografia do escritor-diplomata, “[quase garantindo] que o seu governo daria, com satisfação, o desejado agrément”.

O famoso – e notório – diplomata Harold Nicholson, no seu livro *Diplomacy*, inventaria, mais modestamente, apenas quatro qualidades requeridas por um bom diplomata: veracidade, precisão, calma e despreziosidade. São poucas, mas boas. De notar, sobretudo, uma que parece desmentir a cínica sabedoria corrente: refiro-me à “veracidade”, qualidade de que o diplomata português usaria sempre, recusando, na sua bagagem, as clássicas “manha” e “duplicidade”, vulgarmente tidas como fazendo parte do equipamento diplomático. Teixeira-Gomes, de resto, faria uso sistemático das quatro vantagens enumeradas por Ni-



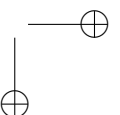




cholson: veracidade, precisão, calma e despretensiosidade. Elas seriam instrumentais na sua final e decisiva aceitação por parte do *establishment* inglês.

Como tantos, antes e depois dele, Teixeira-Gomes não pensava que o posto em Londres viesse a ser de trabalho absorvente. Talvez ali pudesse dar continuidade aos trabalhos literários a que se entregara, com prazer, nos últimos dez anos. Como se enganava! A sinecura entrevista afinal não o era e o homem de acção, que também havia nele, aliado ao profissional consciencioso, iria abater uma média de dezoito horas de trabalho por dia, com a luz do seu gabinete na missão de Londres ainda acesa bem para além da meia-noite. De tudo isto dá o diplomata conta, numa admirável carta que, com data de 20 de Abril de 1927, escreve de Túnis, a João de Barros: “Pensava, no entanto, a caminho da Inglaterra”, observa o escritor, “que a missão não seria de tal modo absorvente, que me impedisse de continuar os trabalhos literários, a que por via de regra, e por tradição, quase todos os diplomatas se dedicam e pensava, sobretudo, em terminar um livro, *Londres Maravilhosa*, cujo primeiro capítulo aparecera no único número da revista intitulada *Vida Nossa* ou coisa semelhante – que o Fialho publicara. Mas depressa me desiludi ao perceber a situação em que tinha de me desenvencilhar, e compreendia a hostilidade da corte, do governo, da imprensa, e do público inglês; as maquinações do ilustre, mundano e influente Soveral, a acção de presença de D. Manuel e D. Amélia; e as intrigas dos numerosíssimos emigrados realistas, que tinham assentado barraca em Londres, entre os quais havia gente activa e inteligente, e que dispunha de dinheiro, e forma de o empregar em proveitosa propaganda”.

Eram, de facto, três obstáculos de monta: a Inglaterra e os ingleses, com o seu peculiar modo de ser; a monarquia inglesa e os realistas portugueses emigrados em Londres (incluindo o ex-rei e o ex-ministro de Portugal em Londres, Marquês de Soveral). Mesmo para um espírito cosmopolita e culto, como Teixeira-Gomes, o solo inglês não era o seu *habitat* preferido: dera-se sempre melhor com a luz, o colorido e a vivacidade dos países do meio-dia: Itália, Espanha e Portugal, desde





que, por Portugal, se entendesse, sobretudo, o Algarve. Os ingleses, enfim, tinham, é claro, qualidades. Mas era uma “gente singular” – de uma singularidade diferente daquela que o escritor descodificara no seu conto célebre. Não gostavam de mudanças e os portugueses acabavam de mudar tudo em Portugal, havia seis meses àquela parte. “Deplorar a mudança é o imutável hábito de todos os ingleses”, disse-o um inglês, Raymond Postgate. Primeiro agravo. Havia também, é provável, a comida: o diplomata português não era um comilão, mas tinha o paladar sofisticado e exigente dos alados fruidores dos alimentos terrestres – que trancara, com gosto, em Portugal e na Itália. Ora a Inglaterra disse-o já Jackie Mason, “é o único país do mundo em que a comida é mais perigosa do que o sexo”.

Havia também a conversa: embora distinto de maneiras e discreto q.b., Teixeira-Gomes era português e algarvio – amava o comércio social e, em viagem pelo estrangeiro, nunca lhe custou entabular relações com estranhos ou, sendo necessário, relações íntimas com estranhas. Ora, disse-o o poeta alemão, Heinrich Heine, “o silêncio pode definir-se como uma conversa com um inglês”. Havia também, naquela gente, o recato, a famosa reserva, o gosto exagerado da privacidade, a recusa quase mórbida do brilho e do talento cintilante: “Os ingleses admiram instintivamente quem quer que não tenha talento e seja modesto a esse respeito”, dizia esse escritor, grande crítico de teatro e de literatura, e espírito pecaminosamente fulgurante, que se chamou James Agate.

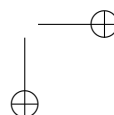
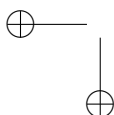
Havia, no outro prato da balança, alguns sinais “mais”. Ao longo da obra do diplomata-escritor, são várias as passagens dedicadas às diversas seduções da capital britânica. Nas *Cartas sem Moral Nenhuma*, por exemplo, refere-se à “relva – esse «green» túpido e macio, que é uma das incomparáveis especialidades inglesas” e, ainda neste mesmo livro, refere a cidade de Jonhson, em termos inesquecíveis: “Com um francês da minha amizade, [ao tempo destemido decadentista e faustoso deformador à maneira de Beardsley – hoje de um classicismo cristalino –] me encontrei a miúde em Londres no decorrer de um Verão abafado, sufocante, afumegado, como só nas fabulosamente povoadas margens





do Tamisa a humanidade suporta. Nem por isso a babilónica metrópole – Londres estarrecedora, Londres incalculavelmente múltipla, desvairadamente infinita, misteriosa, tentacular, hermética, derradeiro refúgio da Esperança que o mundo inteiro baldasse, etc. [...] – nem por isso perdia qualquer das suas seduções nas inumeráveis, iriadas cambiantes da arte e da luxúria”. Não devem também esquecer-se as páginas admiráveis com que abre o livro *Londres Maravilhosa*, nas quais, depois de tecer uma comparação bem recortada entre a esbelteza cartesiana e ampla de Paris, e as seduções ínvias, tortuosas e perturbantes de Londres, acaba por concluir: “Toda a gente gosta de discretear a respeito de Paris; eu prefiro lembrar-me de Londres...”.

Isto, em resumo muito resumido, quanto à Inglaterra e os ingleses. Depois, havia a monarquia. Os ingleses têm o hábito intrigante de achar que, sem a monarquia, não há uma Inglaterra viável. O mais extraordinário é que muito trabalhista de topo de gama partilha deste dogma bizarro. Os ingleses agarram-se à monarquia como a um hábito perverso. Já no final do século XX, o actual príncipe Carlos – eterno rei adiado – achava maneira original e desastrada de defender o regime, dizendo que “a monarquia é a profissão mais antiga do mundo”. E ao simpático Rei Jorge VI, que tão galhardamente se comportou durante a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, escorregou-lhe um dia o pezinho, sem se aperceber bem do alcance do que dizia: “Nós [a família real] não somos uma família: somos uma firma”. Como firma bem gerida, ela cuida, fundamentalmente, dos seus próprios interesses, pondo-os ocasionalmente acima dos interesses nacionais. O que não perturba, por aí além, o país que tão bem glosa os “british interests”, pondo-os acima dos interesses da humanidade em geral e até da ética mais corrente. É verdade que a pompa e circunstância, tão bem orquestradas pelo compositor Elgar, mais do que deslumbrar os inocentes, serve também como boa forma de rendimento: os pacóvios de todo o mundo acotovelam-se diariamente às portas do palácio de Buckingham, para assistirem ao patusco render da guarda e, se possível, espreitarem a fímbria de um vestido de Sua Majestade. Seja como for, a monarquia é, ali, para ser levada a sério.



Como muito bem postulou Lord Birkenhead, “nos homens como nos cavalos, o princípio hereditário quer dizer alguma coisa”. O que terá levado o inevitável e sempre arrelizador George Bernard Shaw a retorquir: “Os reis não nascem reis, são fabricados por alucinação artificial”.

Foi contra esta “alucinação” que teve de confrontar-se Teixeira-Gomes, representante de um país que acabara de mandar pela borda fora uma monarquia que tantos amigos contava na congénere inglesa. Disse um francês que “uma raça de deuses e de deusas desceu do Olimpo aterrando na Inglaterra”. Estes deuses e deusas, ainda por cima, ricos e com “interesses” em Portugal, não acharam graça nenhuma à mudança de regime nem à entrega do poder aos fraldiqueiros da República: ficavam ameaçados, de uma só vez, o dinheiro e as boas maneiras.

E chegamos ao terceiro obstáculo que o diplomata português teve que afrontar: os realistas portugueses emigrados em Londres, a que Teixeira-Gomes se refere, na aludida carta de 20 de Abril de 1927, dirigida a João de Barros: o próprio ex-rei D. Manuel, D. Amélia e, entre os vários monárquicos que por ali se agitavam, intrigavam e conspiravam, o ex-Ministro de Portugal em Londres, Luís Maria Pinto de Soveral, marquês, competente, inteligente, brilhante e estragado com mimos.

Na primeira biografia de fundo dedicada ao grande diplomata português a quem Teixeira-Gomes sucedeu, Paulo Lowndes Marques, com objectividade, brilho e humor, recria, para nós, *O Marquês de Soveral – Seu Tempo e Seu Modo*. Dele recolho esta curta passagem acutilantemente definidora: “Soveral, hábil e inteligente, sabia fazer grande uso da sua capacidade de criar relações próximas, até íntimas, com os grandes do seu tempo, em especial com as figuras reais. Foi o seu acesso rápido aos centros do poder que lhe deu o seu grande prestígio profissional e o tornou um instrumento tão útil como importante da política externa do seu país. Verificámos já essa habilidade em Berlim, como em Madrid, e também em Lisboa, onde se revelou tão íntimo de todos, nomeadamente do rei D. Carlos. Mas Londres, foi onde Soveral sublimou esta “arte”, chegando ao cúmulo de se tornar o amigo mais próximo do



príncipe de Gales, mais tarde, em 1901, rei Eduardo VII. Na verdade, era não só amigo no sentido convencional, como companheiro de muitas pândegas e aventuras, sobretudo no capítulo feminino. Eram ambos exímios *coureurs de femmes*, não só conquistadores de mulheres bonitas da alta sociedade, como clientes das afamadas «maisons closes» da Belle Époque parisiense”. O que, se era geralmente aceite e confirmado, lhe suscitava também algumas invejas e remoques, na imprensa, onde era alcunhado de “the blue monkey”. Eram farpas ocasionais mas, de um modo geral, o marquês era adulado, admirado e invejado. Carlos Lima Mayer, citado por Lowndes Marques, escrevia, de Londres a um amigo: “Luiz Soveral”, dizia, “é um autêntico «enfant miracle»: está a caminho de colocar na lapela toda a alta sociedade de Londres [. . .]. É íntimo do Ritz, cozinheiro do Jockey – o que é um triunfo mundano; e joga o bilhar com o Príncipe de Gales – o que é apenas um triunfo político”. Mas os seus triunfos de diplomata não se resumiram a isto. Foi, por exemplo, à sua intimidade com D. Carlos e com Eduardo que se deveu ter podido impedir que os domínios ultramarinos portugueses fossem partilhados entre a Inglaterra e a Alemanha. Ser aristocrata, ser importante socialmente, ajudava, nesta altura.

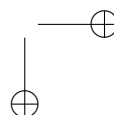
Sir John Ure, que foi embaixador britânico em vários países e desempenhou o importante cargo de Comissário Geral do Reino Unido na Exposição de Sevilha, em 1992, no seu livro interessante, bem informado e extremamente divertido, intitulado *Diplomatic Bag – An Anthology of Diplomatic Incidents and Anecdotes from the Renaissance to the Gulf War*, afirma ter existido “uma autêntica maçonaria internacional de diplomatas oriundos da aristocracia que tinham, frequentemente, mais em comum com os seus homólogos de outros países do que com os seus próprios compatriotas”. Isto, como é óbvio, foi motivo de preocupação, nas democracias modernas, e não pouco foi feito para pôr cobro a esta situação, até no Reino Unido onde, actualmente, ser aristocrata não figura nas especificações que tornam elegível, para o cargo, qualquer aspirante a diplomata. Mas Soveral foi ainda do tempo em que vigorava esta “maçonaria internacional” e não pouco lhe deve





ter doído ver, como sucessor seu, um burguês como Teixeira-Gomes, mesmo endinheirado e de distintas maneiras. Deste ressentimento terá derivado o acinte que, segundo o autor de *Agosto Azul*, teria posto na intriga que moveu ao primeiro enviado da República, em Londres. De pouco – ou por pouco tempo – lhe valeu. Teixeira-Gomes não levaria muito a impor-se junto do Foreign Office e da família real. Sir John Ure, no livro que já citámos, confirma o que muitos outros diplomatas, de Talleyrand para cá, têm vindo a sustentar, nomeadamente, que a diplomacia não é feita de conversa suave e rendilhada, nem de astúcia e duplicidade. Sir John identifica quatro qualidades insignes que deve ter o grande diplomata: imaginação, engenho, integridade e inteligência. Saliente-se, mais uma vez, a tónica na integridade, de que Teixeira-Gomes fez grande uso na sua vida profissional em Londres. Com determinação, trabalho, coragem e seriedade, foi-se impondo. E viria, ele próprio, a dizer: “No Foreign Office, com o andar do tempo, estreitei amizades, das quais algumas ainda subsistem e outras foi a morte que as rompeu; o inglês, se é amigo, é-o para sempre, de uma forma igual e inalterável, embora sem as manifestações excessivas que são habituais aos latinos”. O próprio Soveral, fino apreciador do mudar dos ventos, acabaria por se render, enviando a Teixeira-Gomes um livro, assim como quem fuma o cachimbo da paz. Mas o seu prestígio não se ficou pelo Foreign Office: estendeu-se à sociedade aristocrática e à da própria Casa Real. Norberto Lopes, na sua preciosa biografia, nota: “Outra prova do prestígio que gozava na Corte inglesa e do apreço em que era tido o seu gosto em matéria de arte consiste no facto de a rainha Alexandra ter pedido a Teixeira-Gomes que dirigisse a decoração do seu gabinete oriental no Palácio de Buckingham, o que fez morrer de inveja os melhores decoradores e antiquários de Londres, que nunca tinham conseguido transpor os umbrais desse misterioso santuário”.

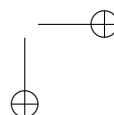
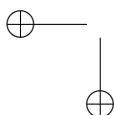
Teixeira-Gomes desempenhou um papel ímpar na defesa dos interesses de Portugal, no contexto europeu, apesar de todas as intrigas e até torpezas que teve que defrontar, num período especialmente difícil para a afirmação da jovem República. Intrigas feitas, não só nos meios





ingleses e na imprensa inglesa, mas igualmente na portuguesa. Numa carta de desagravo dirigida ao ministro dos estrangeiros, Teixeira de Queirós, em 1915, o grande escritor e diplomata, reagindo aos ataques malévolos de certa imprensa portuguesa, faz, de caminho, um inventário eloquente do seu trabalho diplomático, nos anos de estadia em Londres: “Tenho seguido com muita curiosidade”, observava, “a campanha ultimamente movida contra mim na imprensa portuguesa e não posso deixar de exprimir a V. Exa. a minha surpresa pela ignorância em que os meus acusadores se encontram a respeito da forma como me tenho desempenhado do alto e tão honroso como difícil cargo em que me investiu o Governo Provisório.

“No dizer dos meus detractores tem sido constantemente nociva aos interesses da República a acção do homem que tratou do reconhecimento das novas instituições pelo Governo inglês, conseguindo que este resolvesse a Alemanha, a Áustria, a Itália e a Espanha a acompanhá-lo no reconhecimento; que obteve de Sir Ed. Grey declarações claras e precisas no Parlamento acerca da existência e natureza do trabalho de aliança; que obteve do Governo inglês a sua nota cominatória e decisiva ao Governo Espanhol quando este pretendeu apossar-se das ilhas Selvagens; que na questão esclavagista levou o governo inglês a substituir-se ao nosso próprio governo para nos defender em repetidos «Livros Brancos» e no Parlamento das piores acusações que nos assacavam os nossos adversários, os quais, para que a dificuldade fosse maior, eram vultos de grande importância no seu próprio partido; que, apesar da oposição da corte inglesa, obteve deste Governo, em Outubro de 1917, que ordenasse a ida a Lisboa de um navio de guerra (...) embora os monárquicos afirmassem que nunca o conseguiríamos e para o impedir despendessem toda a sua influência; que levou Sir Edward Grey, a declarar no Parlamento que o governo não interviria no caso dos prisioneiros políticos, quando a opinião inglesa na sua parte mais influente e importante reclamava essa intervenção; que impediu a assinatura do tratado anglo-alemão de 1898 sobre as nossas colónias africanas, o qual o parentesco e amizade das famílias reinantes nos dois países e a



influência de que dispunha o marquês de Soveral não conseguira evitar; que de sua iniciativa diligenciou e obteve que se efectuasse em nome do Governo da República um tratado de arbitragem com a Inglaterra, tratado que, anteriormente feito em nome do rei de Portugal, fora ruidosamente reclamado pelos monárquicos como penhor exclusivo das vantagens que a Realeza trazia ao País; e que, finalmente (para encurtar esta resenha que desejo cingir só a factos capitais), quando as circunstâncias da presente guerra tornaram inevitável a nossa participação activa, solicitou e recebeu das mãos de Sir Ed. Grey o memorando de 10 de Outubro invocando a aliança e encarecendo a importância do nosso auxílio em termos tais que o Sr. João Chagas, no seu recentíssimo folheto *Portugal perante a Guerra*, declara ser esse o documento mais honroso para Portugal que existe no arquivo do nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros”.

Teixeira-Gomes foi realmente a quem se ficou devendo, por influência pessoal e firmeza de negociador, a salvaguarda dos interesses portugueses em África, pagos à custa da entrada de Portugal no apocalipse de 1914-1918.

Saído de Londres em 1923 e após dois agónicos anos como Presidente da República, Teixeira-Gomes resignou o cargo, por cansaço e desgosto insuperável causado pelos partidos desavindos, a bagunça parlamentar e a verificação da impossibilidade de aplacar cobiças, ambições e mais do que alguma falta de mínimo sentido cívico dos gladiadores de serviço. Alijado o peso das responsabilidades cívicas, partiu em viagem e, por fim, para o exílio. Mas, no lastro abandonado, ia muito mais do que responsabilidades do cidadão – ia quase tudo. “Saí de Portugal”, dirá ele, “sem um livro, sem um papel, sem um apontamento ou nota; nada que, de longe ou de perto, recordasse o antigo literato ou o político; abri na vida uma página perfeitamente em branco. Pouco ou nada leio; como e bebo com apetite e proveito, durmo a noite em dois sonos de pedra; faço todas as manhãs uma hora de ginástica e à tarde dou um passeio regulamentar de dez quilómetros; os museus, as igrejas, os monumentos, abrem-se-me como outras tantas portas para





o paraíso; o espectáculo das ruas nunca me embasbacou e surpreendeu como agora; olho para o céu, para o mar, para as montanhas, para a paisagem, com a encantada curiosidade de um ressuscitado; e escrevo a alguns amigos com a abundância – a incontidência – que sabe. O que lhes digo é leve e inconsistente, como é a minha bagagem literária. Vou consumindo, à semelhança de certos animais que hibernam, a própria enxúndia, adquirida com o magro chorume das leituras passadas e repito, invariavelmente, ao fim de cada dia: «este já ninguém mo tira». No exílio, publicará seis livros – mais um do que os que escrevera antes de partir de para Londres: *Cartas a Columbano* (1932), *Novelas Eróticas* (1935), *Regressos* (1935), *Miscelânea* (1937), *Maria Adelaide* (1938) e *Carnaval Literário* (1939).

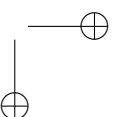
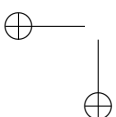
O lugar escolhido para o retiro final, depois de anos de deambulação por Itália, pelo norte de África, foi Bougie, a 250 Kms de Argel. Deste ancoradouro final, dirá Norberto Lopes, que ali visitou o ex-Presidente, em 1939, que era “a cidade mais graciosa, mais alegre, mais verde, mais florida, mais bem situada do norte de África”. O grande esteta, o grande fruidor sempre soubera escolher. Em Bougie, passaria os últimos dez anos da sua vida, olhando a magnífica baía, passeando a pé, encharcando-se de sol. E recordando os bons momentos que a vida lhe dera – e não foram poucos. Ali recordaria, por certo, os onze anos passados em Londres, onde representara, galhardamente, uma República frágil e desarrumada. A qual defendera, com honra, trabalho árduo, competência, coragem e elegância. Recordaria a Londres do bom combate diplomático, mas também a outra, da qual escrevera: “Sim, não oferece dúvida, em Londres é que se vêm os mais formosos cabelos do mundo inteiro, e era com uma dessas prestigiosas comas – mas douradas ao gosto da moda nos moldes do penteado grego – que a menina inglesa, extremamente gentil, por detrás de quem o acaso me colocara, no concerto do Sarasate, me tirava a luz dos olhos e me açambarcava a atenção que eu deveria consagrar, ciosamente, à música”.

Estes momentos, em que recordava os frutos da terra, que outrora trincara, com delícia, amaciavam-lhe, por certo, o envelhecer e faziam-





-no aceitar, com sagesse, a morte que se aproximava. E que veio buscá-lo, em 18 de Outubro de 1941, no seu isolamento multiplamente populado. Teixeira-Gomes sempre se dissera “suficientemente apetrechado para a existência solitária”. Com tais “apetrechos”, mesmo em Londres, mesmo manietado pela necessária discrição e reserva a que o votava o protocolo diplomático, Teixeira-Gomes achara modo de se deixar seduzir pelos alimentos terrestres – que lhe iriam mais tarde, recordando-os, junto ao soberbo mar africano, povoar prodigiosamente uma solidão que o não era.





## Bernardino Machado: culto privado

Júlio Machado Vaz<sup>12</sup>

Todos os dias nos enregela uma chuva tóxica de números. Baptizados com nomes vários, não próprios como os dos furacões, na moda estão mercados e agências de *rating*. Por trás abrigam-se investidores rapaces, governantes avessos a escrutínio, analistas verborreicos que dizem tudo e o seu contrário. Nesse registo, anunciam o Apocalipse dos bolsos vazios, mas regressados a funções burocráticas não me comandam a vida – de modo algum à prova de déficits... –, ou ser-me-ia impossível recordar Bernardino Machado. Afinal, a sua certidão de óbito viu a luz em 44 e a minha de nascimento foi enterrada nos arquivos em 49.

O que é uma recordação? Uma fotografia animada, de carne e osso, anterior à moldura que lhe guarda ou aprisiona um momento de vida? Não, mil vezes não. Por isso lembramos de modo diverso o mesmo acontecimento, os psiquiatras sempre o souberam. Mas suspiraram de alívio quando Damásio anunciou que razão e memória sobrevivem

---

<sup>12</sup> Universidade do Porto.



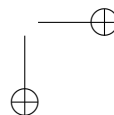
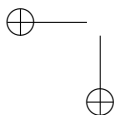


abraçadas aos afectos, a respeitabilíssima Ciência respondia pelas narrativas que enchem os nossos dias. No que me diz respeito, cada imagem de meu Bisavô desperta um arco-íris de sentimentos, verdadeiros artesãos do fio condutor que une gerações, a lenda familiar.

Meu Pai era ateu firme e não proselitista, admirador confesso do enorme desafio que mansamente Jesus nos deixou – amar o Outro como a nós mesmos. À perseguição de tal utopia, que não jorra, espontânea, da natureza humana, chamava ele honradez, invocando o granítico Afonso, e o contraste entre a educação à inglesa de Carlos da Maia e o raquitismo mental de Eusebiozinho. Com os seus pecadilhos, foi um homem honrado, sem o engodo de ir para o Reino dos Céus. Nunca precisou de adjectivar a Ética para se colocar um degrau acima de outros, idealizava a Primeira República, mas em momento algum lhe atribuiu o monopólio da distinção entre o Bem e o Mal praticados na Cidade.

Outro motivo lhe proibia aderir a um credo religioso – falta de espaço psíquico. Todo se entregara ao culto do Avô Presidente, como lhe chamava, era ao mesmo tempo fiel depositário implacável do passado e inexaurível semeador do futuro, quem lhe merecesse fímbria de respeito dificilmente deixava nossa casa sem um dos livros de Bernardino Machado; e a insinuação de que a frase favorita sobre Eça também ali cabia – estava lá tudo. Ao contrário de outros Sumo-Sacerdotes, não fora obrigado a alimentar a Fé de escritos sagrados ou encontros breves com o Senhor, vivera com Ele uma longa história de amor seguro – fora o neto favorito, o confidente, o sonhado continuador, o médico a quem se pedia conselho, o cúmplice de graças marotas, enfim, o destinatário de bilhetes postais que terminavam por um “teu Avô que muito te quer”. O resultado dessa alquimia era maravilhoso – um homem venerava outro, mas olhos nos olhos, o brutal carisma de ambos tornava ridícula qualquer aura protectora.

Compreenderão que use menos a infância como paraíso perdido e mais como álibi, para confessar que não estive à altura do privilégio que constituía o espectáculo. Ainda por cima quando a meu lado, na plateia, se sentava uma mulher com a grandeza de minha Mãe, a força



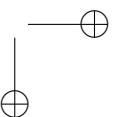
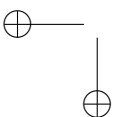


telúrica que permitia ao marido viver feliz, como um sábio no meio da ponte – de um lado a margem que nos abrigava e à sua querida Universidade; do outro a dedicada ao culto. Incapaz de me imaginar no palco, ao contrário de minha Mãe, que além de conhecer outros se sentia acolhida de braços abertos naquele, escolhi o refúgio do amuo, ofendido e credor. E em silêncio exigi que ele se juntasse a mim. Longe dos holofotes, e sem o peso daquele morto-vivo omnipresente.

Lembro o ritual das chegadas a casa. Se minha Mãe decidira presentear-se – por fim! – com um momento de repouso, brilhava sem espanto no sofá, prisioneira dos autores favoritos – Veríssimo, Steinbeck, Maugham... –, emoldurada pela música que lhe regava o sorriso doce. “O Pai?”. A resposta, sempre a mesma – “às voltas com os papéis”. Os papéis... Montanhas deles, um só tema – o Avô Presidente. Meu Pai ordenava-os meticulosamente, construía ficheiros, fornecia informação a investigadores imberbes e catedráticos susceptíveis, sonhava com o Museu que sem ele, minha prima Elzira e Agostinho Fernandes nunca teria nascido. E em que um dia eu viria a representá-lo, com má consciência, ciente do meu estatuto de recém-convertido apenas apoiado no sangue, que nada garante. Minha Prima Elzira foi, é e será a herdeira espiritual dos dois.

Mas a palavra escrita estava longe de esgotar a presença divina. A cada amena cavaqueira, a propósito de uma notícia de jornal ou televisão, o Sumo-Sacerdote citava a palavra do Senhor sem precisar de ler páginas ou fechar os olhos para convocar a memória. Como a água das minas do meu covil em Cantelães a citação fluía, límpida – “já o Avô Presidente dizia...”. O amor, intemporal, fazia-o mudar-me de geração e tentar aproximar-nos a todo o custo.

Casmurro, adoptei estratégia pífia para reclamar a atenção que me julgava devida. Eu, futuro agnóstico despuadorado, em contínuo namoriscar com a Fé, talvez pela certeza que o *flirt* não desembocaria em casamento, assumi um ateísmo radical no que a Bernardino Machado dizia respeito – não lhe pronunciava o nome, ouvia meu Pai com simples deferência, pus-lhe os livros no índice numa altura em que não



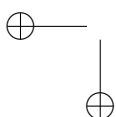


tinha maturidade para saborear os que lia. Cheguei ao extremo de declarar completo desinteresse pela Política, supremo despautério! *Bref*, exibi a ingénua crueldade psicopática de que a juventude tem o segredo.

Meu Pai não acusou o toque e serviu a Causa não monárquica de forma subtil e irresistível – ensinando-me o gozo de escuta e conversa. Portas adentro, o hábito vinha de longe. A partir dos dez anos, eu partilhava à mesa os privilégios dos outros convivas, incluindo o da opinião desassombrada. Pagava apenas o preço educativo de a ver questionada ou demolida pela temível esgrima do Verbo paterno, que, à beira do abismo, me impedia o mergulho no ridículo com aviso florentino – “não estará o meu querido filho a deixar-se arrastar pelo prazer da frase?”. E eu calava-me. Sabia como ele idolatrava a inteligência e não perdia oportunidade de afiar a minha na sua; desiludi-lo?, isso nunca.

Mas quando entrei para a Universidade, minha Mãe, consciente do amor crispado que os seus homens viviam, teve ideia extraordinária – anunciou a um marido apavorado que seria o responsável pela educação do filho. A reboque de uma catastrófica e atrapalhada confusão, ele marcou pontos fundamentais: participei nos almoços que o juntavam a boa parte da *intelligentsia* portuense no velho Tripeiro; e na Faculdade, entrasse quem entrasse no gabinete, para pedir conselho, ensaiar conspiração universitária ou carpir mágoas, se adivinhava alguma hesitação pela minha presença, dizia, suave: “não tenho segredos para meu filho”. E quando um dia lhe agradei a confiança, olhou-me surpreendido e espetou fundo a adaga – “é a mesma que o Avô Presidente depositava em mim”.

Era inevitável que o 25 de Abril inflamasse o triângulo. Meu Pai era um político nato, desaproveitado por uma Ditadura que lhe vedara a cátedra durante anos, por recusar jura contra um comunismo que todos sabiam não cultivar. A autoridade moral inquestionável, o humor sarcástico face ao Poder que debitava nas aulas, a admiração que por ele nutriam colegas e alunos, tudo o apontava como protagonista lógico da mudança. E o telefone não demorou a ganir. Em dois minutos ouvi-o recusar o Ministério da Educação e a Reitoria. Adivinhei-lhe a res-





posta, cordial mas firme – “só eleito”. Entretanto, a confusão instalara-se na Faculdade e os corpos docente e discente apenas concordavam num ponto – a única solução consensual para a Direcção da Casa era o Professor Machado Vaz.

Que recusou, perante a minha incredulidade escandalizada. O dilema foi atroz, o preço elevado. Meu Pai esperara aquele momento toda a vida, primeiro com o Avô, depois em nome dele com o Pai, por fim em honra de ambos, mas acalentara uma esperança que se não confirmava – a de que os outros obedeceriam à Ética que impunha a si mesmo. Não existiria violência, hipocrisia, aproveitamento, soldados fora dos quartéis, jogos de bastidores, pressões, saneamentos, listas de irrecuperáveis, nostalgias, bombistas de regresso aos maus velhos tempos. E descobria, a caminho dos setenta, que ao *day after* faltava a limpidez da Razão. Considerava a Democracia Parlamentar em risco de morrer no berço e decidiu não ser cúmplice de tal crime – auto-exilou-se.

Simbolicamente exilado teria preferido eu ficar. Desconfiado de líderes e palavras de ordem inquestionáveis, cedo percebi que na Faculdade a luta seria sem quartel e espaço para independentes. Convidado para os Órgãos Directivos, com o “não” debaixo da língua, ouvi-me a dizer “sim” e a não perceber o porquê, de cristalina evidência – queria agradar-lhe, vê-lo perdoar o filho que não se interessava por política, permitir que a fizesse através de mim. Óbvio e crasso erro, o político nato e ensinado pelos melhores via, com secreta inveja, o filho envolvido no Governo da Cidade e temia diletantismo e entusiasmo fátuos.

Ele jurava manter distância para me respeitar a independência; magoado, eu calava os pedidos de ajuda. E a tensão foi subindo. Até que um dia, no gabinete que mais tarde partilharíamos no seu consultório, ele não resistiu à tentação de um remoque violento e eu reagi dizendo-lhe que se refugiava em mãos inúteis de tão limpas. Nunca discutimos assim, com o desespero das paixões tímidas e desencontradas. E eu recuei passo a passo, o nervosismo não lhe embotara a lâmina toledana do argumentário, com saudoso orgulho o digo – o meu não lhe chegava aos calcanhares. Dei comigo encostado à porta e não parede,





lógica a escolha, só me apetecia fugir. Mas esgotados os trunfos, em completa roda livre e humilhada, lancei mão da batota em forma de insulto canalha, assim não é difícil ter a última palavra. Gritei que o Avô Presidente se teria envergonhado dele. Eu não saí, ele não se levantou; petrificados. Um pela monstruosidade da acusação, outro pelo receio de que minimamente se justificasse. Até ele recuperar fôlego e compostura e invocar a outra divindade da sua vida – “é tarde, sugeria que não deixássemos a Senhora sua Mãe aperceber-se desta nossa diferença de opinião”. E descemos Sá da Bandeira, rumo ao jantar. De tal forma preocupados e unidos por ela, que de tão eficazes na mentira acabámos por desaguar na verdade e ser um trio feliz à mesa.

Casamento, Suíça, depressão, psicanálise, divórcio, difícil é a escolha entre os acontecimentos de vida que fui colecionando. Para o que hoje nos reúne, o mais importante foi o nascimento de meus filhos. Porque a criança e o adolescente ressentidos deram lugar a um adulto fascinado, meu Pai desenvolvia com os netos a relação que sonhara para mim. Vê-los trepar-lhe para o colo, pasmar por ele descer à alcatifa para os gozar em pleno, foram molduras de um doce armistício, ele mimava as duas grandes paixões da minha vida, ninguém resistiria ao brilho guloso daqueles olhos quando perguntava pelos petizes. Sem lho dizer, não mergulhasse eu em recaída azeda, dei comigo a ler os originais das citações que conhecia de cor e salteado.

Estranha sensação... Era como visitar fonte de água muito bebida e navegada, cada requebro de linguagem ou subtileza de argumentação pareciam anunciar meu Pai. Por fim percebi a força que o empurrava, escondido nos barcos do Minho, a visitar o Avô na Guarda (que eu evito o castelhano e abraço o galego sempre que posso). Ou demandar terras de França, em salto temporário, para ouvir o patriarca resumir o conceito de ambivalência e o cadinho de emoções em que crescemos numa das frases que mais me agradam – “encantadora família, desesperadora família”. Tinham sido feito um para o outro.

Disse-vos que minha prima Elzira é a herdeira espiritual de meu Pai e o garante da memória de Bernardino Machado. Assim, não me de-







bruçarei sobre o político brilhante, o docente inovador e solidário com os alunos, o maçom coerente, o pedagogo obcecado pela Educação para todos e os mais desfavorecidos em particular, incluindo essa minoria majoritária que são as mulheres. Pelos direitos das quais, de resto, se bateram com denodo as que na família o rodeavam. Mas a minha querida Chica perdoar-me-á que em duas palavras exprima o fascínio que me despertou Maria. Não por nesse livro descobrir o homem de afectos por trás do intelectual, quem pode folhear as *Notas de um Pai* ou *As Crianças* sem se encantar com a ternura daquele coração?

Mas eu sou psiquiatra e Maria é diferente. O choro pungente do patriarca no exílio pela morte da filha querida, uma hemorragia da alma tão grande – para roubar a expressão do Eugénio –, que em certas páginas se percebe o vacilar de um homem que no fim da vida respondia, com dignidade espantada, ao alento de um visitante – “coragem? Nunca me faltou!”. É verdade. Mas em Maria a dor é tão excruciante que propusessem Deus ou o Diabo um pacto para a salvar e meu Avô pelo menos o consideraria. Essa leitura fez-me transpor a barreira entre a admiração e o profundo carinho. Muitos anos depois, pensei nele quando li as palavras sombriamente luminosas de Amália Bautista: “E ao fim são pouquíssimas as coisas que em nossa vida a sério nos importam: poder amar alguém, sermos amados e não morrer depois dos nossos filhos”. Nem esse último ordálio foi poupado a meu Avô Bernardino.

Admirável embora, foi um homem como os outros, vítima de fraquezas tão humanas! Meu Pai descrevia-lhe a agorafobia e pergunta de neto surpreendido – “como consegue, Avô?” –, a resposta humilde: “cerrando os dentes, meu filho”. Por vezes pressentia o adejar da morte, como o neto, que em segredo me escreveu bilhetes de despedida ao longo de décadas. Li-os na casa da Rua do Bolhão, desfazendo o lar em que crescera, no meio do pó inquieto dos milhares de livros e que poupava a minha asma alérgica, valores mais altos tinham caído por terra. Eu teria matado para ouvir aquelas palavras dos seus lábios...

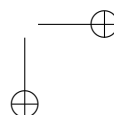
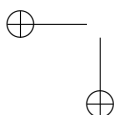
As excepções eram minha Mãe e os petizes. Filho apaixonado da





cultura francesa, o mais justo será dizer que primava por *garder la mesure* em todas as circunstâncias. Quando me doutorei não houve efusões latinas, apenas um olhar penetrante e elogio em forma de aviso – “se o Avô Presidente aqui estivesse dir-lhe-ia que não prestou provas, meu filho, proferiu uma lição, é diferente”. Nunca ouvi um lamento por não trepar os restantes degraus da carreira académica, seguiu a minha desordenada trajetória profissional com desvelo, recordo telefonema tardio após programa de rádio, genuína surpresa na voz – “nunca pensei que tais selvagens sonoros pudessem escrever um poema como o que teve a gentileza de dissecar”. Mas passar ao largo da cátedra não chegou para escapar ao Deus dos Machados, quando Nuno Grande, querido Mestre, me desafiou para iniciar e reger a disciplina de Antropologia Médica, invocou o argumento da tradição – “afinal o seu Bisavô foi o primeiro em Coimbra...”.

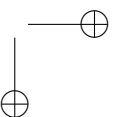
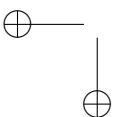
Coimbra... Meu Pai era um contador de histórias inigualável, podem imaginar o infinito gozo que lhe dava contar as do Senhor. Cresci a ouvir os diálogos com Guerra Junqueiro, que acusava o amigo de se atardar para o passeio pós-prandial por cacarejar amabilidades às senhoras, com Aquilino, a quem faltava barro nas mãos para encostar à parede um sogro que comparara às enguias da sua terra. E com tantos outros... , a resposta pronta, a ironia certa, o bom humor, sempre de mão dada com a firmeza. Em contrapartida, bebi de outras fontes os madrigais ao belo sexo, meu Pai não os negava, mas jamais os alimentou. Só de certa mulher falou vezes sem conta, terminando com um “não se esqueça” solene. Minha Avó Manuela não era filha de sangue da Avó Elzira, do coração não o poderia ter sido mais. E meu Pai fazia questão em mo lembrar, outra mulher existira à beira-Mondego e o amara, dos dois vínhamos nós, daí o aviso repetido – “somos Francos, não se esqueça”. E eu não esqueci. Ainda hoje fantasio, com carinho, tricana de luto por homem vivo. Com muita profissão e vida em cima não serei eu a julgá-los, aprendi que o plural do amor não é sinónimo inevitável da mentira.





Franco e Machado, fui o último da minha geração. E por isso nunca visitei a Quinta de Mantelães, meu Pai jurara não regressar, preferia as recordações – “éramos mais de quarenta e eu dormia no bilhar”. A ironia da vida. . . O vale pelo qual me apaixonei, quando decidi pedir a meu filho Guilherme que alucinasse covil familiar, o que fez com talento e esmero, espraia-se na freguesia de Cantelães, apenas uma letra me separava do Avô Presidente. Mas a vida, além de irónica, sabe ser cruel – o sonho de ver as cabeleiras brancas de meus Pais presidir às reuniões tribais nunca se realizou. O Alzheimer dela e os enfartes dele condenaram-nos à pior das torturas, sobreviverem a si mesmos. No caso de meu Pai, com um episódio sinistro. No penúltimo Natal em que o tivemos, os netos reservaram-lhe a surpresa de gravar um programa sobre o Avô Presidente para o entreter antes do jantar. Os seus olhos vaguearam pelo ecrã e não reconheceram a paixão mais antiga da sua vida. O espectáculo, de tão obsceno, deixou-me paralisado, um espírito brilhante sucumbira à ferrugem das artérias.

Mas o Avô Presidente continuava a fazer valer os seus direitos de formas inesperadas. O Museu pediu-me para emprestar a voz a um DVD de divulgação e eu juraria ouvir gargalhadas jorrando de um qualquer Céu republicano, Avô e Neto divertiam-se com a minha expressão horrorizada. O “não” foi imediato. Dar-Lhe voz, eu!, que tanto O negara; pareceu-me a última das heresias. Só a pressão dos filhos me convenceu, mas o resultado deixa muito a desejar, o nervosismo espreita por trás de frases bem maiores do que eu. E a saga continua! Em Braga, aquando de uma exposição por iniciativa do Museu da Presidência, o Senhor Presidente da República teve a gentileza de referir uma conversa com alto dignatário religioso, que lhe descrevera Bernardino Machado como o homem que tudo fizera para normalizar as relações Estado-Igreja na Primeira República. E eu sorri, lembrei o exemplo de meu Pai e enviei-lhe o livro que o demonstrava para além de qualquer dúvida. Mas ainda há poucas semanas, alguém disse que escutara o meu programa dominical e tivera de encostar o carro para deixar correr as lágrimas. Eu citara o Avô Presidente, afirmando que só deixamos





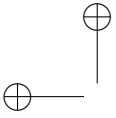
verdadeiramente de ser crianças quando os nossos pais morrem. A mãe daquele homem partira há pouco tempo. . .

O futuro da lenda familiar está assegurado. Meus filhos continuam a tecê-la em honra dos Avós amados, os netos passeiam nos Verões de Cantelães com as T-shirts que lhes trouxe do Museu, eis o Avô Presidente com estatuto de ícone pop, estampado nos peitos dos Machadinhos. Eu dei um passo atrás, para o recato do pano de fundo, que assegura mas não tolhe a liberdade dos mais novos. Olho em volta: a casa enche-se de odores, sons, imagens que os afectos não deixam desbotar. Durante alguns anos, apenas um pormenor escapava à minha compreensão – o desaparecimento num T2 de um dos bilhetes que meu Pai deixara. Não um papel como os outros!, mas frase única, que me deixara em lágrimas furiosas, como podem certos homens amar-se com tão magnífica incompetência? Meu Pai tivera uma das suas crises de morte próxima e paixão urgente, precisara gritar o que por mim sentia e afirmava ter transferido para mim a admiração sentida pelo Avô Presidente.

Mesmo dando de barato que o verbo transferir significava partilhar ou estender, a afirmação era extraordinária num homem incapaz de me dizer “gosto muito de si”, que guardava religiosamente as minhas cartas de amor, escritas em férias Europa fora, mas não lhes respondia. E de repente, ei-lo a investir com desespero afectos e blasfémia adentro. Todos os seus bilhetes velam à minha cabeceira; esse não. Porque logo o perdi, o psiquiatra em mim sussurra que descuido é palavra curta para descrever o ocorrido, falo-vos de um lapso freudiano evidente.

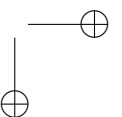
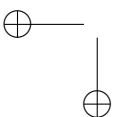
Mas, como outros da minha colheita, habito num mundo em que vivos e mortos convivem paredes-meias no meu espírito. À medida que me vou dobrando, para regressar, na erva de Cantelães, à paz que o milagre laico da vida sobressaltou, tenho coragem para recusar a ditadura do racional e verosímil. Não perdi o papel. Por uma vez os sentimentos fizeram o pino e foi o Avô Presidente a ter ciúmes de mim. Maroto, surriprou o bilhete. O que me faz encarar a estrada que afunila com enorme sossego – o Deus de meu Pai, para empregar um verbo querido



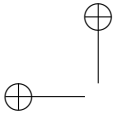


aos três, amantes da luz que irradiava de Paris, é bem capaz de *taquiner*, jamais de roubar. Por isso, e embora o não mereça, sei que estão algures à minha espera. Quando chegar, a minha histeria tagarela ajoelhará perante a recatada elegância deles – “Perdoem a demora. A tribo vai bem. A Chica manda um beijo e diz que aparece um dia destes”.

Depois ouvi-los. Eternamente agradecido.

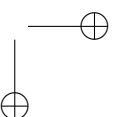
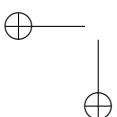






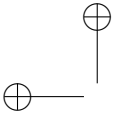
## Parte II

# Retratos dos primórdios da República em Portugal e no Brasil









## Lima Barreto e a República

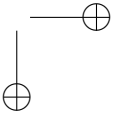
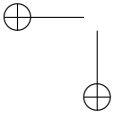
Giovanni Ricciardi<sup>13</sup>

Pelos seus estigmas (pobre e mulato), pela consciência de ser um bom escritor, porém não reconhecido – nem na Academia conseguiu entrar! –, pela sua ideologia (antes monárquico e depois anarquista) Lima Barreto torna-se um misântropo, que usa da escrita para se libertar e para combater as injustiças, que têm nome: República. Um intelectual orgânico *ante litteram*, um intelectual que tomara a frente não de um partido, como na elaboração teórica de Antonio Gramsci, mas a frente de uma classe, a classe dos despossuídos, dos pobres, dos miseráveis de uma cidade inteira. Digo cidade e não Brasil, pois o horizonte criativo e cronológico da produção do autor de *Recordações do escrivo Isaiás Caminha* começa e acaba na cidade do Rio de Janeiro, num período que vai de 1904 a 1922, ano de sua morte, em plena vigência da República.

Da proclamação da República – 15 de novembro de 1889 –, Afonso Henrique de Lima Barreto lembrava apenas as patrulhas armadas de carabinieri pela ruas da cidade e o pai, que tinha sido demitido do trabalho.

---

<sup>13</sup> Università degli studi di Napoli-L'Orientale.



Estava então com 8 anos. Mas aos vinte afirma com consciência e convicção “Eu, há mais de vinte anos, vi a implantação da República. Vi-a com desgosto e creio que tive razão”<sup>14</sup>. E no conto *O falso Dom Henrique V*: “A Bruzundanga [a República de] era um sarcófago de mármore, ouro e pedrarias, em cujo seio porém o cadáver mal embalsamado do povo apodrecia e fermentava”<sup>15</sup>.

Se quiséssemos enumerar os estigmas da República segundo Lima Barreto, seria suficiente ler *Os Bruzundangas* e *Coisas do reino de jambon*. As duas obras constituem um índice encorpado de todos os defeitos da jovem República, começando pela *língua*, que é incompreensível, e pelo culto fanático aos títulos de *doutor*, *oficial* do Exército ou da Marinha e de *literato* até à *política* – “os seus políticos são o pessoal mais medíocre que há” – e ao apreço exagerado do *café*, “o novo mordidor das finanças da Bruzundanga”. E o tal índice poderia continuar com o *ensino*, a *diplomacia*, os *heróis*, a *sociedade*, as *eleições*, as *manifestações*, a *administração pública*, os *Mandachuvas*<sup>16</sup>.

Por que tanto rancor, tanta animosidade? Qual a postura de Lima Barreto perante a vida e perante suas personagens? Uma resposta parece-me encontrá-la na epígrafe do romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, tirada do *Marc’Aurèle* de Renan<sup>17</sup>, em que se afirma que um “homem superior”, um “homem íntegro”, guiado pelos “princípios do ideal”, encontra-se em luta perpétua com todos os outros que são guiados pelo “egoísmo e rotina”. Um misântropo, afinal, um misântropo carioca do começo do século, que, como Alceste, o protagonista

<sup>14</sup> *Coisas do reino de jambon*, in Lima Barreto, *Prosa seleta*, org. de Eliane Vasconcellos, Rio de Janeiro, Aguilar, 2001, p. 892.

<sup>15</sup> *Histórias e sonhos*, in Lima Barreto, *Prosa seleta*, *op. cit.*, p. 1095.

<sup>16</sup> Estes, os Mandachuvas, escreve o autor, “quando são eleitos e empossados, tratam logo de colocar em bons lugares os da sua clientela. Fazem reformas, inventam repartições para executarem esse seu alto fim político” (*Os Bruzundangas*, in Lima Barreto, *Prosa seleta*, *op. cit.*, p. 779 e p. 830).

<sup>17</sup> “Le grand inconvénient de la vie réelle et ce qui la rend insupportable à l’homme supérieur, c’est que, si l’on y transporte les principes de l’idéal, les qualités deviennent des défauts, si bien que fort souvent l’homme accompli y réussit moins bien que celui qui a pour mobiles l’égoïsme ou la routine vulgaire”.



da comédia homônima de Molière, odeia “As torções / desses grandes acrobatas da vida social /, desses afáveis distribuidores de abraços levi-  
anos, desses serviçais declamadores de palavras inúteis”<sup>18</sup>. Um retrato de muitos jornalistas e escritores contemporâneos.

Minhas pesquisas desde sempre tiveram como objeto o relacionamento biografia *versus* criação literária. Para isso, do universo da *sociologia da literatura* – autor, obra, público<sup>19</sup> – tendo escolhido para meu cantinho de investigação o *autor*, entrevistei, ao longo de vários anos, mais de 120 escritores brasileiros<sup>20</sup>, uns poucos portugueses (José Saramago, Manuel Alegre, Urbano Tavares Rodrigues, Lídia Jorge, José Cardoso Pires, Augusto Abelaira, Agustina Bessa Luís, António Ramos Rosa) e uns madeirenses. Uma das conclusões desse meu método, que eu chamo de *Sociologia do autor* ou de *Sociologia para a literatura* afirma que é difícil haver alguma relação entre o plano do autor e a sua literatura, entre o projeto e o texto, porque a poesia, a literatura, como o Espírito de Deus, sopra onde e quando quer e não onde e quando quer o autor. Discutindo-a, durante um congresso em Assis (SP), apelei para o nosso escritor, dizendo: “O autor que talvez mais caiba nessa categoria ou seja da impossibilidade de fazer sempre uma boa e alta literatura, partindo de um preciso projeto estético, é, parece-me, Lima Barreto”. E continuava: “Desfraldando como se fosse uma bandeira seus estigmas: pobre e mulato, foi à luta: contra os gramáticos, contra os jornalistas, contra os burocratas, contra os militares e os generais

<sup>18</sup> *Le misantrophe*, ato 1, cena 1. É Alceste, o protagonista, que fala.

<sup>19</sup> Quando, nos anos Setenta, surgiu a *Sociologia da Literatura*, usava-se normalmente dividi-la em três partes: o autor, a obra e o público (vide o meu livro *Sociologia da Literatura*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1971).

<sup>20</sup> Vide os sete volumes, com os Cds incluídos, da coleção *Biografia e criação literária*: vol. 1: *Entrevistas com Acadêmicos*, Rio de Janeiro, Nitpress, 2008; vol. 2: *Entrevistas com escritores de São Paulo*, Rio de Janeiro, Nitpress, 2008; vol. 3: *Entrevistas com escritores mineiros*, Ouro Preto, UFOP, 2008; vol. 4: *Entrevistas com escritores de Goiás*, Goiânia, Kleps, 2009; vol. 5: *Entrevistas com escritores do Rio de Janeiro e outros*, Rio de Janeiro, Nitpress, 2010; vol. 6: *Entrevistas com escritores do norte e nordeste*, Salvador, Livro.com, 2009; vol. 7: *Entrevistas com escritores do Sul*, Florianópolis, Unisul, 2009.



que nunca foram à guerra, contra o nacionalismo à Floriano, contra as discriminações raciais, contra o futebol, contra o feminismo nascente, contra tudo e contra todos, numa identificação total entre vida e escrita. É tudo literatura e boa literatura?”. Escreve o seu biógrafo Francisco de Assis Barbosa, sempre atento e amoroso:

Aos 30 anos, Lima Barreto atingira o ponto mais alto da sua carreira literária. E produz as suas obras primas: *A nova Califórnia* é de novembro de 1910; *O homem que sabia javanês* de abril de 1911. Foi exatamente no intervalo desses contos que escreveu *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Trabalhou com paixão, entregando-se por inteiro à sua composição, vertiginosamente, como se estivesse em estado de transe.<sup>21</sup>

Pergunto-me: só um romance e dois contos atingem um superior êxito literário? Eu, sinto-me mais generoso do que o biógrafo e aponto além de quanto lembrado também o bom romance *Clara dos Anjos* e as muitas páginas de seus romances e contos, páginas em que o autor esquece de polemizar com alguém ou alguma coisa. E não esqueço o primeiro romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. Mas é inegável que a sua obra, toda a sua obra, é saturada de um descarado biografismo. O cotidiano de Lima Barreto tropeça em todos os seus personagens. Ele é Isaías Caminha, é Policarpo Quaresma, é Gonzaga de Sá; ele é todos os figurinhos e todos os tipos que perpassam as suas páginas.

Educado ao respeito da Monarquia pelo pai João Henrique, tipógrafo na Imprensa Nacional; passando ligeiramente pela doutrina positivista; afastando-se cedo da Federação dos Estudantes (1901) em cuja diretoria tinha sido eleito, pois discordava da representação por estes dirigida ao Congresso, favorável ao serviço militar obrigatório, mas continuando as suas primeiras experiências jornalísticas na redação de

<sup>21</sup> Francisco de Assis Barbosa, *A vida de Lima Barreto*, 7.<sup>a</sup> ed., Belo Horizonte, Editora Itatiaia Limitada e Editora da Universidade de São Paulo, 1988, [1.<sup>a</sup> ed., 1952], p. 168.



*A lanterna*, Lima Barreto começa a se perceber “fora do lugar” entre os estudantes da Escola Politécnica, por ser pobre e por ter sido reprovado 4 vezes em Mecânica, o que não acontecia, diz ele, aos outros colegas, filhos de doutores ou de chefes de gabinete. Em 1902, passa por mais uma infelicidade: o pai enlouquece e ele, aos 21 anos, teve que se tornar responsável por toda a família. Deixa então a escola e consegue um emprego, por concurso, na Secretaria de Guerra (1903). Mas sobretudo o escritor sente o peso da sua cor. Em seu *Diário íntimo*, aos 6 de novembro de 1904 lê-se:

Na estação passeava como que me desafiando o C.J. (puto, ladrão e burro) com a esposa ao lado. O idiota tocou-me na tecla sensível, não há que negá-lo. Ele dizia com certeza:

– Vê, “seu” negro, você me pode vencer nos concursos, mas nas mulheres, não. Poderá arranjar uma, mesmo branca como a minha, mas não desse talhe aristocrático.<sup>22</sup>

Mais um depoimento do mesmo teor, aos 24 de janeiro de 1908 que também lemos no *Diário íntimo*:

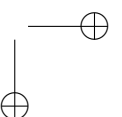
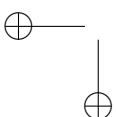
Fui a bordo ver a esquadra partir. Multidão. Contato pleno com meninas aristocráticas. Na prancha, ao embarcar, a ninguém pediam convite, mas a mim pediram. Aborreci-me. Encontrei Juca Floresta. Fiquei tomando cerveja na barca e saltei.

É triste não ser branco.<sup>23</sup>

À pobreza e à cor mulata acrescentam-se, logo depois, o alcoolismo e a loucura, que acentuam aquela misantropia que o faz fugir de todos e de tudo, que o faz enfrentar a todos. Por contra, jorra nele e com força uma vontade de se afirmar, de se tornar alguém, de se resgatar através da escrita, através da literatura, o sonho de toda a sua vida e a força que

<sup>22</sup> *Diário íntimo*, in Lima Barreto, *Prosa seleta*, op. cit., p. 1221.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 1278.



o sustenta no dia a dia. “A glória das letras, afirma em *Os Bruzundangas*, só a tem quem a ela se dá inteiramente; nelas, como o amor, só é amado quem se esquece de si inteiramente e se entrega com fé cega”<sup>24</sup>. E, em *Cemitério dos vivos*, contando sua segunda entrada no hospício e como fosse tratado bem melhor do que a primeira, exclamou: “Ah! A literatura ou me mata ou me dá o que eu peço dela”<sup>25</sup>.

Ainda que goste de biografia e suas implicâncias com a criação literária, não vou continuar nesse caminho, não vou confrontar as peripécias do escritor Isaías Caminhas com as do escritor Afonso Henrique de Lima Barreto ou com as decepções de Policarpo Quaresma. Prefiro interrogar-me um pouco sobre as motivações que levaram Lima Barreto a fazer da sua literatura, uma literatura de combate, uma literatura militante, obrigatória eu diria, se tivermos em conta que seus alferes e guias foram críticos do porte de J. M. Guyau (*L’art au point de vue sociologique*) e Taine (*Philosophie de l’art*), que trouxeram a literatura para a sociedade e dentro da sociedade<sup>26</sup>. Afirma o nosso escritor, categoricamente, em *Amplius* de *Histórias e sonhos*:

Não desejamos mais uma literatura contemplativa ... mas uma literatura militante, para a maior glória da nossa espécie na terra e mesmo no Céu.<sup>27</sup>

<sup>24</sup> *Os Bruzundangas*, in Lima Barreto, *Prosa seleta*, op. cit., pp. 756-757.

<sup>25</sup> *Cemitério dos vivos*, in Lima Barreto, *Prosa seleta*, op. cit., p. 1380.

<sup>26</sup> A única conferência que podia ter feito e não fez porque o álcool o venceu e não pode se apresentar no teatro, Lima Barreto dedicou-a, em 1921, à literatura, melhor a “O destino da literatura”. Nela afirma “que o fenômeno artístico é um fenômeno social”, que pode ajudar os homens na procura da felicidade. Cita com muito amor seus mestres Sainte-Beuve, Guyau, Taine, Brunetière, Tolstoi e afirma que o destino da literatura “é tornar sensível, assimilável, vulgar esse grande ideal [o ideal de fraternidade e de justiça] de poucos a todos, para que ela cumpra ainda uma vez a sua missão quase divina” (in Lima Barreto, *Impressões de leitura*, prefácio de M. Cavalcanti Proença, São Paulo, Brasiliense, 1961, p. 56 e p. 68).

<sup>27</sup> Sobre o assunto, vide *Figuras do Eu nas recordações de Isaías Caminha*, in Alfredo Bosi, *Literatura e resistência*, São Paulo, Companhia da Letras, 2002, pp. 186-208; Roberto Vecchi, *L’estetica della ribellione: la letteratura militante di Lima Barreto*, Bologna, Pangloss Cultura, 1992; Francisco de Assis Barbosa, *Lima Bar-*



Dentro das suas obras, destaco para o meu assunto *Triste fim de Policarpo Quaresma*.

O tom geral do livro é o nacionalismo e insere-se no debate geral do tempo pela construção de um Brasil novo. Com efeito, aquela sensação de decadência que pairava sobre a Europa no final de Oitocentos contagiava o Brasil também. O fim da monarquia e da escravidão, a insatisfação dos jovens tenentes, a questão religiosa<sup>28</sup>, a substituição da força de trabalho escrava pela imigração, o domínio de uma cultura de imitação amorfa eram sinais importantes da crise que o país estava vivendo.

Em um artigo de 1893, Capistrano de Abreu escrevia:

Pobre literatura nacional! Essa nem ao menos encontra quem lhe chore o triste fado. Vive pr'aí, mísera, viúva, perpetuamente em crepe, num abandono pungente, coberta de desprezo, de ridículo. . .

A nova geração continua fazer literatura por simples diletantismo, sem ideal definido e civilizador, reproduzindo no mais das vezes, em estilo pobre e defeituoso, autores estrangeiros.

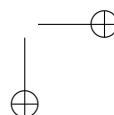
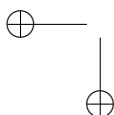
O ano anterior Raimundo Correia, mais conhecido como o poeta de *As pombas*, bradava:

A época atual é, com efeito, dura e penosa para a vida do espírito. Que vemos nós em torno? O patriotismo, a abnegação heróica e as mais nobres virtudes deixam de ser uma realidade, evaporando-se em frases ocas. . .

---

reto, precursor do romance moderno, in Lima Barreto *Prosa seleta*, op. cit., sobretudo as páginas 77-84.

<sup>28</sup> Pirotecnico o começo do romance *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* sobre os protestos do bispo de Tocantins que entrando no porto de Belém foi saudado com 17 e não com 18 tiros de salva, tanto que teve que intervir o Ministro o qual, salomonicamente, determinou que aos bispos “devia competir uma salva de dezessete tiros, com canhões de quinze, e um tiro com canhão de sete e meio” (in Lima Barreto, *Prosa seleta*, op. cit., p. 562).





E mesmo no ano da proclamação da República o mesmo poeta proclamava:

É preciso erguer-se mais o sentimento de nacionalidade artística e literária, desdenhando-se menos o que é pátrio, nativo e nosso; e os poetas e escritores devem cooperar nessa grande obra de reconstrução.<sup>29</sup>

Em campo político-literário essa obra de reconstrução manifesta-se por exemplo na publicação da “Revista do Brasil” (janeiro de 1916), cujo editorial de Júlio Mesquita justificava assim o aparecimento da mesma:

O que há por trás do título desta Revista e dos nomes que a patrocinam é uma coisa simples e imensa: o desejo, a deliberação, a vontade firme de constituir um núcleo de propaganda nacionalista.

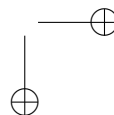
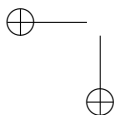
O mesmo editorialista define melhor:

O seu nacionalismo não é, porém, e não será nunca uma forma de hostilidade ao estrangeiro. Não queremos isolar o Brasil da humanidade, o que seria um disparate, nem podemos negar a dívida de civilização que nos prende ao estrangeiro.<sup>30</sup>

A nível literário, aquela crise e aquela obra de reconstrução manifestam-se na criação de tipos “nacionais”, quase respondendo à pergunta: quem somos nós, quem é o verdadeiro brasileiro? Que Brasil queremos construir? O primeiro “tipo” de brasileiro é o Jeca Tatu de

<sup>29</sup> Citações em Mário da Silva Brito, *História do modernismo. Antecedentes da semana de arte moderna*, 3.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971, respectivamente pp. 16-17; p. 17 e p. 22.

<sup>30</sup> Citação em Wilson Martins, *História da inteligência brasileira (1915-1933)*, vol. VI, São Paulo, Cultrix, 1978, p. 67.







Monteiro Lobato, criado em *Velha praga*, um artigo de 1914, tipo que lembramos ainda hoje. Impenetrável ao progresso, mudo, feticista e fatalista, é a denúncia terrível das condições pré-históricas em que vivia o caboclo brasileiro:

No meio da natureza brasílica, tão rica de formas e cores, onde os ipês floridos derramam feitiços no ambiente e a inflorescência dos cedros, às primeiras chuvas de setembro abre a dança dos tangarás; onde há abelhas de sol, esmeraldas vivas, cigarras, sabiás, luz, cor, perfume, vida dionisíaca em escacho permanente, o caboclo é sombrio urupê de pau podre a modorrar silencioso no recesso das grutas.

Só ele não fala, não canta, não ri, não ama.

Só ele, no meio de tanta vida, não vive.<sup>31</sup>

Outro tipo, oposto, é a personagem criada por Menotti Del Picchia ou seja Juca Mulato, caboclo este também como o Jeca Tatu, mas de um caráter totalmente diferente. Juca Mulato parece-se um pouco com o sertanejo de Euclides da Cunha, é um forte:

É ágil como um poldro e forte como um touro;

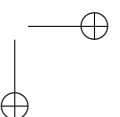
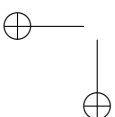
No equilíbrio viril dos seus membros possantes

Há audácia de coluna e a elegância dos barcos.

E temos Policarpo Quaresma, não um caboclo, mas um pequeníssimo burguês, nacionalista e patriota singelo que combate, como um dom Quixote ressuscitado, o emaranhado cotidiano da República, que o historiador e divulgador Eduardo Bueno assim descreve:

Todos os descaminhos da política e da economia brasileira se materializaram plenamente nos dez primeiros anos da República. Escândalos financeiros, arrocho salarial, clientelismo, aumento dos impostos, regime oligárquico, coronelismo, repressão aos movimentos populares, desvio de verbas, impunidade,

<sup>31</sup> Monteiro Lobato, *Urupês*, 22.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Brasiliense, 1978, p. 115.



fraude eleitoral, fechamento do Congresso, estado de sítio, crimes políticos, confronto entre governos civis e governos militares, alternância no poder de forma mais equivocada com o novo governo devastando a obra do governo anterior – houve de tudo na primeira década republicana.<sup>32</sup>

O romance é o confronto entre o ufanismo ingênuo do protagonista e o cotidiano dos subúrbios cariocas. Depois dos esplendores das personagens de Machado de Assis e da Rua do ouvidor, eis agora a literatura dos “caixotins urbanos” e do povinho de Lima Barreto.

*Triste fim de Policarpo Quaresma* é dividido em três partes, como as três decepções que sofreu o protagonista. Na primeira parte é o Policarpo amanuense do Ministério da Guerra o protagonista. Animado por um forte amor à Pátria e às suas tradições, começa a aprender o tupi-guarani, mas é logo apelidado, em tom zombeteiro, de Ubirajara; contra um confrade de Ministério que suspirava por conhecer a Europa, grita: “Ingrato! Tens uma terra tão bela, tão rica e queres visitar a dos outros! Eu, se algum dia puder, hei de percorrer a minha de princípio ao fim!”<sup>33</sup>.

Possui uma biblioteca extraordinária de livros sobre “as grandezas do Brasil”, mas gostava sobretudo da *História da América Portuguesa* de Rocha Pita, cujo *incipit* para os ouvidos de um nacionalista soa como melodia celeste:

Do novo Mundo, tantos séculos escondido, e de tantos sábios caluniado, onde não chegaram Hanon com as suas navegações, Hércules Líbico com as suas colunas, nem Hércules Tebano com as suas empresas, é a melhor porção o Brasil, vastíssima região, felicíssimo terreno, em cuja superfície tudo são frutos, em cujo centro tudo são tesouros, em cujas montanhas e costas tudo são aromas; tributando os seus campos o mais útil alimento, as suas minas o mais fino ouro, os seus troncos o mais suave bálsamo e os seus mares o âmbar mais selete. . .

<sup>32</sup> Eduardo Bueno, *Brasil: uma história*, São Paulo, Leya, 2010, p. 250.

<sup>33</sup> Lima Barreto, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, São Paulo, Ática, 1983, p. 23.



gosta de frango com feijão-guando e não de frango com *petits-pois* – puro estrangeirismo!; pesquisa o folclore e quando percebe que tradições e canções tinham todas ascendência estrangeira começa a estudar os costumes dos tupinambás. Assim, para cumprimentar, não aperta mais a mão, mas desata a chorar porque “era assim que faziam os tupinambás”; aprecia e aprende a tocar violão porque “convém que nós não deixemos morrer as nossas tradições, os usos genuinamente nacionais”; prepara um requerimento, em tupi, e o envia ao ministro, em que pedia “que o Congresso Nacional decreta o tupi-guarani como língua oficial e nacional do povo brasileiro”<sup>34</sup>.

Por tudo isso foi levado ao hospício, uma experiência que o autor, por causa do álcool, experimentará na carne logo depois da publicação em jornal do romance. Não entendem o seu amor pela pátria e pelas tradições. Amor que Policarpo persegue também no “Sossego”, o sítio onde vai morar depois da saída do hospício.

Aqui, organiza imediatamente um museu dos produtos naturais; encomenda livros nacionais e estrangeiros sobre botânica e ciências naturais; compra também termômetros, barômetros, pluviômetros, higrômetros. . . tudo para fazer do “Sossego” um sítio modelar e demonstrar que as terras brasileiras são as melhores do mundo e nem precisam de adubos! Só que as “frumigas” como as chama Mané Candeeiro, o caboclo que trabalha com ele, só que as terríveis saúvas acabam com tudo, dentro e fora da casa de campo. Uma catástrofe, sem falar nos impostos e na falta de cooperação entre caboclos como acontecia com os estrangeiros. Policarpo convence-se que na agricultura:

Era preciso trabalhos maiores, mais profundos; tornava-se necessário refazer a administração. Imaginava um governo forte, respeitado, inteligente, removendo todos esses óbices, esses entraves, Sully e Henrique IV, espalhando sábias leis agrárias, levantando o cultivador. . . Então, sim! O celeiro surgiria e a pátria

<sup>34</sup> Lima Barreto, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, *op. cit.*, respectivamente pp. 35, 21 e 48.



seria feliz.<sup>35</sup>

No entanto, “há *baruio* na corte e dizem que vai *arrecrutá*” – é sempre o caboclo Mané que fala. Policarpo abre o jornal, lê a notícia que os navios da esquadra se haviam insurgido e tinham intimado ao presidente a sair do poder. Um absurdo para o patriota Policarpo a revolta contra o presidente! Corre ao telégrafo e oferece-se: “Marechal Floriano. Rio. Peço energia. Sigo já. Quaresma”.

A terceira e última parte do romance atinge o alvo maior de sua polêmica contra a República, pois toca nos protagonistas da mesma: a doutrina positivista, o marechal Floriano e os militares, sobretudo os jovens cadetes, que o escritor assim define:

adeptos desse nefasto e hipócrita positivismo, um pedantismo tirânico, limitado e estreito que justificava todas as violências, todos os assassínios, todas as ferocidades em nome da manutenção da ordem, condição necessária. . . ao progresso e também ao régimen normal, a religião da humanidade.<sup>36</sup>

Também Lima Barreto freqüentou quando jovem, lá pelos 15 anos, a igreja da Rua Benjamim Constant, onde pregava aos domingos Teixeira Mendes, um dos apóstolos, junto com Miguel Lemos, do Positivismo no Brasil, mas foi “uma passagem breve e ligeira que o não convenceu<sup>37</sup>, ainda que num dos últimos artigos publicado na *Gazeta de notícias*, em 1921, reconheça que o Positivismo trouxe vantagem à cultura e às instituições políticas<sup>38</sup>.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 161.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 106. Veja também p. 113: “Os cadetes da Escola Militar formavam a falange sagrada. . . Uns trapos de positivismo se tinham colado naquelas inteligências e uma religiosidade especial brotara-lhes no sentimento, transformando a autoridade, especialmente Floriano e vagamente a República, em artigo de fé, em feitiço, em ídolo mexicano, em cujo altar todas as violências e crimes eram oblatas dignas e oferendas úteis para a sua satisfação e eternidade”.

<sup>37</sup> *Cemitério dos vivos*, in Lima Barreto, *Prosa seleta*, *op. cit.*.

<sup>38</sup> Vide Francisco de Assis Barbosa, *A vida de Lima Barreto*, *op. cit.*, p. 65.



E também os militares, nem todos replicam as façanhas dos jovens positivistas. Antes, a maioria em suas obras são sobretudo momento de riso e zombaria, como quando descreve “as forças armada” de Bruzundanga:

Na Bruzundanga não existe absolutamente força armada. Há porém cento e setenta e cinco generais e oitenta e sete almirantes. Além disso, há quatro ou cinco milheiros de oficiais, tanto de terra como de mar...<sup>39</sup>

A maioria dos generais e almirantes, que aparecem em suas obras, só lembram da guerra do Paraguai, a que talvez nem tenham participado como é o caso do general Albernaz, cuja preocupação maior é o casamento da filha. E quando fez concurso para amanuense e o Ministério chamou-o logo que a primeira vaga se abriu – ele tinha tirado o segundo lugar – reconhece: “Veja você, começo a acreditar que a única coisa moralizada nesta terra ainda é o Exército, que respeita os concursos”<sup>40</sup>. Geralmente, porém, seu juízo sobre militares é *tranchant* e bem determinado. Nas *Recordações* eram os jornalistas – um dos pilares fundamentais da sociedade republicana – o alvo de sua crítica, em *Triste fim de Policarpo Quaresma* é a classe dos militares.

Voltemos ao “baruío” de que falava o caboclo Mané. Fala o autor:

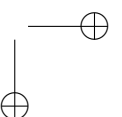
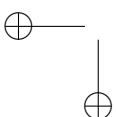
A cidade andava inchada de secretas, “familiares” do Santo Ofício Republicano, e as delações eram moedas com que se obtinham postos e recompensas.

Bastava a mínima crítica para se perder o emprego, a liberdade – quem sabe? – a vida também... Em nome do Marechal Floriano, qualquer oficial ou mesmo cidadão, sem função pública alguma, prendia e ai de quem caía na prisão, lá ficava esquecido... Era um terror, um terror baço, sem coragem, sangrento...<sup>41</sup>

<sup>39</sup> *Os Bruzundangas*, in Lima Barreto, *Prosa Seleta*, op. cit., p. 793.

<sup>40</sup> In Francisco de Assis Barbosa, *A vida de Lima Barreto*, op. cit., p. 102.

<sup>41</sup> Lima Barreto, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, op. cit., p. 105.





E “Os militares estavam contentes”, ressalta ainda o escritor. Policarpo, “como muitos homens honestos e sinceros” veste a farda e vai à guerra. Porém a crueldade e a intolerância dos cadetes, a incompreensão da guerra – nem os soldados sabiam o porquê –, o horror e o sangue fratricida<sup>42</sup>, tudo isso o convence a escrever ao Presidente, “com veemência e paixão” uma carta de protesto. Resultado? Policarpo, o patriota, é condenado à morte, como um bandido e um traidor. Todas as verdades em que Policarpo tinha acreditado estavam desmoronando e o seu exame de consciência, o balanço de uma vida, tinha-lhe apresentado um estado de falência completo:

Desde dezoito anos que o tal patriotismo lhe absorvia e por ele fizera a tolice de estudar inutilidades (. . .) O tupi encontrou a incredulidade geral, o riso, a mofa, o escárnio; e levou-o à loucura. Uma decepção. E a agricultura? Nada. A terras não eram feras e ela não era fácil como diziam os livros. Outra decepção. E, quando o seu patriotismo se fizera combatente, o que achara? Decepções. Onde estava a doçura de nossa gente? Pois ele não a viu combater como feras? Pois não a via matar prisioneiros, inúmeros? Outra decepção. A sua vida era uma decepção, uma série, melhor, um encadeamento de decepções.<sup>43</sup>

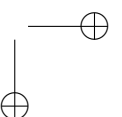
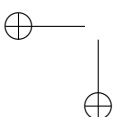
Policarpo, como o seu criador Lima Barreto, estava mesmo “fora do lugar”, para usar de uma expressão de Roberto Schwarz<sup>44</sup>. Perenemente em luta e em guerra contra os homens e a sociedade que o rodeavam. Um “pingente” para lembrar o título do retrato traçado por João Antônio<sup>45</sup>, vale dizer, um sujeito “pendurado”, um passageiro de bonde, que não consegue entrar porque não há espaço ou porque não tem dinheiro. De onde a sua misantropia e a sua infelicidade. E com

<sup>42</sup> “O tempo estava de morte, de carnificina; todos tinham sede de matar” (Lima Barreto, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, *op. cit.*, p. 151).

<sup>43</sup> Lima Barreto, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, *op. cit.*, p. 152.

<sup>44</sup> Roberto Schwarz, *Ao vencedor as batatas*, São Paulo, Duas Cidades, 1990.

<sup>45</sup> João Antônio, *Calvário e porres do pingente Afonso Henriques de Lima Barreto*, Rio, Civilização Brasileira, 1977.





essa belíssima e plástica imagem de Lima Barreto “pingente” pelas ruas e subúrbios do Rio de Janeiro nos começo da primeira República agradeço a todos pela atenção.

Roma, novembro de 2010.





## Bibliografia

ANTÔNIO, João, *Calvário e porres do pingente Afonso Henriques de Lima Barreto*, Rio, Civilização Brasileira, 1977.

BARBOSA, Francisco de Assis, *A vida de Lima Barreto*, 7.<sup>a</sup> ed., Belo Horizonte, Editora Itatiaia Limitada e Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

BARRETO, Lima, *Impressões de leitura*, prefácio de M. Cavalcanti Proença, São Paulo, Brasiliense, 1961.

IDEM, *Prosa seleta*, org. de Eliane Vasconcellos, Rio de Janeiro, Aguilar, 2001.

IDEM, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, São Paulo, Ática, 1983.

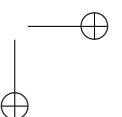
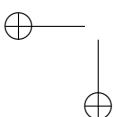
BRITO, Mário da Silva, *História do modernismo. Antecedentes da semana de arte moderna*, 3.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

BOSI, Alfredo, *Literatura e Resistência*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

BUENO, Eduardo, *Brasil: uma história*, São Paulo, Leya, 2010.

LOBATO, Monteiro, *Urupês*, 22.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Brasiliense, 1978.

MARTINS, Wilson, *História da inteligência brasileira (1915-1933)*, vol. VI, São Paulo, Cultrix, 1978.







RICCIARDI, Giovanni, *Sociologia da Literatura*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1981.

IDEM, *Biografia e criação literária*, vol. 1 *Entrevistas com Acadêmicos*, Rio de Janeiro, Nitpress, 2008.

IDEM, *Biografia e criação literária*, vol. 2 *Entrevistas com escritores de São Paulo*, Rio de Janeiro, Nitpress, 2008.

IDEM, *Biografia e criação literária*, vol. 3 *Entrevistas com escritores mineiros*, Ouro Preto, UFOP, 2008.

IDEM, *Biografia e criação literária*, vol. 4 *Entrevistas com escritores de Goiás*, Goiânia, Kleps, 2009.

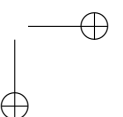
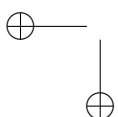
IDEM, *Biografia e criação literária*, vol. 5 *Entrevistas com escritores do Rio de Janeiro e outros*, Rio de Janeiro, Nitpress, 2010.

IDEM, *Biografia e criação literária*, vol. 6 *Entrevistas com escritores do norte e nordeste*, Salvador, Livro.com, 2009.

IDEM, *Biografia e criação literária*, vol. 7 *Entrevistas com escritores do Sul*, Florianópolis, Unisul, 2009.

ROBERTO, Schwarz, *Ao vencedor as batatas*, São Paulo, Duas Cidades, 1990.

VECHI, Roberto, *L'estetica della ribellione: la letteratura militanti di Lima Barreto*, Bologna, Pangloss Cultura, 1992.







## **Raul Brandão: memórias e dramatismo. A revolução republicana**

Margarida Gouveia<sup>46</sup>

De resto, isto de ter opiniões não é fácil

Raúl Brandão

Convém lembrar que as *Memórias* de Raúl Brandão não pertencem ao conjunto de obras que o tornou mais conhecido. Dispersando-se por três volumes, respectivamente de 1919, 1925 e 1933 (este póstumo), constituem, no entanto, um conjunto de textos significativamente marcado pela visão brandoniana do mundo, na qual pesam sempre a admiração pelo sonho, o espanto pelo dom da vida, a História entendida como dor, a comiseração pela dor dos desgraçados.

---

<sup>46</sup> Universidade dos Açores.



Evidenciando feição diarística, acolhem farrapos de memória, reminiscências soltas, frases ouvidas, “conversas colhidas a esmo”<sup>47</sup>, testemunhos carregados de emoção, das pessoas aludidas e do próprio memorialista. Tudo isto é habitual nas obras deste autor, mas mais nesta, porque expressa uma vivência directa e testemunho de geração. A centralidade da República nestes escritos é mais um *a propósito de...*, é o *a propósito* de um momento político que lhe é contemporâneo (em 1910, o escritor tem 43 anos).

Olhando para o conspecto geral da sua obra, os grandes assuntos históricos que o interessaram e dos quais extrai acima de tudo o sentido de História como dor são as invasões francesas (*El-rei Junot*), a repressão anti-liberal (*Vida e Morte de Gomes Freire*) e a República. Todos eles lhe serviram de pretexto para despertar sentimentos e juízos sobre o drama humano. No caso porém da República, deve insistir-se numa espécie de mais-valia existencial: é que Brandão foi, como se disse, contemporâneo da matéria de reflexão.

Estas memórias da evocação republicana são construídas dentro de uma organização própria. Com efeito, o caos e desorganização de impressões e sentimentos em “estado puro”, que é o que caracteriza a escrita brandoniana, são tanto quanto possível compensados por algum grau de organização. Assim, no volume I estão incluídos textos que vão de Março de 1902 a Julho de 1910 (cerca de 130 páginas); no volume II incluem-se textos de 4 de Outubro de 1910 até finais de 1911, focando já a revolução acontecida (cerca de 120 páginas); no volume III agrupou cerca de 30 páginas sobre a República e Monarquia. De notar que no Volume I Brandão testemunhou e reflectiu sobre o período que antecedeu e “preparou” a eclosão da República, abarcando assim cerca de oito anos indicadores da atmosfera nacional que apressou o fim da Monarquia; no segundo caso, apenas cerca de um ano, ano da Revolução, o testemunho torna-se mais concentrado sobre a relevância temporal dos acontecimentos, e escolhe o significativo título de “O meu diário”; no terceiro caso (como se disse, texto póstumo) retoma-se

<sup>47</sup> Raúl Brandão, *Memórias*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, s.d., vol. I, p. 14.



e continua-se o que fora escrito sobre a República e a Monarquia mas sem datas de abertura dos textos, porém com indicadores temporais no interior dos mesmos, permitindo assim situá-los. Intitulou esta terceira tranche de memórias “O que eu vi e ouvi. (Do meu diário)”, título que também assume uma forte carga de subjectividade.

Note-se: *do* meu diário e não *o* meu diário, o que quer dizer que assume neste título ter feito uma selecção de memórias que haviam sido indiscriminadamente reunidas. O que quer dizer também que houve um grau de organização e intencionalidade. Neste terceiro volume, a fechá-lo, vem mesmo uma bibliografia “Para a história da República (esboço bibliográfico)”, por ordem alfabética do primeiro nome dos autores, seguida de indicação de documentos diversos e alguns periódicos. A desarrumação brandoniana não é, pois, um caos total, é uma “desarrumação arrumada”, à qual presidiram juízos e sentimentos. Estes escritos até poderiam constituir uma crónica, que se poderia intitular “Sobre políticos e política da República”, dado o lastro factual, a atmosfera ressurgida, as personalidades referenciadas. Algumas intromissões do narrador no discurso dos factos narrados, quer em monólogos quer em diálogos criados, uns e outros resultantes de testemunhos e conversas havidas, acusam a intenção subjacente de uma reconstituição fiel e tanto quanto possível verdadeira dos acontecimentos, procurando dar voz ao espírito do tempo, como acontece nas obras históricas *El-Rei Junot* e *Vida e Morte de Gomes Freire*<sup>48</sup>. Atitude claramente documentada em expressões do tipo “Disse-me ele a mim [...] Posso garantir-lhe isto: ouvi-o a ele próprio...” (vol. I, p. 161); “Pormenor absolutamente autêntico” [expressão de Paçô Vieira ou do próprio narrador?] (vol. I, p. 133); “depois estas palavras textuais” (vol. II, p. 35).

No entanto, nem sempre se terão passado as coisas como literalmente nos são contadas! Entre o ouvir dizer-se, o boato ou até a ca-

<sup>48</sup> Cf. Maria de Fátima Marinho, “*El-Rei Junot* e *vida e morte de Gomes Freire* de Raúl Brandão: nem história nem romance”, in *Revista da Faculdade de Letras “Línguas e literaturas”*, Porto, vol. XX, n.º 1, 2003, p. 97.





lúnia, erguem-se figuras históricas cujo valor testemunhal não é a total verdade objectiva do acontecimento mas o valor simbólico do acontecimento. Recria, quer dar um certo clima, é sempre sensível às paixões humanas. O que se acrescenta, mesmo que disfémico, aumenta o valor do testemunho. É, porém, um narrador sempre consciente dos “aumentos” e “diminuições” da verdade possivelmente acontecida. Atente-se na seguinte passagem:

E a Maria Pia, que há muito o [João Franco] não pode ver:

– Diziam por aí que o senhor era o coveiro da Monarquia, mas o senhor foi pior, foi o assassino do meu filho e do meu neto!

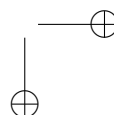
Isto cheira a frase feita, mas, como esta, repetem-se, insiste-se, inventam-se outras mais.<sup>49</sup>

“Frase feita”, mas não para pôr de parte. Um historiador de paixões aproveita tudo: o dito, o pensado, o provado, o provável, até o que anda nas bocas do mundo, também testemunho de uma atmosfera e de uma sociedade. Não estamos perante o académico mas perante o poeta. . . O rigor para ele não é um culto documental, historiográfico, é uma consequência de querer dar vida às coisas. Aliás, isso de “verdade histórica” – ele não acredita nisso. Nem isso é o que mais lhe interessa. O que mais lhe interessa é a condição humana com todas as dúvidas permanentes que ela acarreta. Todos os dias se pode mudar de opinião. . .

Procede por impulsos, por reminiscências carregadas de afectividade, que o levam a construir pedaços de discurso oral, como também a transcrever “em bruto” documentos inteiros, artigos de jornal, decretos, despachos. O *consta* e o *ouvir dizer* até podem valer mais do que um discurso historiográfico, feito com racionalidade e frieza, mas que omite as paixões humanas:

Só vemos máscaras [...] ninguém [...] se livra de paixões [...].  
Foi sempre com a legenda que se construiu a vida. Sei perfeitamente que a história viva tanto se faz com a verdade como

<sup>49</sup> Raúl Brandão, *Memórias, op. cit.*, vol. I, p. 132.





com a mentira – se não se faz mais com a mentira do que com a verdade.<sup>50</sup>

Uma sociedade em crise, um mundo que parece estar para acabar – crise, decadência, apocalipse. Como escreve Vítor Viçoso: “uma concepção dolorista e onirista do homem, da arte e da História: e um visionarismo apocalíptico”<sup>51</sup>. De resto, estamos perante um período crítico da História de Portugal, aquele que se refere aos últimos anos da Monarquia Constitucional e à atmosfera do ideal republicano e seus próceres.

Entre reais e simbólicas surgem as personagens dessa fase decadente da História na qual tanto se esperou messianicamente: Sampaio Bruno, Basílio Teles, Teófilo Braga, António José de Almeida, Afonso Costa, Bernardino Machado, Brito Camacho, Manuel de Arriaga, Silva Pinto, Camilo, Gomes Leal. Traça-nos retratos de desencanto, alguns cheios de ironia, de grandes vultos políticos da época (“O Brito Camacho, até quando tem razão, é detestado!”; Bernardino Machado “promete tudo, falta a tudo”; Afonso Costa é “um homem sem Deus”; António José de Almeida, embora honesto e bem intencionado, “hercúleo”, é vencido pela doença e pelas decepções, “está todo branco e trôpego”. . .). Uma escrita que é uma espécie de *diz que diz* de memorialismo afectivo, de que é exemplo também esta outra reflexão sobre Bernardino Machado: “Pertence a uma geração de homens extraordinários, de homens que construíram ao lado da vida uma vida abstracta – e só vivem para essa coisa imaginária e tremenda feita de teias de aranha”<sup>52</sup>.

Mais do que figuras históricas, são personagens de uma tragédia da vida. Da anarquia de intenções, das conversas descozidas, da má-língua de um encontro ocasional, Raúl Brandão retira a lição de que a

<sup>50</sup> *Ibidem*, pp. 15-16.

<sup>51</sup> Vítor Viçoso, “As *Memórias* de Raúl Brandão: do intimismo aos pesadelos da história” in *Românica*, Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, n.º 3, 1994, p. 180.

<sup>52</sup> Raúl Brandão, *Memórias*, *op. cit.*, vol. III, p. 43.





vida é um desconcerto e de que tudo acaba em desencontro. Exercício de introspecção, dos outros e dele próprio, o questionar dos outros e o questionar-se a si próprio, com forte carga de dramatismo.

Entre a *boutade* e a reminiscência de palavras ouvidas surgem personalidades, talvez distorcidas pelo discurso fragmentário mas alçadas a símbolos pelo sofrimento e pelo acaso da vida e do destino. É exemplo a rainha-mãe, a D. Maria Pia, que sobreviveu aos assassinatos do filho e do neto, que viveu caprichosa e autoritariamente uma vida de luxo, e que acabou, segundo o texto, qual figura de tragédia, embarcando na Ericeira, à pressa, agarrada a um pão:

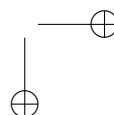
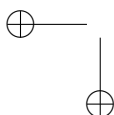
A rainha Maria Pia embarcou sem uma palavra nem um protesto.  
Embrulhada no xale, mais alta e mais magra, parecia sonâmbula,  
com um grande pão, que nunca quis largar, metido debaixo do  
braço – ela que nunca soube o valor do dinheiro.<sup>53</sup>

Simbólica por excelência, esta figura representa o topo do poder e, diametralmente, o limite da desgraça. Da glória à loucura, do ter à miséria, do fausto à decadência, do trono ao exílio, do poder ao medo: a família real que foge para Ericeira, a velha rainha mãe D. Maria Pia, do fausto da velha corte agora agarrada a um pão como uma pedinte. . .

Por detrás das figuras ditas históricas estão os seus fantasmas, as suas intrigas, os seus boatos, que são as forças que as movem. Todos, figuras sociais ou cidadãos anónimos, são, na visão brandoniana, iguallados nessa comum tragédia do outro lado ignorado da vida, que torna tão difícil julgar um homem com justiça. Toda a obra de Brandão é, de resto, como se sabe, a perplexidade sobre o que é afinal a vida, que passa pelo *Húmus*, pelas figuras evocadas de Junot e de Gomes Freire, e perpassa na vasta galeria das *Memórias*<sup>54</sup>.

<sup>53</sup> Raúl Brandão, *Memórias*, *op. cit.*, vol. II, p. 64.

<sup>54</sup> Cf. António M. B. Machado Pires, *O essencial sobre Raúl Brandão*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007, p. 58: “K. Maurício, Gabirú, Eponina, Candidinha, Junot, Gomes Freire, Brandão ele mesmo – todos sonhando e sofrendo, crendo e duvidando”.







Qual é o denominador comum a um D. Carlos, a um D. João VI, a um Bernardino Machado, personagens de *A Farsa*, ao Gabiru? Todas diferentes, saltam porém todas do plano do quotidiano para o sonho – cada um à sua maneira sonha, aspira a alguma coisa, nem que seja à última hora. A morte sublima-os. Morto D. João VI, foi um homem bom, o melhor do seu tempo; assassinado D. Carlos, quase merecia ser considerado um bom rei, condenado mais pelas suas virtudes do que pelos seus defeitos, “a ponto de [lhe] parecer um dos maiores reis da sua dinastia”, quem “tomou a sério o seu papel de reinar”, aspirando a “realizar dentro da Monarquia o sonho de Portugal Maior”<sup>55</sup>.

Os testemunhos dos homens servem para provocar interrogações sobre a vida mas também sobre a existência de Deus. António Lourenço, o aldeão que, segundo a narrativa de Brandão, desceu da Guarda a Lisboa para vir pregar ao Governo, afirma que Deus existe e que a ruína do país vem dos materialistas. O cavador, que não é uma figura histórica da galeria da República, tem no entanto força dramática que impressiona o memorialista. Brandão apresenta-o a Junqueiro, reproduz o diálogo: o ingénuo cavador da montanha não está corroído pelo saber dos doutores e das cidades, pelo racionalismo da ciência, pelo cinismo da política. E Brandão conclui com Junqueiro: “É um bloco de granito com uma centelha lá dentro”<sup>56</sup>.

Ele não está, afinal, a fazer memórias da República, o que está é a ressuscitar vivências de conversas sobre a República – com republicanos e não republicanos... Mas mais do que isso, não interessa tanto o conteúdo do que foi dito mas sobretudo o significado humano do que é transcrito. E nas palavras transcritas sobreleva ainda a lição de vida como Brandão a quer ver: “A certa altura da vida tive a impressão de que me despenhara num mundo de espectros. A face humana meteu-me medo pelo que nela descobria de repulsivo e de grotesco”.<sup>57</sup>

Independentemente dos regimes políticos, Monarquia ou Repú-

<sup>55</sup> Raúl Brandão, *Memórias, op. cit.*, vol. I, pp. 219-220.

<sup>56</sup> Raúl Brandão, *Memórias, op. cit.*, vol. II, p. 132.

<sup>57</sup> *Ibidem*, p. 12 (“O silêncio e o lume”).





blica, independentemente das posições político-ideológicas, o que vale na História para Brandão não são os desencontros da alma humana, os interesses, os ódios, coisas abstractas? No texto “O mundo político” escreve:

Quem reina agora em Portugal não é o senhor D. Manuel, é a sua Majestade o Medo. Que quadro para um Saint-Simon, que descrevesse os políticos e a corte, o que se diz e o que se adivinha, o que ressalta dos *Documentos Políticos*, e o que se conserva na sombra como um baixo-relevo de ódios e interesses!<sup>58</sup>

Eis a razão por que usa as personalidades históricas como personagens, e usa as fontes como personagens. Os documentos aparecem inteiriços, como que intocados, são elementos vivos, uma forma de satisfazer o apetite de criação dramática sem perder o rigor da documentação. Daí o tom frequentemente dialogal da escrita, os discursos directos resultantes de testemunhos e conversas havidas. É o caso dos testemunhos de desentendimentos entre Junqueiro e Teófilo a propósito das bandeiras: Teófilo, radical, quer a bandeira vermelha e verde; Junqueiro, gostaria de ver mantida a bandeira azul e branca<sup>59</sup>.

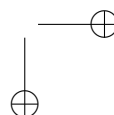
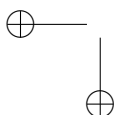
É o caso ainda da descrição da chegada do rei a Mafra. A exemplaridade da inquietação, perversidade e paradoxos da condição humana vivem do dramatismo criado, que a alternância do discurso directo com citações e apartes do narrador ajudam a dar relevo:

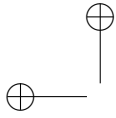
De noite, tudo se avoluma. Mais notícias, mais boatos trágicos vinham de fora, do escuro: “Morreu o Malaquias de Lemos... Foram trucidados muitos oficiais.” Depois, pior: a ansiedade, a incerteza, o silêncio naquele isolamento da noite. A certa hora, chegou um telegrama: “Tudo corre bem, os revolucionários estão encurralados.” Mais tarde, outro, contraditório.

De noite, notei no corredor um vulto magro de mulher, de xaile, com a cabeça tapada. “Diabo! – exclamei –, já deixam entrar

<sup>58</sup> Raúl Brandão, *Memórias, op. cit.*, vol. I, p. 235.

<sup>59</sup> Raúl Brandão, *Memórias, op. cit.*, vol. II, p. 66.





por aqui dentro as mulheres de Mafra.” Avancei: era a rainha Maria Pia, que apertava muito a mão a um criado, dizendo coisas desconexas.<sup>60</sup>

Estes escritos são o que os outros disseram mas bastante também os comentários dele sobre o que os outros disseram, o “que faz das memórias um frequente texto confessional, latente ou expresso”<sup>61</sup>. Ainda a propósito das opiniões acerca do bispo do Porto, que sublinhavam uma santidade aliada a fraqueza de carácter (“Será um santo [...] mas um mau prelado”, no dizer de Alberto Pinheiro Torres), Brandão não resiste a comentar: “Tudo isto será verdade, mas, quanto a mim, a figura de D. António Barroso não se amesquinha por ser um pouco fraca e humana; sinto-a até mais perto do meu coração”<sup>62</sup>.

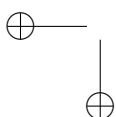
As figuras históricas da República, trata-as Brandão como um jogo de vozes das memórias que ele viveu e com quem conviveu. Se nos ativermos às estratégias do escritor para narrar o conteúdo destas *Memórias*, reconhecemos vários tipos de situações: 1) Brandão concebe um papel preponderante a “testemunhantes”, com a consequente utilização de discursos directos; 2) Brandão assume o papel de “jornalista”, espécie de entrevistador; 3) Brandão utiliza um diálogo *narrativizante*, resultando a narração do encadeamento dos testemunhos e dos diálogos. Frequentemente há apartes do narrador e apelos ao leitor.

Não estamos, porém, perante estratégias separadas, mas perante uma estratégia global, polifonicamente utilizada. A sua finalidade é sempre a mesma: exprimir espanto, decepção, amargura, mostrar as contradições humanas, lembrar os “fantasmas” por detrás dos seres humanos, os sonhos que devoram os ambiciosos, ideias que nunca abandonam as suas obras.

<sup>60</sup> Raúl Brandão, *Memórias, op. cit.*, vol. II, p. 63. O narrador transcreve e pronuncia-se sobre um testemunho de um empregado de Mafra.

<sup>61</sup> Manuel Clemente, “As memórias-confissões de Raúl Brandão” in *Colóquio ao Encontro de Raúl Brandão*, Porto, Lello Ed., Universidade Católica Portuguesa, Centro Cultural do Porto, 2000, p. 180.

<sup>62</sup> Raúl Brandão, *Memórias, op. cit.*, vol. II, p. 88.





Vale a pena referenciar esta polifonia estratégica de narração e esta abordagem “filosófica” da vida em certos passos das *Memórias*. Referindo-se ao ex-ministro da Fazenda, Mariano de Carvalho, escreve:

Vejo-o mudo, lívido – com um olhar átono, como nunca vi em mais ninguém. O céptico! O céptico amarfanhado, reduzido a trapo, com um golfão de desprezo, por si e pelos outros, na boca, com um golfão de negrume!... Jamais me esquece esta figura, que vi morta entre os vivos, sentado num canto da Câmara, sem ninguém fazer caso dele, vendo sem ver, ouvindo sem ouvir, e não tendo podido realizar nenhuma das suas ambições: – Deixem-me! Deixem-me! – *Deixem-no com os seus fantasmas!*<sup>63</sup>

Repare-se ainda como nos transmite o Regicídio. Serve-se de testemunhos directos, isto é, testemunhas presenciais. Intrmete-lhes elementos de ligação, ordenando o discurso de modo a conseguir uma pintura global da tragédia:

E pela narração do Melo, do Armando Navarro e de outros que assistiram, reconstituo assim a tragédia:

O comboio descarrilara. Seguia atrasado. Durante o trajecto, o rei não fumou nem jogou, como costumava. Vinha apreensivo.<sup>64</sup>

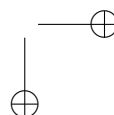
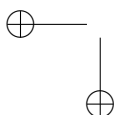
Após a citação de vários testemunhos compõe o quadro: “Linda tarde para uma bomba – exclama uma menina da alta, na ponte da estação. Havia, é natural, um certo receio, e a duquesa de Palmela, ao ouvido de João Franco: – Não haverá perigo? – V. Ex<sup>a</sup>. vai ver que ovação!”<sup>65</sup>. Depois, são, de novo, testemunhas a falar na primeira pessoa: “Eu assisti – diz o Navarro. [...] Eu estava a quatro passos – confirma o pintor Melo. [...] Ao primeiro tiro – continua o Navarro”<sup>66</sup>. Finalmente fala o Franco Nogueira: “Um polícia avançou direito a mim,

<sup>63</sup> Raúl Brandão, *Memórias, op. cit.*, vol. I, p. 82. Sublinhado nosso.

<sup>64</sup> *Ibidem*, vol. I, p. 125.

<sup>65</sup> *Ibidem*, p. 125.

<sup>66</sup> *Ibidem*, p. 126.





com o revólver apontado, exclamando como um doido: Matei agora um! Matei agora um!”.

E termina assim o texto. O que se segue são curtos apontamentos separados por asteriscos.

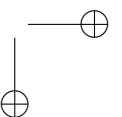
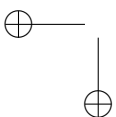
Brandão aproveita segmentos da realidade histórica vivida, de forma caótica, sentimental, ao acaso das suas emoções e juízos sobre a condição humana. Quando lhe interessa, avoluma as figuras e dá-lhes uma voz mais forte. Por outras personalidades e circunstâncias passa como pouco mais de um anotador de notas de diário. O que o impressiona mais é sempre aquilo que está mais carregado de tragicidade, de contradição e de dor.

Com constantes incursões na realidade social e no seu próprio íntimo, nestas memórias pesam a subjectividade, as contradições que o atormentam, o desabafo, o comentário, a interrogação estética. Diríamos mesmo que no volume III, na síntese feita em jeito de balanço final e em que o discurso está mais solto de eventuais preocupações documentais (como acontece nos dois anteriores volumes), e por isso mais elaborado, mais “literário”, é aí que esta estratégia de interrogativas retóricas e de construções anafóricas é recorrente, como na seguinte passagem: “Quem pesou o egoísmo? Quem contou com o terror? [...]”<sup>67</sup>. E, algumas linhas depois: “Mas o País é, na realidade, monárquico? Se o País é monárquico, porque falham todas as tentativas de incursão? E porque falham da mesma forma todas as tentativas cá dentro, até à última aventura da Traulitânia, com o Norte sublevado?”<sup>68</sup>.

Afinal, as *Memórias*, espécie de peregrinação pela História, pela sociedade portuguesa e pelas suas próprias reminiscências, vêm inserir-se no pensamento chave com que abre *El-Rei Junot*: a História é dor. Na série de obras que constituem a sua quase obsessão pela História (como diz Álvaro Manuel Machado), a Invasão Francesa, o Gomes Freire nas suas várias edições, e agora também nas memórias respeitantes à República, o que vemos é um Brandão céptico perante a política, os sis-

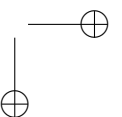
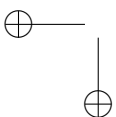
<sup>67</sup> Raúl Brandão, *Memórias, op. cit.*, vol. III, p. 32.

<sup>68</sup> *Ibidem*, pp. 32-33.





temas, as revoluções – o mundo. A História de Portugal revelou uma sucessão de falhanços, de dramas, de regimes que apodrecem, de revoluções que falham. Interesses e ambições corroem a política. Mas será só isso? Não será uma incapacidade estrutural do povo português para se organizar? Mais ainda: não será a condição humana, cujo paradoxal dramatismo está constantemente a impressionar Raul Brandão?





## Bibliografia

BRANDÃO, Raúl , *Memórias* (3 vols.), Lisboa, Perspectivas & Realidades, s.d.

CASTILHO, Guilherme de, *Vida e obra de Raúl Brandão*, Lisboa, Bertrand, 1979.

CLEMENTE, Manuel, “As memórias-confissões de Raúl Brandão” in *Colóquio ao encontro de Raúl Brandão*, Porto, Lello Ed., Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto, 2000.

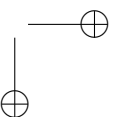
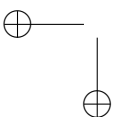
MACHADO, Álvaro Manuel, “Literatura e memória: a alegorização da História em Raúl Brandão”, in *Actas do colóquio internacional literatura e história*, Porto, Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos, 2004, Vol. I, pp. 337-342.

MARINHO, Maria de Fátima, “El-Rei Junot e vida e morte de Gomes Freire de Raúl Brandão: nem história nem romance”, in *Revista da Faculdade de Letras “Línguas e literaturas”*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, série II, XX, 1, 2003.

PIRES, António M. B. Machado, *O essencial sobre Raúl Brandão*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.

SERRÃO, Joel, “Raúl Brandão: espanto, absurdo e sonho” in *Temas oitocentistas*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978, Vol. 2.

VIÇOSO, Vítor, “As *Memórias* de Raúl Brandão: do intimismo aos pesadelos da História” in *Românica*, Lisboa, Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, n.º 3, 1994.









## Republicanos Gaúchos: um “causo” muito curioso

Maria Eunice Moreira<sup>69</sup>

E contudo é necessário um resfôlego para mostramos ao mundo que pelejamos tão esforçadamente nos diversos e mais elevados ramos da atividade humana, como nos campos de batalha.

Apolinário Porto Alegre

Precisamos sempre mostrar ou provar que, no Rio Grande, a situação republicana é inteiriça e não aceita a mínima transigência.

Júlio de Castilhos

---

<sup>69</sup> Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.



“Causo” ou caso é uma história curta, com dinamicidade narrativa, que envolve a presença de um narrador-personagem, geralmente aquele que viu ou ouviu o episódio a ser narrado e é introduzido por algumas expressões próprias como: “Vamos ao causo” ou “O causo que vou narrar”. A linguagem coloquial que geralmente envolve a narrativa e a autoridade do narrador (antigo soldado ou velho capataz, por exemplo) tornam esses relatos cheios de sabedoria e ampliam a sociabilidade dos gaúchos<sup>70</sup> que vivem (ou viviam) nas antigas estâncias. O espaço privilegiado para o relato do causo é o galpão, onde as mulheres geralmente não entram e os homens, sentados em pequenos bancos (ou mochos), dividem suas histórias, alimentados pelo chimarrão ou por um pedaço de carne assada na brasa.

Narrativa proveniente quase que exclusivamente da boca de um homem, os causos singularizam a literatura regionalista do Rio Grande do Sul, se bem que possa haver causos em outras literaturas regionais. O caso requer, pois, um narrador, uma história e testemunhas, que, geralmente ausentes ou porque já não mais vivem, ou porque estão distanciadas do fato ou porque não se encontram na hora do conto, são invocadas para conceder maior credibilidade ao narrado. Para não deixar dúvida, o narrador convoca, ao final, a participação da platéia, com expressões como: “E vancês (ou vocês) acreditam no que digo?”<sup>71</sup>.

Com essa introdução, tratarei do “caso” da República brasileira, dizendo de onde venho – do Rio Grande do Sul – e parto da hipótese de que o Rio Grande do Sul foi a Província onde ocorreu a primeira manifestação republicana brasileira, antes, portanto, da fundação, no Rio de Janeiro, do Partido Republicano, em dezembro de 1870.

<sup>70</sup> Gaúchos eram homens livres, dedicados às atividades pastoris e à guerra, no Sul do Brasil. Hoje a denominação é estendida a todos que nascem ou vivem no Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>71</sup> Ver Maria Eunice Moreira, *Regionalismo e literatura no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, EST, 1981.



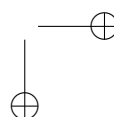
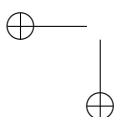
## **Primeiro caso**

O ano de 1835 foi um dos mais turbulentos da regência imperial de 1831 a 1840, em virtude do estouro de revoluções regionais de norte a sul do Brasil: a Cabanagem, no Pará; a revolta dos negros malês e a Sabinada, ambas na Bahia, e a mais duradoura de todas – a Revolução Farroupilha ou guerra dos farrapos, no Rio Grande do Sul. Por dez anos – de 1835 a 1845 – o governo imperial viu a Província de São Pedro ou o Continente do Rio Grande, como era conhecido o extenso território ao sul do Brasil, na divisa com o Uruguai e a Argentina, ser sacudido por uma luta fratricida, cujos resultados são até hoje motivo de discussão política e acadêmica. São Pedro sentia-se uma província mártir<sup>72</sup>, como diz Urbim: “seus habitantes pagavam impostos muito altos, viviam de armas na mão para se defender dos castelhanos que ameaçavam a fronteira e o produto básico da região, o charque, era comercializado dentro do próprio país com valores mais altos do que o uruguaio ou o argentino, favorecendo, portanto, a importação dos países do Prata, ao contrário das vantagens oferecidas pelo império aos cafeicultores de São Paulo”.

A revolta era iminente e as concessões do Ato Adicional de 1834, pelo qual os gaúchos aguardavam disposições mais favoráveis sobre a taxaço da carne, a escolha dos presidentes provinciais e a autonomia das câmaras municipais, frustrou de vez a Província. Tropas de todos os lados começaram a se movimentar, divididas em dois agrupamentos distintos: conservadores (legalistas ou caramurus), para defender o império, e liberais (farroupilhas ou farrapos) para lutar contra a hostil política imperial.

Legais, chavetas, caramurus, pés de chumbo, marujos, marotos, labregos, assim eram identificados os legalistas e, para corresponder-lhes na mesma moeda, os adversários chamavam depreciativamente os liberais de farrapos ou farroupilhas, designação, que, pouco, a pouco, perdeu o caráter pejorativo e passou a identificar orgulhosamente os

<sup>72</sup> Carlos Urbim, *Os farrapos*, Porto Alegre, Zero Hora, 2003, p. 16.



revolucionários. O termo farrapo vinha do antigo português farroupa, pano, trapo velho; caramuru foi tirado do nome de uma gazeta que apareceu no Rio de Janeiro, defendendo princípios retrógrados, totalmente avessos à opinião nacional.

Nas cidades do Rio Grande e de Pelotas, colonizadas pelos portugueses e onde ali muitos viviam, assim cantavam eles quando algum republicano era preso:

Nós tamos dóvrigaxão: / Xarbiri ao noxo monarca, / Agarrari  
aos farroupilhas, / Metê-los no vriguevarca.

Fora, fora, farroupilhas! / Boxo partido pardeu; / Léguas a pé  
caminhastes / Bistes Rio Grande? Nem eu! (naim eu!).<sup>73</sup>

As ofensas se sucediam de ambos os lados e atacavam tanto os chefes guerreiros, quanto a gente do povo e as situações mais comuns:

Galego, pé de chumbo, / Calcanhar de frigideira, / Quem te deu  
a liberdade / De casar com brasileira?<sup>74</sup>

No ano seguinte ao início da revolta, ou seja, em 1836, um dos chefes farroupilhas, o então Coronel Antônio de Souza Neto, depois de vencer os legalistas na batalha do Seival, e motivado pelo ódio ao império, que se negava a conceder direitos aos revolucionários farroupilhas, reuniu a tropa e, sem consultar o líder, leu uma proclamação em que, ao final, manifestou-se a favor da independência:

Camaradas! Nós, que compomos a primeira brigada do exército liberal, devemos ser os primeiros a proclamar, como proclamamos, a independência desta Província, a qual fica desligada das demais do Império, e forma um Estado livre e independente,

<sup>73</sup> Apolinário Porto Alegre, *Cancioneiro da revolução de 1835*, Porto Alegre, Companhia União de Seguros Gerais, 1981, p. 85. Os versinhos reproduzem a fonética portuguesa: “*farroupilhas! / Vosso partido perdeu; / Léguas a pé caminhastes / Vistes Rio Grande? Nem eu!*”.

<sup>74</sup> *Ibidem*, p. 83.



com o título de República Rio-Grandense, e cujo manifesto às nações civilizadas se fará competentemente.

Camadaradas! Gritemos pela primeira vez:

Viva a República Rio-Grandense!

Viva a Independência!

Viva o exército republicano rio-grandense!

A literatura registrou em versos esse momento, coligidos mais tarde por Apolinário Porto Alegre no *Cancioneiro da revolução de 1835*:

O dia doze de setembro

Foi um dia soberano

Foi no Seival que soou

O grito republicano.<sup>75</sup>

Declarada a separação, Bento Gonçalves da Silva impôs-se como o guia da liberdade por ser contrário à tirania e por expressar o valor mais alto da guerra: a valentia:

Bento Gonçalves da Silva

Da liberdade é o guia.

É herói porque detesta

A infame tirania.

O general Bento Gonçalves

Que de nada se temeu,

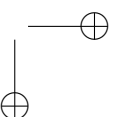
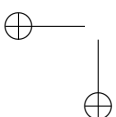
Ainda estando numa ilha

Corajoso combateu.<sup>76</sup>

---

<sup>75</sup> *Ibidem*, p. 51.

<sup>76</sup> *Ibidem*, p. 61.



Em outubro de 1836, Diogo Feijó, em nome do imperador D. Pedro II, por esse ser menor, assinou uma carta de lei decretando a suspensão pelo prazo de um ano das garantias individuais na Província de São Pedro<sup>77</sup>. Por essa carta, Feijó oferecia anistia aos rebeldes, desde que aceitassem a ordem legal, mas previa sanções, como perdas de patente e vencimentos, caso não a acatassem. A decisão dos conflagrados, contrária ao documento legal, deixou os farrapos definitivamente fora da lei e seu líder, Bento Gonçalves da Silva, foi aprisionado pelos legalistas.

Mesmo com seu guia na prisão, os farrapos instituíram a república, em 5 de dezembro de 1836, em Piratini, escolhida como sede da República. Piratini (que significa “peixe barulhento” em tupi guarani) era um ponto estratégico: longe de Porto Alegre, mas perto das estâncias guarnecidas pelas tropas rebeldes, fica no caminho do mar, não muito distante do rio Camaquã e da lagoa dos Patos, que propiciava a saída para o oceano Atlântico. Instalada a república, sua nova capital foi elevada à categoria de cidade com o título de “Mui leal e patriótica” e os dispositivos para a implantação do regime tomaram mais consistência. Os revolucionários criaram um jornal, *O Povo*, uma bandeira oficial farroupilha (um triângulo com três cores: verde, vermelho e ouro – o verde e o amarelo são as cores da dinastia bragantina), que passou a guiá-los nas batalhas e a identificar os revoltosos em todas as circunstâncias; um escudo, marcado pela influência das sociedades secretas e da maçonaria. Em 1838, os farrapos derrotaram os imperiais, que tinham uma excelente banda, e encomendaram ao maestro Mendanha a composição do Hino da República Rio-Grandense (no século 20, tornou-se o hino oficial do Rio Grande do Sul). A letra da música tem o seguinte estribilho: “Mostremos valor, constância / Nesta ímpia e injusta guerra; / sirvam nossas façanhas / de modelo a toda a Terra”.

De todos os símbolos, porém, o que mais unia os homens era o lenço vermelho de seda aberto, usado ao pescoço, *com duas pontas soltas às costas e atado de modo peculiar à frente, quase como uma*

<sup>77</sup> Carlos Urbim, *op. cit.*, p. 75.



*cruz no peito*<sup>78</sup>, cujo nó, feito uma vez, não se desfazia mais e assegurava os ideais dos republicanos:

Nos ângulos do continente,  
O pavilhão tricolor  
Se divisa sustentado  
Por liberdade e valor.

Ao mesmo tempo que a guerra se desenvolvia no campo de batalha, a “ordem ritual” da república começava a se valer de outro campo – o do imaginário – para instaurar sua fundação através da criação de símbolos que pudessem compor a “nova nação”. O crítico uruguaio Hugo Achugar chama a atenção que a instituição de imagens visuais, hinos, moedas, selos e monumentos forma parte do trabalho para construir a série de símbolos necessários a uma ordem “que operaria como um esforço fundacional para a construção de um novo imaginário nacional que, a seu tempo e vez, terminaria por ser objeto de recordação e se objetivaria na memória nacional oficial”<sup>79</sup>.

A ideia de que a arte visual compõe a identidade nacional foi um lugar comum na reflexão intelectual durante certo tempo, diz também Achugar. Porém, no que tange à produção da arte pela palavra, há consenso de que ela é parte de construção do estado-nação. As letras acompanham a centralidade do poder, o protegem e o perpetuam, comenta o mesmo crítico<sup>80</sup>.

Não foi diferente no processo revolucionário do sul do Brasil. O desenrolar da guerra, que durou dez anos, ensejou, de cada lado, uma literatura que, embora expressa oralmente, como as condições do conflito impunham ou mesmo decorrentes da baixa escolaridade da maior

<sup>78</sup> *Ibidem*, p. 82.

<sup>79</sup> Hugo Achugar, “A escritura da história ou a propósito das fundações da nação” in Maria Eunice Moreira, *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 2003, p. 50.

<sup>80</sup> Ver especialmente as páginas 53 a 58 do artigo citado na nota *supra*.





parte dos envolvidos, colaborou fortemente para a composição do imaginário político e revolucionário. Estrofes muito simples e geralmente em versos de redondilha maior (sete sílabas) permaneceram na memória dos rio-grandenses, transmitidos de geração a geração, como esta “Persignação farroupilha”:

O herói Bento Gonçalves, / Por ter de nós piedade, / Quer mostrar a liberdade / Pelo sinal.

O Neto, que é seu igual, / Não teme grandes perigos, / Livra-nos dos inimigos / Da Santa Cruz,

Que são os caramurus / De João da Silva Tavares, / E de todos seus sequazes / Livre-nos Deus.

Perdoa os pecados meus / E tem de nós piedade, / Livra-nos da crueldade, / Nosso Senhor.

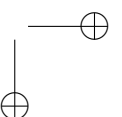
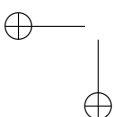
Destes que com furor / Vão levando tudo a eito, / Para tirar o direito / Dos nossos.

Pois sofrer eu já não posso / A esta malvada gente, / Porque são do Continente / Inimigos.

Olhem que grandes perigos / Estar-se criando outro Pedro! / Deus nos livre deste enredo, / Em nome do Padre.

Deste-nos a liberdade, / Já nos livraste do pai, / Vê se também nos livras / Do filho.

E então eu me humilho / De todo o meu coração; / Manda-nos a proteção / Do Espírito Santo.





E ressoará suave canto, / Compassada melodia, / Dizendo a Virgem Maria: / Amém, Jesus.<sup>81</sup>

Apolinário Porto Alegre, que coligiu as expressões poéticas sobre a revolução de 1835, registrou também uma “Persignação caramuru”. Mantendo a estrutura idêntica à da farroupilha, nela os caramurus (legalistas) invocam a proteção divina para se livrarem dos inimigos. Esse texto, extremamente raro e apenas registrado nesse *Cancioneiro*, conclui com a seguinte estrofe: “Assim queira Deus portanto / Que o diabo por esses ares / Carregue o Silva Tavares / Amém, Jesus”<sup>82</sup>.

Em 1845, ambas as partes, porém, não podiam mais prosseguir na luta: os farroupilhas estavam completamente esgotados e as derrotas nos campos de batalha eram freqüentes. O governo imperial, por sua vez, precisava garantir a paz e tranquilizar o império, ainda que sob condições, e mesmo à custa de empréstimo aos bancos ingleses, o que

<sup>81</sup> Augusto Meyer, *Cancioneiro gaúcho*, Porto Alegre, Globo, 1952, pp. 156-157. Esse texto encontra-se também em: Apolinário Porto Alegre, *op. cit.*, pp. 77-78; João Simões Lopes Neto, *Cancioneiro guasca*, Porto Alegre, Globo, 1960, p. 193, sob o título “Pelo sinal”.

<sup>82</sup> Apolinário Porto Alegre, “Persignação caramuru” in Apolinário Porto Alegre, *op. cit.*, pp. 79-80. A “Persignação caramuru” é a seguinte:

Tristes tempos malfadados / De não vistas maravilhas! / Distinguem-se dos farroupilhas / Pelo sinal. // De pistola, de punhal, / A vaga, raivosa gente / Assola o continente / De Santa Cruz. // Chama-nos caramurus / Nos ameaçam de saque; / Mas de semelhante ataque / Livre-nos Deus! // As leis andam a boléus / O povo tremendo foge. . . / Bento Gonçalves é hoje / Nosso Senhor! // Os que furtam sem pudor, / Espancam os seus patrícios, / Chamam-se sem artifícios / Dos nossos. // Os que, temendo alvoroços, / Querem viver retirados, / Logo são apelidados / Inimigos. // Dizem ainda que tais amigos / Que há de Caldas governar, / E que a lei há de ditar / Em nome do Padre. // Não acham lei que lhes agrade, / Senão com a lei dos seus, / Todos abusam de Deus / e do Filho. // Malditos! Em um tornilho / Deve achar-se cada qual, / Com o tormento corporal / Do Espírito Santo. // Assim queira Deus portanto / Que o diabo por esses ares / Carregue o Silva Tavares / Amém, Jesus.



colaborava para aumentar a dívida externa brasileira. A assinatura do Tratado de Ponche Verde encerrou o decênio guerreiro, mas os ideais que movimentaram os rio-grandenses persistiram na memória coletiva.

Mais tarde coligidos pelos intelectuais do Rio Grande do Sul, em obras hoje já raras, como o *Cancioneiro da revolução de 1835*, de Apolinário Porto Alegre; o *Cancioneiro gaúcho*, de Augusto Meyer; o *Cancioneiro guasca*, de Simões Lopes Neto, os dispositivos da república (hino, poemas, estrofes e causos) fixaram a memória da guerra e, ao mesmo tempo, operaram como um discurso de religação e interpelação, como esclarece Achugar, consolidando o imaginário de independência dos rio-grandenses, que nos anos posteriores seria recuperado.

Por esse processo, pode ser possível entender por que, mesmo com o final da guerra, a ideia de república separatista prevalecia entre os gaúchos, de modo que a convenção republicana de 1882, ao colocar a alternativa de separação ou federação, “retornava à exigência dos rebeldes farroupilhas: citavam o episódio de Farrapos como evidência de que o Rio Grande do Sul possuía tradições republicanas mais fortes do qualquer outra Província, a despeito de existir, em termos de organização, mais progresso em outras partes”<sup>83</sup>. Tem início, assim, o segundo caso republicano rio-grandense.

## Segundo caso

Na década de 1870, apesar do apaziguamento dos ânimos bélicos, os rio-grandenses continuavam divididos em duas facções, remanescentes do polarismo da Revolução Farroupilha, que tomariam outra envergadura com a formalização do pensamento republicano. Os tempos

<sup>83</sup> Joseph Love, *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*, São Paulo, Perspectiva, 1975, p. 30 [nota de rodapé introduzida por \*].



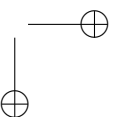
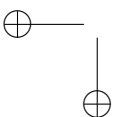


de oposição ao império que desencadearam a guerra civil de 1835 reapareciam agora envolvidos pelo manto da república. A fundação do Partido Republicano, no Rio de Janeiro e em São Paulo, cidades onde estudavam os filhos de estancieiros mais abastados e a criação de agremiações culturais, em Porto Alegre, como a Sociedade Partenon Literário, com objetivos abolicionistas e propostas de autonomia literária, estimularam os gaúchos a entrar no debate nacional. O regime republicano, com sua proposição federalista, preenchia os interesses dos gaúchos que logo fundaram um clube republicano no qual se engajaram os intelectuais congregados em torno do Partenon Literário.

Dentre os temas questionados pelos integrantes do Partenon Literário, entidade fundada em 1868, a abolição da escravatura congregou o maior número de adeptos. O escravo, considerado até então propriedade do estancieiro, motivou a proclamação do ideal de liberdade como um valor supremo a ser conquistado. Libertar o cativo representava um ato político que podia ser entendido sob dois ângulos: de um lado, a alforria a ser concedida pelo dono do escravo representava para o cativo a libertação do jugo e a mudança de categoria – de mercadoria, ele passava a pessoa; por outro lado, a liberdade assinada pelo homem branco, elevava-o a um patamar moral superior – era por suas bondade que o negro podia ser libertado.

Apolinário Porto Alegre, mentor da Sociedade Partenon Literário e um dos intelectuais mais empenhados na luta pela abolição e pela república, assim cantou nos versos de “Gabila”, poema escrito em homenagem ao escravo:

Liberdade! quimera que afagava  
Por mal dormidas noites de amargura,  
Miragem esplendente em seu deserto  
Sem fontes que apagassem-lhe a secura,  
Raio de luz divina  
Que a existência ilumina,





Para o escravo não era o céu, mas só ventura.<sup>84</sup>

A passagem do ideal libertário ao ideal republicano ou a associação entre abolição e república tornou-se um dos eixos ideológicos em torno dos quais o Partenon Literário gravitou e que permitiu também a união entre homens de diferentes posições políticas. Liberais com republicanos irmanaram-se sob a égide das letras (afinal o Partenon Literário constituiu-se como uma agremiação estimuladora da literatura regional) e contra a monarquia.

Apolinário Porto Alegre, em poemas como “Evasão” e “Tobias”, reforçou, na década de 1870, a valentia dos antigos farroupilhas, vislumbrando nesses homens o ideário republicano:

De repente um batel nas águas surge  
E os homens que trazem descoberto o peito:  
À república: um viva longe ecoa  
E a nave leve para o largo aproa.<sup>85</sup>

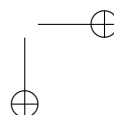
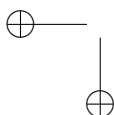
Ia o barco com as velas enfunadas,  
A tricolor bandeira sobre o mastro,  
Lábaro da República, águia excelsa,  
Que no espaço se libra como um astro!<sup>86</sup>

A república, portanto, encontrou o terreno arado quando se instalou no Rio Grande do Sul. Recuperando os ideais farroupilhas de três décadas passadas, o pensamento republicano facilmente tomou conta dos gaúchos. Além disso, o regime republicano possibilitava, ao menos teoricamente, a realização da propalada “democracia campesina”,

<sup>84</sup> Regina Zilberman; Carmem Consuelo Silveira; Carlos A. Baumgarten, *O Partenon Literário: poesia e prosa*, Porto Alegre, EST, Instituto Cultural Português, 1980, p. 85.

<sup>85</sup> *Ibidem*, p. 32.

<sup>86</sup> *Ibidem*, p. 32.





em que os donos do poder, os estancieiros, lutavam, lado a lado com os mais pobres, os soldados, os peões, enfim, os homens a pé, sem cavalos. Os heróis do passado, exaltados por suas virtudes físicas e morais, reacendem na figura dos políticos responsáveis pela implantação do sistema republicano, estabelecendo-se entre eles o elo de religação e de reinterpretação de que fala Achugar.

O Rio Grande aparece, agora, como o *locus* da igualdade, o espaço em que todos convivem sem diferenças de classe, o lugar em que os homens, livres e soltos nos campos abertos do pampa, concretizam o ideal de igualdade implantado pela república. Nesse cenário, os mais pobres, os despilchados, como se diz no sul do Brasil, podem atuar em conjunto com os estancieiros, a classe abonada e proprietária, e construir com ela a estrutura para a tomada do poder. A questão envolve a literatura e a política e, nesse momento, diferentemente dos tempos dos farrapos, em que versinhos ajudavam a fundar a nação (ou a região), agora, com essa já fundada, o caminho era em direção ao poder. A literatura explora essa ideologia e constitui o campo de força no qual aparece um novo homem – o gaúcho; uma nova nação – o Rio Grande: e um novo ideário – a república, capaz de oferecer a base teórica para a concretização do ideal pretendido.

Múcio Teixeira expressa, em versos, a aliança entre a política e literatura, entre o tempo passado, o presente e o futuro:

O coveiro que venha abrir a cova,  
Co'a enxada das modernas teorias,  
Para enterrar-se à luz da vida nova  
O fúnebre caixão de Monarquias!...<sup>87</sup>

Escritos em 1877, portanto doze anos antes da proclamação da república brasileira, essa quadra traduz o pensamento dos gaúchos. Não era necessário, pois, que o regime republicano se impusesse pela força

---

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 33.





ou pelas armas em 1889. No Rio Grande, alguns anos antes a monarquia teoricamente já tinha sido abolida e seus habitantes viviam sob a égide de outra bandeira – a da república – embora entre a população essa não tremulasse de par em par.

São essas situações que tornam o Rio Grande do Sul um caso (ou “causo”) singular quando se fala em república, especialmente porque, nesse caso, a aliança entre política e literatura assume outras proporções. No tempo dos farrapos, os gaúchos almejavam a república como forma de separação política do império – gaúchos lutaram contra os brasileiros para buscarem sua autonomia – política e financeira, em especial; em tempos de república, a luta não é mais pela separação do governo central, mas se transforma numa batalha que, apesar de interna, visa alcançar um lugar ao sol – para utilizar a expressão do escritor gaúcho Erico Verissimo – na federação brasileira.

A aliança entre política e literatura teve resultados favoráveis. Recuperando os feitos da guerra de 1835, os rio-grandenses movimentaram a cena política de 1870-1880, encamparam a república quando essa foi proclamada em 1889 e levaram ao poder a oligarquia de estancieiros que, com Getúlio Vargas, ultrapassou o século XIX e chegou ao XX, garantindo a liderança dos gaúchos em plano estadual e nacional. Curioso “causo” entre duas senhoras tão hábeis – a literatura e a política!





## Bibliografia

ACHUGAR, Hugo, “A escritura da história ou a propósito das fundações da nação” in Maria Eunice Moreira, *Histórias da literatura: teorias, temas e autores*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 2003.

LOVE, Joseph, *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*, São Paulo, Perspectiva, 1975.

MEYER, Augusto, *Cancioneiro Gaúcho*, Porto Alegre, Globo, 1952.

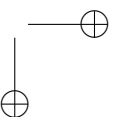
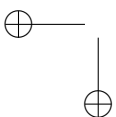
MOREIRA, Maria Eunice, *Regionalismo e literatura no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, EST, 1981.

NETO, João Simões Lopes, *Cancioneiro guasca*, Porto Alegre, Globo, 1960.

PORTO ALEGRE, Apolinário, *Cancioneiro da revolução de 1835*, Porto Alegre, Companhia União de Seguros Gerais, 1981.

URBIM, Carlos, *Os farrapos*, Porto Alegre, Zero Hora, 2003.

ZILBERMAN, Regina; SILVEIRA, Carmem Consuelo; BAUMGARTEN, Carlos A., *O partenon Literário: poesia e prosa*, Porto Alegre, EST, Instituto Cultural Português, 1980.









## O Imaginário Republicano em José Rodrigues Miguéis

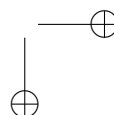
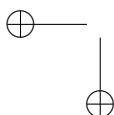
Teresa Martins Marques<sup>88</sup>

*Dedico esta minha comunicação à primeira mulher que exerceu o direito de voto em Portugal: a médica Carolina Beatriz Ângelo, minha conterrânea, nascida em 1878 na Guarda, na paróquia de S. Vicente e falecida em Lisboa em 1911. Foi ela que bordou a bandeira hasteada na varanda da Câmara, ao ser proclamada a República.*

José Rodrigues Miguéis nascido em Lisboa em 1901 é um escritor poliédrico, pintor de grandes frescos históricos dos finais da Monarquia, da jovem República e do advento do Estado Novo. Passados trinta anos sobre a sua morte, poucos conhecerão ainda hoje o seu papel pioneiro como autor da nossa primeira narrativa neo-realista publicada

---

<sup>88</sup> Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.



a 20 de Janeiro de 1935, no jornal *O Diabo*, com o título *O Acidente*<sup>89</sup> continuando a atribuir-se a Alves Redol o papel de iniciador do neo-realismo com o romance *Gaibéus*, publicado em 1939, isto é, quatro anos depois da narrativa de Miguéis.

Discípulo assumido de Raul Brandão e Raul Proença, de quem nunca se distanciou, nem mesmo em 1930, quando se incompatibilizou com António Sérgio, na conhecida polémica com Castelo Branco Chaves<sup>90</sup>. Tal polémica não impediu o lúcido Sérgio de, cinco anos mais tarde, escrever a respeito de Miguéis: “É um espírito rico, variado, insinuante, fino e o mais admirável dos oradores que jamais ouvi na minha língua”<sup>91</sup>.

A sua escrita, sem academismos de escola, revela múltiplas tonalidades, além da neo-realista, sobretudo a presencista e até mesmo a existencialista, marcadas por um estilo lúcido e lúdico, melancólico e cor-

<sup>89</sup> Dois anos depois, nos Estados Unidos da América. Cf. *A Plebe*, Newark, 1 de Setembro de 1937; *Casa de Ricos* – New York: Série Portuguesa, 1937. Cf. apelo feito no jornal: “Casa de Ricos é o título de uma bela e interessante novela da autoria do conhecido escritor José Rodrigues Miguéis, cuja leitura recomendamos a todos os liberais portugueses. [...] Esta magnífica novela custa apenas 20 cents. O produto da sua venda destina-se ao fim mais urgentemente altruísta da actualidade: a defesa da democracia espanhola” (citado por John A. Kerr Jr., “On Some Political Writings of Miguéis” in Onésimo T. Almeida (org.), *José Rodrigues Miguéis: Lisbon in Manhattan*, Providence, Gávea-Brown, 1984, p. 82). Ainda sobre esta actividade militante do autor cf.: “José Rodrigues Miguéis por Camila Miguéis” in *Letras & Letras*, n.º 62, de 1 de Janeiro de 1992, p. 11.

<sup>90</sup> Castelo Branco Chaves, “O Conceito de Revolução em Eça de Queiroz” (20 de Março) a que José Rodrigues Miguéis responde com dois artigos, sob o mesmo título: “Sobre os Fins e a Coragem nos Meios de Actuar” (18 de Setembro e 2 de Outubro). Réplica de Castelo Branco Chaves, sob forma de carta (13 de Novembro). Sérgio intervém com os artigos “Sociedade e Espírito, Acção Política e Sinceridade Intelectual” (25 de Dezembro) e “Sobre uma Crise de Consciência” (29 de Dezembro), onde rebate as posições de José Rodrigues Miguéis e expressa a solidariedade da revista com Castelo Branco Chaves. Desta polémica resultaria o afastamento voluntário de José Rodrigues Miguéis da *Seara Nova* através de “Uma Carta” endereçada a Câmara Reys (29 de Dezembro) a que este responde na mesma data, elogiando o jovem Miguéis, todavia solidarizando-se com a direcção da revista.

<sup>91</sup> *Diário de Lisboa*, 5 de Abril de 1935.

tante, sombrio e luminoso. *Páscoa Feliz*<sup>92</sup>, *A Mancha não se apaga*<sup>93</sup>, *Léah*<sup>94</sup>, *Saudades para a Dona Genciana*<sup>95</sup> são dignas de figurar no mais exigente cânone literário da literatura portuguesa do século XX.

Os pais de Miguéis eram republicanos convictos e o futuro escritor bebeu o sonho republicano com o leite materno, mas trouxe também o veneno da decepção, ao assistir ao rápido declínio da República, que culminaria no golpe de 28 de Maio de 1926. Com essas vivências viria a alimentar o tríptico incompleto de Lisboa, já que dele nos ficaram apenas o 1.º e o 3.º painéis – *A Escola do Paraíso* (1960) e *O Milagre segundo Salomé* (1975). O 2.º volume anunciado na “Nota do Autor” do *Milagre*, com o título *Filhos de Lisboa*, havia de ficar para sempre inconcluso<sup>96</sup>.

O futuro escritor não tinha ainda nove anos, em 5 de Outubro de 1910. Em nítida transposição autobiográfica, a revolução é mostrada através do olhar do menino Gabriel, e com ele percorremos a Lisboa<sup>97</sup> de finais do século XIX e das primeiras décadas do século XX nas páginas do romance *Escola do Paraíso*. Pressagiando o regicídio, o capítulo 19 intitulado “Bolacha «Marselhesa»” inicia-se sob o signo do sangue e da morte. A atmosfera deprimente manifesta-se na lúgubre paisagem

<sup>92</sup> José Rodrigues Miguéis, *Páscoa Feliz*, Lisboa, Edições Alfa, 1932.

<sup>93</sup> José Rodrigues Miguéis, “A Mancha não se apaga”, in Miguel Cruz (org.), *Dez Novelas Dez Novelistas*, Lisboa, Imp. Artística, Col. Amanhã, 1934.

<sup>94</sup> José Rodrigues Miguéis, “Léah”, in *Revista de Portugal*, Lisboa, n.º 10, 1940 (ainda com o título *Léa*). Incluído posteriormente em *Léah e Outras Histórias*, Lisboa, Editorial Estúdios Cor, 1958.

<sup>95</sup> José Rodrigues Miguéis, *Saudades para a Dona Genciana*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1956. Incluído posteriormente em *Léah e Outras Histórias*, Lisboa, Editorial Estúdios Cor, 1958.

<sup>96</sup> Em 1975 Miguéis havia já publicado material diverso como conto ou crónica, o qual primitivamente era destinado a esse romance, conforme declarações suas ou anotações constantes do seu espólio. Para minorar essa lacuna do 2.º volume, incluímos 87 páginas de “Trechos Complementares ao romance *A Escola do Paraíso*”, no final da nossa edição: *A Escola do Paraíso*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 403-490.

<sup>97</sup> Cf. Teresa Martins Marques, *O Imaginário de Lisboa na Ficção narrativa de José Rodrigues Miguéis* (1994), 3.ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

do cemitério avistado de casa, no sangue da mãe, que acabara de extrair mais alguns dentes e na solidão de Gabriel: “Porque não andava na rua como o irmão e os outros, a estilhaçar o vidro azul da tarde aos gritos?”<sup>98</sup> (p. 177). “Estilhaçar” e “gritos” referenciam-se directamente, em termos de violência direccionada para um alvo abstracto – “o vidro azul da tarde”, metáfora de um espaço-tempo de marasmo, de “morrinha”, que o regicídio vem estilhaçar derramando o sangue azul da cor dos vidros “estupidamente azuis”, dos palacetes da cidade, que distorcem a cor azul do céu. A filtragem dos acontecimentos pelo olhar da criança corrobora aquela atmosfera depressiva: “Um dia de morte pairava no ar, afogava-o de tristeza, o mundo inteiro pareceu-lhe agonizante, um moribundo violáceo, a exalar o último suspiro. . .” (p. 179).

O conhecimento da notícia do regicídio e os comentários pró-monárquicos da mensageira, a mestra D. Mariana: “Uma espera, uma espera como aos lobos!” (p. 178) – provocam o silêncio, não apenas em D. Adélia, a mãe, mas também na criança. Silêncio precocemente adulto, meditativo, de quem “foi até à outra janela olhar a rua deserta” a imaginar “garotos invisíveis” soltando “gritos dilacerantes”. A cega raiva da mestra, que deseja encontrar um bode expiatório na família de Gabriel, é diferida pelo discurso de sua mãe: “Esta vossa mestra é uma boa peça. Veio cá para me dizer que nós também tínhamos culpa na morte do rei. Mas viu-me neste estado. . . Como o desgraçado do Buíça foi explicador do vosso irmão. . .” (p. 180). Fernando o irmão mais velho de José Miguéis, que se chama Santiago no romance, tivera lições com um dos regicidas, o professor Manuel Buíça, na escola das Pedras Negras.

O espaço físico de Lisboa é interpretado pelo pequeno Gabriel, a partir de uma reportagem da *Ilustração Portuguesa* que se encheu de “estampas tiradas de revistas estrangeiras, mas não havia duas iguais” (p. 180). A inautenticidade da representação, mostrando um Terreiro

<sup>98</sup> Todas as indicações de página remetem para: *A Escola do Paraíso*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.



do Paço “mais ou menos desfigurado”, “lampiões que não eram os de Lisboa”, remete indirectamente para os boatos e mentiras da informação – “decididamente não se podia confiar na imprensa”. “O regicídio era interpretado segundo a fantasia de cada artista” (p. 180) e até mesmo as posições das imagens dos regicidas variavam, contraditórias, retirando tragicidade ao momento, como se de uma qualquer dança se tratasse:

Quanto aos dois regicidas, aí havia sempre um homem de barbas, ora pretas ora loiras, o Buíça, de carabina em punho, de capote ou em corpo bem feito, de joelho no empedrado, ou escondido na arcaria; o outro o Costa, de cara redonda e bigode, de boina ou de chapéu de coco, trepava à caleça para atirar ao rei: ora de frente, ora de lado, ora ainda pela retaguarda. (p. 180)

A sátira à imprensa, que encontrará na escrita migueisiana o seu pleno desenvolvimento nos romances *O Milagre segundo Salomé* e *O Idealista no Mundo Real*<sup>99</sup> está assim contida em embrião n’*A Escola do Paraíso*. A descrição do regicídio “o fim de tudo, o fim de um mundo” é feita por uma testemunha ocular, a “talassa” D. Leonor de Mendanha e Serrano, que viu tudo a partir da sua varanda, o único local da casa que entusiasma Gabriel: “Ele queria era ir para a varanda corrida donde se via a praça com o Pelourinho no meio, retorcido como uma rosca de padeiro, a Câmara e o Arsenal” (p. 183). A comparação do Pelourinho com a rosca do padeiro representa ainda a intrusão do elemento popular no espaço nobre do Terreiro do Paço e da casa da nobre e alcoólica anfitriã, antiga patroa da mãe de Gabriel. Intrusão também neste espaço da nobreza obtida ainda por outro produto comestível – a bolacha “Marselhesa”, oferecida pela criada a Gabriel, que se mostra surpreendido: “Como é que vinha encontrar bolachas *Marselhesa* em casa desta gente talassa?” (p. 187). Clara sobreposição do olhar-percepção do mundo do narrador ao da criança, que não poderia

<sup>99</sup> José Rodrigues Miguéis, *O Idealista no Mundo Real*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986.



ainda estabelecer conexões com a Revolução Francesa e muito menos com Rouget de Lisle.

A recusa dos valores aristocráticos que esta gente representa, torna-se visível ao não aceitar as bolachas que “também cheiravam a naftalina, a casa mortuária, a regicídio” (p. 187). E a imagem da precoce coerência política da criança que ressalta do silêncio perante o interrogatório do filho de Dona Leonor de Mendanha – o imaturo adulto Adalberto – funciona também como resposta e recusa do gaiato que se contém ao ser-lhe dito por Adalberto que “é mudo” e se parece “com o palerma do Dom Manuel” na mesma idade. Semelhança essa que incluiria o próprio vestuário: “E andas de saias como ele andava!” (p. 188)<sup>100</sup>.

O Dr. António José d’Almeida visitava a casa dos pais de Miguéis como médico da família. Assim se explica a cena do correigionário que usa os emblemas trocados: “Mas deixa cá ver: tu andas com a coroa bordada no braço? e a bandeira talassa?! já não és meu correigionário!” (p. 230). A sinceridade, a coerência do pequeno Gabriel é posta em evidência em contraste com a falta dela no mundo adulto, pois, “chegado a casa, reclamou que a mãe lhe descosesse os ornatos” (p. 230). Não tendo sido atendida a pretensão, ele mesmo fez o serviço, não se livrando de “dois democráticos açoites”, que sua mãe “lhe ferrou nos fundilhos”, aprendendo, por esta forma radical, que a coerência política tem os seus custos. É evidente a ironia na adjectivação “democráticos açoites” que tem em pano de fundo o Partido Democrático de Afonso Costa, contraposto ao Partido Evolucionista de António José d’Almeida.

Vista do lado das crianças a revolução da República não poderia chegar em melhor altura, afinal já não precisavam de ir com o pai

<sup>100</sup> No conto “Pouca Sorte com Barbeiros” in *Léah e Outras Histórias* (Lisboa, Editorial Estúdios Cor, 1958) o narrador é também apresentado como sócia de Sua Alteza. É com velada ironia que tal “parecença” é apresentada pelo narrador, agora adulto, para mostrar a boa fé do povo, principalmente das “boas mulheres”, a sua veneração submissa perante os símbolos reais, que levam à imitação das poses fotográficas do Senhor Infante.



à praia de Paço de Arcos, pouco apetecível no mês de Outubro: “a Revolução está na rua”, “Viva a República, filhos... Adeus” (p. 327) disse o pai e lá vai ele esfuziante para a Baixa e as crianças espantadas de retorno a casa, sozinhas, pois claro. Gabriel adere logo à República (pronunciando *República*), mas agitando sempre a bandeira azul e branca<sup>101</sup>.

Correu ao quarto de vestir, tirou da sapateira do guarda-fato a bandeira azul e branca, enterrou na cabeça o chapéu de feltro encarnado e pôs-se a correr a casa dando batalha a invisíveis inimigos agitando o estandarte estrelado da União e cantando a meia voz um hino belicoso. Sentia-se muito orgulhoso do seu pai, que tinha ido para a baixa, sem medo aos tiros. (p. 328)

A implantação da República é apresentada como um tempo de grande emoção: “Parecia um arraial. Mas não houve remédio senão ir para a cama, deixando os outros de janela a gozar” (p. 329). E mesmo quando a imagem transmitida pressupõe um ponto de vista do narrador adulto, lemos ainda nela uma sensação de infantil alegria na personificação da cidade: “Durante dois dias e duas noites o ar de Lisboa andou esguedelhado de tiros, o céu riscado de fogos de vista singulares” (p. 329). A substituição, ao nível discursivo, do fogo de artilharia pelos “fogos de vista”, em alusão ao fogo de artifício, implica a sobreposição do imaginário lúdico infantil à realidade do espaço revolucionário adulto, por vezes mais fogo de vista do que propriamente revolucionário.

A “reação do prédio” de Gabriel, perante os acontecimentos da República, afigura-se-nos uma curiosa manifestação da interpenetração dos espaços físico e social de Lisboa: “O prédio embandeirou, mas só do lado esquerdo, numa espécie de hemiplegia republicana” (p.

<sup>101</sup> Gabriel engana-se de bandeira e este engano reflecte certa opinião pública da época que, apesar de republicana, preferia manter a bandeira azul e branca. São conhecidos diversos projectos para uma nova bandeira, que mantêm como cores de fundo o azul e o branco, nomeadamente os de Álvaro Foito, Duarte Leal, Carvalho Neves e Guerra Junqueiro.





334). O prédio semi-sorri à República, aludindo implicitamente à doença do protagonista da narrativa autobiográfica *Um Homem Sorri à Morte – com Meia Cara*. O facto de embandeirar do lado esquerdo tem o significado político que às esquerdas se associa, mas será o misto de personificação e comparação, “numa espécie de hemiplegia”, que valoriza aquelas imagens. Tal como o pai de Gabriel, “três dias tinha ficado fora de casa” (p. 335) o Sr. Roque da mercearia do Monte, ao passar na rua com outros combatentes, foi ovacionado pelos moradores republicanos do prédio de Gabriel, que deles recebera um olhar-resposta-emocionada. Mas é ainda o espaço físico do prédio que personifica os moradores: “Todas as caras dos combatentes se viraram para cima, de barba crescida, sorrindo felizes. Aquele olhar ficou preso à fachada, tornou o prédio memorável” (p. 334).

Com a República, o espaço de Lisboa transfigura-se: “Passam bandos aos vivas a caminho da Baixa, da Rotunda, do Tejo, cantando *A Portuguesa*, irmanando-se com José Relvas, na varanda da Câmara: ‘foram eles que proclamaram a República naquela encruzilhada’” (p. 333). Encruzilhada no espaço da cidade e no tempo político, com as naturais hesitações no caminho. Uns, fiéis ao novo regime e outros acorrentados ao antigo. É este o caso dos “savalidades”, termo que designa impopularmente a polícia: “Marchavam à defesa das instituições de olhos baixos, sucumbidos, como quem vai para o cadafalso” (p. 329). Observe-se a importância do irónico “à defesa”, em vez de “pela defesa”, como lhes competia, defendendo-se eles próprios das instituições que temiam.

Numa notícia da primeira página do vespertino *O Paiz*, de 5 de Outubro de 1910<sup>102</sup>, lemos o seguinte: “Nas ruas de Lisboa, o povo confraterniza generosamente com a polícia e com a guarda municipal, esquecendo todos os agravos recebidos das duas corporações”. Apesar da confraternização, diríamos que a ficção é bem mais verosímil do que a imprensa. O que parece uma constatação, de um ponto de vista adulto, acerca do papel ambíguo da polícia, relativamente à sua fidelidade ao

<sup>102</sup> Suplemento ao n.º 1331.

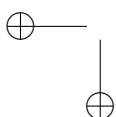






novo regime, contém ainda uma reminiscência da leitura do mundo da criança, através do reemprego do epíteto “savalidades”, que remete para um outro episódio do romance, quando um polícia, num ataque de fúria selvagem, destrói um carrinho de madeira, lúdico meio de transporte de dois garotos que seguiam rua abaixo, “montados no carro a descer a grande curva a vertiginosa velocidade” (p. 130). Gabriel, tendo presenciado esta cena, “nunca mais poderá olhar aqueles homens de farda cor-de-pinhão e bigodaça” (p. 131). O termo *savalidades* intriga Gabriel, que medita, qual Crátilo em miniatura, na motivação do nome, descobrindo uma curiosa pista interpretativa na pistola “Savage” usada pelo polícia. Consultando o Dicionário Inglês-Português, em nítida colagem do narrador à criança, que duvidosamente saberia inglês naquela idade, procura o sentido que se lhe afigura lógico: “savage” na acepção de selvagem, bárbaro, brutal. O comentário final: “Deve ser então isso” (p. 131) constitui um ponto alto da ironia do texto, já que o leitor deduz que o significado de “savalidades”, decorre da corruptela “cavalidades”.

Para os republicanos convictos, entre os quais se contava o pai de Gabriel, a República era a Vida Nova, o mito da Esperança, já desesperada no final do romance, preparando o caminho para a *débâcle* n’*O Milagre segundo Salomé*. Há boatos, greves, assaltos, prisões, bombas: “Nem tudo corre como se esperava”, “a cavalaria carrega sobre o povo”. Torna-se natural a dupla pergunta: “Então a República não é a harmonia e a fraternidade, a liberdade e o pão para todos? Ou não será esta a República que eles sonharam?” (p. 361). A projecção para um tempo futuro é associada à definição do mito da “Idade de Ouro”. Mito que está latente na primeira parte do pensamento do pai de Gabriel, para, na segunda parte, o reduzir a um retorno à infância. Na primeira parte é o tempo futuro, na segunda é o tempo passado. “A Idade de Ouro está no futuro, feliz de quem lá puder chegar! O que eles chamam Idade de Ouro é a infância, os que a tiveram. . .” (p. 355). Fazendo coincidir a Idade de Ouro com a infância, o passado, a inocência, não se incompatibiliza esta interpretação com uma Idade de Ouro





no futuro, encarada como reconquista colectiva de uma inocência perdida. O final da frase do pai é marcado pela ambiguidade: “os que a tiveram”; “a” pode referir-se à infância – os que tiveram infância, no sentido de terem podido ser crianças não adultizadas por um trabalho precoce; “a” pode também referir-se à inocência – os que não foram precocemente corrompidos pelo mundo adulto. Em ambos os casos a interpretação aponta para uma crítica social, lendo-se a Idade de Ouro no futuro, como uma espécie de Providência que resolveria as actuais situações de injustiça. Nas quinze linhas finais do romance retomar-se-á esta problemática, numa cena em que um homem se suicida no átrio do hotel onde seu pai trabalha e Gabriel sente um enorme desejo de fuga:

Sim ia a fugir mas não sabia de quê. Talvez deste mundo atormentado, da morte que espreitava a cada canto, ou da vida, que começa no sangue e acaba em sangue. . . [ . . . ] O paraíso, a idade de ouro, o sonho – nada disso existia fora dele. Estava dentro da vida e não podia fugir-lhe. (p. 401)

Numa tentativa de explicação, Gabriel aponta duas hipóteses: fuga de um mundo adverso, ou fuga da própria vida que começa em sangue, no início deste romance com o episódio da gato preto, que coloca a mãe grávida em risco de vida. Ao considerar que o paraíso não existe fora de si, tal implica que ele é uma interpretação do mundo concebido como tempo da infância: “Alguma coisa mais do que um homem morrer ali: um tempo, a sua infância” (p. 401). Impõe-se subir a ladeira da vida. Subir a ladeira é acreditar no futuro. Gabriel é agora um jovem que nasceu nas primeiras páginas do romance, crescendo sob os olhos do leitor. Porque um tempo terminou, seria necessário iniciar-se outro, da adolescência<sup>103</sup>, qual Sísifo carregando às costas a pedra dos dias:

<sup>103</sup> Justamente porque o 2.º volume (*Filhos de Lisboa*) teria como objecto esse tempo da adolescência, em que ocorreram duas grandes tragédias pessoais ao autor (as mortes do irmão e do pai) José Rodrigues Miguéis foi sempre adiando a sua escrita.





Era preciso recomeçar tudo noutro plano, trepar a ladeira arrastando o peso das cadeias. Sentiu-se de repente só, e teve medo. Então, num impulso, atirou-se contra o peito do pai, e escondeu a cara, sacudido de soluços. As lágrimas correram-lhe por fim, arrastando e dissolvendo a escuridão.” [...] “O sr. Augusto esperou, calado, enlaçando-o pelos ombros com um braço, e acariciar-lhe a cabeça com a mão direita (p. 401)

E é ainda ao espaço protector familiar que sempre retornam: “Vamos para casa, que a tua mãe já deve estar apoquentada com a demora”. A aprendizagem de Gabriel é como “uma talagarça onde a pouco e pouco a vida se vai bordando”. A adolescência, que aí vem, será estouvada de tão generosa, será radical de tão ambiciosa, em tudo semelhante à da moçoila República, que não logrou passar dos dezasseis anos.





## Bibliografia

KERR JR., John, “On some political writings of Miguéis” in Onésimo T. Almeida (org.), *José Rodrigues Miguéis: Lisbon in Manhattan*, Providence, Gávea Brown, 1984.

IDEM, “José Rodrigues Miguéis por Camila Miguéis” in *Letras & Letras*, n.º 62, 1 de Janeiro de 1992.

MARQUES, Teresa Martins, *O imaginário de Lisboa na ficção narrativa de José Rodrigues Miguéis*, 3.ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

MIGUÉIS, José Rodrigues, *A Escola do Paraíso*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.

IDEM, “A mancha não se apaga” in Miguel Cruz (org.), *Dez novelas Dez novelistas*, Lisboa, Imp. Artística, 1934.

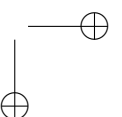
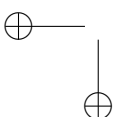
IDEM, “Léah” in *Revista de Portugal*, Lisboa, n.º 10, 1940.

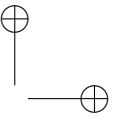
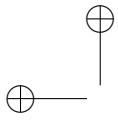
IDEM, *Léah e outras histórias*, Lisboa, Editorial Estúdios Cor, 1958.

IDEM, *O Idealista no Mundo Real*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986.

IDEM, *Páscoa Feliz*, Lisboa, Edições Alfa, 1932.

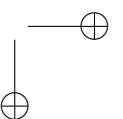
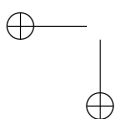
IDEM, *Saudades para a Dona Genciana*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1956.





**Parte III**

**A República e o  
Republicanismo nos Países  
Africanos de Língua  
Portuguesa**







# **A República em São Tomé e Príncipe: os escolhos à afirmação da elite são-tomense**

Augusto Nascimento<sup>104</sup>

## **Introdução**

Ao focarmos a história das várias ex-colónias portuguesas, tornadas países independentes há mais de trinta anos, colocar-se-á em questão o interesse da implantação da República em Portugal (1910-1926) para

---

<sup>104</sup> Investigador auxiliar do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), colaborador do Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (CEA/ISCTE-IUL), do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP) e do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (IHC – FCSH/UNL).



os africanos, mormente para os são-tomenses<sup>105</sup>. A questão não deriva da pretensão de ter um olhar africano ou são-tomense, mas do interesse em repensar o impacto de um marco da história portuguesa na evolução de outras sociedades.

O período republicano foi relevante para os africanos? Para esboçar uma eventual resposta importa ponderar vários vectores, desde logo, o novo das políticas e dos acontecimentos de então e, conjuntamente, o do curso do tempo, que parece apagar o rasto dessa história em África. Presumamo-lo, a resposta dos africanos, porventura ainda tributária da ideologia anti-colonial, será a de que não lhes interessará um período histórico que em pouco ou nada lhes mudou as vidas, acima de tudo pautadas pela dominação colonial. Contudo, esta resposta afigura-se redutora e pouco apropriada à compreensão quer da evolução política, quer de traços de uma identidade cultural própria, conquanto plural, dos africanos de vários países.

Se, em largas extensões territoriais do que já era ou viria a constituir domínio colonial português nas décadas seguintes, a implantação da República correspondeu a uma mudança sem consequências na vida local, para não dizer que passava completamente despercebida, não ocorreu assim em São Tomé e no Príncipe, em Cabo Verde, nas cidades de Luanda e Lourenço Marques e, ainda, noutros núcleos urbanos.

Com os seus lemas de cidadania e de interesse pela coisa pública, a República impeliu as elites africanas à tentativa de interlocução com os governantes e, daí, à expressão de sentimentos de pertença e de identificação com a sua terra numa escala até então inobservada. Dessa perspectiva, a República foi um marco na vida de sectores sociais das colónias, mormente em São Tomé e Príncipe.

<sup>105</sup> Este texto, escrito tendo presente a comparação possível com o caso de Cabo Verde, pondera não só as contribuições teóricas de Gabriel Fernandes (*Em busca da nação. Notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006), mas também o conhecimento da imprensa cabo-verdiana consultada no âmbito do projecto *A imprensa atlântica: Angola, Brasil, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe*, executado com Marcelo Bittencourt e Andrea Marzano, apoiado pelo CNPq, Brasil.





O regime republicano não se revestiu de uma coloração política clara e, nomeadamente, não primou pela igualdade e pela fraternidade, promessas saudadas nas colónias aquando da sua implantação. Ao invés, foi pródigo em sinais contraditórios na metrópole e nas colónias, onde a soberania colonial se foi reduzindo à faceta da dominação inspirada pelo racismo emergente em finais de Oitocentos. Frequentemente, as políticas espelharam compromissos com os poderosos interesses económicos e as governações nortearam-se por condutas que pouco tinham a ver com os ideais republicanos.

Ao invés da propaganda, os governantes e os demais europeus não estavam interessados na reprodução no arquipélago dos seus valores culturais e políticos, mormente os da República. Preferiram insistir em signos legitimadores da sua supremacia de contornos crescentemente raciais, vincada no terreno e ressentida pelos ilhéus. Em virtude da importância da exploração das terras virgens e do ambiente cultural induzido pela expansão europeia – ilusoriamente, o *boom* do cacau parecia comprovar uma inexcedível superioridade técnica dos europeus –, a empresa económica concretizada nas roças aparecia como um empreendimento perene e insuperável.

## **A implantação da República no arquipélago equatorial**

Nas derradeiras décadas de Oitocentos, o arquipélago tornara-se uma colónia-plantação, onde o espaço urbano era exíguo e usurado pelas roças. Por causa da rígida hegemonia dos roceiros, com que os governos contemporizavam, o arquipélago equatorial não era propriamente um local de efervescência ideológica e política. Chegou a ser local de desterro de alguns republicanos, mas o controlo da actividade política pelos governadores, amiúde incumbidos de fazer triunfar nas eleições para deputados os correligionários do partido do governo, e



pelos roceiros não dava azo a disputas políticas de monta ou referidas a causas respeitantes ao futuro do arquipélago<sup>106</sup>, resumido que estava à produção de cacau. Apesar das diferentes trajectórias e da variação dos proventos, todos os influentes – os roceiros e, em muito menor grau, a elite da terra – viviam do cacau e, sobretudo, do trabalho dos serviços importados do continente africano e, até, de Cabo Verde.

Não obstante a rala actividade política, o contumaz favorecimento dos roceiros desde finais de Oitocentos fizera crescer a desafeição relativamente ao Terreiro do Paço. Esse ressentimento face às políticas de Lisboa agitava parte dos europeus impedidos de enriquecer, antes condenados à condição de remediados ou, mesmo, de indigentes<sup>107</sup>. Por isso, na ilha do Príncipe, o governador, apodado de monárquico e de instrumento dos roceiros, foi apeado por opositores, que, na circunstância, se reclamaram do republicanismo. Dias depois, este episódio foi replicado na ilha de São Tomé<sup>108</sup>.

Subsequentemente, esse ressentimento contagiaria as elites locais, menos por via do arraigamento de lemas ideológicos republicanos do que pela percepção de não desfrutarem da parte das autoridades e dos europeus da deferência política e social consentânea com a sua distinção social e a sua relativa abastança. Em todo o caso, celeremente os ilhéus se convenceriam de que a República não inverteria a trajectória

<sup>106</sup> Por causa da riqueza gerada, esta feição da política em São Tomé e Príncipe era claramente diversa da operante em Cabo Verde, onde, na era republicana, se discutiram, por exemplo, as políticas de instrução, de trabalhos públicos, de regulação dos preços e de concessão de licenças de operação no porto do Mindelo. Basta ler os jornais – por exemplo, a *A Voz de Cabo Verde* e *O Futuro de Cabo Verde*, entre outros – para se ter a noção de como os imperativos das governações eram objecto de uma acirrada luta política. Sem embargo de algumas posições programáticas, a discussão política em São Tomé e Príncipe era mais pessoalizada.

<sup>107</sup> Cf. Augusto Nascimento, *Órfãos da Raça: Europeus entre a fortuna e a desventura no S. Tomé e Príncipe colonial*, S. Tomé, Instituto Camões/Centro Cultural Português, 2002.

<sup>108</sup> Cf. Augusto Nascimento, “Conflitos de europeus em S. Tomé e Príncipe” in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 12-13, Lisboa, CEAA-IICT, pp. 57-97.



da sua secundarização política e social na sua terra, em muito devida à avassaladora hegemonia das roças.

Os instrumentos ideológicos para a interpretação das mutações no mundo e no arquipélago eram escassos e ralos. Perdera-se a ligação com a realidade brasileira<sup>109</sup> e os jornais chegados da metrópole não bastavam para cimentar ideários políticos, mormente adversos à Monarquia. Apesar da presença de lojas e triângulos maçónicos em São Tomé e Príncipe<sup>110</sup> ou da estada durante anos de figuras republicanas, entre as quais António José de Almeida, não se pode falar de um grसर do republicanismo, aqui equivalente a um sentimento de adesão à República. Porventura mais importante do que a adesão a uma doutrina, o crescendo do republicanismo ocorrera por conta da vergonha nacional com a inépcia administrativa das colónias e, nestas, por causa do aludido ressentimento proporcional às dificuldades de sobrevivência do comum dos colonos. Não obstante, o enfeudamento da governação aos interesses dos roceiros, por um lado, e a debilidade do tecido social sobranste para além das roças, por outro, impediam uma actividade política desenvolva em prol das ilhas. As crescentes voracidade e pujança dos interesses económicos das roças atrofiavam as manifestações políticas dissonantes, não só de ilhéus como de assalariados europeus.

Na primeira década de novecentos, a conflitualidade aumentou e, com ela, a sensação de uma crescente arbitrariedade dos governantes instigados pelos roceiros, por um lado, e embebidos de racismo, por outro. Em Abril de 1910, num artigo intitulado “Loucura?”, *O Africano*, jornal de europeus fundado no ano anterior, protestou contra a instrução ministerial de recrutamento de 150 ilhéus para irem para a Guiné e contra a arbitrariedade das prisões efectuadas a esmo pela po-

<sup>109</sup> Alguns são-tomenses tomaram contacto com ideários, como o nativismo. Mas a rarefacção das relações com o Brasil, após o fim do tráfico, não facilitou a circulação desse ideário.

<sup>110</sup> Consultem-se António Ventura, “A Maçonaria e a República” in João Medina (dir.), *História de Portugal*, vol. X, Amadora, Ediclube, p. 321 e A. H. de Oliveira Marques, *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 435.



lícia para lograr tal contingente<sup>111</sup>. Por esse tempo, alguns europeus ombreavam com os ilhéus na defesa destes contra a discricionariedade do Terreiro do Paço<sup>112</sup>.

A cada ano, os resultados das eleições tornavam-se numa questão. E, em 1910, de maior monta se tornaram quando o governador Leote do Rego deu pública nota da sua incomodidade com o teor da instrução governamental atentatória da liberdade de urna. A prática era corriqueira, mas a disposição de um governador se indispor contra o Terreiro do Paço era inusual. Prontamente, *O Africano* convocou um comício em defesa de Leote do Rego, “afim de se acordar na forma de se protestar contra essa violência e no procedimento a seguir nas próximas eleições”<sup>113</sup>.

Dado este ambiente político, o regime republicano foi bem acolhido, mas, provavelmente, por europeus e ilhéus perpassavam sentimentos diferentes no tocante quer à futura evolução da política na metrópole, quer à sua posição relativa no arquipélago.

Para entender a trama política em São Tomé e Príncipe convirá ter presente que a expectativa de enormes proventos com a agricultura de exportação suscitara a qualificação do arquipélago como uma colónia-plantação. Parecendo referir-se a uma actividade produtiva dirigida para a valorização de um recurso pródigo, a terra, tal noção de colónia-plantação trazia no seu bojo a justificação da usura da mão-de-obra

<sup>111</sup> *O Africano*, n.º 39, 6 de Abril de 1910, p. 2; n.º 40, 21 de Abril de 1910, p. 1. Em Lisboa, *O Colonial*, semanário interessado na causa ultramarina, envolveu-se na questão do recrutamento para a Guiné. No artigo “Rusgas em S. Tomé” anunciou ter-lhe sido pedida a sua intervenção para terminarem as rusgas abusivas para efeito de alistamento. Entrementes, o ministro ordenara a cessação das rusgas e a libertação dos presos (cf. *O Colonial*, n.º 32, 16 de Maio de 1910, p. 2).

<sup>112</sup> A 13 de Abril de 1910, os ilhéus expediram o seguinte telegrama: “Proprietários, Agricultores, Comerciantes indígenas, pedem perante Cortes Gerais providências urgentes contra prisões arbitrarias espancamentos, violações domicílios. Imunidade igreja desrespeitada. Comércio paralisado. Causa, terror. Cenas verdadeiro escravismo que envergonham povo civilizado. Menores também presos” (cf. Arquivo Histórico Ultramarino (doravante AHU), São Tomé, M. 531).

<sup>113</sup> *O Africano*, n.º 47, 20 de Julho de 1910, p. 2.



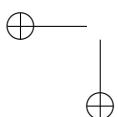
serviçal e, mais relevante, da arquitectura de poder que, barateando e oprimindo os serviçais, marginalizava os ilhéus e sujeitava os próprios assalariados europeus, para os quais restavam escassíssimas alternativas fora das roças.

Ao longo de décadas, delinea-se uma política de favorecimento das roças em detrimento da criação de um mercado local e da acumulação nas ilhas. Grosso modo concluída a apropriação da terra, dividida por grandes roças, firmara-se uma hegemonia dos roceiros não coincidente com a imaginada hegemonia europeia. No virar do século, não existia sequer um espaço urbano que se afirmasse como centro decisório e que oferecesse oportunidades económicas para os colonos pobres. Tal significava que a ideia da colónia como local de enriquecimento se revelava uma quimera, defraudando as expectativas de assalariados europeus. A maioria destes tinha condições de vida assaz penosas e, em muitos casos, asperamente pautadas pelas suas obrigações no comando subalterno dos serviçais nas roças.

A frustração dos europeus seria tanto maior quanto deparavam com ilhéus em tudo diferentes dos arquétipos de que se alimentava o nacionalismo imperial<sup>114</sup>. Na verdade, a ascensão económica e social dos colonos estava muito longe de ser imediata e, até, de se concretizar, em contraponto às narrativas avalizadas pelas fortunas despendidas em palácios em Lisboa. Neste contexto, onde pontificava o crescendo de racismo, os governadores facilmente manipularam os assalariados europeus contra os ilhéus. Imbuídos de etnocentrismo, incapazes de culpar as roças<sup>115</sup>, os assalariados europeus viravam-se contra os ilhéus

<sup>114</sup> Em finais de oitocentos, a política colonial foi pautada por formas radicais de nacionalismo imperial (cf. Valentim Alexandre, “Configurações políticas” in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 4, *Do Brasil para África (1808-1930)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 119), as quais emergiram com o populismo imperial, resultante da exaltação nacionalista em torno das viagens de exploração (cf. *ibidem*, p. 122). Os motes da propaganda imperial e a formação do imaginário da vocação colonial de Portugal tornar-se-iam um factor político determinante (cf. *ibidem*, p. 124), especialmente quando o país enfrentou um coro internacional de críticas à sua incapacidade colonizadora.

<sup>115</sup> O citado apeamento do governador no Príncipe e a luta da Comissão Municipal





tidos como seus concorrentes, nalguns casos, com mais instrução escolar ou, quando tal não sucedia, menos onerosos para administração colonial<sup>116</sup>.

### **A elite são-tomense face às contradições do tempo republicano**

No arquipélago, rapidamente assomaram as contradições da governação republicana. Dessas contradições assinala-se a prevalecente entre, por um lado, o seu liberalismo e o ímpeto voluntarista de transformação do país e, por outro, o avolumar do racismo e da visão de colonialismo duro, tributária do nacionalismo imperial, cujo corolário era a derrogação das liberdades e da cidadania dos africanos.

Na metrópole, por causa desse crescendo do nacionalismo imperial, tal contradição não parecia questionar o republicanismo. Tal devia-se ao progressivo arraigamento de um pressuposto que enformava as convicções políticas nas metrópoles, a saber, o princípio da diferença colonial ou, noutras palavras, o da inaplicabilidade das leis vigentes nas metrópoles aos universos sociais das colónias, cujos nativos não possuíam a compreensão das noções de direito e de dever do ordenamento

---

desta ilha contra os roceiros a propósito das taxas sobre as lojas das roças (Augusto Nascimento, *Histórias da Ilha do Príncipe*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 2010, pp. 304-305) derivavam da tensão e, pontualmente, do ânimo para desafiar os privilégios dos roceiros. Mas, por regra, os roceiros saíram vencedores de tais lutas desiguais.

<sup>116</sup> A distinção entre hegemonia dos roceiros ou hegemonia europeia revelou-se no desamparo em que se viu a Associação dos Operários da Construção Civil e Artes Anexas, cujos elementos foram pedir protecção ao governador, porquanto eram preteridos em favor de operários da terra. Na verdade, pragmaticamente induzida a isso pelas restrições financeiras, a administração pública contratava mão-de-obra local (consulte-se Augusto Nascimento, *Órfãos da Raça*, *op. cit.*, pp. 145-146).





jurídico das sociedades colonizadoras. Logo, justificavam-se as chamadas leis de exceção, que, diferentemente do que a denominação dava a entender, se pretendiam aplicadas ao grosso da população subjugada.

Esta orientação, algo independente das ideologias políticas, deparou-se com resistências, desde logo as da heterogeneidade social e cultural das populações das colónias. As elites africanas eram assaz diversas da tipificação racista. Assim, a inadequação da perspectiva racista para a condução das sociedades africanas acabou colmatada pela imposição da discricionariedade colonialista.

Em todo o caso, por um curto período de tempo, os ideais republicanos foram tomados à letra pelas elites das colónias. Concretamente, a são-tomense depositou expectativas na República, por certo decalcadas das críticas dos republicanos à degeneração da governação monárquica. Parte dessas expectativas atinha-se à inversão de um caminho de subalternização que, em especial no caso da elite são-tomense, se afigurava totalmente injustificada. Assim o pretextavam os são-tomenses ilustres, na realidade, culturalmente mais diferenciados do que muitos europeus, de origem rural, chegados por esses anos para tarefas braçais ou para servir de capatazes nas roças.

A República potenciou as aspirações dos naturais das colónias, mas estas aspirações colidiram com o etnocentrismo e a sobrançeria dos europeus – enquanto genuínos representantes da *raça lusitana* – tocados pela disseminação do racismo e do nacionalismo imperial. Induzido pela concorrência internacional, este nacionalismo imperial, enquanto ideário norteador das expectativas dos europeus sobrepôs-se ao republicanismo, a despeito (ou por causa) de, no arquipélago equatorial, os colonos terem de reconhecer, aberta ou veladamente, uma inegável diferenciação cultural e social à elite são-tomense, em tudo diversa do arquétipo etnocêntrico rebaixador do negro africano, baseado na mistura das noções de raça, cultura e civilização.

Por seu turno, inspirados pela disseminação dos ideais do progresso e da valorização da *raça negra*, os ilhéus pretendiam a promoção económica e social da sua terra e dos seus conterrâneos. Num plano mais



político, almejavam participar na governação local ou, pelo menos, ver atendidas as representações formuladas em nome dos *irmãos de raça*, na verdade, mais em nome dos conterrâneos do que dos serviçais importados das outras colónias para trabalhar nas roças, tanto das dos europeus como das suas. Dito de outro modo, a identificação com a terra prevalecia sobre a afinidade racial. Nem a crescente agressividade racista da governação colonial fez com que os ilhéus tendessem a firmar laços com os serviçais, de quem se sentiam diferentes.

Apesar de produto de uma europeização plurissecular, a elite são-tomense não possuiria sofisticação intelectual comparável, por exemplo, à da elite cabo-verdiana. Todavia, detinha um relativo poderio económico, conquanto estivesse numa trajectória de secundarização e de declínio. Perfilhava gostos cosmopolitas e não se inferiorizava perante o comum dos colonos europeus.

No arquipélago, não existia uma tradição de competição política, mas a República veio colocar na ordem do dia essa competição, na qual, à pressão internacional no tocante às práticas coloniais e à acção governativa de Portugal, se somava um factor novo, a saber, a propensão dos africanos para a sua afirmação política e social. Indirectamente por causa dessa pressão e, a par disso, pelo crescendo do racismo, a afirmação política das elites africanas, para que a República pareceu inicialmente abrir portas, foi progressivamente hostilizada. Neste contexto adverso, a elite são-tomense acabou remetida a uma posição defensiva, a qual parecia passar, desde logo, pela comprovação da sua civilização e consequente distinção da *selvajaria* dos *gentios*. Tacitamente reconhecida aquando da recolonização em meados de Oitocentos, tal distinção parecia carecer, em inícios de Novecentos, de nova prova.

A elite local apostava na sua ilustração e, com ênfase, abraçou o lema da instrução. Mercê das suas posses, alguns ilhéus empenharam-se na respectiva disseminação em São Tomé. Por exemplo, a 5 de Outubro de 1911, Leote do Rego, de novo no governo, presidiu ao lançamento da pedra fundamental da Escola de Artes e Ofícios Jerónimo





José da Costa<sup>117</sup>. Este ilhéu, comendador, legara uma soma para essa escola. Em 1914, o governo provincial louvou o professor da escola da freguesia da Graça, Manuel da Graça do Espírito Santo, por ter devolvido ao Estado 60\$00 para serem distribuídos aos alunos com aproveitamento<sup>118</sup>. Este interesse pela instrução dos ilhéus ia ao encontro dos lemas da República. Mas não teve seguimento nem consequências na promoção social dos ilhéus.

Aos olhos dos europeus, outro factor de distinção dos ilhéus face ao comum dos africanos deveria ser o catolicismo. Contudo, embora antes considerado um índice de civilização, o catolicismo apartava os ilhéus dos republicanos. Aos ilhéus, o viés anti-clerical dos republicanos deve ter parecido acintoso e instrumental, pois que era acompanhado de medidas que os ilhéus entendiam como espoliadoras dos bens das corporações religiosas. Ora, estas não apenas vinham de longa data como eram lideradas por ilhéus.

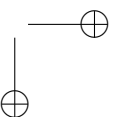
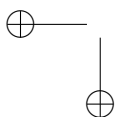
O decreto n.º 233, de 22 de Novembro de 1913, estendeu a lei da separação da Igreja e do Estado às colónias, onde as missões católicas deveriam ser substituídas por missões civilizadoras ou laicas. Esse decreto determinava que, a partir de 1 de Janeiro de 1915, o culto público e o ensino religioso só teriam lugar se alguma corporação administrativa, associação civil ou missão religiosa exclusivamente formada por portugueses assumisse os competentes encargos, incluindo os da conservação dos edifícios e os da renovação dos respectivos pertences<sup>119</sup>.

Apesar do aviso publicado no *Boletim Oficial* em Novembro de 1914, somente as corporações da Graça e da Conceição, as freguesias urbanas, apresentaram os seus estatutos. A 20 de Janeiro de 1915, a portaria provincial n.º 27 prorrogou até 25 de Fevereiro o prazo para a harmonização dos estatutos com a lei. Depois disso, seriam dadas como extintas quaisquer irmandades, confrarias e comissões de carác-

<sup>117</sup> *Boletim Oficial*, n.º 2, 9 de Janeiro de 1912, p. 10.

<sup>118</sup> Manuel da Graça do Espírito Santo recebera tal quantia como prémio pelos seus esforços em prol da instrução (cf. *Revista Colonial*, n.º 19, 25 de Julho de 1914, p. 229; *Boletim Oficial*, n.º 24, 13 de Junho de 1914, p. 224).

<sup>119</sup> *Boletim Oficial*, n.º 4, 23 de Janeiro de 1915, p. 44.





ter religioso porventura existentes na província<sup>120</sup>. Perante tal ameaça, os ilhéus empenharam-se na adequação dos estatutos das corporações religiosas ao regime legal vigente. A 2 de Fevereiro de 1915, aprovaram-se os estatutos de Associações de Beneficência das freguesias da Conceição, Graça, Trindade, Madalena, Santo Amaro e Santana<sup>121</sup>.

Esta adaptação do associativismo religioso à feição civil demandada pelas leis republicanas foi levada a cabo pelos ilhéus económica e socialmente diferenciados, que daí retiraram reconhecimento dos conterrâneos. Tal liderança permitiu colocar os bens das corporações religiosas ao abrigo da voracidade de europeus ou de roceiros cujas terras confinavam com as das irmandades.

Aparte a maior liberdade de expressão, o regime republicano não se revelava mais equitativo do que as políticas dos derradeiros decénios da Monarquia.

## **A trincheira defensiva e os instrumentos de modernidade**

Já se referiu, no arquipélago equatorial, não abundaram as proclamações políticas ou ideológicas, como, por exemplo, as observáveis em Cabo Verde ou em Angola. Mais do que se comprometerem com afirmações programáticas ou ideológicas impulsionadoras da competição política, os são-tomenses tiveram de se defender. A trincheira dos ilhéus era a da preservação de um modo de vida independente, ao abrigo da indesejada subordinação ao mando directo dos roceiros, e a negação da excepção colonial no arquipélago.

<sup>120</sup> *Boletim Oficial*, n.º 4, 23 de Janeiro de 1915, p. 44.

<sup>121</sup> *Boletim Oficial*, Suplemento n.º 5, 4 de Fevereiro de 1915, pp. 1-6.





Com esse fito, e tal como noutros contextos coloniais, os dois instrumentos da modernidade abraçados pela elite local foram a imprensa e o associativismo. Porém, devido aos óbices apostos por roceiros e governantes, o primeiro desses recursos não foi largamente usado e não contribuiu para o fortalecimento da elite local. Já o associativismo, tendo tido um papel insubestimável nas lutas pela defesa do estatuto dos ilhéus, não teve força suficiente para o diálogo directo ou para a negociação simbólica com o poder político, em Lisboa assaz influenciado pelo Centro Colonial. Ainda assim, e sem embargo das divergências que a atravessaram, a Liga dos Interesses Indígenas (doravante, LII) congregou e serviu de esteio à representação política dos são-tomenses, mobilizando-os para acções de rua quando tal se impôs como um imperativo para a defesa da sua cidadania.

Vejamos, além de instrumentos de competição política, os jornais podiam constituir um meio de interlocução com a sociedade local e de uma tentada negociação com a metrópole<sup>122</sup> em nome dos interesses da “terra”. Naturalmente, tal noção abarcava uma pluralidade de interesses, porquanto os jornais dos europeus também aludiam aos interesses da “terra”. Mas, por entre o confronto de opiniões, a inovação que a imprensa introduzia na vida colectiva parecia credibilizar a elite que se anunciava através dela.

Todavia, como se disse, os objectivos de promoção social e política e, em particular, o da negociação simbólica com o poder através da exposição pública nos jornais<sup>123</sup> não se lograram em São Tomé e Príncipe, onde a hegemonia dos roceiros tendeu a eliminar a imprensa nativa e a cercear a dos europeus. No arquipélago, prevalecia o hábito de estrangulamento da imprensa, um sinal do progresso com que governadores e roceiros conviviam mal. Afora a exiguidade atrofiadora

<sup>122</sup> A este respeito, veja-se Gabriel Fernandes, *op. cit.*, p. 98.

<sup>123</sup> Num certo sentido, tal já vinha sucedendo desde a Monarquia, pois os jornais de Lisboa davam à estampa as correspondências das colónias. Amiúde, tais correspondências tinham uma clara carga política. Os jornais de Lisboa também atendiam a pedidos de publicação de cartas, que não eram mais do que reclamações contra acções dos governadores.



do meio, os governadores encaravam com animosidade os jornais e chegaram a encomendar a sua liquidação. As promessas da República pareceram augurar novas possibilidades. Logo, os ilhéus importaram uma tipografia, para não dependerem da Imprensa Nacional<sup>124</sup>. Mas, como em décadas precedentes, também os governantes da República trataram de impedir a publicação dos jornais, decretando interdições a pretexto de violações das leis de imprensa ou instigando ao recurso a meios violentos contra os jornais dos ilhéus.

A debilidade económica de qualquer empresa jornalística tornava-a mais dependente da boa vontade e do clima político criado pelos governantes. A 10 de Julho de 1911, em São Tomé, surgiu o primeiro número do semanário *Folha de annuncios*, que se intitulava político, literário e noticioso. Era propriedade do ilhéu Ezequiel Pires dos Santos Ramos, ex-director da imprensa nacional. A 27 de Julho, anunciou-se o desaparecimento da *Folha de Annuncios*. Em seu lugar, surgia *A Verdade* para satisfação dos “desejos de muitos dos nossos assinantes, colaboradores e leitores”. Propriedade do mesmo Ezequiel Ramos, *A Verdade* concitou a animosidade do governador Mariano Martins, do Partido Democrático. Este governador seria acusado de ter induzido os operários europeus a empastelar a tipografia na noite de 31 de Julho para 1 de Agosto de 1912<sup>125</sup>.

A 1 de Agosto de 1912, Martins expediu um telegrama: “Último numero jornal *Verdade* publicado exclusivamente atacar a mim e curador Santos. Jornal faz grande elogio ex-governador Leote e juiz da 2.<sup>a</sup> vara e dirige-me maiores insultos dizendo que eu entrando revolução fui traidor. Grande indignação de povo republicano. Mandeí delegado querelar. Esta noite grupo cidadãos assaltou tipografia fazendo justiça sumária partindo tudo sendo preso um. Administrador procedendo averiguações”.

<sup>124</sup> Para sacudir a dependência da imprensa oficial, também em Cabo Verde se importou um parque tipográfico (cf. João Nobre de Oliveira, *A imprensa cabo-verdiana 1820-1975*, Macau, Fundação Macau, 1998, p. 256).

<sup>125</sup> Cf. Alfredo Margarido, *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, p. 91.



No dia seguinte, noutra telegrama culpava-se o governador: “Madrugada foi destruída tipografia jornal *Verdade*, governador administrador indicados como mandantes este crime povo indignado indígena proprietário tipografia reduzido miséria”<sup>126</sup>. Segundo a LII, o empastelamento da tipografia do jornal *A Verdade* fora precedido de arrombamento. A justiça não actuava, conquanto a opinião pública apontasse os criminosos, entre eles, vários operários do caminho-de-ferro, a soldo do administrador do concelho e do governador<sup>127</sup>.

Na edição de 29 de Agosto de 1912, que, apesar das promessas em contrário, foi a última, deu-se conta da intimação da autoridade administrativa: o jornal seria encerrado caso se publicassem “artigos de linguagem despejada” ou se, por qualquer forma se injuriasse “qualquer cidadão ou funcionários públicos”<sup>128</sup>. Dois dias bastaram para se passar da intimação ao acto.

O governador considerou que a publicação de *A Verdade*, que dava à estampa artigos ofensivos da dignidade dos funcionários, provocava alterações da ordem pública. Segundo o exposto na portaria provincial n.º 255, de 31 de Agosto de 1912, o editor, simultaneamente compositor e proprietário, não estava ciente da gravidade dos artigos, porquanto confessara desconhecer o teor dos originais publicados. Numa fundamentação distorcida, o governador fingia admitir que alguns especuladores sem escrúpulos abusavam da ignorância do editor para publicar artigos causadores de desordem. O editor fora avisado para se abster de publicar tais artigos sob pena de supressão do jornal. Ora, no número publicado dias antes, conquanto não se ofendesse nenhum funcionário, dirigiam-se “ofensas a diversos cidadãos, muito principalmente à classe operária”. Logo, o governador depreendia a intenção de alteração da ordem pública num meio onde ela era assaz necessária. Por um lado, o proprietário do jornal solicitara a protecção administrativa

<sup>126</sup> AHU, São Tomé, Mç. 531.

<sup>127</sup> AHU, Autoridades Diversas, 1912, ofício de 20 de Agosto de 1912 da Junta de Defeza dos Direitos de África – Secção de S. Tomé e Príncipe ao Ministro das Colónias.

<sup>128</sup> *A Verdade*, n.º 17 de 29 de Agosto de 1912, p. 1.



a pretexto de ameaças em cartas anónimas. Por outro, a Associação de Classe dos Operários de Construção Civil e Artes Anexas de S. Tomé dera conta da agitação “no meio operário em virtude da publicação de uma local do último número do dito jornal”. Portanto, comprovava-se que a ordem se alterava sempre que se publicava um número do jornal. Por isso, o governador deliberou não consentir na publicação de *A Verdade*, decisão que a autoridade administrativa tornaria efectiva pelo recurso aos meios repressivos necessários<sup>129</sup>.

Mais do que a deliberação em si, os termos em que era expressa denotavam a animosidade muito comum entre os governantes republicanos relativamente à iniciativa política dos ilhéus. Na circunstância, o facto de os ilhéus se mostrarem algo conservadores e avessos aos democráticos irritava o governador Mariano Martins.

O posicionamento político na metrópole não tinha correspondência com a conduta nas colónias, onde, mais do que as convicções republicanas, se insinuavam o etnocentrismo e as convicções da supremacia racial dos europeus. Sintoma da política no arquipélago, o governador Boto Machado – a quem os ilhéus acusariam da perpetração de arbitrariedades – mais depressa se entendia com os roceiros do que dialogava com os ilhéus.

Por causa de constrangimentos políticos, outro jornal, *A Liberdade*, acabou a ser impresso em Luanda. Em 1920, *A Liberdade* radicalizara-se e alvitava que do crescendo de desespero causado pela arbitrariedade dos europeus forçadamente resultaria uma resposta política já historicamente comprovada: “Quanto maior for o despotismo, melhor para nós, visto que se esquecem da História!”<sup>130</sup>. E acrescentava: “Mas

<sup>129</sup> *Boletim Oficial*, n.º 37, 7 de Setembro de 1912, pp. 323-324.

<sup>130</sup> *A Liberdade*, n.º 19, 4 de Maio de 1920, p. 2. Podemos aplicar ao caso são-tomense a análise que Gabriel Fernandes teceu para o cabo-verdiano: a ameaça de ruptura face a Portugal deve ser entendida, não como uma possibilidade real, mas como um jogo retórico que espelhava a indignação face à “sua renegação pelo regime” português. Os cabo-verdianos não tinham dúvidas quanto à inviabilidade da independência do arquipélago (Gabriel Fernandes, *op. cit.*, p. 141). No caso são-tomense, as ameaças de secessão eram ainda mais esporádicas e nem sequer existiam

esquecer-se-hão os democráticos do motivo da revolução de S. Domingos, que só em uma noite se fez a liquidação de quantos europeus ali existiam?”<sup>131</sup>.

O período de maior afrontamento, o do pós-Guerra, passaria e as crenças subjacentes a tais afirmações acabariam por não se concretizar. O radicalismo dos textos em jornais publicados fora, mormente em Lisboa, nunca teve eco na elite dos ilhéus, cuja posição na sociedade colonial, a um tempo intermédia e dependente, lhe condicionava a iniciativa política. Ademais, o contexto mundial tornar-se-ia avesso a aventuras independentistas, assistindo-se, pelo contrário, à reafirmação da ordem colonial.

Na linha da procurada afirmação das aspirações políticas e sociais dos ilhéus, a 21 de Março de 1925 publicou-se o primeiro número de *O Combate*, semanário defensor dos interesses públicos da província, e dos oprimidos, sem distinção de cor, raça ou hierarquia. *O Combate* proclamou lutar contra a tirania, lembrando a igualdade, consagrada constitucionalmente, entre todos os portugueses sem distinção de raça. Decerto por causa deste tom, também durou pouco. Após a publicação do sexto número, a 25 de Abril, seria suspenso pelo governo provincial, atitude louvada pelos europeus.

Subsistia, ainda assim, outro instrumento de modernidade, o associativismo. O de cariz económico e mutuário surgira ainda antes da República. Porém, com esta, emergira o associativismo de vocação política. Diferentemente do sucedido em Cabo Verde e, de alguma forma, em Angola, as réplicas das agremiações políticas da metrópole não sin-graram em São Tomé e Príncipe. Da mesma forma, não apareceram associações corporizando diferentes estratos económicos e sociais<sup>132</sup>.

os antecedentes que se tinham verificado em finais de Oitocentos em Cabo Verde.

<sup>131</sup> Explicava-se: “Essa revolução deu-se por a França se recusar a receber no parlamento o deputado de côr, eleito pelos seus patricios para os representar ali”. Perante “lição tão dura”, a “representação nacional francesa” passara a integrar “deputados negros, senegaleses” (cf. *A Liberdade*, n.º 19, 4 de Maio de 1920, p. 2).

<sup>132</sup> Como, por exemplo, sucedeu em Angola, onde Grémio Africano e Liga Angolana eram expressão de diferentes grupos económicos e sociais, mantendo uma rela-

A LII tornou-se uma agremiação consensual, conquanto pontuada, especialmente em épocas de crispação, por algumas divergências. Num certo sentido, poderíamos considerar que os grupos divergentes das posições maioritárias na LII tendiam à iniciativa política através da publicação dos jornais. Mas a combatividade e o voluntarismo estampados em *A Liberdade* e em *O Combate* não granjeavam o suporte no conservadorismo do grosso dos ilhéus mais diferenciados e, previsivelmente, cautelosos.

É interessante registar o contraste entre a capacidade da LII de mobilização popular para a defesa do modo de vida na terra e a incapacidade de afirmação política dos ilhéus. Só a espaços se elegeram indivíduos da terra para deputados e senadores. Logo nas primeiras eleições, em Julho de 1911, o candidato ilhéu a deputado prescindiu a favor do nome indicado por António José de Almeida, saindo derrotado o europeu Carlos Mendonça, que presidira à Comissão Municipal Republicana após a implantação da República. Esta postura de demissão da luta política viria a ser criticada por elementos da elite em Lisboa<sup>133</sup>.

Diga-se, a representação política formal do arquipélago era de pouca valia. Ademais, por circunstâncias várias, desde a instabilidade política na metrópole à incomodidade dos governadores com eleições numa terra onde os nativos tinham um peso decisivo no colégio eleitoral, vários actos eleitorais foram sendo preteridos.

Antes da entrada de Portugal na Guerra, mais precisamente a 31 de Março de 1916, as associações e ligas africanas lograram encontrar-se com António José de Almeida, presidente do ministério e ministro das colónias. As associações terão protestado contra o diferimento das eleições em São Tomé e Príncipe e contra o facto de o arquipélago e Angola não terem representantes no parlamento. António José de Almeida terá retorquido que as eleições se realizariam imediata e im-

---

ção diferente com a governação do território, mais moderada e contida a do Grémio, mais conflitual a da Liga, razão pela qual viria a ser suspensa (cf., por exemplo, Eugénia Rodrigues, *A geração silenciada. A Liga Nacional Angolana e a representação do branco em Angola na década de 30*, Porto, Edições Afrontamento, 2003).

<sup>133</sup> *O Negro*, n.º 3, 23 de Outubro de 1911, p. 1.



parcialmente, acrescentando que a vitória dos africanos não inspirava receios à República, antes era motivo de orgulho<sup>134</sup>. A publicação desta notícia denotava a tentativa de vincular a autoridade central aos interesses da terra, onde António José de Almeida vivera anos, por cima da autoridade local. A tentativa de interpelar directamente o poder colonial era costumeira. Mas, por regra, os resultados não iam muito além de expectativas vãs.

Admitindo-se que se noticiava fielmente a posição de António José de Almeida, resultava inegável o hiato entre tal posicionamento e a interpretação da conveniência da realização de eleições por quem governava o arquipélago. Por isso, tudo quedou inalterado, dando azo a que, em Maio de 1916, *A Nova Patria* perguntasse até quando Angola e São Tomé e Príncipe permaneceriam sem representantes no Congresso<sup>135</sup>. Mais tarde, relembriaria as promessas por cumprir do ministro acerca das eleições em São Tomé e Príncipe e em Angola<sup>136</sup>.

Na sequência de eleições posteriormente realizadas, os eleitos não chegaram a assumir os cargos. Argumentou-se que várias manigâncias tinham escandalosamente obstado a que os ilhéus eleitos por São Tomé e Príncipe tomassem assento no parlamento, apesar dos protestos da imprensa e de diferentes centros políticos. Culpavam-se altos funcionários, comerciantes e grandes agricultores e o governador Pedro Boto Machado, entre outros. À força de dinheiro e de influência no Partido Democrático, aqueles tinham vedado a entrada dos ilhéus eleitos no parlamento. A eleição do senador fora anulada a pretexto de não ter a idade exigida, ao arrepio da prova feita quando da candidatura. Quanto ao deputado, tinham roubado o processo de eleição, como se roubava um relógio ou uma carteira. Não se podia senão augurar que “os tempos vão ser outros...”<sup>137</sup>. Esporadicamente, figuras locais voltariam a ser eleitas, mas sem consequências notórias.

<sup>134</sup> *A Nova Patria*, n.º 6, 25 de Agosto de 1916, p. 1.

<sup>135</sup> *A Nova Patria*, n.º 5, 27 de Maio de 1916, p. 1.

<sup>136</sup> *A Nova Patria*, n.º 6, 25 de Agosto de 1916, p. 1.

<sup>137</sup> *A Nova Patria*, n.º 9, Janeiro de 1918, p. 1.



Restava a resistência nas ilhas. Em finais da década de 1910, para os críticos mais acirrados da governação colonial, um decénio de República não bastara para inverter a falta de tradição de intervenção política e cívica em defesa da terra. Os mais afoitos pretendiam tornar o jornal *A Liberdade*, rotulado de defensor dos oprimidos, numa tribuna que não se devia calar perante “as iniquidades exercidas pelos senhores da terra sobre os nativos, estejam eles em que categoria estiverem”. No tocante aos ilhéus, o alheamento dos “interesses públicos da pátria” redundava numa “espécie de suicídio moral, tão criminoso como o físico”<sup>138</sup>.

### **Na impossibilidade de emancipação, a defesa perante os agravos**

A não estar enformada por uma perspectiva anacrónica e finalista, a análise das balizas políticas da actuação dos ilhéus evidenciará que, independentemente do radicalismo visionário mas inconsequente de alguns deles, a emancipação política não estava no horizonte. A reivindicação política respeitava à aplicação dos lemas colonizadores relativos ao progresso e à promoção da cidadania dos colonizados. Tal reivindicação escorava a trincheira de defesa dos padrões de vida social no arquipélago. Dado o crescendo do racismo e da agressividade colonialista, este comedido objectivo não era fácil de alcançar. Afinal, eram limitadas as possibilidades da elite de um território micro-insular face às dinâmicas que varriam o mundo.

Decerto, a elite local teria uma preclara intuição destes condicionamentos, o que, juntamente com o seu estatuto socialmente intermédio, lhe ditaria a conveniência de uma posição cautelosa. Percebia que não podia responder a provocações de europeus. Logo em 1911, *A Verdade*,

<sup>138</sup> *A Liberdade*, n.º 20, 5 de Agosto de 1920, p. 4.





a propósito dos conflitos entre europeus e ilhéus após as eleições, recomendou aos são-tomenses o não envolvimento em conflitos<sup>139</sup>.

A cautela podia nortear a elite, mas não podia impedir a ocorrência de confrontos, prontamente avaliados pelos governadores pelo diapasão das insurgências africanas contra a imposição da soberania colonial noutros territórios. Em finais de 1914, o governador Boto Machado despachou uma canhoneira para a vila das Neves para restabelecer a ordem. Alguns ilhéus tinham amarrado um europeu e a companheira, levando-os, em seguida, para o mato<sup>140</sup>. Segundo a versão da LII, um rendeiro europeu deixara de pagar a renda de uma terra ao respectivo proprietário ilhéu. A pendência correria na justiça e, no fim, o escrivão, mancomunado com o rendeiro, recusara dar posse ao ilhéu das terras que lhe pertenciam, conforme o acórdão da Relação de Luanda. Tal indignara os ilhéus, que tinham invadido a propriedade. Na sequência de um ligeiro conflito, o governador enviara tropa que assaltara propriedades, arrombara casas e fizera fogo contra ilhéus – homens, mulheres e crianças – em fuga. Segundo o pároco, teriam sido mortas vinte e duas pessoas, além dos feridos. O estado de sítio, impeditivo do regresso dos ilhéus à vila, servia para dar sumiço aos cadáveres. Além de cinquenta e seis ilhéus entrementes presos, outros continuavam a ser detidos. Em face do que expunha, a LII demandou a comparência dos presos no tribunal e uma sindicância à actuação do governador<sup>141</sup>.

Para *O Eco d’Africa* parecia impossível que uma autoridade da República cometesse tais desatinos, sacrificando vidas humanas à sua estúpida fúria, pelo que esperava que o ministro procedesse com rigor<sup>142</sup>. Já para o *Portugal Novo*, jornal da Junta de Defesa dos Direitos de África, de Lisboa, o indivíduo mais repelente e o mais indigno da consideração de todos os amigos da liberdade não podia continuar a governar: “Que importa que ele tenha sido um dos heróis do 31 de Janeiro,

<sup>139</sup> *A Verdade*, n.º 5, 12 de Agosto de 1911, p. 3.

<sup>140</sup> Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe (doravante, AHSTP), Série C, Reservados, Maço 11.

<sup>141</sup> *Portugal Novo*, n.º 1, 15 de Janeiro de 1915, p. 1.

<sup>142</sup> *O Eco d’Africa*, n.º 7, 1 de Dezembro de 1914, p. 1.



se depois disso se tornou covarde e assassino?”<sup>143</sup>.

Afastado e repostado no cargo de governador na sequência das alterações políticas na metrópole durante 1915, Boto Machado continuaria a revelar-se tão ou mais arbitrário do que se observara durante a Monarquia. A 5 de Agosto de 1916, Boto Machado deportou para a Guiné 25 presos acusados de vadiagem, entre os quais algumas mulheres<sup>144</sup>.

Nem o supracitado conflito das Neves nem a discricionariedade de Boto Machado terão abalado irreparavelmente a adesão à República<sup>145</sup>. Mas terão comprovado que a discricionariedade e o racismo independiam dos regimes. Também terão provado que a actuação dos representantes do poder colonial se tendia a distanciar das proclamações de Lisboa. Ademais, os ilhéus deveriam intuir a sua nula capacidade de influenciar este rumo político e, adicionalmente, a pouca valia do tentado diálogo com ministros que propendiam a fiar-se nos governadores.

Desinteressados de uma política de promoção económica e social dos ilhéus e, por maioria de razão, dos serviçais, os projectos dos governantes centraram-se na reafirmação da soberania. Ter-lhes-á parecido que a efectivação da soberania poderia materializar-se na transformação da urbe de São Tomé. A civilização e o progresso pareciam passar pela sua higienização, na realidade, pela remoção dos ilhéus do centro para a periferia urbana. Porém, este desígnio não só tinha implicações sociais susceptíveis de produzir rupturas políticas graves, como encontrou resistência da parte dos ilhéus, mobilizados pela LII.

Conforme a LII lembrou, as instituições municipais representavam o povo na administração do seu burgo. A Comissão Administrativa Municipal (doravante, CAM) intimara mais de cem proprietários

<sup>143</sup> *Portugal Novo*, n.º 1, 15 de Janeiro de 1915, p. 1.

<sup>144</sup> Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, A1/A6.1/Cx. 344.

<sup>145</sup> É certo que, aqui e além, se lembrava a Monarquia, menos pelas suas virtudes do que pela ideia de um poder real magnânimo que representava um último recurso para reposição da justiça contra os gravames de colonos e governantes. Mas, independentemente de saudosismos, mormente entre os que ligariam a sua vivência pessoal ao contacto com personagens reais – caso do príncipe D. Luís Filipe, que passara na ilha – os mais afoitos defensores dos ilhéus perfilhavam valores da República.

a demolir no prazo de trinta dias as suas habitações com base num artigo das posturas. Ora, este artigo referia-se a edificações arruinadas ameaçando a segurança pública e não edificações arruinadas mas sem oferecer perigo. Logo, a intimação da CAM era desumana e contrária à letra e ao espírito do artigo invocado: “Porque princípio se vai mandar que fiquem sem tecto nem abrigo centenares de indígenas, que têm por únicos haveres umas pobres casas, que agora lhe mandam demolir para aformosear a cidade, sem lhes darem outras onde possam ir viver? Pensaram já porventura nos graves inconvenientes que advirão em andar uma grande quantidade de pessoas vagueando dia e noite pelas ruas, por lhe terem destruído o seu abrigo? Triste acção civilizadora a de semelhante medida. Destruídas, por homenagem à estética, as casas deterioradas e sem haver outras para onde as classes pobres ir habitar, o que será dos naturais desta terra?”.

Na sequência de “ruidosas manifestações” de protesto diante do edifício da Câmara, a comissão municipal, que não representava senão a vontade do governador, acabara por pedir a sua demissão sob um coro de maldições. A contestação saldara-se por um “grande triunfo popular”<sup>146</sup>.

A temporização durou alguns anos: a própria autoridade administrativa elencou os inconvenientes da demolição durante a crise económica resultante da guerra. A maioria de tais edifícios pertencia ou era habitada pelas classes pobres, que muito sofreriam com a falta de habitação ou com a dificuldade, senão impossibilidade, de construir outra devido ao excessivo custo e à falta de materiais de construção. Assim, com autorização de Lisboa, por portaria provincial n.º 383, de 19 de Agosto de 1918, prorrogou-se até um ano depois de terminada a guerra o prazo para a demolição dos edifícios abrangidos pelo decreto n.º 3366<sup>147</sup>. É possível que se tenha demolido uma ou outra casa, mas só já no tempo da Ditadura se demoliriam a esmo casas de ilhéus no centro da cidade, denotando a clara intenção de dominar sem lugar a

<sup>146</sup> *A Nova Patria*, n.º 1, 6 de Janeiro de 1916, p. 2.

<sup>147</sup> *Boletim Oficial*, n.º 34, 24 de Agosto de 1918, p. 383.

contemporizações.

Retornando à República, a soberania colonial não assumia tal feição. Mas as tentativas de formatação da sociedade colonial à luz dos preconceitos colonialistas em gestação desde finais de oitocentos sucediam-se, obrigando a LII e a elite dos ilhéus a uma continuada acção de defesa dos conterrâneos e, em bom rigor, da sua própria posição social.

A 15 de Setembro de 1917 publicou-se o decreto n.º 3366, que adaptava para o arquipélago a lei de expropriação por utilidade pública de 26 de Julho de 1912. Considerar-se-iam de utilidade pública as expropriações para variados fins, entre eles, a salubridade pública. Tal abria a porta à manipulação da lei contra os proprietários ilhéus. Em todo o caso, os custos políticos e sociais de tal medida sugeriram comedimento às autoridades.

Outro gravame adviria do decreto n.º 3579, de 21 de Novembro de 1917, que instituíu o imposto de capitação indígena, no montante de 10\$00 anuais. Independentemente da quantia, tal imposto, reafirmando a soberania colonial e desqualificando a cidadania dos ilhéus, foi tido como afrontoso. Em Fevereiro de 1918, um opúsculo contra os decretos n.º 3579 e n.º 3644, este relativo à contribuição industrial, foi posto à venda em São Tomé<sup>148</sup>. Não foi certamente por causa deste *Protesto*<sup>149</sup> dirigido ao ministro da Marinha que a cobrança do imposto foi preterida, mas, na realidade, assim quedaria alguns anos.

As posses económicas e a demarcação simbólica e social dos serviços tinham cimentado entre os são-tomenses a noção de que eram cida-

<sup>148</sup> *Boletim Oficial*, n.º 6, 9 de Fevereiro de 1918, p. 90.

<sup>149</sup> Segundo *A Liberdade*, os decretos sobre contribuições, acompanhados do da lei de capitação, tinham sido contestados por “Europeus e Africanos unidos para debelar, dentro do respeito devido à autoridade, tão ‘monstruosas concepções’”. Perguntava o jornal: “Foi ou não imponente a representação que se dirigiu ao palácio do governo a pedir providências contra tão nefandos decretos?”. Enfatizava, “a união de todos os elementos activos ou de todos os membros” da sociedade era condição para se lograr qualquer vantagem. “Sem união nada se consegue e com ela tudo se obtém”. Em todo o caso, o jornal considerava a união dos ilhéus uma “pura ilusão” (cf. *A Liberdade*, n.º 20, 5 de Agosto de 1920, p. 4).

dãos, devendo ser tratados como tal. De resto, tal noção entroncava no curso da narrativa, vulgarizada no arquipélago, segundo a qual a liberdade remontava à magnanimidade dos soberanos. No ocaso da Monarquia, o recuo na ideia do recrutamento militar, criticado por europeus aparentados com os republicanos, parecera confirmar a cidadania dos ilhéus, que não podiam ser arrebanhados a esmo. Logo, uma das desilusões terá resultado da imposição do imposto indígena: se era certo que, no arquipélago, “indígena” tinha a ver com a terra, logo ficava indiciado que a pertença a uma terra, onde em tempos pretéritos todos tinham sido libertados da escravatura, parecia, ao tempo, não garantir a condição de cidadãos. Ainda assim, por alguns anos, como maior ou menor dificuldade, o imposto indígena seria rechaçado, também graças às possibilidades de livre expressão política no regime republicano.

Mas viera para ficar o que o imposto significava, a saber, a despromoção dos ilhéus na hierarquização racial e política. Por isso, era cada vez mais difícil combater as práticas informais que ganhavam terreno e que, de facto, iam alterando a feição da governação colonial, como o provava à saciedade a conduta de Boto Machado. Essas práticas plas-mavam o aparelho estatal de alto a baixo e não dependiam dos regimes nem de credos políticos, como, aliás, a parcialidade e a discricionariedade violenta em anteriores pendências já comprovara.

A 23 de Julho de 1917, o presidente da direcção da LII, João Pas-coal Will, escrevia ao encarregado do governo a pedir providências no sentido de evitar a continuação de castigos corporais, que, constava, eram aplicados aos polícias do destacamento de S. Miguel, cujo co-mandante, o sargento Adriano Augusto Ramos, os obrigava a serviços violentos e a andar descalços. O despacho, “Arquive-se”<sup>150</sup>, não podia ser mais eloquente da sobrançeria que enformava as decisões quotidianas com implicações relevantes na vida dos ilhéus.

Aliás, tal sobrançeria era consonante com a visão do governador Boto Machado. Numa missiva ao ministro, em Maio de 1917, este go-vernador manifestara-se contra a igualdade de acesso e dos vencimen-

<sup>150</sup> AHSTP, Série C, Reservados, Maço 13.

tos na administração. Advogava a diferenciação, de resto, vigente nas colónias britânicas. Segundo ele, as repartições pejadas de indígenas eram contrárias às exigências de serviço e até da disciplina social. Por isso, sugeria a concessão de incentivos à fixação de um núcleo de funcionários brancos<sup>151</sup>. Os devaneios de uma colónia europeia não passavam disso mesmo, até por razões financeiras. Mas nem isso impelia à valorização da mão-de-obra local, do que acabavam por se ressentir também os funcionários europeus.

O pós-Guerra trouxe dificuldades de abastecimento de géneros, a carestia dos mesmos e tensões em torno da desvalorização das remunerações dos funcionários<sup>152</sup>. Esta situação e o ajustamento salarial que deixava os mais pobres em más condições<sup>153</sup> levaram a uma greve em Setembro de 1920<sup>154</sup>.

Na sequência dessa greve, pareceu crescer o associativismo político, o qual pretendeu associar as reivindicações salariais à reiterada fidelidade à República. Esse associativismo equivalia a um protesto contra o ministro das colónias, acusado de só dar ouvidos a talassas, como Freire de Andrade, e de desconsiderar republicanos, como su-

<sup>151</sup> AHSTP, Série C, Reservados, Maço 20.

<sup>152</sup> Por exemplo, *A Liberdade*, n.º 19, 4 de Maio de 1920, p. 3.

<sup>153</sup> No tocante aos vencimentos dos funcionários, ridículos para a arraia-miúda, principescos para os poderosos, era dito que, depois de muita discussão, o aumento fora uma bagatela enquanto as despesas essenciais tinham triplicado. Por isso, preparavam-se reclamações que, atenta a justiça da causa, obteriam resolução favorável (cf. *A Liberdade*, n.º 21, 15 de Setembro de 1920, pp. 3-4).

<sup>154</sup> Segundo *A Liberdade*, a greve do funcionalismo resultara da recusa do ministro em aprovar o regime de ajudas de custo, enquanto não se aprovava o aumento dos vencimentos, também reprovado, apesar de adoptado noutras colónias. Dada medida tão odiosa, “rebentou o protesto mais formidável que na Ilha se tem visto” contra a condenação à fome do funcionalismo. A greve iniciara-se a 14 de Setembro, tendo decorrido ordeiramente, apesar dos boatos terroristas espalhados pelos inimigos dos funcionários, a saber, o comércio, a agricultura e alguns funcionários superiores. A greve terminara a 20, após a publicação de uma portaria a ordenar a reabertura das repartições, a que os grevistas acederam, depois de o encarregado do governo se comprometer a atender as suas aspirações (cf. *A Liberdade*, n.º 22, 1 de Dezembro de 1920, p. 2).





cedera com o ex-governador Avelino Leite. No Príncipe, criou-se o Centro Republicano Dr. Avelino Leite. A 5 de Outubro, fundou-se em São Tomé o Centro Republicano Dr. António José de Almeida. Ambos os centros não tinham “política. São apenas republicanos. Viva a República! Viva a Pátria Portuguesa!”<sup>155</sup>. Nestes termos, as críticas ao poder metropolitano prendiam-se com a atribuição indevida de responsabilidades de governação a indivíduos aberta ou encapotadamente monárquicos, que transmitiam falsidades para Lisboa e que minavam a confiança dos ilhéus na República, até por obstarem à resolução dos problemas sociais e políticos como os decorrentes das dificuldades com as subsistências. Diga-se, as denúncias de ilhéus acerca de influências talassas entre os funcionários europeus eram desqualificadas por preconceito racial, que, no limite, norteava os governadores e os funcionários de topo colonial, apostados, afinal, na subalternização dos ilhéus e no seu afastamento da *res publica*.

Num ambiente de dificuldades e de tensões sociais, a 10 de Março de 1921, os funcionários públicos iniciaram nova greve<sup>156</sup> por auferirem menores salários do que os pagos em Angola e por causa dos cheques<sup>157</sup>, que, descontados no comércio, se traduziam numa perda adicional da sua remuneração.

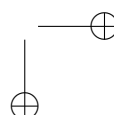
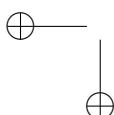
Perante a manutenção da greve, que deveria exasperar os comerciantes e os roceiros, a 26, aqueles mandaram os seus empregados com os serviçais para a ponte-cais da alfândega para substituir os grevistas na descarga das lanchas atracadas. Geraram-se conflitos entre europeus, empregados de casas comerciais e de roças, de um lado, e os funcionários, de outro. Desses conflitos resultaram mortos e feridos.

O comércio europeu e os empregados das roças apresentaram-se no governo para se armarem, pretextando defender a vida e os bens. Para *A Liberdade*, os monárquicos queriam alegar um ódio de raça inexistente, porquanto a agressão partira dos brancos. Não se esboçara sequer

<sup>155</sup> *A Liberdade*, n.º 22, 1 de Dezembro de 1920, p. 4.

<sup>156</sup> *Boletim Oficial*, 2.º suplemento ao n.º 11, 28 de Março de 1921.

<sup>157</sup> *A Liberdade*, n.º 25, 9 de Setembro de 1921, pp. 3-4.



o mais leve gesto contra os brancos quer da parte da força pública composta por nativos, quer da generalidade destes<sup>158</sup>.

Com a resistência já quebrada pelos confrontos, a 28 de Março, o governador interino Nogueira de Lemos lavrou uma portaria: muitos funcionários públicos tinham abandonado o serviço desde 10 de Março, obrigando ao encerramento das repartições. A greve não podia perdurar por esse motivo e por ser “absolutamente ilegal”. O governo esgotara em vão os meios para persuadir os funcionários a retomar o exercício das funções sem o conseguir. Para assegurar a normalização dos serviços, o governador determinou o regresso de todos os funcionários ao trabalho, até ao dia 30, sob pena de demissão<sup>159</sup>. Tal como em Setembro do ano anterior, em meados de Abril chegou tropa de Angola para manter a ordem, um expediente desnecessário, mas que evidenciava as nulas possibilidades de qualquer acto insurgente.

Em Lisboa, o ilhéu Manuel de Deus Lima declararia que os eventos de 26 de Março – que, com fins reservados, alguns apodavam de revolução nativista – tinham resultado de uma greve de funcionários subalternos. Europeu algum fora beliscado, ao invés da acre perseguição aos ilhéus, que não tinham obtido qualquer reparação apesar das queixas apresentadas às autoridades. Deus Lima pediria um inquérito aos conflitos, incompreensíveis entre povos que, embora de diferentes raças, estavam sob domínio da mesma bandeira<sup>160</sup>.

Os conflitos de 1921 ecoaram nos tempos seguintes. Para um correspondente do *Correio de Africa*, nunca se registara tanta barbaridade como a praticada pelo comércio após 26 de Março. Sem embargo de conflitos passados, nunca se agira com tanto despotismo contra o povo. Entre os ilhéus grassava o ressentimento<sup>161</sup>: os que, no dia anterior, lhes afagavam as costas, pegavam em armas e sujeitavam-nos a um tratamento impiedoso nunca antes vivido. O povo, que alegremente

<sup>158</sup> *A Liberdade*, n.º 25, 9 de Setembro de 1921, pp. 3-4.

<sup>159</sup> *Boletim Oficial*, 2.º suplemento ao n.º 11, 28 de Março de 1921.

<sup>160</sup> *Correio de Africa*, n.º 4, 7 de Julho de 1921, p. 1.

<sup>161</sup> *Correio de Africa*, n.º 38, 20 de Abril de 1922, p. 3



festejava o sábado de aleluia, fora surpreendido pelas violências dos “caixeiros militares”. O comércio, esquecido dos benefícios proporcionados pelos ilhéus, fora quem mais os enxovalhara durante quarenta dias. Entre outros, o presidente da assembleia-geral da LII fora ameaçado de morte a ponto de se entregar à prisão. Tinham-se detido funcionários sem motivo justificado, ao passo que outros patrícios andavam a monte. Ao mesmo tempo que estavam privados da liberdade de passear pelas ruas ou de conversar nas suas casas, os telegramas chegados a Lisboa davam-nos como revoltosos com tendências nativistas. Solicitado o inquérito a fim de se conhecerem os factos de lesa-civilização e lesa-humanidade, tudo ficara em silêncio. Concluía, alvitrando “. . . que o 26 de março, nos sirva de base, em cujo alicerce devemos construir o pedestal do despertamento, da desilusão e da união”. Fazia votos para que, pela união e pela evolução, os ilhéus se revelassem capazes de efectuar uma greve de compra, caso se repetissem os gravames subsequentes à greve de Março de 1921<sup>162</sup>.

Alguns ilhéus defendiam que existia um défice de política, tal a razão do atraso e da indiferença, por que pugnavam os que viviam à sombra dos poderes de um país cada vez mais atolado. Se houvesse mais política, não haveria tantas mazelas sociais<sup>163</sup>. O tempo não era de esperança, era, quando muito, de ironia cáustica em torno do falhanço das promessas republicanas. Ainda em 1921, em *A Liberdade* registava-se que, além da entrega do governo a Lemos, um médico dos roceiros, a presidência do município era ocupada por um padre. Logo,

A Colónia vai, pois, num sino; tem como governador – para a liquidar – um indivíduo pertencente a uma classe que pode matar legalmente e tem um padre para a ajudar a bem morrer; coveiros não faltam; há-os por aí às dúzias!  
E não saímos disto.<sup>164</sup>

<sup>162</sup> *Correio de Africa*, n.º 38, 20 de Abril de 1922, p. 3. Ver referências a conflitos entre a polícia e a população branca em São Tomé em *Jornal do Comércio*, n.º 54, 9 de Abril de 1921, Luanda, p. 1.

<sup>163</sup> *A Liberdade*, n.º 24, 1 de Abril de 1921, p. 3.

<sup>164</sup> *A Liberdade*, n.º 25, 9 de Setembro de 1921, p. 4.





Para os ilhéus, a lição dos eventos de 1921 era a da sua exclusão da nação, definida de acordo com o nacionalismo imperial e o racismo, em bom rigor, menos pela promoção económica dos europeus do que pela derrogação colonialista da cidadania dos ilhéus em virtude do critério racial. Aos olhos destes, este crivo pareceria ilegítimo, mas nem por isso ele se revelava menos operante. De pouco valiam a protestada fidelidade à nação – as críticas dirigiam-se aos colonos e aos governantes que delapidavam o capital de afeição pela República e, na circunstância, por Portugal – ou a procurada demonstração da adesão aos imperativos da acção colonizadora, ao tempo propagandeados, não como marcas opressoras, mas como metas intemporais da evolução humana.

Num contexto mundial de ascenso do colonialismo, era reduzida, para não dizer nula, a capacidade de acção política dos ilhéus e, até, dos europeus que viviam na colónia. Não espanta a retracção da competição política num período pós-conflito, nem mesmo o acentuar das clivagens entre os ilhéus.

## Notas conclusivas

Nos anos 20, tudo parecia já decidido num sentido oposto às pretensões dos ilhéus, o que, tendo pouco a ver com a República, decorria da imperante ordem imperial e do crescendo do autoritarismo, às mãos do qual morreria a República.

Sobraría a interpelação do ideário nacionalista colonial: o que, à partida, era propaganda na metrópole colonizadora, que não visava chegar aos colonizados, acabava, em São Tomé e Príncipe, por ser tomado à letra e, daí, tornado objecto de questionamento, embora com cada vez menos consequências no decurso do tempo. A constatação da exclusão da nação lusa – isto é, das prerrogativas da cidadania dos brancos, ainda





que boçais e iletrados –, mesmo agravada pela frustração das expectativas criadas com a República, não conduziu à procura de uma afirmação política própria.

Amiúde, entre os ilhéus, prevaleceria uma adesão sentimental não necessariamente dúplice e instrumental à nação portuguesa e, circunstancialmente, ao regime republicano. Daí, a posterior desilusão e, até mesmo, o ressentimento. Num certo sentido, se a educação e, também, as possibilidades de viajar pela metrópole impeliam a uma identificação com a nação colonizadora, admitir-se-á como teoricamente possível que, em contrapartida, a experiência da subalternização colonial pudesse empurrar os são-tomenses para a afirmação convincente de uma identidade própria. Só um grupo muito restrito ensaiou traduzir politicamente a diferença identitária relativamente ao colono, ainda assim, de modo circunstancial e inconsequente.

Se, por um lado, a elite são-tomense não andou a reboque da luta partidária na metrópole, a verdade é que também não pareceu ser capaz de uma afirmação política em prol da sua terra. Em termos comparativos, diríamos que a intervenção dos cabo-verdianos nas lutas partidárias da metrópole e o subsequente alinhamento com os partidos da metrópole pareciam não colidir com a defesa dos interesses da sua terra e, sobretudo, com o consenso em torno de patamares mínimos de eficácia administrativa na protecção da população, a que os governadores quedavam obrigados.

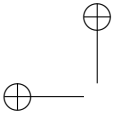
Vários factores terão pesado nesta relativa passividade da elite são-tomense, tão mais notória quanto ela possuía recursos e se mobilizava, a si própria e aos conterrâneos, em reacção a medidas gravosas: a comparação com Cabo Verde sugere a importância da emigração, praticamente inexistente em São Tomé. Em Cabo Verde nem toda a articulação económica e social com o exterior estava nas mãos de colonos, aliás, em número reduzidíssimo no arquipélago. Outro factor seria a multipolaridade de Cabo Verde, não só devido à dispersão quanto também à diversidade económica e social das ilhas, as quais impediam que um grupo social restrito e absentista conseguisse uma hegemonia



quase total sobre o arquipélago, como sucedeu em São Tomé e Príncipe. Aqui, esta hegemonia não se cingia à cumplicidade de ministros e à subserviência de governadores, estendia-se também à dependência em que se encontravam os proprietários são-tomenses no tocante ao acesso ao crédito e ao abastecimento de mão-de-obra. Dada esta dependência, o caminho da reivindicação de direitos para os contrerrâneos e de defesa dos interesses da terra era muito estreito. E ainda se estreitava mais pela eventual instrumentalização dos serviçais pelos roceiros, dissuasora de quaisquer veleidades de revolta contra os roceiros. Por fim, porque, aos olhos da elite dos ilhéus, os serviçais eram *gentios*, tornava-se difícil a germinação de um traço de partilha e de identificação entre são-tomenses e serviçais. Apesar dos ressentimentos e dos ideários de valorização da *raça negra*, era mais pronta a identificação com a nação colonizadora. Por isso, alguns ilhéus aceitaram ser cooptados para desempenhos de defesa de Portugal contra as acusações sobre escravização dos africanos. Esse desempenho tutelado, em troca do que nada obtiveram, decorria de um apego afectivo à metrópole e de sentimentos nacionalistas dos ilhéus, a que os portugueses recorreram, conquanto, de forma dúplice, tendessem a desqualificá-los.

Arredando veios comemorativos, muitos estudos apontam a enorme distância entre os ideais e as realidades na República, que, nas colónias, acabou refém do voluntarismo e da conseqüente arbitrariedade de governantes, por um lado, e dos condicionalismos internacionais, por outro. Sem deixar de ter sido, ao menos episodicamente, uma época de portuguesismo exacerbado por conta dos horizontes então abertos, a República foi também uma época de consciencialização e de sedimentação de um sentimento de diferença face aos colonos. Contudo, este sentimento de diferença não foi potenciado devido ao atrofiamento da elite da terra, acentuado, depois, com a Ditadura e o Estado Novo, que puseram fim ao espaço de liberdade que, remontando à Monarquia, fora ampliado pela República

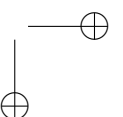
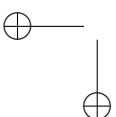
A geração dessas décadas foi esquecida pelos poderes independentistas nos vários países. Mais do que esquecimento, no arquipélago



*A República em São Tomé e Príncipe: os escolhos à afirmação da elite são-tomense*

147

equatorial ocorreu uma rasura da memória desses homens. Ao tempo, o arquipélago equatorial teve figuras ímpares que mereceriam um estudo.





## Bibliografia

ALEXANDRE, Valentim, “Configurações políticas” in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 4 – *Do Brasil para África (1808-1930)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 89-211.

IDEM, *Velho Brasil / Novas Áfricas – Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto, Afrontamento, 2000.

ANDRADE, Mário Pinto de, *Origens do nacionalismo africano*, Lisboa, D. Quixote, 1997.

BOAHEN, A. Adu, “O colonialismo na África: impacto e significação” in A. A. Boahen (coord.), *História Geral de África. África sob dominação colonial 1880-1935*, vol. VII, São Paulo, Ática/UNESCO, 1991, pp. 787-811.

BRITO-SEMEDO, Manuel, *A construção da identidade nacional – Análise da Imprensa entre 1877 e 1975*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.

DAVIDSON, ISAACMAN e PELISSIER, “Política e nacionalismo nas Áfricas central e meridional, 1919-1935” in A. Adu. Boahen (coord.), *História Geral de África. África sob dominação colonial 1880-1935*, vol. VII, São Paulo, Ática/UNESCO, 1991, pp. 679-715.

FERNANDES, Gabriel, *Em busca da nação. Notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.





MARGARIDO, Alfredo, *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1991.

NASCIMENTO, Augusto, “Conflitos de europeus em S. Tomé e Príncipe” in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 12-13, Lisboa, CEEA – IICT, 1990, pp. 57-97.

IDEM, *Órfãos da Raça: Europeus entre a fortuna e a desventura no S. Tomé e Príncipe colonial*, S. Tomé, Instituto Camões / Centro Cultural Português, 2002.

IDEM, *Entre o mundo e as ilhas. O associativismo são-tomense nos primeiros decénios de Novecentos*, São Tomé, UNEAS, 2005.

IDEM, “Uma crónica de 1916, o ano da Guerra” in *Ano mágico de 2006. Olhares retrospectivos sobre a história e a cultura caboverdianas*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2008, pp. 229-254.

IDEM, *Histórias da Ilha do Príncipe*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 2010.

IDEM, “Em torno do associativismo africano nas colónias portuguesas: da afirmação da *raça negra* à defesa dos africanos na era republicana” in *Moçambique: Relações históricas regionais e com países da CPLP*, Maputo, Alcance Editores, 2011, pp. 155-182.

OLIVEIRA, João Nobre de, *A imprensa cabo-verdiana 1820-1975*, Macau, Fundação Macau, 1998.

PENVENNE, Jeanne, *Trabalhadores de Lourenço Marques (1870-1974)*, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, 1993.

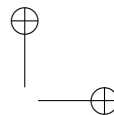
ROCHA, Aurélio, *Associativismo e nativismo em Moçambique: contribuição para o estudo das origens do nacionalismo moçambicano (1900-1940)*, Lisboa, Promédia, 2002.

RODRIGUES, Eugénia, *A geração silenciada. A Liga Nacional Angolana e a representação do branco em Angola na década de 30*, Porto, Afrontamento, 2003.

SANTOS, Eduardo dos, *Pan-africanismo de ontem e de hoje*, Lisboa, Ed. do autor, 1968.

SERRA, João, “Do 5 de Outubro ao 28 de Maio: a instabilidade permanente” in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa, 1990.

VENTURA, António, “A Maçonaria e a República” in João Medina (dir.), *História de Portugal*, vol. X, Amadora, Ediclube, 1994, pp. 319-334.



# Imprensa e circulação de ideias em Moçambique

Fátima Mendonça<sup>165</sup>

## Introdução

Desde a sua emergência (o surgimento em 1868 de *O Progresso* – primeiro jornal conhecido<sup>166</sup> – após a fundação formal da Imprensa com a publicação, em 1854, do *Boletim Oficial do Governo de Moçambique*, na então capital Moçambique (Iha de Moçambique)<sup>167</sup>, a

---

<sup>165</sup> Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique e Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CLEPUL).

<sup>166</sup> Alfredo Pereira de Lima refere o jornal *Baluarte* como o primeiro jornal publicado em Moçambique em 1860, segundo informação oral do capitão Santos Figueiredo. Contudo este jornal até hoje não foi localizado (ver *A imprensa em Moçambique*, Lourenço Marques, s. ed., 1954).

<sup>167</sup> Recorde-se que a primeira capital de Moçambique foi a cidade de Moçambique (Ilha de Moçambique) transferida para Lourenço Marques (Maputo) apenas em 1898.





Imprensa em Moçambique apresentou *grosso modo* as seguintes características:

– por um lado uma imprensa que reflecte totalmente os interesses do poder de Estado ou a ele associados, disseminando conjuntos de ideias que se tornam hegemónicas e se instituem em ideologia;

– por outro uma imprensa reflectindo interesses divergentes, podendo coincidir em alguns aspectos com os do Estado, mas dando origem à produção de ideias de ruptura que se podem integrar no campo da utopia.

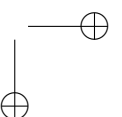
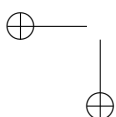
Estas características transversais da Imprensa em Moçambique tiveram um desenvolvimento diacrónico, no período colonial, de acordo com acontecimentos históricos com repercussão no território que viu alternado sucessivamente o seu estatuto de província, colónia e estado até à proclamação da Independência em 1975.

Um outro aspecto a considerar é a relevância que a Imprensa teve no surgimento de elites letradas as quais viriam a ser determinantes para a emergência e divulgação de uma escrita literária, sobre a qual se instituíram os fundamentos de uma literatura com carácter diferenciado, importante componente identitária com forte incidência a partir dos anos 50.

## Sob o signo do Liberalismo

Entre 1868 e 1908, podemos distinguir dois tipos de imprensa:

1 – Os jornais que, como *Progresso* e os três jornais *Noticiário de Moçambique* (1872-1873), *Jornal de Moçambique* (1873-1875) e *África Oriental* (1876-1887) onde pontificaram Francisco Paula de Carvalho e João Sinfónio de Carvalho, concentrados na então capital ou *Futuro de Lourenço Marques* (1894-1895), utilizando os pressupostos ideológicos que justificavam a dominação colonial em geral, defendem





a sua legitimidade. O que ressalta dos editoriais, das pequenas notícias, dos comentários é a defesa da superioridade racial e dos benefícios da evangelização levada a cabo pela Igreja Católica. Estes são os suportes de legitimação dos diferentes tipos de exploração no trabalho e que vão produzindo formas ideológicas assentes em preconceitos raciais:

De quanta utilidade seria para a agricultura nesta província aproveitar a natural domesticidade dos elefantes, sua fina inteligência (. . .). Mais tarde forçosamente nesta província há-de sentir-se a falta de braços, porque hoje, se o negro trabalha é obrigado a isso pelo senhor, mas depois quando eles reconhecerem que de forma alguma os podem violentar, entregar-se-ão a roubo, pois é a sua tendência natural.<sup>168</sup>

Os vastos terrenos que há nesta província são aptos não só para a cultura da cana do açúcar mas para café, algodão, anil e muitas plantações. Para cultivá-los precisa-se de europeus, não para manejar os terrenos agrícolas mas sim para escolher os terrenos próprios para as diferentes culturas e dirigir os nativos na maneira de os cultivar pois estes são os únicos que podem suportar o trabalho aturado neste clima abrasador.<sup>169</sup>

Em toda a costa oriental o único ponto onde o preto faz o que quer é aqui. O preto é um potentado da sua independência. Enxameia a cidade, no pleno gozo do seu acoio, chamam-no para trabalhar e ou não quer ir ou reclama um preço que pelo exagero chega a ser fantástico. No serviço doméstico o preto subjuga completamente o branco. Se o patrão o pune, foge; se o não pune, abusa, embebeda-se, rouba e tudo o europeu tem de aturar.<sup>170</sup>

2 – Os jornais orientados por personalidades menos subordinadas às estruturas oficiais e que fazem uma oposição crítica ao governo,

<sup>168</sup> *Noticiário de Moçambique*, n.º 1, 1872.

<sup>169</sup> *África Oriental*, 4 de Janeiro de 1876.

<sup>170</sup> *O Futuro de Lourenço Marques*, 1884.



denunciando corrupções e arbitrariedades. Neste período há três jornais concentrados em Quelimane, alguns dos quais ostentando títulos que indiciam pressupostos diferentes dos anteriormente citados: *O Africano* (1877-1881), *O Vigilante* (1882-1883), *Correio da Zambézia* (1886-1887), *Gazeta do sul* (1889-1891) e *O Clamor africano* (1892-1894). Destaca-se aqui o protagonismo do polémico alferes angolano Alfredo Aguiar, proprietário destes três últimos, várias vezes criticado no *África Oriental* e que, na ilha de Moçambique, havia criado anteriormente o jornal *Imparcial* (1885) cujo número 2 o levou à cadeia:

No dia 21 que saiu o *Clamor* com a local sobre os vexames da polícia aos negociantes mouros, soubemos por muitas bocas que desagradou ao chefe da polícia, a este e aquele e aquele outro... e que estavam escamados como a barata!... Mas se não querem que haja queixas por que razão não procedem com legalidade? É muito exigir? O opressor deixa ao menos liberdade ao oprimido para que solte o último arranco.<sup>171</sup>

Uma análise comparativa do conteúdo destes jornais leva-nos a concluir que há uma demarcação entre os jornais de Quelimane, críticos do governo e a imprensa representada pelo *África Oriental*, apologista do mesmo. Contudo essa atitude crítica, onde se chegam a divisar posições próximas das ideias liberais (por ex. o valor da instrução), protagonizada por Alfredo Aguiar, não implica a ausência dos tópicos estruturantes da ideologia colonial de onde se destaca o par de oposições Europa civilizadora versus África selvagem, que toda esta imprensa partilha.

Esta é uma caracterização geral, não se podendo daí contudo depreender a existência de uma completa uniformidade no discurso produzido, tanto pelos jornais de Quelimane, como pelos da Ilha de Moçambique. Isto explica-se pelo facto de os mesmos estarem mais dependentes de personalidades que de grupos com interesse estruturado. No próprio *África Oriental* surge o comentário que se segue, da autoria

<sup>171</sup> *O Clamor Africano*, 27 de Abril de 1892.



de Joaquim de Almeida e Cunha bastante mais próximo do estilo de Alfredo Aguiar:

O capitão-mor de Quelimane é perfeitamente dispensável, o de Rios de Sena é perigoso, o de Inhambane é um estorvo a todo e qualquer efectivo domínio português nas terras da coroa. O que os povos sofrem a estes tiranetes não se descreve. Chega um ajudante a uma povoação e os povos hão-de apresentar-lhe galinhas para sustentar-se; se é sargento-mor não basta a galinha, é mister de cabrito; se for capitão mor, o cabrito é substituído pelo carneiro, pela vitela ou pela vaca, e tudo isto com inúmeros vexames e questões, de sorte que povos preferem não criar estes animais.<sup>172</sup>

Perpassam, ocasionalmente, em toda esta imprensa reflexos de uma visão do mundo influenciada pelas concepções liberais europeias, que introduzem alguns elementos dissonantes no conjunto das ideias chave disseminadas pela imprensa em geral durante o século XIX, sem contudo as perturbar. Tal pode ser o caso de uma crítica intitulada “A propósito de um choradinho ultra-romântico do Senhor José Pedros Campos de Oliveira”, da autoria de Rui Xavier e que transcrevo abaixo:

O Sr. José Pedro, o sympático director do Correio que todos nós conhecemos, alegre com excelente saúde, comendo bem, transforma-se nos seus versos num pálido e tysicsco sonhador, de cabeleira annelada e rebelde às tyrantias do pente e do cosmético, a ponto que chegamos a temer que um dia o poeta em vez de deitar versos deite simplesmente umas golfadas de sangue (...). Eu, se pudesse arrogar-me direitos de crítico sairia um dia ao caminho do sr. Campos Oliveira e compondo a minha gravata e experimentando previamente a voz dir-lhe ia assim: quando os povos que já pediam no incêndio de 1789 liberdade e pão, pedem hoje cheios de grande direito irrespondível mais pão e sr. José Pedro Campos de Oliveira, director do correio mais

<sup>172</sup> *África Oriental*, 19 de Abril de 1883.





liberdade, quando a ciência toda cada vez mais positiva, cada vez mais experimental, desvenda um a um mistérios impenetráveis, como dogmas, crê poeta, o povo não pede doces lirismos que apodrecem de luxúria, pede sãs verdades que o illuminem ou pelo menos graves palavras que o consolem, não pede beijos ao clarão da lua, pede carne sobre a mesa, não quer amor, exige justiça. (...) Nasceste numa pequena ilha. Tens, desde que nasceste, diante de ti esse misterioso gigante o mar. Tens um grande povo, rude e bárbaro do qual a negrura do rosto é tradução fiel da escura ignorância que lhe entorpece o cérebro; mas ele tem costumes originais, tem a sua língua selvagem, tem a melancólica toada dos seus cantares. Tens a possante vegetação luxuriante dos trópicos, tens a desgraça daqueles a quem o crime e a miséria fizeram desterrar da sua Pátria. Aquele a quem o destino concedeu o dom de falar aos seus irmãos a língua da arte, tem a obrigação de ser um agente de moralidade e não de corrupção e se tu poeta me convenceres que “é belo ter por únicos afectos / a argêntea lua, as lúcidas estrelas / das aves o cantar / eu deixo de ter afecto à Pátria, ao Trabalho, à Justiça, entidades que me darás licença eu escreva sempre com iniciais maiúsculas enquanto porei sempre em letra pequena as horas dos teus cantos eróticos.”<sup>173</sup>

A muitas destas ideias não é alheia a herança do pensamento iluminista que, ao reclamar o “homem universal”, modelava esse mesmo homem pela percepção europeia do mundo, formando um conjunto descontínuo e por vezes contraditório.

Diria concluindo que há aspectos contraditórios na interpretação da realidade por estas vozes mais dissonantes pois, se por um lado se faz a apologia da civilização ocidental, por outro denuncia as consequências da imposição dessa mesma civilização a povos que possuíam outras formas de organização. Instaura-se assim a contradição cuja origem está nos próprios pressupostos das ideias iluministas. Contradição que se pode explicar pela impossibilidade de o grupo social aqui representado

<sup>173</sup> *África Oriental*, n.º 16, 19 de Abril de 1877.







alterar a estrutura da sua consciência relativamente aos conceitos de Civilização (Iluminista) e Religião (Judaísmo-Cristianismo), resultante do seu passado e dos múltiplos acontecimentos que actuaram sobre ela, impedindo o trânsito de ideias susceptíveis de provocar alterações. No entanto, perante situações objectivas (escravatura, arbitrariedades) a realidade impõe-se de tal forma que essa transformação se torna possível e a consciência de grupo sofre algumas alterações.

### **Socialismo utópico, anarco-sindicalismo e protonacionalismo**

Com o fim da Monarquia e a implantação da República em Portugal, assiste-se em Moçambique ao surgimento de jornais, alguns de duração efémera, cujos títulos denotam a sua orientação proletária, anarco-sindicalista e republicana: *Gráfico* (1911), *A República* (1911), *Os Simples – jornal operário* (1911-1913), *O Proletário* (1912), *Germinal* (1914-1918) ou *Emancipador* (1919-1937).

*O Proletário*, com um único número programa (1912), revela mesmo a clara influência do Partido Socialista Português fundado por José Fontana e Antero de Quental. Nesse único número é publicado o artigo “O que é ser socialista” de Ladislau Batalha, deputado do Partido Socialista Português. Chegou-se à criação do Centro Socialista que integrava um grande número de ferroviários, de onde se destacava António Fortunato do Rego, que viria em 1920 a protagonizar uma greve, de forte impacto em Lourenço Marques, que lhe valeu a deportação para o Norte de Moçambique.

No entanto a euforia de *O Proletário* é substituída por alguma decepção relativamente ao comportamento do governo local depois da implantação da República. Em *O Intransigente* (1911) editado por Albino Neves, sob a consigna “Pela Pátria, pela República”, lê-se: “Se o



Governo Provisório se esforçou tanto quanto lhe foi possível para fazer uma política patriótica e republicana, aqui o Governo local tem-se esforçado por fazer exactamente o contrário”.

Também *O Gráfico* publicado como número único em 5 de Outubro de 1911 critica a acção do governo republicano relativamente às colónias:

Na metrópole e no decurso do 1.º ano da República, duplicaram-se em número as escolas e diminuíram-se os direitos sobre os géneros de primeira necessidade. Mas a Província de Moçambique, esse grande Oriente Português, em vez de receber de todos os paquetes da Empresa Nacional, exportados pela mãe pátria, livros de instrução, tantos quantos são os seus habitantes, tem recebido tantos litros de vinho colonial.

Sinceramente convencidos que a República no segundo ano da sua proclamação, principiará seriamente a estudar os assuntos coloniais, eu modesto operário ultramarino, saúdo e faço votos pela prosperidade e engrandecimento de Portugal e suas colónias. Assinado Fulgêncio Dias.

Apesar de orientados por essa matriz libertária, estes jornais não deixam de reflectir a compartimentação social produzida pelas categorias raciais induzidas por sucessivas leis, determinadas pela política de assimilação. De toda esta imprensa o jornal *Emancipador* foi o único que estabeleceu ligações, embora nem sempre pacíficas, com a camada de africanos letrados que a própria dinâmica colonial criara e que a partir de 1908 deram origem aos jornais *O Africano* (1908-1920) e *O Brado Africano* (1918-1974).

O *Emancipador* indicava na ficha técnica ser propriedade da empresa de *Germinal*, em cuja tipografia, instalada na Casa dos Trabalhadores, se imprimia. Pelas ligações que aparentava estabelecer com *Germinal*, parece ter dado continuação a esse jornal e feito convergir protagonistas dos outros órgãos de imprensa operária já extintos nomeadamente António Fortunato do Rego. Apesar da sua longa existência



passou por muitas e atribuladas fases com suspensões pelas autoridades e reaparecimento com títulos representativos da sua própria situação durante o ano de 1926 como consequência de dois acontecimentos:

– a sua intervenção na greve dos ferroviários de 1925 a qual levou ao encerramento da Casa do Trabalhador onde estavam instaladas a redacção e tipografia do jornal e à prisão de alguns tipógrafos. Segundo Ilídio Rocha<sup>174</sup> nesta fase clandestina quem dirigiu o jornal foram os operários Joaquim Faustino da Silva, Joaquim Guimarães Lourenço, Manuel Alves Cardiga e Manuel Joaquim da Silva;

– a Lei de Imprensa de João Belo que determinou alterações na direcção dos jornais<sup>175</sup>.

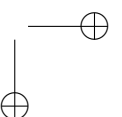
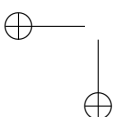
Neste jornal convergiram grande parte das ideias que circulavam nos meios operários de Lourenço Marques nomeadamente a apoliticidade sindical própria do anarco-sindicalismo. Contudo a dinâmica política em Portugal cujas clivagens entre republicanos e socialistas se fazia sentir, transitou de algum modo para a imprensa operária que, como referi se declarava também socialista. O *Emancipador* chega a citar a intervenção de Vladimir Lenine no 3.º Congresso da Internacional Comunista em que este refere a situação das colónias dos países capitalistas.

Essa circulação de ideias tinha por base relações directas entre os intervenientes nomeadamente o facto de Raul Neves Dias, um dos fundadores do jornal lisboeta *A Batalha*, ter vindo para Moçambique e aqui ter dirigido o jornal nos finais da sua primeira fase (1919-1924).

É igualmente a partir de *Emancipador* que se constitui o Centro

<sup>174</sup> Ilídio Rocha, *Catálogo dos periódicos e principais seriados de Moçambique*, Lisboa, Edições 70, 1985, p. 70.

<sup>175</sup> Desde 1926, por força da lei destinada a regulamentar a imprensa nas colónias, feita aprovar pelo então ministro das colónias João Belo, os directores de jornais tinham de ser portugueses, diplomados com curso superior e simultaneamente não exercerem funções oficiais. Esta situação levou a que a partir dessa altura quase todos os directores fossem ou farmacêuticos ou advogados muitas vezes com funções nominais, cabendo as funções de director de facto a redactores, secretários, chefes de redacção, conforme o caso.



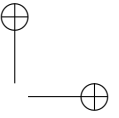
Cultural dos Novos, onde se reuniram jovens de várias proveniências e onde se destacaram durante algum tempo Rodrigues Júnior (ligado à revista *Miragem* onde se estreou Rui de Noronha) e Bráulio Jacques, colaborador de *O Brado Africano*.

Do mesmo modo as redes criadas pela maçonaria que dominavam quer os serviços públicos quer o empresariado nascente, contribuíram em grande parte para que fossem legitimadas outras ideias produzidas pelas primeiras elites letradas africanas, cuja instrução se deveu em parte às escolas da maçonaria mercê da sua política de receber alunos sem distinção de "raça, nacionalidade ou sexo". Segundo Ilídio Rocha<sup>176</sup> o papel da maçonaria não se terá circunscrito a este aspecto pois terá tido uma intervenção directa no financiamento de *O Africano*, fundado pelos irmãos João Albasini e José Albasini. Contudo se atentarmos na forma como João Albasini se posicionava relativamente à maçonaria podem-se colocar algumas dúvidas quanto a esse tipo de relação, questão que exigiria mais investigação.

Todos estes factores terão contribuído para que no Sul de Moçambique<sup>177</sup>, se assistisse a uma tomada de consciência e de assumpção de um espírito crítico por parte das duas primeiras gerações surgidas em torno do Grémio Africano de Lourenço Marques, e dos órgãos de imprensa que suportaram esta agremiação e a sua sucessora a Associação Africana de Lourenço Marques. Através de *O Africano* (1908-1918) e de *O Brado Africano* (1918-1974), na sua fase mais combativa a qual coincidiu com a actividade jornalística de Karell Pott e do poeta Rui

<sup>176</sup> Ilídio Rocha, *A Imprensa de Moçambique. História e Catálogo (1854-1975)*, Lisboa, Livros do Brasil, 2000, p. 91.

<sup>177</sup> De recordar que noutras regiões, particularmente em Manica e Sofala, funcionou um fenómeno paralelo, protagonizado especialmente por Kamba Simango, que conduziu também à formação de elites letradas. Refiro-me ao papel desempenhado, na África Austral, pelas missões protestantes que, actuando fora do quadro institucional do colonialismo, punham em prática uma filosofia, cuja origem não está longe da filantropia abolicionista dos Estados Unidos relativamente aos ex-escravos. Estas instituições deram origem a uma imprensa missionária em línguas bantas cujo estudo ainda está por realizar.



de Noronha nos anos 30, estes homens de letras, imersos num processo colonial em ascensão, produziram um corpo de ideias que, embora contraditórias e descontínuas, como argumenta Mário Pinto de Andrade<sup>178</sup>, representavam a primeira forma colectiva de estar com o seu tempo.

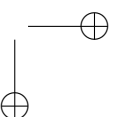
Orientados por um paradigma cultural/literário, em que se combinavam componentes difusas de uma consciência identitária híbrida, estes intelectuais nativistas assumiram, de forma nem sempre linear, a herança do pensamento liberal e racionalista europeu, que julgavam poder colocar ao serviço da defesa da “Causa Africana” sustentada por alguns dos princípios do pan-africanismo. Ao constituírem-se como letrados, num espaço colonizado, forçavam a sua integração na universalidade e no universo civilizacional inaugurado com as Luzes, ao mesmo tempo que reclamavam a sua pertença a um espaço outro (“original”), fora desse quadro civilizacional.

De alguma forma esta era uma das consequências da política de assimilação do Estado colonial português cujos objectivos estavam bem definidos: produzir um grupo social intermediário que servisse de suporte à sua acção, uma pequena burguesia africana, servidora dos seus interesses. Contudo, e paradoxalmente, é deste mesmo grupo que emergem as primeiras reivindicações políticas, como o Memorial contra a Portaria dos assimilados de 1917, ou sociais – a questão do vinho levantada por João Albasini, ou da instrução abordada por Rui de Noronha em 1935 – ainda que tais reivindicações fossem inscritas no projecto colonial<sup>179</sup>.

O Memorial dirigido ao Governador Massano de Amorim, publicado em *O Brado Africano* de 18 de Janeiro de 1919, contra a por-

<sup>178</sup> Mário Pinto de Andrade, *As origens do nacionalismo africano*, Lisboa, D. Quixote, 1997.

<sup>179</sup> Ver Elia M'Bokolo, “Ce que dit l’Histoire”, *Notre Librairie* (83), 1986, pp. 11-16. Sigo neste aspecto a linha de pensamento de M'Bokolo quando afirma, referindo-se a estes grupos sociais, que os membros dos aparelhos administrativos e ideológicos formados para este fim pela colonização, partilharam durante muito tempo os seus valores e acreditaram poder inscrever as suas ambições no projecto colonial.





taria do Governador Álvaro de Castro de 1917 que criava a categoria de assimilado, é porventura um dos documentos mais dramaticamente revelador da dualidade que modelou o pensamento destes homens<sup>180</sup>.

(...) a tristeza que causa ver que, em pleno século XX, se pretende ferretar homens, que a superioridade moral não seja superior à mesquinha e sórdida questão pessoal que se vence pela jactância da cor, essa miséria que leva ao desvairamento de se suporem grandes, sábios e fortes só por serem brancos! (...)

(...) Essa portaria tem de morrer, para viverem os princípios da Liberdade, para crédito da Nação (...) porque nesta hora alta da civilização (os canhões das linhas beligerantes que o digam, porque tiveram sempre alvo em que bater, gente que matar) neste medonho tempo histórico, sob o céu luminoso da Europa tempestiva e sanguinária se batem, com o mesmo valor, seres de todos os matizes, vertendo o seu sangue que é a cor do dos outros, por ideais de Beleza e Perfeição Moral, Liberdade e Pátria que, na prática, o egoísmo e a tacanhez de espírito pretendem suplantar, queimar, destruir, com a sanha feroz do seu abominável princípio de ódio de Raças – um segregado de veneno que as serpentes costumam expelir (...).

Que morra pois a portaria para se salvarem os princípios liberais. (...) Em plena democracia, numa era liberal, portugueses tão bons como os melhores, firmam com convicção este documento e bradam bem alto: protestamos contra as leis de excepção – isto dentro da ordem e levantando o escudo da pátria livre que é a Constituição vigente! Era preciso distinguir o indígena comum da sua raça daquele que, pela sua ilustração e costumes está fóra daquele meio, naturalmente para ao selvagem inculto ser aplicada outra legislação. Mas que legislação, onde está ela? (...) ter abandonado os usos e costumes da raça negra é uma coisa

<sup>180</sup> Assinavam este texto João Albasini, Vicente Xavier Lobo, José Albasini, Joaquim Swart e Guilherme Bruheim.





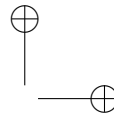
vaga; e daí quem nunca teve tais usos e costumes, deve julgar-se fóra da determinação. (...) dado o caso que tal seja preciso, por haver necessidade de fazer para os indígenas comuns da raça um código especial – para perpetuar a escravidão da mulher e atrasar a civilização, que é para o que eles, os determinados fulanos, querem a codificação dos usos e costumes indígenas, os delegados do Grémio Africano propõem a V. Exa. a prancha da transigência: concordam com essa codificação, com outro Código (...).

Venha o estatuto e depois quantas portarias forem precisas para arrumar, dentro desse novo código, os sujeitos que não couberem no Código Civil. (...) É cidadão português aquele que for eleitor e elegível. (...) Isto é que é lei geral e não irritará ninguém. Porque o lado melindroso desta abominável portaria está justamente no facto indecoroso e aviltante de se distinguir uns determinados cidadãos para serem marcados, para andarem munidos de um papel, o tal alvará. (...) é uma flagrante injustiça, Exmo. Sr. retribui ao gigantesco esforço que a meia dúzia de nativos fez e faz para sair da chata rotina, o marcar-se-lhe com uma ignomínia, a vontade, a dedicação e a coragem de aprenderem à sua custa língua estranha, escrever e ilustrar-se pelo seu próprio esforço. (...)

A quase totalidade dos artigos ou comentários publicados nestes anos integra-se assim no espaço de conflituosidade criado pelo conjunto de leis discriminatórias, relacionadas com obrigatoriedade de trabalho que, desde 1829, foram erguendo um edifício jurídico que consagra os princípios da política colonial, e que, dadas as circunstâncias históricas, possibilitou uma resposta por parte destas elites letradas, produzindo-se uma oposição entre duas visões: a do colonizador e a do colonizado.

*O Africano* e o *O Brado Africano* funcionaram por isso como veículo de um contra discurso retórico como resposta a esse aparelho jurídico que viria a consagrar-se no Acto Colonial em 1930.





Foi talvez este o único período em que, na generalidade, a imprensa – independentemente dos seus interesses de grupo e da sua proveniência ideológica, maçónica, anarco-sindicalista ou nativista – se posicionou de forma crítica relativamente ao governo (local ou central), cuja voz se fazia sentir nas diversas leis.

## O Estado Novo e a Imprensa

Com a implantação do Estado Novo, vai ser o jornal *Notícias* que irá reocupar o espaço de defesa do novo poder. Em 1936 surge ainda *O Jornal* (1936-1937), fundado por Neves Anacleto, que apesar de visado pela censura publica notícias, comentários e entrevistas que evidenciam a sua simpatia pelo campo socialista, nomeadamente a União Soviética.

Esta situação pode ser explicada pelos facto de os mecanismos de repressão directa próprios do regime de Salazar, sob a forma de censura, afastamento de jornalistas e prisões só se terem vindo a praticar nos anos 60, como consequência do início das lutas de libertação desencadeadas pelo PAIGC, MPLA e FRELIMO. Foram por isso outras formas de pressão que terão contribuído para que o *Brado Africano* a partir da morte de José Albasini em 1935 passasse, em certos momentos, a replicar o discurso salazarista que se viria a cristalizar na fórmula “Portugal, várias raças uma só Nação” e que o seu papel como defensor dos direitos civis dos africanos se diluísse.

Contudo acontecimentos políticos posteriores, em 1949, contribuíram para que jornal voltasse, durante algum tempo, a servir de plataforma para a veiculação de preocupações filosóficas e estéticas que se traduziriam em activismo político anti-colonial.







## **Os ventos da História. O pós-guerra**

Os anos que mediam entre as eleições de 1949 em Portugal e a prisão de alguns intelectuais moçambicanos em 1964, acusados de ligação à FRELIMO proporcionaram a emergência de uma imprensa que se tornaria progressivamente o veículo do contra-discurso de uma *inteligentia* para quem o colonialismo português se tornara um anacronismo no contexto geral do continente africano que desde 1957 iniciara o processo de independências negociadas.

Os jornais *Itinerário*, *O Brado Africano* e a iniciativa [sem continuidade] de *Msafo*, vão constituir o suporte material de uma acção, que adquiriu o aspecto de movimento político e cultural no início dos anos 50, tendo dado origem a um conjunto de ideias que alargavam o campo de acção – centrado sobre a defesa de direitos civis – a um projecto mais global de criação de um espaço cultural próprio centrado sobre a recusa da situação colonial.

Uma combinação de atitudes – estéticas e políticas –, a adopção de modelos provenientes de diferentes correntes filiadas na Modernidade inspiradas nas experiências afro-americanas, negritudianas, do negrismo brasileiro ou do neo-realismo, deu origem a uma consistente produção cultural que viria a sustentar alguns dos tópicos do discurso nacionalista.

O *Itinerário*, cuja publicação se iniciou em 7 de Fevereiro de 1941, na então cidade de Lourenço Marques, era impresso na Casa do Trabalhador (Sociedade Cooperativa de Publicidade), fundada por Joaquim Faustino da Silva a qual substituíra em 1933 a empresa de *O Germinal* como proprietária de *Emancipador*. Tal relação, podendo não ser directa, afigura-se coerente, podendo constituir uma das hipóteses para a génese de algumas ideias que se foram formando e se tornaram convergentes nos planos político, social e até artístico, constituindo elementos ainda dispersos, de ruptura com a ideologia do Estado Novo e a sua versão colonial.





Assumindo-se como uma “Publicação Mensal de Letras, Arte, Ciência e Crítica”, este periódico, propriedade de Fausto Leitão Ritto, foi publicado durante quinze anos<sup>181</sup>, tendo sido dirigido<sup>182</sup> sucessivamente por Alexandre Sobral de Campos, Manuel Francisco dos Remédios e H. V. Soares de Melo. Foram colaboradores iniciais alguns entusiastas locais dos quais se podem destacar José Mendonça, Orlando Mendes, António Rosado, Fausto Ritto e Rodrigues Júnior.

Os fundamentos de base do *Itinerário* encontram-se no editorial do n.º 1<sup>183</sup> em que assume:

(...) a missão, de realizar uma obra séria e persistente, de divulgação de conhecimentos do saber humano; de desenvolvimento do sentido crítico nas suas mais elevadas expressões e, também de criação de um campo de letras, pela confirmação de valores já conhecidos e pela revelação de valores novos que possam vir a afirmar-se (...)

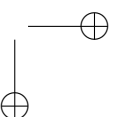
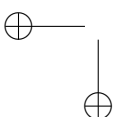
O contexto em que surge o *Itinerário* e as directrizes que o nortearam, algumas afinidades ideológicas entre os seus colaboradores, tornaram-no assim um novo receptáculo de ideias políticas que, tal como acontecera com a imprensa de raiz operária-libertária e maçónica, se disseminaram e convergiram com as ideias determinadas pela situação colonial veiculadas pelos *O Africano* e *O Brado Africano*. Em simultâneo fez-se eco da Modernidade literária, tendo sido o instrumento disseminador das estéticas da *Presença*<sup>184</sup>, do neo-realismo e do negrismo brasileiro.

<sup>181</sup> O primeiro número saiu a 7 de Fevereiro de 1941 e o último em Outubro de 1955, num total de 149 edições.

<sup>182</sup> Alexandre Sobral de Campos dirigiu a revista do número 1 ao 21, de 1941 a 1942; Manuel Francisco dos Remédios do número 22 ao 53, de 1942 a 1946. O último director foi H. V. Soares de Melo, tendo assumido o cargo de direcção do número 54 até ao último número, i.e. de 1946 a 1955. A última direcção decidiu, a partir do número 144, mudar o formato da revista. Assim, passou a ser publicada em papel de formato A4 e não A3, como vinha acontecendo desde o início.

<sup>183</sup> “Nós”, *Itinerário*, n.º 1, p. 1.

<sup>184</sup> A revista *Presença* fundada em Coimbra em 1927, congregava um grupo de





De facto a recepção da estética presencista em Moçambique parece ter-se operado, quase de forma paralela, com a estética neo-realista. Parece provar este posicionamento o artigo “Novas Tendências da Literatura Portuguesa” de Joaquim Seabra, publicado no número 51 desta revista. Nele, e com o declarado propósito de “chamar atenção do leitor moçambicano para o novo caminho que os mais recentes artistas portugueses estão a construir, apresentam-se as tendências socializantes da arte produzida em Portugal por Alves Redol, Soeiro Pereira Gomes e, paralelamente a estes, Jorge Amado, no Brasil”. Também foi através de *Itinerário* que se difundiu o ambiente cultural português com base nas resenhas e notas críticas da revista *Vértice*.

A partir de 1949 o jornal contou com a intervenção de Augusto dos Santos Abranches. Ilídio Rocha atribui a Abranches um papel determinante no relançamento desta publicação nesta data até finais da mesma em 1955. Embora o percurso de A. Abranches possa legitimar esta percepção, parece-me que Ilídio Rocha sobrevaloriza o seu papel de protagonista em *Itinerário*<sup>185</sup>.

escritores portugueses, de entre os quais se pode destacar Miguel Torga, João Gaspar Simões e José Régio, este último considerado ideólogo, o “grande entre os grandes” e doutrinador desta geração. Erguendo-se sob o signo da modernidade que já havia marcado a literatura portuguesa no início do século XX com o grupo do *Orpheu*, os presencistas, advogavam, entre vários aspectos, aquilo a que José Régio designava por “Literatura Viva”, por oposição à “Literatura Morta”.

<sup>185</sup> Augusto dos Santos Abranches chegou a Moçambique por volta de 1943 ou 1944, tendo-se empregado na Livraria Minerva Central de Lourenço Marques. Deixou também o seu nome ligado à geração coimbrã do neo-realismo. Dirigiu em Coimbra a Livraria Portugália (que funcionou igualmente como editora) a qual se tornou, nos finais da década de 30, um espaço de convivência de escritores como Fernando Namora, João José Cochofel, Joaquim Namorado. É provável que tenha também tido actividade nos movimentos das revistas *Presença* e *Vértice*. O papel que desempenhou como activo dinamizador da actividade literária da geração que emergiu do pós-guerra em Moçambique, é assinalado por Rui Knopfli em crónica publicada, no jornal *A Voz de Moçambique* (25 de Maio de 1963) depois do seu falecimento. Partiu para o Brasil em 1956 tendo falecido em São Paulo em 1963. Deixou publicados dois livros de poemas (*Poemas de hoje*, 1942; *Tufão*, 1943) e uma peça de teatro (*As várias faces*, 1943) para além de uma assinalável produção ensaística dispersa



Se atendermos às origens e propósitos do jornal desde o início e às redes que nele se cruzaram parece legítima a hipótese de o *Itinerário* ter sido um suporte de ideias mais vasto do que uma mera actividade individual personificada por A. Santos Abranches. É de admitir que *Itinerário* (relato de Cassiano Caldas em 1985<sup>186</sup>) possa ter servido a certa altura como centro de irradiação de actividade política clandestina, com a existência de redes nem sempre absolutamente coincidentes, mas que se revelaram importantes para a construção de algumas das ideias de base marxista que se disseminaram em Moçambique.

Há elementos que me possibilitam estabelecer a hipótese de ter havido no interior da administração do *Itinerário*, personalidades ligadas à constituição de uma célula do PCP com ramificações no MUD em Moçambique em 1948.

Não será certamente por acaso que o último director de *Itinerário*, o advogado Soares de Melo, integrou o governo de transição de Mo-

---

na imprensa moçambicana, cujo estudo será um contributo para a história literária de Moçambique (cf. *Boletim Informativo BI*, 2.<sup>a</sup> serie, (9), Maputo, Serviços Culturais – Embaixada de Portugal, 1996, pp. 29-31).

<sup>186</sup> Em 1985 fui alertada por Mário de Andrade para a existência de uma nota do Governo Geral de Moçambique em que o nome de Noémia de Sousa aparece associado aos de Ricardo Rangel, João Mendes e Rui Guedes como fazendo parte de uma “Comissão Central” que pretendia criar uma “Organização Comunista Moçambicana”. Quando a pude questionar directamente, sobre este assunto, Noémia de Sousa deu-me a indicação, creio que por modéstia, de que Cassiano Caldas (que dirigira a revista do Rádio Clube de Moçambique nos anos 60 e 70) me poderia esclarecer melhor sobre todo este período. Em 1985 gravei uma longa entrevista com Cassiano Caldas em Maputo, que me forneceu detalhes importantes sobre a constituição de uma célula do Partido Comunista Português e do MUD em Moçambique. Em 1999 Dalila Cabrita Mateus publica *A luta pela independência. A formação das elites fundadores da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Lisboa, Ed. Inquérito. Trata-se de uma tese de mestrado circunstanciada que, para além de confirmar os dados de Mário de Andrade e Cassiano Caldas, reconstrói, a partir dos ficheiros da PIDE, a trajectória política (aparente e injustificadamente esquecida) de Noémia de Sousa, com continuidade em Lisboa, assim como a de alguns dos protagonistas desse movimento, nomeadamente João Mendes (que reaparece na vida política e social de Moçambique, depois de 1975) e Sofia Pomba Guerra que vai reaparecer na Guiné-Bissau com ligações ao PAIGC.

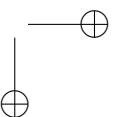
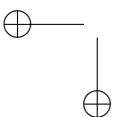


çambique. Também me parece de algum interesse a circunstância de, segundo Ilídio Rocha<sup>187</sup>, os arquivos de *Itinerário* e *Emancipador* terem sido escondidos por Joaquim Faustino da Silva a fim de escaparem a buscas da PIDE. Este é um campo de trabalho ainda não explorado pela historiografia moçambicana, aparentemente facilitado pelo facto de o espólio de Faustino da Silva ter sido doado a Moçambique<sup>188</sup>.

---

<sup>187</sup> Ilídio Rocha, *A imprensa de Moçambique ...*, *op. cit.*, p. 315.

<sup>188</sup> O Centro Nacional de Documentação e Informação de Moçambique (CEDIMO) foi inicialmente dirigido por Ilídio Rocha, tendo perdido progressivamente as suas características iniciais. A quase totalidade da sua documentação foi transferida para o Arquivo Histórico de Moçambique. No entanto não consegui ainda confirmar a existência deste espólio no acervo do AHM.





## Bibliografia

ANDRADE, Mário Pinto (de), *Origens do nacionalismo africano*, Lisboa, D. Quixote, 1997.

CABRAL, Alexandre, “A Literatura como Instrumento de Cultura”, in *Itinerário*, n.º 46, pp. 7-8.

CALDAS, Ribeiro, “Carta Aberta aos Novos”, in *Itinerário*, n.º 4, p. 1.

DENIS, Joaquim Seabra, “Novas Tendências da Literatura Portuguesa”, in *Itinerário*, n.º 50-51, pp. 11-12.

FERREIRA, Rodrigues, “Panorama Literário Brasileiro”, in *Itinerário*, n.º 2, pp. 2 e 11.

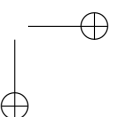
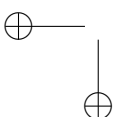
MANUSSE, José Camilo, *Revista “Itinerário” e a recepção da estética presencista e neo-realista em Moçambique*. Congresso de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, Coimbra, de 8 a 11 de Outubro de 2003.

MENDES, Orlando, “Reabilitação da Poesia – Novo Ultimatum aos mandarins modernos”, in *Itinerário*, n.º 1, p. 7.

RIBEIRO, Fátima; SOPA, António (Org.), *140 anos de Imprensa em Moçambique*, Maputo, AMOLP, 1996.

ROCHA, Aurélio, *Associativismo e Nativismo em Moçambique*, Maputo, Promédia, 2002.

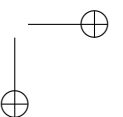
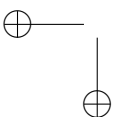
ROCHA, Ilídio, *Catálogo dos periódicos e principais seriados de Moçambique*, Lisboa, Edições 70, 1985.





IDEM, *A Imprensa de Moçambique. História e Catálogo (1854-1975*, Lisboa, Livros do Brasil, 2000.

SOARES, Paulo; ZAMPARONI, V., “Antologia de textos do jornal *O Africano* (1908-1919)”, in *Estudos Afroasáticos*, (22), Setembro 1992, pp. 127-178.









## A recepção da República na imprensa de Cabo Verde

Luís Dias Martins<sup>189</sup>

Este texto tem como objectivo dar conta do modo como foram recebidas as ideias republicanas no Arquipélago de Cabo Verde, ao tempo ainda uma colónia sob administração portuguesa. Fixaram-se como datas limite para a incidência do republicanismo no arquipélago os anos entre 1890 e 1926. Este trabalho é devedor, em absoluto, do livro de João Nobre de Oliveira, *A Imprensa Cabo-Verdiana 1870-1975*<sup>190</sup>.

Em primeiro lugar importa justificar com as próprias características do universo social que recepcionou estas ideias a importância do espaço temporal decorrido entre essas duas datas. A primeira corresponde à do ultimato britânico a Portugal (11 de Janeiro de 1890), a segunda é a do golpe militar do Marechal Gomes da Costa, a 28 de Maio de 1926, e que fecha o período republicano aberto em 5 de Outubro de 1910.

---

<sup>189</sup> Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

<sup>190</sup> João Nobre de Oliveira, *A Imprensa Cabo-Verdiana 1870-1975*, Macau, Fundação Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, 1998.



Com efeito o ultimato inglês vai despoletar, como em Portugal, um sentimento anti-monárquico. Por exemplo, em Santo Antão, a Revolta do Paúl (1894) leva cerca de 1000 camponeses, provenientes de várias freguesias da ilha a marcharem sobre a Ribeira Grande onde ocuparam durante cinco dias a Praça do Concelho, a Câmara Municipal e várias repartições públicas. O que terá despoletado tal movimento foram os vexames e contribuições a que estavam submetidos pelo colonialismo, desde o tempo do Antigo Regime até ao Constitucionalismo. Na verdade este clima de revolta intensificou-se a partir do final do primeiro quartel do século XIX. Estes revoltosos da Ilha de Santo Antão, e seus descendentes, revelaram-se republicanos convictos onde antes não existiam tais ideias. Na verdade o ultimato vai provocar um sentimento ambíguo: por um lado um patriotismo português anti-britânico, como na “metrópole”, um receio de que a força do império inglês leve a monarquia a abandonar as colónias portuguesas à sua sorte, e por conseguinte ao domínio de outras potências e, finalmente, um desejo de democracia republicana que levaria eventualmente a uma maior autonomia para o arquipélago. No final deste período, isto é a partir de 28 de Maio de 1926, o sentimento geral das elites cabo-verdianas é de frustração em relação à República o que vai necessariamente conduzir a um sentimento nacionalista que a partir dos anos 40 do século XX originará prisões e deportações de cabo-verdianos. Enfim, de forma muito geral, parte-se de um sentimento de revolta com o tratamento desigual minorizante de Cabo Verde em relação a Portugal, mas ainda sem uma consciência profunda da natureza do sistema colonial, para uma consciência cada vez mais activa de que o importante é a independência e o derrube de um sistema cujas regras e leis faziam depender o arquipélago dos interesses do colonialismo português. O papel que as ideias republicanas tiveram no aprofundamento dessa consciência foi significativamente determinante, até pelo sentimento de frustração que os cabo-verdianos experimentaram para com as expectativas que depositavam na emergência do regime republicano.



## 1890-1910

Este período, entre o *Ultimatum* e a proclamação da República, pode dividir-se em dois momentos. Um primeiro, até 1904, caracterizado por intensa actividade jornalística e um segundo marcado por franco declínio. Entre 1899 e 1904 circulam em Cabo Verde sete títulos: a *Revista de Cabo Verde* (1899), *A Liberdade* (1902-1903), *A Opinião* (1902-1903) e *O Espectro* (1904), os quatro jornais políticos; uma revista literária – *A Esperança* (1901); um jornal comemorativo, *Salve* (1902) e um almanaque, *Almanaque de Lembranças Luso-Africano* (1899). *A Esperança* foi a primeira revista literária de Cabo Verde e era publicada como suplemento ao *Almanaque Luso-Africano*, não tinha ainda um carácter de movimento estético nacional, pois isso será só possível com a revista *Claridade* (1936), mas mostra pelo menos uma preocupação genuína com a cultura dos homens e mulheres de Cabo Verde. Na declaração de intenções para a revista da autoria do Cónego António Manuel da Costa Teixeira – também fundador e director do *Almanaque* – podemos ler:

Publicação mensal caboverdiana dedicada, em geral, a todos os que desejam saber e não tem dinheiro para possuir, nem tempo para ler muitos livros, jornais e revistas e consagrada, em especial, à juventude colonial e o professorado primário de Portugal e Brasil.<sup>191</sup>

Entre 1904 e as vésperas da implantação da República não existe circulação de jornais nas ilhas, com excepção de um único dia em que um número especial comemorou a chegada do Príncipe Luiz Filipe, na sua viagem às colónias: *Número comemorativo da passagem por esta província de Sua Alteza Real Senhor Dom Luiz Filipe*. A razão para

<sup>191</sup> *A Esperança*, 1901, p. 160.



esta diminuição no número dos títulos de jornais de Cabo Verde, praticamente absoluta, foi obrigatória consequência das fomes de 1903 e 1904. Porém acresceu a esta grande crise alimentar, o declínio da actividade comercial e da importância do Porto Grande do Mindelo que a partir dos finais do século XIX se fez sentir. Na verdade, a lenta, mas inelutável, perda da importância do carvão para o petróleo conduziu ao inultrapassável declínio de Cabo Verde como plataforma atlântica de circulação comercial entre a Europa e a América. Este período ambíguo, caracterizado por ser ao mesmo tempo de algum progresso económico e de pobreza extrema, está bem representado nos romances *Chiquinho* de Baltasar Lopes e *Galo Cantou na Baía* de Manuel Lopes, tanto no empobrecimento e nas condições de vida miseráveis dos trabalhadores do abastecimento do carvão aos barcos, como nas condições de vida da generalidade da população de S. Vicente. Não se pode ainda esquecer o encarecimento devido aos aumentos de impostos e despesas do uso do Porto Grande que conduziram ao uso alternativo de outras instalações portuárias como as de Las Palmas.

Não se pode deixar de sublinhar a imprensa portuguesa colonial (mas não colonialista de um modo primário, nem tão pouco racista) que se interessa por África. Nomeadamente os jornais fundados por Eduardo Pinto Balsemão, anteriormente Secretário-Geral de Cabo Verde: *A Família Portuguesa* e, após o colapso deste jornal, *O Ultramarino*. Estes dois jornais foram quase sempre a única tribuna para a denúncia dos abusos colonialistas sobre os residentes e nacionais das colónias. Importantes figuras da sociedade cabo-verdiana colaboraram nos jornais de Balsemão. Sublinho apenas três delas, Luís Loff de Vasconcelos, fundador da *Revista de Cabo Verde*, José Lopes da Silva e Eugénio Tavares.

Os temas fundamentais que atravessam nestes cinco anos a imprensa cabo-verdiana (1899-1904) são a polémica da necessidade da transferência da capital da Cidade da Praia para o Mindelo, a luta pela modernização de Porto Grande, a luta pela adjacência e a defesa do nativismo. Na verdade, este último tem origem no século XVII brasileiro,



após o regresso da corte portuguesa a Lisboa com o final da dinastia filipina. Consistia fundamentalmente na defesa do Brasil para os brasileiros e acabará por ser a fonte ideológica do movimento independentista. Existe uma característica deste movimento, tão anti-português como anti-mestiço, que não se repete no chamado nativismo cabo-verdiano, é que este último não é anti-mestiço. No fundo o seu significado é determinadamente o da defesa dos interesses cabo-verdianos e das populações do arquipélago; todos os quatro temas, relacionados com a reivindicação de maior autonomia administrativa para o arquipélago. Referir-me-ei em particular à questão da adjacência.

O portuguesismo dos cabo-verdianos era o argumento principal desta exigência. As elites cabo-verdianas não viam diferença entre os arquipélagos da Madeira e dos Açores para com o arquipélago de Cabo Verde. Se as ilhas atlânticas portuguesas da Madeira e Porto Santo, e dos Açores, podiam ser integradas em Portugal continental porque razão Cabo Verde não podia ter o mesmo estatuto. Está claro que ganhar esse estatuto de adjacência seria o fim jurídico-político do sistema colonial em Cabo Verde e tal desígnio não poderia ser alcançado em regime colonial. Como nos informa João Nobre de Oliveira este é o período em que pela primeira vez se discute a questão da independência de Cabo Verde. O circunstancial desenvolvimento do Porto Grande que servia o Mindelo acorda as reivindicações de maior autonomia administrativa que leva mesmo à referência da possibilidade da independência. O desfecho das lutas e guerras da independência das colónias espanholas das Filipinas e das Caraíbas que acabam vendidas aos Estados Unidos acorda um profundíssimo receio entre as elites cabo-verdianas de que a monarquia constitucional fizesse o mesmo que o Governador de Timor tinha feito por falta de dinheiro para pagar aos seus funcionários: vendeu parte do território de Timor aos holandeses que eram a potência colonial que dominava as ilhas indonésias. Como se vê tal receio era mais do que verosímil. Todas estas situações e o ambiente geral nas ilhas de Cabo Verde contribuíram para o desprestígio da monarquia constitucional e mesmo de Portugal. O pensamento republicano



surge assim como uma esperança para uma maior democracia no concerto dos portugueses e para o fim de uma dependência administrativa e colonial do arquipélago em relação ao centralismo português.

Este período é muito importante tanto pelo que reflecte dos debates mais importantes na sociedade cabo-verdiana como pela quantidade de títulos que nele surgem. Quanto a este segundo aspecto, é de sublinhar que este é um dos períodos mais profícuos da história da imprensa no arquipélago. Talvez a primeira razão para este crescimento tenha sido, num primeiro momento (1899-1904), a relativa melhoria económica das ilhas nomeadamente com o crescimento do Porto Grande no Mindelo, que se tornara na segunda metade do século XIX plataforma de abastecimento de carvão aos navios a vapor que atravessavam o Atlântico. Outras razões de carácter mais ideológico são talvez as duas guerras bóeres, a luta pela independência das Filipinas declarada por Aguinaldo em 1898, mas imediatamente contrariada pelos Estados Unidos da América que, sendo antes apoiantes e aliados dessa luta, se tornam a potência colonial administrante. Acresce ainda a luta pela independência de Cuba, tanto contra o Império Espanhol como depois contra a situação de dependência política em relação aos Estados Unidos. Estas lutas são no interior da sociedade cabo-verdiana vistas como exemplos de resistência ao domínio colonial e como exemplos dos resultados negativos da ausência de uma política de autonomia concedida pelas potências coloniais. Um bom exemplo da popularidade destas lutas pela independência é o facto de algumas crianças nascidas neste período terem sido registadas com o nome de Aguinaldo, o nome do herói filipino. Todavia no início do século XX (entre 1900 e 1904) grassa no arquipélago uma das fomes mais devastadoras da sociedade cabo-verdiana que tem consequências muito negativas, não só sociais, com a emigração massiva de cabo-verdianos para os Estados Unidos, mas também económicas com a falência de várias casas comerciais cabo-verdianas. Em finais de 1899, termina a publicação da *Revista de Cabo Verde* e, após o seu fecho, Loff de Vasconcelos em artigo publicado no número 27 d'*O Ultramarino* de 11 de Abril de 1900 escreve



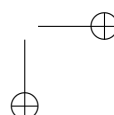
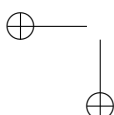
as seguintes palavras: “A *Revista* morreu e fez bem em morrer. Morreu ... sem pena de deixar o mundo”. Num segundo momento, a partir do 5 de Outubro de 1910, é a própria implantação da República que vai despoletar o crescimento do número de jornais em Cabo Verde.

## 1910-1926

Com efeito, a partir da implantação da República o número de títulos da imprensa cabo-verdiana cresce de forma muito significativa. Só para se ter uma ideia da expressão desse crescimento entre 1910 e 1926 surgem 15 títulos o que para a totalidade dos 68 títulos que surgiram desde o início até 1975 dá uma percentagem de 22%, apenas no período de 16 anos. Pelo que se pode dizer que o primeiro sinal da recepção entusiástica, entre as elites cabo-verdianas, da República em Cabo Verde, acontece justamente com a sua emergência política em Portugal e, claro está com as expectativas das consequências positivas para o arquipélago. Mas o ideário republicano não nasce com o 5 de Outubro de 1910, já antes o republicanismo surge e, só a título de informação, as lojas maçónicas proliferam no arquipélago. Um bom exemplo disso mesmo é dado por João Nobre de Oliveira no seu, já por mim apontado, *A Imprensa Cabo-Verdina 1870-1975*: “Uma pequena Vila como a de Ponta do Sol em Santo Antão chegou a ter duas lojas maçónicas em simultâneo”.

Este período de 1910 a 1926 pode ser dividido em duas partes. Uma primeira que vai de 1911 a 1919 e uma segunda entre 1920 e 1924. Surgiram neste espaço temporal oito tipos de periódicos:

– jornais de informação geral – I parte: *A Voz de Cabo Verde* (1 de Março de 1911 – 26 de Agosto de 1918 [Suplemento a este número, o 358, 16 de Fevereiro de 1919], retoma no número 359 de 1 de Março de 1919, no 8.º aniversário da primeira publicação, até ao n.º 369 de



19 de Maio de 1919); *O Independente* (1912), *O Progresso*, *O Futuro de Cabo Verde*, *O Popular* e *O Caboverdeano*. II parte: *A Seiva*, *Cabo Verde*, *A Acção*, *A Verdade* e *O Manduco*;

– jornal de informação local – *A Tribuna* (Brava) e *A Defesa* (Fogo);

– revista literária – *A Esperança*;

– revistas académicas – Impressas: *O Mindelense*; policopiadas: *O Recreio* e *Fénix Renascida*;

– jornal infantil – manuscritos: *A Voz da Praia*, *A Voz Popular*, *O Arquipélago*, *A Liberdade*, *A Pátria* e *O caboverdeano*;

– jornal comemorativo e patriótico – *Vasco da Gama*;

– jornal para estrangeiros – *Capverdische Shiffs Zeitung*;

– publicações oficiais – *Boletim Oficial do Governo de Cabo Verde*, *Estatística Geral do Serviço de Correios*, *Relatório dos Serviços de Correios*, *Estatística dos Rendimentos Públicos da Colónia de Cabo Verde*, *Orçamento Geral* (até 1973).

Seria impossível num trabalho de curta dimensão apontar e comentar todos os títulos da imprensa deste período. Contudo, *A Voz de Cabo Verde* destaca-se de forma indelével neste panorama. Como nos relata João Nobre de Oliveira na obra já referida, é a 1 de Março de 1911 que aparece, na cidade da Praia, o seu primeiro número impresso nas oficinas da Imprensa Nacional de Cabo Verde. A 17 de Novembro de 1912 é adquirida pela *Voz de Cabo Verde* a primeira máquina de impressão a vapor capaz de imprimir 1500 jornais em pouco tempo. Este facto vai permitir uma grande autonomia de conteúdos e de periodicidade em relação tanto à administração colonial, no interior do arquipélago, como à central em Lisboa. Jornal, cujas propriedade, direcção e redacção são assumidas por membros importantes da elite cabo-verdiana: proprietário e administrador, Abílio Monteiro de Macedo; editor, João Maria Parreira; redactor nos primeiros anos de existência, Eugénio Tavares (se bem que não surja no cabeçalho do jornal). Logo no seu primeiro número, é óbvio o apoio à República e ao primeiro Governador nomeado pelo novo regime, como se pode ver no primeiro editorial do



jornal *Fiat Lux* e na sua primeira página. A esse propósito, diz-nos João Nobre de Oliveira:

Apresentando-se como *Semanário Democrático dedicado aos Interesses da Província de Cabo Verde*, o novo jornal posicionava-se politicamente, logo no primeiro editorial, “Fiat Lux”, a favor do novo regime português. Saudava a proclamação da República em Portugal e descrevia o novo regime como a luz que vinha rasgar as “*trevas*” da monarquia. A própria existência d’*A Voz de Cabo Verde* era a prova de que a luz jorrava também no arquipélago.<sup>192</sup>

Mas esta luz vai ser rapidamente mitigada pelo facto de o novo regime não ter dado satisfação às reivindicações de autonomia administrativa por parte das elites do arquipélago. Na verdade em muito pouco tempo as principais personalidades da cultura e da imprensa cabo-verdiana vão perceber que a administração central em Lisboa não tem qualquer intenção de dissolver o estatuto colonial de Cabo Verde. Por outro lado, uma das consequências da expansão no arquipélago das ideias republicanas é uma generalização e aprofundamento da modernidade ideológica. As ideias anti-clericais vão introduzir linhas de fractura na sociedade cabo-verdiana. Artur Marinha de Campos, primeiro governador republicano e, anti-clerical feroz, vai dar origem a contradições fracturantes na sociedade cabo-verdiana. Os seus discursos anticlericais e uma política tendencialmente igualitária entre africanos e portugueses vão acabar por levar à sua demissão e regresso a Portugal sob prisão. As suas posições anticlericais vão conduzir à resistência das estruturas da igreja católica:

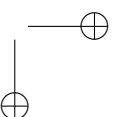
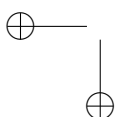
O clero reagiu aos ataques do gov. Marinha de Campos falando directamente ao povo nas Igrejas e, conhecedores dos seus desejos mais íntimos, facilmente poderiam induzi-lo à revolta, não seria difícil a qualquer demagogo, aproveitando-se da miséria em que viviam as populações rurais, incitá-las à revolta.<sup>193</sup>

<sup>192</sup> João Nobre Oliveira, *op. cit.*, p. 250.

<sup>193</sup> João Nobre Oliveira, *op. cit.*, p. 245.



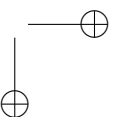
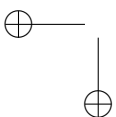
Este período é fértil em reivindicações dos trabalhadores cabo-verdianos, que em muitos casos têm o apoio do governador. Sem dúvida que é um momento em que a consciência de uma identidade cabo-verdiana se aprofunda. Pedro Monteiro Cardoso, escritor e jornalista cabo-verdiano, sob o pseudónimo “Afro”, escreve artigos que defendem o crioulo. Em 1912, *O Independente*, n.º 5, de 15 de Março, publica pela primeira vez um artigo de José Lopes a defender a emancipação da mulher. No futuro a *Voz de Cabo Verde* retomará este assunto. Efectivamente, como se vê, o período que vai da implantação da República ao golpe militar e ditatorial de 28 de Maio de 1926 é um tempo de aprofundamento das ideias republicanas e modernas, porém, não deixa de ser um período de fracturas e dissensões no interior da sociedade cabo-verdiana. De algum modo, é este o período em que as ideias de uma possível independência de Cabo Verde despontam. A partir do golpe militar autoritário a imprensa cabo-verdiana desaparece praticamente com a perda das liberdades políticas em Portugal e consequentemente em Cabo Verde. Contudo, o intenso debate sobre Cabo Verde e o seu destino durante estes anos da primeira República deixou as sementes do que vai ser mais tarde uma consciência nacional da necessidade da libertação do sistema colonial, através de uma independência política.



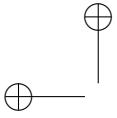


## **Bibliografia**

OLIVEIRA, João Nobre de, *A Imprensa Cabo-Verdiana 1870-1975*, Macau, Fundação Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, 1998.

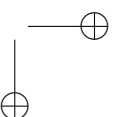
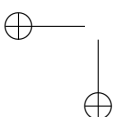






## **Parte IV**

# **Relações luso-brasileiras no início do período republicano**







## João do Rio e a República Portuguesa

Beatriz Weigert<sup>194</sup>

Nós somos e devemos ser por Portugal, porque somos no Novo Continente o herdeiro da sua língua e do seu passado, o mais glorioso passado dos povos da terra.<sup>195</sup>

João Paulo Alberto Coelho Barreto<sup>196</sup> nasce a 5 de Agosto de 1881, na cidade do Rio de Janeiro e, na mesma cidade, falece a 23 de Junho de 1921. Pseudónimos somam-se na sua carreira de jornalista, até que João do Rio<sup>197</sup> surge no dia 26 de Novembro de 1903, pela *Gazeta de Notícias*, no artigo “O Brasil lê”. Devoção e profissão afivelam-se no epíteto significativo, cristalizando-se o novo nome pela sua verdade

---

<sup>194</sup> Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

<sup>195</sup> João do Rio, *Sésamo*, Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte, Livraria Francisco Alves, 1917, p. 169.

<sup>196</sup> João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto.

<sup>197</sup> “Escritor da *belle époque* carioca” (conforme Renato Cordeiro Gomes, em *João do Rio*, Rio de Janeiro, Agir, 2005, p. 12).



específica. De fato, João do Rio é o cantor do Rio de Janeiro. É o descritor da marginalidade. É o estudioso das calçadas, ruas, passeios e jardins. É o investigador das manifestações espirituais. É o pesquisador dos estratos da sociedade. Precursor dos precursores, ele ilumina a etnografia<sup>198</sup> no Brasil. Deambula pela cidade e anota, em forma literária, o que vê e sente. Informa, ensina e eleva.

Reunir a obra de João do Rio é listar identidades. Diz a biografia que muitos dos artigos de Paulo Barreto podem estar assinados com as iniciais P.B., P., ou X, e, de seu nome, João Coelho. Os pseudônimos, às vezes, sinalizam informações temáticas. Assim, Claude escreve crítica literária; Máscara Negra, crítica teatral; Paulo José, política; José Antônio José<sup>199</sup> comenta a sociedade carioca. Por entre essas máscaras todas, ainda há Joe, Caran D’Ache, João D’Além, Simeão, Barão de Belfort. E mais que se pode descobrir na pesquisa de periódicos. Godofredo de Alencar, no entanto, constitui heterônimo que se enriquece de biografia e autoria de livro<sup>200</sup>. Verdade é que a identidade civil de Paulo Barreto quase desaparece, suplantada pelo nome de João do Rio que assinará a maioria dos livros publicados.

A bibliografia desse escritor refere pesquisa, reportagem, crônica e conto. Paulo Barreto inaugura o jornalismo científico, que reúne investigação e informação. Basta dizer que de Fevereiro a Março de 1904, publica, na *Gazeta de Notícias*, as reportagens intituladas de “As Religiões no Rio”<sup>201</sup>, que alçam “o jovem autor à condição de grande jornalista”<sup>202</sup>. O valor antropológico do texto é reconhecido oficialmente alguns anos depois<sup>203</sup>. De seu estilo, diz Carlos Drummond

<sup>198</sup> Leia-se *As religiões do Brasil*, publicação de 1904.

<sup>199</sup> José Antônio José que Humberto de Campos parodia com a coluna assinada por João Francisco João em *Imparcial*, seção “Nota Social” (em Renato Cordeiro Gomes, *op. cit.*, p. 18).

<sup>200</sup> *Crônicas e frases de Godofredo de Alencar*, Paris/Lisboa, Allaud, 1920.

<sup>201</sup> João Carlos Rodrigues, *João do Rio: uma biografia*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1996, p. 50.

<sup>202</sup> Cf. João Carlos Rodrigues, *op. cit.*, p. 52.

<sup>203</sup> Cf. *Ibidem*, p. 52.





de Andrade “Ele é fundamentalmente escritor-jornalista mais do que jornalista-escritor”<sup>204</sup>.

Personalidade preeminente, faz-se ouvir em requintados salões da intelectualidade do Brasil, da Europa e dos Estados Unidos. Convive com figuras ilustres da política, das letras e artes. Elege-se para a Academia Brasileira de Letras, aos vinte e nove anos (1910), sendo admitido, mais tarde (1913), na Academia de Ciências de Lisboa.

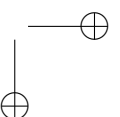
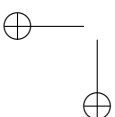
Atento aos movimentos da política e da cultura, o jornalista João do Rio assume posições radicais e polemiza temas e situações. O brilho de sua inteligência e o sucesso de seu trabalho atraem invejas e inimizades. Contra ele, a agressão verbal torna-se frequente, chegando ao dano físico, sem justificação. Refira-se que até ao último alento da vida, Paulo Barreto luta contra a calúnia e a difamação. Pode-se mesmo dizer que é da perseguição intelectual que morre o homem. Mas é da morte do homem que se ergue ainda mais alto o escritor.

A verdade é que o meu único desejo é morrer na minha querida Lisboa.<sup>205</sup>

De realçar é a sua dedicação a Portugal e aos portugueses. O amor de João do Rio por Portugal comprova-se nos textos que escreve e nas ações que realiza. O encantamento que experimenta pelas localidades e pelas individualidades, o escritor verbaliza em páginas de exaltada simpatia. Contudo a política mantém-lhe a atenção. Aprofunda a reflexão sobre as convulsões sociais e tece comentários sobre o momento político que Portugal vive. Abraça a causa dos imigrantes portugueses no Brasil, impondo-se contra decisões governamentais. Voltado para a comunidade lusa, orienta iniciativas no sentido de alicerçar a relação luso-brasileira através da cultura e da arte. Traçando objetivos, luta

<sup>204</sup> Renato Cordeiro Gomes, *João do Rio*, Rio de Janeiro, Agir, 2005, p. 12.

<sup>205</sup> Desabafo (premonitório?) feito a Maurício de Lacerda, horas antes da morte súbita no táxi que conduzia o escritor (João Carlos Rodrigues, *op. cit.*, p. 251).



com as armas que a sua inteligência lhe dá: publica livros, funda periódicos, proclama valores.

João do Rio visita Portugal, em anos sucessivos<sup>206</sup>. É recebido com destaque e intervém em eventos culturais. Semeia amizade e colhe prestígio, que se confirmam em homenagens públicas e preleções verbais. Comprova-se a gratidão de Portugal ao escritor, pelo fato de João do Rio ser nome de rua na Póvoa do Varzim<sup>207</sup>. Esse reconhecimento deve-se à ação do jornal *A Pátria* (1920), fundado por Paulo Barreto para defender os interesses dos pescadores portugueses que, na época, abastecem a cidade do Rio de Janeiro. Sabe-se que o governo brasileiro, através de uma lei de nacionalização, exige que a pesca seja exercida apenas por nacionais. Desse modo, há pressão sobre os trabalhadores, obrigando-os a nacionalizarem-se para exercer a profissão. Esse empenho em abraçar a causa dos trabalhadores portugueses consegue a João do Rio a força das inimizades e da agressão moral e física.

Da primeira visita realizada em Dezembro de 1908, nascem textos para jornais, na intenção de, em obra de “imenso afeto”, mostrar Portugal aos brasileiros. Enquanto espera a compilação dos artigos, implanta-se, em 1910, a República Portuguesa. E é em 1911, que vem à luz o livro *Portugal D’Agora*. Nessa obra, se a reflexão sobre as relações luso-brasileiras apresenta a expectativa de um projeto conjunto, os artigos sobre o momento político de Portugal querem penetrar a atmosfera da crise. O luto pelo regicídio, a preparação da República, a proliferação dos partidos políticos. E o comentário sobre Portugal, logo após a Proclamação da República vem em “Este livro”, prólogo em que o autor justifica:

achei que devia dar ao público este livro feito de impressões

<sup>206</sup> Em 1908, 1910, 1913, 1914, 1919.

<sup>207</sup> O *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*, de 1922, documenta: “A Câmara Municipal de Lisboa aprovou, por unanimidade, uma proposta do vereador sr. Manuel Martinho, para que a uma das ruas de Lisboa se dê o nome de «João do Rio»” (Cf. “Paulo Barreto (João do Rio)” in *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1922*, Lisboa, Parceria de António Maria Pereira, 1921, p. 20). Sabe-se que também é nome de rua do Rio de Janeiro e de Porto Alegre.

ligeiras. É o único livro de um brasileiro sobre Portugal, e de um brasileiro que, certo do futuro de sua pátria, ama fervorosamente Portugal. [...] Os historiadores do futuro [...] encontrarão nele o pequeno documento de observação dos costumes e ideias do momento com que se faz a Grande História.<sup>208</sup>

João do Rio, já em 1911, narra o desembarque em Lisboa e a surpresa de encontrar os operários em greve. Nota que a agitação do país registra a fase de transformação, referindo o modo como “a República congregava a maioria e parecia desafogar os corações”. Observa a ação administrativa, a diligência de Presidente e Ministro em “um trabalho febril, um entusiasmo febril, um calor democrático tremendo”, em comunicação estreita com o povo. Avalia que “é preciso fazer em dias o que se censurou a monarquia não ter feito em anos”. Reforça o fato de a República dar motivo a que “admiráveis qualidades” do povo se possam expandir, embora considere que a exaltação não se alastra a todo Portugal: rivalidades entre as regiões escurecem a ação de Lisboa. E com segurança conclui que “definitivo, claro, era ser a república um fato definitivo”. E reforça: “Em Portugal, a república é a grande explosão de um renascimento de todas as coisas”<sup>209</sup>.

De *Portugal D’Agora* refiram-se três artigos que se intitulam “O momento político” (pp. 203-214); “Ainda o momento político” (pp. 215-232); e “Relações Luso-Brasileiras” (pp. 283-301).

Em “O momento político”, João do Rio comenta as dificuldades do povo, as crises de governo do país, afirmando que o “único mal de Portugal é a politicagem envenenadora” (p. 204). Menciona a tirania de João Franco (p. 206) e passa em revista as regiões de Portugal. Observa o movimento político de diferentes cidades, como Lisboa, Porto e Coimbra. E sobre a agricultura, vê os problemas das comunidades do campo, sofrendo<sup>210</sup> “para fazer produzir a terra ingrata”, ou perecendo

<sup>208</sup> *Portugal D’Agora*, p. XV.

<sup>209</sup> *Portugal D’Agora*, p. XIII.

<sup>210</sup> “É a população que se esbofa na canícula do Alentejo para fazer produzir a terra ingrata, e a população do norte, que morre alegre sem pão na superprodução dos



“num mar de vinho desvalorizado” (p. 207). Todos os males devendo-se “à política, à falta de administração”. Nomeia os partidos políticos. Afirma que os republicanos se organizam de tal modo que “se amanhã for proclamada a República, o país não sente nada na administração, porque [eles] já cuida[ram] disso” (p. 213). Em certa hora, ouve:

São brasileiros alguns chefes do movimento republicano, como o Bernardino, o João Chagas. Temos os olhos voltados para o Brasil. A República far-se-á aqui, como lá, docemente.<sup>211</sup>

Em “Ainda o Momento Político” (pp. 215-220) considera que a agitação prenuncia um novo modo de estado, realçando que “até os padres fazem discursos” (p. 215). Haja vista ao reverendo Chouzal, que diante dos tumultos do rei e do príncipe, depois do crime do Terreiro do Paço, vocifera contra a corrupção. Anota as afirmações dos Conselheiros Vasconcelos Porto e Campos Henriques. O primeiro, empenhando-se em libertar da tutela política os vários poderes da nação.

As relações luso-brasileiras concentram seu cuidado, e já às vésperas do retorno ao Brasil, o cronista reflete:

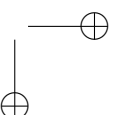
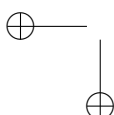
O problema da absoluta necessidade de uma verdadeira aproximação de duas nações que tem a conservar o património de uma língua esplêndida.<sup>212</sup>

A constatação de que, antes da tragédia do Terreiro do Paço, em certos dias os jornais do Brasil parecem “mais de Portugal do que os seus colegas portugueses” não comprova que haja um entrelaçamento efetivo entre os dois países. Diz João do Rio que o movimento português, excetuando o teatro e a literatura, é desconhecido de muitos brasileiros. E para sintetizar posições conclui que “a nossa atitude é reflexo, é um resultado da atitude de Portugal, para conosco” (p. 285).

vinhedos, num mar de vinho desvalorizado” (*Portugal D’Agora*, p. 207).

<sup>211</sup> *Portugal D’Agora*, p. 214.

<sup>212</sup> *Portugal D’Agora*, p. 283.



É de assinalar a ação cultural de Consiglieri Pedroso perante a Sociedade de Geografia, propondo catorze itens relativos ao conagraçamento de Portugal e Brasil. Iniciando pela orientação de Congressos, chega ao item de número dez que sugere a fundação de uma Revista.

Confirmando a proposta deste item número dez, funda-se, em 1915, a *Revista Atlântida*, dirigida por João do Rio e por João de Barros. É a direção conjunta de Brasil e Portugal que os dois amigos exercem com empenho. A *Revista Atlântida* vigora até 1921 – ano da morte de Paulo Barreto –, perfazendo quarenta e cinco números de aproximadamente setecentas páginas cada.

João do Rio aposta no renascimento de Portugal, país de tradição quase milenar, contando com um povo jovem, “condensador de saúde do corpo e da alma”, e “um dos raros povos fortes e puros”. Com muito ainda por fazer, pode ser nação riquíssima pela força de seus dirigentes. E Portugal, ligado ao Brasil, consolidará mútuas influências.

O entrelaçamento dos dois países far-se-á no plano das ideias, no interesse recíproco, no trânsito da cultura, das artes, da política. Refira-se a *Revista Atlântida* e os pensadores que ali publicaram textos, possibilitando a interação de saberes.

Confirma-se o reconhecimento da intelectualidade de Portugal por João do Rio, também pela homenagem que a imprensa lhe reserva. O *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*, na edição de 1922, 72.º ano da coleção, dedica as primeiras páginas (5 a 21) a exaltar a memória de Paulo Barreto (João do Rio), reforçando a imagem de respeitabilidade e de erudição que o autor terá imprimido na cultura. Transcrevem-se as notícias de jornais como *Diário de Notícias*, *Século*, e *Pátria*. Comoventes são os traços que, pela mão do editorial, se desenham, como se lê:

Ainda se não apagou da memória dos portugueses agradecidos, a passagem por Lisboa do grande escritor brasileiro, há pouco falecido.

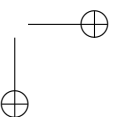
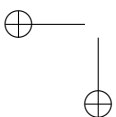


Culminando com a apreensão de uma vida que se encerra, como diz:

“Morre como viveu: vitoriosamente”.<sup>213</sup>

---

<sup>213</sup> *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro, op. cit., 1922, p. 12.*





## **Bibliografia**

RIO, João do, *Portugal D'Agora*, Rio de Janeiro/Paris, Garnier, 1911. 314 p.

IDEM, *Sésamo*, Rio de Janeiro/São Paulo/ Belo Horizonte, Livraria Francisco Alves, 1917. 196 p.

## **Bibliografia sobre João do Rio**

*Atlantida – Mensário Artístico, Literário e Social para Portugal e Brazil – Órgão do pensamento latino no Brasil e de Portugal.*

DRUMMOND, Carlos, “João do Rio na Vitrine”, in *Jornal do Brasil* de 13 de Agosto de 1981. (apud GOMES, Renato Cordeiro, *João do Rio*, Rio de Janeiro, Agir, 2005. 271 p. Nossos Clássicos)

GOMES, Renato Cordeiro, “Apresentação” in *João do Rio*, Rio de Janeiro, Agir, 2005, pp. 11-55. 271 p. Nossos Clássicos.

“Paulo Barreto (João do Rio)”, *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1922*, Lisboa, Parceria de Antonio Maria Pereira, 1921, pp. 4-21. 383 p.

RODRIGUES, João Carlos, *João do Rio: uma biografia*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1996. 293 p.









# **Romances e romancistas brasileiros em Portugal: o caso da revista *Atlântida* (1915-1920)**

João Marques Lopes<sup>214</sup>

## **Introdução**

A despeito do esforço de alguns especialistas no sentido de revalorizar e matizar o romance pré-modernista brasileiro<sup>215</sup>, uma certa imagem de marca negativa permaneceu relativamente incólume até à actualidade. Em meados do século passado, a historiografia literária do “país-irmão” já a havia fixado. Para Lúcia Miguel-Pereira da incontornável *Prosa de Ficção (de 1870 a 1920)* haveria uma tal esterilidade

---

<sup>214</sup> Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

<sup>215</sup> Por exemplo, o Setor de Filologia do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa (Rio de Janeiro) tem reeditado obras esquecidas, do período, produzido exposições, realizado seminários e publicado colectâneas de ensaios com esse fim (cf. AAVV, *Sobre o Pré-Modernismo*, Rio de Janeiro, Fundação-Casa de Rui Barbosa, 1988).



nas duas primeiras décadas de Novecentos que apenas Lima Barreto desempenharia o papel de romancista a postular os “prenúncios modernistas”. Na sua perspectiva, Graça Aranha seria mais filósofo do que romancista e estaria confinado a *Canã*<sup>216</sup>. Euclides da Cunha e *Os Sertões* estariam fora do gênero romanesco. E tudo o resto seria passadismo linguístico e temático<sup>217</sup>. Na *História Concisa da Literatura Brasileira*, Alfredo Bosi tem uma visão menos restritiva:

Creio que se pode chamar pré-modernista (no sentido forte de premonição dos temas vivos em 22) tudo o que, nas primeiras décadas do século, problematiza a nossa realidade social e cultural. [...] Caberia ao romance de Lima Barreto e de Graça Aranha, ao largo ensaísmo social de Euclides, Alberto Torres, Oliveira Viana e Manuel Bonfim, e a vivência brasileira de Monteiro Lobato o papel histórico de mover as águas estagnadas da *belle époque*, revelando, antes dos modernistas, as tensões que sofria a vida nacional. [...] [o Modernismo] visto apenas como estouro futurista e surrealista nada lhes deve (nem sequer a Graça Aranha, a crer nos testemunhos dos homens da “Semana”); mas, considerado na sua totalidade, enquanto crítica ao Brasil arcaico, negação de todo academismo e ruptura com a República Velha, desenvolve a problemática daqueles, como o fará, ainda mais exemplarmente, a literatura dos anos 30.<sup>218</sup>

Obviamente, das figuras enunciadas poucas são romancistas, mas a aproximação de Bosi tem o mérito de explicitar os “prenúncios pré-modernistas” para lá da mera figura tutelar de Lima Barreto. Com efeito, se este foi o único romancista a ser mais frequente e individualizadamente tratado na história e na crítica da literatura brasileira

<sup>216</sup> Cf. Lúcia Miguel-Pereira, *Prosa de Ficção (de 1870 a 1920)*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1978, p. 288. Conforme é sabido, a primeira edição remonta a 1950.

<sup>217</sup> Cf. Lúcia Miguel-Pereira, *op. cit.*, pp. 285-288.

<sup>218</sup> Alfredo Bosi, *História Concisa da Literatura Brasileira*, 3.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Cultrix, 1979, pp. 345-346.

enquanto desconstrutor do “meu-ufanismo” e do retardatário purismo linguístico da *Belle Époque*, ele não foi exceção absoluta entre os pro-sadores de ficção. Houve também Graça Aranha e outros a contribuir para a desmontagem da literatura como “sorriso da sociedade”. *Canãa* trouxe o problema novel da imigração germânica e tornou-se num romance social e de ideias por onde passava criticamente a temática da brasilidade. Independentemente da sua indefinição de género entre a ciência e a arte, *Os Sertões* confrontaram o litoral e o interior brasileiros em termos duros que apelavam para uma ultrapassagem pedagógica, económica e social das clivagens rumo a uma unidade nacional a impor sem a nefasta força militar usada contra os rebeldes de Canudos.

À margem destas considerações e dificuldades para manter as renovações apenas dentro do género romanesco, parece ser certo que o esquema de visão e divisão dominante nos estudos literários brasileiros tende a menosprezar o romance pré-modernista de conjunto, salvando-se apenas Lima Barreto à conta de antecipador consistente das revoluções vindouras. Coelho Neto e Afrânio Peixoto, que foram “medalhões” culturais da época, aparecem regularmente individualizados nas histórias da literatura com capítulos ou parágrafos de maior ou menor porte, mas quase sempre como símbolos de uma esclerose linguística e conteudística comprometida com o Brasil oficial. Dir-se-ia que nunca mais conseguiram recuperar dos ataques demolidores que os agentes do modernismo de 1922 lhes moveram, deixando de ser autores vivificados por uma fortuna crítica perdurável, mau grado uma outra tentativa de recuperação. Graça Aranha tem *Canãa* entronizado como seiva donde brotaria algo novo, mas o seu capital no género resume-se a isso e o seu papel de alto patrocinador da revolução modernista de 1922, devidamente simbolizado no gesto de ruptura com a Academia Brasileira das Letras, talvez se lhe sobreponha. Nomes grandes como Euclides da Cunha ou “vanguardistas” como Adelino Magalhães não contam propriamente como romancistas. Outro ousado inovador como o Hilário Tácito do romance *Mme Pommery* (1919) foi simplesmente apagado. Enfim, *qua* romancista pré-modernista em sentido constru-



tivo e não meramente cronológico ficou apenas a marca distintiva de Lima Barreto, por vezes num tripé algo problemático com Graça Aranha e Euclides da Cunha.

Será que após a abolição da escravatura e a proclamação da República o romance brasileiro entrou efectivamente em declínio até às experiências formais dos Andrades no pós-1922 e ao bloco transformador dos anos 30? Será que a concretização de tais ideais progressistas e as mudanças sociais assim acarretadas deixaram os romancistas sem matéria pela qual norteassem uma renovação ficcional? Não nos cabe aqui pronunciar sobre tais questões. O nosso objectivo é mais modesto. Visamos apenas verificar qual a recepção portuguesa dos romances e romancistas de além-mar durante a década inicial da nossa conturbada I República, mormente nas páginas da *Atlântida*. Na sua qualidade de única revista expressamente luso-brasileira activa em solo nacional de meados a fins dos anos 1910, talvez tenha podido veicular uma imagem actualizada e crítica da ficção romanesca proveniente do Brasil durante as duas primeiras décadas do século XX.

## A recepção em Portugal

No essencial, os prosadores brasileiros do período em causa não parecem ter encontrado um acolhimento consistente e duradouro entre nós. Em 1939, na sua conhecida *História Breve da Literatura Brasileira*, ainda dentro de uma caracterização estilística e periodológica alheia ao conceito do pré-modernismo, José Osório de Oliveira gastou menos de uma página para tratar conjuntamente de Coelho Neto e Lima Barreto, passa umas breves linhas com *Canaã* e ignora todos os outros romancistas e romances do período, salvo o indefinível *Os Sertões* abordado em quatro páginas altamente encomiásticas, mas dedicou boa parte das últimas dezassete páginas e dos três capítulos finais





aos romances do modernismo, do *Macunaíma* aos da voga nordestina e até aos da linha dominada do psicologismo<sup>219</sup>.

Cerca de meio século depois, em *Modernismo Brasileiro e Modernismo Português*, Arnaldo Saraiva sistematizou um conjunto de informações esparsas concernentes à tal recepção nas primeiras décadas do século XX e permite-nos concluir igualmente por uma certa aridez. Sem concordar inteiramente com a afirmação de Rui Gomes que, nas páginas de um número de 1923 da *Revista Portuguesa*, asseverara:

enquanto no Brasil é bem conhecida a literatura portuguesa, em Portugal não se mostra o merecido interesse pelo conhecimento da literatura brasileira [...]. De facto, em Portugal apenas se conhece Coelho Neto e Olavo Bilac, e alguns outros de conhecimento mais limitado – Machado de Assis, Euclides da Cunha, Raimundo Correia e pouco mais<sup>220</sup>,

o estudioso portuense não deixou de reconhecer que a poesia foi acolhida e valorizada,

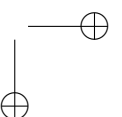
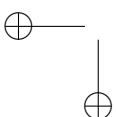
mas a prosa perdia claramente em relação à poesia. José de Alencar e Machado de Assis, que alguns portugueses leram desde as primeiras obras, não eram em Portugal o que Eça e Camilo eram no Brasil. E Coelho Neto, abundantemente editado pela Chardron do Porto, não tinha a estatura ou a exemplaridade daqueles; o mesmo se diria de Lima Barreto, o qual em 1909 viu editado em Lisboa *Recordações do escrivão Isaías Caminha* [...].<sup>221</sup>

Para o nosso objectivo, pouca importância assume o facto de Arnaldo Saraiva estar a misturar autores oitocentistas e pré-modernistas,

<sup>219</sup> Cf. *História Breve da Literatura Brasileira*, São Paulo, Martins, s.d., pp. 98-99, 103-106 e 118-134.

<sup>220</sup> Rui Gomes citado in Arnaldo Saraiva, *Modernismo Brasileiro e Modernismo Português. Subsídios para o seu Estudo e para a História das suas Relações*, Campinas, Ed. da UNICAMP, 2004, p. 39.

<sup>221</sup> Arnaldo Saraiva, *op. cit.*, p. 37.



pois o interessante é verificar como das afirmações ora citadas se pode concluir pela recepção mais fraca dispensada aos prosadores e pela redução portuguesa do universo do romance pré-modernista brasileiro praticamente ao nome de Coelho Neto, o qual teve várias primeiras edições de romances seus publicados pela portuense Chardron e mesmo reedições (caso de *Rei Negro* ou *Imortalidade*) e é o único que só aparecer com o nome em destaque nas referências da época. Todos os outros seriam mais ou menos terra árida. Embora conhecido nos meios literários lusitanos desde as remotas eras de 1870, o próprio Machado de Assis teria uma audiência residual. Euclides da Cunha estaria longe do prestígio do autor maranhense. E Lima Barreto seria praticamente ignorado, mau grado ter publicado a primeira edição de *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* pela lisboeta Livraria Teixeira.

Porém, será que esta radiografia é inteiramente justa? Não terá ela sido suficientemente contrariada pela estada portuguesa do conhecido jornalista carioca João do Rio durante largos meses de 1909 e de 1919 (aliás, era também romancista e crítico literário), pelos vários trabalhos de divulgação da cultura tropical do então renomado brasilianista lusitano João de Barros, pelo empenhamento dos homens da *Águia* em valorizar a literatura do “país-irmão” ou pelo processo de criação da primeira cadeira de Literatura Brasileira entre nós? Como combinar tão desolador acolhimento com o entusiástico destaque do cabeçalho com que o lisboeta *Diário de Notícias* saudava, em 16 de Novembro de 1922, o “medalhão” maranhense a propósito da comemoração do centenário da proclamação da Independência do Brasil: “Portugal e Brasil, a celebração literária da glória da Raça, numa homenagem aos dois maiores representantes das letras portuguesa e brasileira: Guerra Junqueiro e Coelho Neto”? E não estaremos a esquecer o contributo da *Atlântida* para um seguimento mais atento e futurante do que acontecia com o romance brasileiro?

## **A recepção na *Atlântida***

No que concerne à última pergunta, a compulsão dos quarenta e oito números da revista não infirma de modo alguma o diagnóstico acima referido. Com a exceção notável de um artigo escrito por Tristão de Atayde e com os hoje surpreendentemente materiais anacrônicos acerca de um romance de Albertina Bertha, a publicação de João de Barros e João do Rio praticamente ignorou os romances e os romancistas brasileiros. Não há nenhum ensaio monográfico. Não há nenhuma recensão na rubrica “O mês Literário” ou alhures. Nem sequer há praticamente nenhuma notícia. Nem mesmo João do Rio e Graça Aranha comparecem *qua* romancistas a não ser muito marginalmente<sup>222</sup>, embora ambos tivessem desempenhado funções de co-direcção na *Atlântida* e publicado romances no Brasil (se *A Profissão de Jacques Pedreira* e *A Correspondência de uma Estação de Cura* do primeiro não auferiram de sucesso assinalável, já o mesmo não ocorrera com *Canã*). Portanto, ao contrário do que aconteceu com os poetas da “outra banda” do Atlântico, entre os quais Olavo Bilac que mereceu inclusivé um *dossier* de mais de trinta páginas aquando da sua visita a Portugal em 1916<sup>223</sup>, ninguém sobressaiu seriamente no campo da ficção. Alguma colaboração literária de Afrânio Peixoto, Júlia Lopes de Almeida ou algumas referências encomiásticas a Machado de Assis, Coelho Neto e outros não alteram o quadro<sup>224</sup>, relevando mais de uma recepção passiva do que propriamente de uma fortuna crítica empenhada em divulgar e estudar a obra ficcional de tais autores.

<sup>222</sup> O director brasileiro da revista nunca surge nessa qualidade de romancista e *Canã*, de Graça Aranha, tem uma única e breve referência (cf. *Atlântida*, Lisboa, n.º 48, p. 360).

<sup>223</sup> Cf. *Atlântida*, Lisboa, n.º 6, pp. 569-603.

<sup>224</sup> Por exemplo, Afrânio Peixoto tem textos literários nos números 2 e 34, Júlia Lopes de Almeida no número 3, e Machado de Assis e Coelho Neto são exaltados no próprio número 1.

Assim sendo, o testemunho da *Atlântida* acerca do acolhimento nacional do romance brasileiro durante a primeira década da República Portuguesa dificilmente poderia resistir ao desgaste do tempo e a anacronismos. Daí nunca ser destacada a tal título nos estudos sobre as relações literárias luso-brasileiras. Daí os equívocos de apenas Albertina Bertha ter merecido um certo destaque, pois se tratava de escritora medíocre e sem qualquer futuro<sup>225</sup>. Retrospectivamente, os artigos de Joe (pseudónimo do próprio João do Rio) e do influente Cândido de Figueiredo sobre o romance *Exaltação* desta autora afiguram-se-nos como documentos de um crivo crítico praticamente nulo:

O acontecimento literário de monta é o livro da escriptora Albertina Bertha:

“Exaltação”. O romance no Brazil apóz o grande Aluizio Azevedo, Coelho Netto e D. Júlia Lopes de Almeida, estava quasi um género abandonado. Salvo os dois romances de Afranio Peixoto e a obra *A Vida* do mallogrado Thomaz Lopes, não apareciam nas livrarias novos nomes de romancistas. A sra. Albertina Bertha agita porém o mundo literário e o grande mundo com “Exaltação”<sup>226</sup>,

asseverava Joe no número 7. Por sua vez, no número 9, Cândido de Figueiredo arriscava o prognóstico de que “*Exaltação* tem direito a fixar-se imorredoura na bibliografia brasileira”<sup>227</sup> no âmbito de um longo artigo de seis páginas redigido sob o ponto de vista da correcção gramatical e lexical que tão detestada seria pelos modernistas brasileiros.

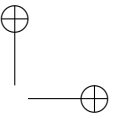
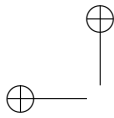
Em todas estas omissões e perspectivas infirmadas pela história literária, salva-se o ensaio do então emergente crítico brasileiro Tristão

<sup>225</sup> Basta ver que nem sequer aparece mencionada na *História Concisa da Literatura Brasileira*, de Alfredo Bosi, ou que Brito Broca se refere a *Exaltação* em termos de romance falso e medíocre (cf. *Vida Literária no Brasil – 1900*, 3.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1988, p. 115).

<sup>226</sup> Joe, “EXALTAÇÃO, por Albertina Bertha”, *Atlântida*, n.º 7, Lisboa, p. 683.

<sup>227</sup> *Atlântida*, n.º 9, Lisboa, p. 808.





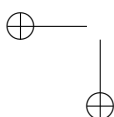
de Athayde. No número 41, presumivelmente de meados de 1919, apareceu um texto de oito páginas intitulado “Chronica Literaria do Brasil” que comportava uma certa apreciação crítica do estado do campo do romance de além-mar nas duas primeiras décadas de Novecentos. Filiava o que considerava as duas principais tendências a um ramo machadiano e a um outro proveniente do Euclides da Cunha de *Os Sertões* (“o maior livro que jamais inspirou o nosso interior adusto e desamparado”<sup>228</sup>). Salientava bastante o papel de Lima Barreto, que considerava o romancista mais importante do período em parceria com Afrânio Peixoto. Intuíva minimamente a tríade que resistiria ao desgaste desse juiz literário quase inexorável que é o tempo, posto relevar Euclides da Cunha e Lima Barreto, e não esquecer o Graça Aranha de *Canãa*. E tinha até o discernimento de não endeusar Coelho Neto, algo então muito em voga. Se não explicitava o que tal tríade viria a representar em termos de brasilidade temática e de abrasileiramento da linguagem, e até criticava um pouco os supostos desleixos lexicais e gramaticais de Lima Barreto, tinha, pelo menos, o mérito irrefutável de ser o único material actualizado, crítico e futurante que, em cinco anos e quarenta e oito números, a *Atlântida* publicou acerca dos romancistas e romances do período em causa<sup>229</sup>.

## Conclusão

Em sintonia com esta debilidade detectada na recepção do nosso objecto de estudo nas páginas da revista ora perscrutada e com o diagnóstico acima traçado a partir da consideração de livros dos reconhecidos brasilianistas lusitanos José Osório de Oliveira e Arnaldo Saraiva,

<sup>228</sup> Tristão de Athayde, “Chronica Literaria do Brasil”, *Atlântida*, n.º 41, Lisboa, p. 568.

<sup>229</sup> Cf. Tristão de Athayde, “Chronica Literaria do Brasil”, *Atlântida*, n.º 41, Lisboa, pp. 566-573.



talvez possamos, sem dúvida de maior, concluir que os primeiros dez anos do nosso regime republicano foram uma espécie de década perdida para um maior conhecimento e intertextualidade da ficção luso-brasileira quer no pólo restrito dos pares quer no segmento mais amplo do público leitor. Se a *Atlântida* pouco tem quanto ao romance brasileiro, a verdade é que o panorama não resulta também animador em *A Águia* até 1920, embora haja um acolhimento algo mais activo quanto a Lima Barreto e a Afrânio Peixoto, e até um texto amplo sobre o oitocentista Joaquim Manuel de Macedo<sup>230</sup>. Se Coelho Neto era publicado com sucesso pela portuense Chardron e uma parcela razoável das edições provavelmente era consumida por leitores portugueses, se a sua obra era conhecida nos nossos meios intelectuais e circulava facilmente na imprensa generalista, o certo é que Lima Barreto era praticamente ignorado e o tripé renovador e construtivo do romance pré-modernista por ele constituído ao lado do Euclides da Cunha de *Os sertões* e do Graça Aranha de *Canãa* não só passou ao largo do espectro comercial do campo literário do período, como, pior ainda, esteve longe de ser escrutinado na sua dimensão construtiva e futurante pelos pares nacionais. Será que este alheamento da *intelligentsia* lusitana face à actualidade romanesca crítica, corrosiva e denunciadora do Brasil oficial do republicanismo triunfante era também já um indício do desgaste de uma nossa Primeira República que muitas esperanças levantou, mas pouco cumpriu no meio de sucessivos e precários gabinetes, de golpes e contra-golpes? E será que a *Atlântida*, atrelada

<sup>230</sup> Cf., p. ex., *A Águia*, n.º 22, Outubro de 1913, Porto, pp. 111-118 e número 40, Abril de 1915, p. 157-160, onde há textos literários de Lima Barreto, além disso cf. breve resenha a *Triste Fim de Policarpo Quaresma* no número 58-60, Outubro de 1916, p. 194, e ainda o número 101-102, Maio de 1902, p. 197, com a transcrição de uma resenha brasileira a *Fruta do Mato*, de Afrânio Peixoto, ou no número 106-108, Outubro de 1920, pp. 168-180, um longo texto de Humberto de Campos sobre “As modas e os modos no romance de Macedo”, onde Joaquim Manuel de Macedo aparece abordado num ângulo potencialmente frívolo. Note-se que, em conformidade com o período recortado neste nosso trabalho, apenas referimos os dados colhidos n.º *A Águia* até 1920.



como estava ao situacionismo na instabilidade promovido pelo poder político-económico e ao apoio ao envio de tropas para a frente francesa na I Guerra Mundial, poderia alguma vez ser veículo da divulgação, estudo e intertextualidade de uma literatura ou romance pré-modernistas em sentido construtivo e demolidor do passadismo linguístico e temático então ainda em vigor no Brasil, com os já anacrónicos Olavo Bilac, Coelho Neto e outros cultores de escrita purista e avessa à realidade social de uma brasilidade em mutação irreversível, quanto mais não fosse pela acumulação de imigrantes exteriores ao inicial tronco luso-afro-indígena e pelas transformações industriais que começavam a despontar em força na área de São Paulo? Parafraseando Oswald de Andrade, como conciliar o registo intelectual e oficial dominante com as dinâmicas quotidianas numa “contribuição milionária de todos os erros” quando estava em causa a visão apurada e futurante do romance provindo do Brasil nas páginas de uma revista qual a *Atlântida* e numa I República qual a nossa? O curto-circuito foi a resposta. De resto, embora sem o foco agora mencionado, este *topos* da comunicação perturbada aparece também do lado de lá do Atlântico: comparece significativamente no próprio artigo que Tristão de Athayde escreveu para esta revista e por nós acima referido, e está claramente na obra de referência de Brito Broca sobre a *Vida Literária no Brasil-1900*<sup>231</sup>.

---

<sup>231</sup> Cf. Tristão de Athayde, “Chronica Literaria do Brasil”, *Atlântida*, n.º 41, Lisboa, p. 567 e Brito Broca, *op. cit.*, pp. 263-264.





## Bibliografia

ATHAYDE, Tristão de, “Chronica Literaria do Brasil”, in *Atlântida*, n.º 41, Lisboa, pp. 566-573.

BOSI, Alfredo, *História Concisa da Literatura Brasileira*, 3.<sup>a</sup> ed., São Paulo, Cultrix, 1979.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia, *Prosa de Ficção (de 1870 a 19209)*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1978.

OLIVEIRA, José Osório de, *História Breve da Literatura Brasileira*, São Paulo, Martins, s.d..

SARAIVA, Arnaldo, *Modernismo Brasileiro e Modernismo Português. Subsídios para o seu Estudo e par aa História das suas Relações* Campinas, Ed. da UNICAMP, 2004.

*Sobre o Pré-Modernismo*, Rio de Janeiro, Fundação-Casa de Rui Barbosa, 1988.

*Vida literária no Brasil – 1900*, 3.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1988.





# **Ecos de duas Repúblicas: o 5 de Outubro na imprensa brasileira**

José Viegas<sup>232</sup>

Maria Manuel Marques Rodrigues<sup>233</sup>

## **Introdução**

Hoje a recuperação da história política é um fenómeno inquestionável e o novo paradigma sujeito/observador/observado corrigiu os excessos e a secura do discurso da história dos *Annales*, e a desvalorização do “curto prazo” e da “história do tempo presente” reaproximou o discurso do historiador, do subjectivo e do quotidiano, da literatura e da arte e assim do próprio jornalismo.

---

<sup>232</sup> Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

<sup>233</sup> Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa



Há mais correlações entre os meios de comunicação social e o seu estudo e a escrita da história, do que se pode imaginar. A imprensa, enquanto instituição, e os jornalistas, enquanto actores sociais, participaram activamente na construção da realidade histórica. “O historiador ao reconstruir o tempo está a inserir na sua análise não apenas a sua subjectividade, mas a recuperar uma história que é também individual”<sup>234</sup>. Existe, portanto, uma certa semelhança, ou mesmo convergência, entre os trabalhos de jornalista e do historiador.

A imprensa e particularmente a imprensa regional e local, assim como a estrangeira, neste caso específico a imprensa brasileira, transportam-nos para outras realidades históricas por vezes desconhecidas e até desprezadas, que devem ser consideradas como achegas importantes para a composição da história de um país. Para além do jornalismo existiram também revistas de divulgação e cobertura de acontecimentos mundanos, cartazes e caricaturas que são importantes para entender o “Zeitgeist” da época que se pretende trabalhar. É essa a história cultural e das mentalidades que nos interessa hoje.

A nossa investigação encontrou alguns problemas práticos e alguns episódios caricatos na sua fase inicial. Percorridos os caminhos que nos levaram da Biblioteca Nacional de Portugal ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e à Assembleia da República, da Hemeroteca à Embaixada do Brasil em Lisboa o resultado foi nulo. Não existiam documentos que pudessem fundamentar qualquer hipótese quanto mais qualquer espécie de conclusão. Simplesmente não existiam exemplares de nenhum desses jornais em Portugal. Assim sem a ajuda do Brasil este texto nunca poderia ter sido escrito. A presença de um de nós na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro foi por isso indispensável, e fez aquilo que a agência *Havas* e a *Reuters* fizeram em 1910.

Comunicando através de telefone e *emails* a pergunta que procurámos responder era aparentemente simples: teria sido a implantação da República Portuguesa um acontecimento banal, bem recebido pe-

<sup>234</sup> Robert Darton, *O beijo de Lamourette. Mídia, cultura e revolução*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, pp. 109-131.



las elites brasileiras e pela comunidade portuguesa residente no Brasil? A pesquisa como sempre levantou novas questões e obrigou-nos a repensar uma pergunta que afinal se mostrava pouco adequada. Nem todos os Brasileiros nem os Portugueses residentes no Brasil olharam da mesma forma os acontecimentos que se passavam em Lisboa. São esses diferentes olhares o objecto desta comunicação.

### **A imprensa brasileira carioca e o 5 de Outubro**

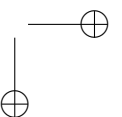
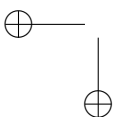
O caso da imprensa brasileira dos inícios da primeira década do século XX, que nos interessa, é no nosso ponto de vista, um objecto de estudo particularmente interessante.

Ela fez parte integrante de uma fase próspera que resultou da conjuntura particular vivida pelo Brasil. Era um momento económico de apogeu do negócio do café e da diversificação das actividades produtivas, pela nova ordem republicana, com programas de alfabetização e remodelação das cidades; pela agilidade introduzida pelos novos meios de comunicação; pelo aperfeiçoamento tipográfico e avanços na ilustração, enquanto as modernas máquinas impressoras atingiam velocidades nunca vistas.

O jornal, a revista e o cartaz desempenhavam um papel importante na difusão cultural e potencializavam novos consumos de toda a ordem apesar de a imprensa estar longe da sua fase de consolidação e mesmo da “grande imprensa”, como afirma Nelson Werneck Sodré<sup>235</sup>. A importação de máquinas, a adopção de técnicas, a compra de serviços de agências informativas, a incorporação de valores do jornalismo americano são sinais claros do desejo de fazer de um jornal um negócio.

---

<sup>235</sup> Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.



Segundo o mesmo autor publicavam-se em 1912 um total de 1.377 periódicos no país, dos quais 149 diários e 677 semanais. Revistas novas foram frequentemente lançadas, algumas com sucesso, outras sem passar do primeiro número. Será a falta de condições na economia local que faz sustentar essa vontade.

O *Jornal do Brasil*, o *Estado de S. Paulo*, o *Correio da Manhã* e *O Paiz*, objectos principais do nosso estudo, todos tiveram o seu início nos finais do século XIX. Em 1900, o *Jornal do Brasil* tirava a sua edição vespertina, sendo o primeiro jornal do país a lançar duas edições diárias. Este jornal continuava a ser o diário de melhor equipamento gráfico e “ninho de coronéis da Guarda Nacional” sob a direcção de Fernando e Cândido Mendes. Em 1906 em razão do crescimento demográfico de S. Paulo, o *Estado* atingia já os 35.000 exemplares. Mas era no Rio de Janeiro que se centralizava a imprensa jornalística nacional.

O jornalismo que marcou a Primeira República no Brasil foi vibrante e decisivo nos destinos do país, muito embora tenha sido nesse mesmo período que a compra da opinião da imprensa pelo governo se tenha tornado uma rotina. Com o advento da República, o jornalista ascende a postos de comando, preenche quadros do poder, ganha outra visibilidade e impõe-se como um profissional. Aristides Lobo, Rui Barbosa e Quintino Bocayuva que fundara *O Paiz* tornaram-se ministros dos governos republicanos. O jovem advogado Edmundo Bittencourt no *Correio da Manhã*, um dos periódicos mais lidos do país, através de um jornalismo opinativo e de oposição, cujos editoriais se habituaram a demitir ministros e que ajudou a derrubar a Primeira República, que de acordo com Sodré “quebrava a placidez aparente, alcançada pelo suborno, pela sistematizada corrupção, institucionalizada a compra da opinião da imprensa [...] monótona uniformidade política das combinações de cúpula, dos conchavos de gabinete”<sup>236</sup>.

O advento da República Brasileira levantou algumas suspeitas em certos meios culturais, as relações diplomáticas entre os dois países

<sup>236</sup> Nelson Werneck Sodre, *op. cit.*, p. 329.





*Ecos de duas Repúblicas: o 5 de Outubro na imprensa brasileira* 213

---

levaram nas palavras de Fidelino de Figueiredo, a um “delírio de intercâmbio” e à vontade de uma aproximação com o Brasil enquanto do lado brasileiro se passou exactamente o contrário: o exacerbar do nativismo anti-lusitano xenófobo e uma política que acentuou o eixo Brasil/ Estados Unidos da América em detrimento do espaço europeu.

...A revolução brasileira... é uma extravagância dos cariocas... que há-de dar um empurrão no velho Portugalório. Pobre Portugalório! Já me passou o azedume dos outros tempos, e agora considerando o que espera a esta pobre gente, que afinal é tão boa gente, sinto dor verdadeira.<sup>237</sup>

O malogro da revolta de 31 de Janeiro de 1891, na capital nortenha, teve profundas consequências, a vários níveis, nas fileiras republicanas. O apoio dado depois pelos republicanos brasileiros aos exilados das várias tentativas fracassadas antes do 5 de Outubro é claro e inquestionável.

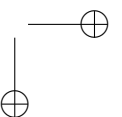
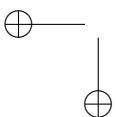
São formados em várias cidades brasileiras centros republicanos portugueses<sup>238</sup>. Os republicanos desejavam ampliar a sua influência junto dessas comunidades (João Chagas e Magalhães Lima, directores dos maiores diários republicanos do Porto e de Lisboa tinham nascido no Brasil). O governo brasileiro, por seu lado, não nutria nenhuma simpatia pelo tradicional conservadorismo português e pela ingerência nos assuntos internos brasileiros. A Revolta da Armada que levou ao corte de relações diplomáticas em 1895 é um bom exemplo. Conjugação de interesses que nos ajudam a entender a importância de que o acontecimento do 5 de Outubro, em Lisboa, se reveste em toda a imprensa brasileira, nomeadamente, na do Rio de Janeiro.

Olhar distante do outro lado do mar com os olhos bem abertos, em particular pela importância da maior “colónia” portuguesa no mundo

---

<sup>237</sup> Antero de Quental, numa carta de 1890 a Oliveira Martins.

<sup>238</sup> *Boletim do Centro Republicano Portuguez no Pará*, Pará, 31 de Janeiro de 1895.



neste virar do século e pelas ligações nem sempre pacíficas entre brasileiros e portugueses, que contrariaram e ultrapassaram o discurso oficial da língua<sup>239</sup>.

A forte comunidade portuguesa, nomeadamente, no Rio de Janeiro, através das suas associações e centros republicanos acompanharam com interesse e preocupação as mudanças que iam acontecendo no Terreiro do Paço. Ainda não tinha sido esquecida a tragédia do Regicídio, que se dera pouco antes da viagem prevista do rei D. Carlos ao Brasil, e um novo impacto político já abalava de novo Portugal. As reacções foram diversas: houve os que aceitaram a República com alvoroço e houve os que se mantiveram fiéis aos princípios monárquicos. Nalgumas associações que tinham sido distinguidas com o título “Real”, como por exemplo, o Real Gabinete Português de Leitura, a Real e Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V e a Real Sociedade Clube Ginásio Português, chegou-se a discutir se haveria, ou não, com o advento da República, de suprimir a denominação honorífica. Mas nada se mudou.

A imprensa é também fundamental no processo de construção do Rio de Janeiro como capital de uma nova institucionalidade: a República. Os outros discursos produzidos com o sentido claro de normalizar a sociedade – como o médico higienista, o jurista e o político – aproximam-se da imprensa, que passa a aliar ao texto a veracidade da fotografia, a crítica das caricaturas ou a reprodução da realidade contida nas ilustrações. Promovendo campanhas, os periódicos unificam os vários discursos da sociedade, em busca de um ideal de progresso e civilização. É o Rio da “Belle Époque”, capital da República que vive momentos de grande euforia, local onde funcionam as principais instituições do Estado, incluindo uma parte significativa da imprensa. Aqui próximo do poder, o jornalismo tem a possibilidade de fazer história e

<sup>239</sup> Veja-se por exemplo, Gladys Sabina Ribeiro, os textos publicados sobre a lusofobia na formação da nação brasileira e sobre os motins populares no Rio de Janeiro, in *Ler História*, n.º 38, Lisboa, 2000 e o episódio do corte de relações diplomáticas depois da revolta da Armada.



de criar os seus “lobbies” que lhes permitem sobreviver com alguma facilidade e nalguns casos, mesmo com ostentação instalando as suas sedes em locais nobres da cidade.

Em dois dos grandes jornais do Rio – *Correio da Manhã* e *O Paiz* – e três revistas cariocas, *O Malho*, a *Revista da Semana* e a *Ilustração Brasileira* foi possível recolher também outras informações interessantes na imprensa, tal como em jornais do Estado do Maranhão, Pernambuco, S. Paulo e Porto Alegre.

A rivalidade entre estes dois jornais atrás citados é também exemplar na forma como pretendem conquistar e formar um público mais amplo. *O Jornal do Brasil*, que era o mais popular na cidade vê-se ameaçado desde 1901, com o lançamento e a rápida ascensão na preferência do público pelo *Correio da Manhã* de Edmundo Bittencourt, que sempre se caracterizou como o jornal de oposição “com o propósito de combater o governo Campos Sales, veio agitar não somente os arraiais políticos como também literários. Tornara-se o grande jornal do dia, de orientação essencialmente polémica, onde se fazia o processo dos figurões da época”<sup>240</sup>.

*O Paiz* de Quintino Bocayuva, jornal com laços estreitos com o governo, agora na posse do polémico João Lage mantinha uma forte ligação com os políticos brasileiros, que ostentava a sua prosperidade na sua própria sede na Avenida Central, e procurava manter ao seu lado um grande número de leitores. A literária *Gazeta de Notícias*, que empregava alguns dos escritores mais queridos em todo o país e aquela que pagava melhor aos cronistas, faz das suas páginas verdadeiros libelos de denúncias contra o *Correio da Manhã* e o novo *Jornal do Brasil*.

A grande polémica entre os dois, neste ano de 1910 é sem dúvida a eleição do Marechal Hermes da Fonseca apoiado pelo *O Paiz* contra o *Correio da Manhã* que sustentava a candidatura de Rui Barbosa. “Na orientação da sua folha, Lage, amigo incondicional de todos os governos, serve-os com diligência e com agrado. Dá, de uma banda, e de

<sup>240</sup> Brito Broca, *A Vida Literária no Brasil – 1900*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1975, p. 224.



outra tira”<sup>241</sup>.

O destaque que o 5 de Outubro teve na imprensa brasileira é outro caso particular pelos discursos encalorados que transmitia, as informações que nos fornecia sobre a comunidade portuguesa nos vários estados federais, as suas reacções e movimentações face à notícia do 5 de Outubro, como também sobre outras comunidades espalhadas no sul do continente americano (caso de Buenos Aires e de Montevideu apenas para citar as situadas em dois dos países mas próximos do Brasil).

É junto das suas sedes, que se juntam as multidões em busca de notícias frescas. Os telegramas recebidos através das agências noticiosas e outros jornais estrangeiros eram publicados em boletins afixados junto das sedes dos diários, tal era o caso da argentina *La Prensa* nessa época o diário com maior tiragem da Argentina.

Olhares exaltados, mas também cuidadosos, politicamente atentos mais do que correctos, onde a realidade local e os interesses particulares são mais moldados pelo desejo, que por vezes se transformam em algumas bengaladas. A comunidade portuguesa não reage de uma forma homogénea no seu apoio à implantação da República. Nem a própria imprensa brasileira deixa passar essa ocasião para fazer os seus próprios comentários comparando duas realidades tão distantes e tão diferentes.

Escolhidos que estão os actores principais vamos então entrar no corpo fundamental deste texto.

As notícias de Lisboa começaram a chegar ao Brasil no decurso da visita presidencial do Marechal Hermes da Fonseca a Portugal, nomeadamente sobre as cerimónias oficiais e a manifestação organizada no dia 2 de Outubro pelas classes populares em frente do Palácio de Belém que segundo *O Paiz* “atingiu proporções nunca vistas, podendo considerar-se espantosas”. Tendo o Marechal pronunciado na varanda

<sup>241</sup> Luiz Edmundo, *O Rio de Janeiro do meu tempo*, Rio de Janeiro, 1938, vol. III, p. 952.



*Ecos de duas Repúblicas: o 5 de Outubro na imprensa brasileira* 217

---

um pequeno discurso onde agradeceu “ao legendário povo português fonte de onde brotou a Nação Brasileira, minha pátria, agradeço”. O entusiasmo das ovações foi delirante, parecendo não terem jamais fim os “vivas e as aclamações de toda a espécie”.

É também dado destaque ao assassinato do Dr. Miguel Bombarda com o comentário: “O governo de Portugal pouco ou nenhuma importância dava aos alienados. Pois o Dr. Miguel Bombarda, tanto escreveu, tanto batalhou. . . gritou no parlamento que veio a conseguir senão tudo, pelo menos grande parte do que como indispensável reputara para o regular funcionamento do hospital que dirigia”.

“O que se terá passado em Lisboa? Quem, como nós, se lembra da colossal concorrência ao enterro de Heliodoro Salgado, o denotado protagonista do livre pensamento, no qual tomaram parte muitos e milhares de pessoas que encheram a majestosa avenida da Liberdade, fácil e justamente se presume que o funeral do Dr. Miguel Bombarda assumisse proporções fantásticas quanto à aglomeração popular”<sup>242</sup>.

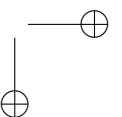
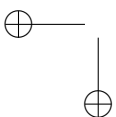
Notícias de última hora no mesmo jornal: “A Revolução em Portugal”. Subtítulo: “Republicanos, prendem o Rei D. Manoel”. Cerca das 4H00 da madrugada comunica-nos a agência *Havas* os seguintes gravíssimos telegramas:

Londres, 4: O *Daily Mail* diz saber que em Lisboa, há desordens, estando interrompidas todas as comunicações e fios telegráficos cortados; acredita que se deram sérios combates e que os republicanos estão triunfando. Faltam pormenores.

Londres, 5: O *Daily Mail* publica um telegrama de Paris, dizendo que *Le Matin* recebeu um radiograma de Lisboa noticiando que rebentou a revolução, que os navios de guerra surtos no Tejo, bombardeiam o palácio real e que as forças do exército e, da marinha operam em terra, sustendo os revolucionários. 2:58 da madrugada. O *Daily Mail* confirma a notícia que reben-

---

<sup>242</sup> *O Paiz*, 4 de Outubro.



tou a revolução em Portugal e acrescenta que o Rei d. Manuel está já prisioneiro dos revolucionários.<sup>243</sup>

De facto, em Lisboa nada tinha corrido bem na noite de 3 para 4 de Outubro. A maior parte dos carbonários, sem muito armamento, faltou à chamada. Os oficiais e os sargentos conjurados só actuaram em dois dos dez regimentos da cidade, e não levantaram mais do que 400 soldados. Desorientados, os revolucionários instalaram-se na Rotunda tendo o comissário naval Machado Santos, da Comissão de Resistência, assumido a chefia dos sargentos e soldados que ficaram com ele. Para sua surpresa, o comando da divisão militar de Lisboa nunca os atacou seriamente. Nem sequer impediu a circulação de jornais e a circulação nas ruas. Na Marinha, apoderaram-se do quartel de Alcântara e de dois pequenos cruzadores, mas não do couraçado *D. Carlos*. Na madrugada de 4 de Outubro, o chefe da conspiração suicida-se. Os líderes republicanos escondem-se. Nos cafés do Chiado, durante a manhã, todos previam o fracasso da revolução. “Afonso Costa augurava a derrota, Brito Camacho respondeu-lhe: Não, por ora batem-se. Mas mesmo que a revolução esteja perdida, é preciso que alguém fique para honrar a derrota”<sup>244</sup>. Por volta do meio-dia, os cruzadores amotinados bombardearam o Palácio das Necessidades fazendo fugir o rei. À noite, um dos oficiais revolucionários da Marinha, o tenente Carlos da Maia, tomou o *D. Carlos*. Na manhã do dia 5, as tropas governamentais na Baixa de Lisboa perderam a disciplina. O comando da divisão desistiu. Já ninguém sabia onde estavam os ministros. O directório do Partido Republicano Português foi à varanda da Câmara Municipal proclamar a República<sup>245</sup>. Obviamente que esta narrativa é simplificada. O plano, tal como sabemos hoje, estava traçado desde Junho de 1910<sup>246</sup>. Ao

<sup>243</sup> *O Paiz*, 5 de Outubro.

<sup>244</sup> Ernesto Rodrigues, *O 5 de Outubro. Uma Reconstituição*, Lisboa, Gradiva, 2010, p. 183.

<sup>245</sup> Seguimos a narrativa de Rui Ramos, *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009.

<sup>246</sup> *A Maçonaria e a República*, Lisboa, Fundação Mário Soares e Grémio Lusitano,



*Ecos de duas Repúblicas: o 5 de Outubro na imprensa brasileira* 219

princípio da noite de dia 3 numa derradeira reunião dos comandantes militares e civis, houve quem advogasse o adiamento do plano. Cândido dos Reis recusou a sugestão com veemência<sup>247</sup>. O assassinato de Miguel Bombarda, responsável pela coordenação das acções civis e o suicídio do Almirante Reis na madrugada de dia 4, um dos responsáveis da direcção revolucionária, contribuíram para alguma confusão e desorganização do levantamento. Mas a revolução já estava na rua. Os carbonários tinham efectivamente já cortado as ligações ferroviárias e isolado os acessos à capital<sup>248</sup>. A prova de que a situação era manifestamente explosiva é o “Manifesto ao povo de Lisboa” datado de 7 de Outubro, onde o governo provisório convida todos os grupos revolucionários e forças populares não militarizadas a entregarem as suas armas às comissões paroquiais.

No dia 6 de Outubro a imprensa carioca no seu conjunto ocupa as suas primeiras páginas com as notícias, ainda escassas, de Lisboa e sobre a revolução em Portugal. A situação é relatada com alguma cautela pelo *Correio da Manhã* e de uma forma quase definitiva em *O Paiz*, onde se apresenta a constituição do Governo Provisório acompanhada por uma pequena biografia comentada e ilustrada de todos os seus membros.

O tema central das notícias é, contudo, o paradeiro desconhecido do rei e a reacção da província, face à declaração da República em Lisboa, assim como a possibilidade de uma intervenção estrangeira. A legação e o ministro de Portugal no Brasil, Conde de Selir, diz desconhecer qualquer agitação e não confirma nenhuma das notícias. A comunidade portuguesa inquieta começa a juntar-se nas sedes dos diários, onde segue com alguma intranquilidade e emoção, as notícias que vão sendo publicadas em boletins dos principais jornais cariocas.

---

2010.

<sup>247</sup> João Bernardo Serra, “O 5 de Outubro” in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2009, p. 55.

<sup>248</sup> Ver António Ventura (introd.), *A Bomba explosiva. Depoimentos de diversos revolucionários*, Lisboa, Horizonte, 2008.



No dia seguinte, 7 de Outubro, a capa do *Correio da Manhã* informa que “Chegam novas informações sobre a mudança de regime em Portugal” e como subtítulo que “a cidade do Porto aderiu hontem à República proclamada em Lisboa”. Confirma que a família real embarcou com destino a Inglaterra, e interroga-se sobre a forma política que poderá assumir a nova república. Existe um claro distanciamento sobre os acontecimentos e uma abordagem extremamente cautelosa com referências ao pedido de demissão do embaixador e do secretário da legação portuguesa no Brasil e informações sobre “os saques” sobre Portugal em Londres.

É nesse sentido exemplar, a posição claramente apologética do editorial de João Lage no mesmo dia em *O Paiz*, abrindo as suas páginas e dirigindo-se em forma de carta aberta “Aos meus patrícios da colónia Portuguesa [...] e levar ao vosso espírito a convicção de que até hoje tendes sido vítimas da mais grosseira e ofensiva das manifestações por parte da imprensa fluminense, em tudo quanto diz respeito a assuntos de política portuguesa. Perdoem-me os colegas a franqueza brutal com que faço tão dolorosa declaração”.

No mesmo jornal é referido “Um Telegramma Officioso”. Ao nosso director, Sr. João de Souza Lage: “Agradeço em meu nome e do meu colega Luis Gomes, as suas felicitações. António José de Almeida”.

A notícia mais relevante para a opinião pública brasileira é, contudo, o discurso e a moção apresentada ao Senado brasileiro por Quintino Bocayuva, vice-presidente do Senado, congratulando-se “com os bravos patriotas que acabaram de restaurar pela República, as fontes de energia do povo português, estabelecendo nessa metrópole uma nova era fecunda, de justiça austera, de liberdade dignificadora”<sup>249</sup>.

As capas de abertura do dia 8 do *Correio da Manhã* são reveladoras das divisões que separam a imprensa carioca. Os títulos são elucidativos: “A mudança de régimen em Portugal continua a ser a grande preocupação do momento” e os subtítulos: “Chegam notícias das adesões

---

<sup>249</sup> *O Paiz*, 7 de Outubro.





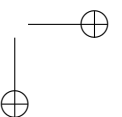
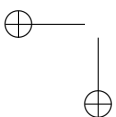
ao movimento iniciado em Lisboa” e a “Morte do Almirante Candido dos Reis, chefe da revolução. Mortos, ferimentos e prisões”.

Já *O Paiz*, num editorial dedicado à “Aliança Inglesa”, abre a sua página com a notícia de mais combates, sem deixar de referir o enorme número de vítimas que teriam acontecido em Lisboa, mais de 3000, e os violentos combates travados em Setúbal onde se deram 900 baixas. Anuncia a proclamação da República nas ilhas adjacentes e em várias cidades do continente e “A grandiosa manifestação dos republicanos portugueses a Quintino Bocayuva e ao *Paiz*”. A segunda página é completamente preenchida por telegramas recebidos de Madrid, Paris e Londres, conjugadas com um conjunto de gravuras dos recém nomeados governadores civis de Bragança a Beja.

A alusão é clara nos dois diários sobre a imagem sangrenta e difícil que revestiu este acontecimento, em contraste com a pacífica transição que se verificou no Brasil em 1889. Aqui é interessante verificar a manipulação ideológica e a convergência entre os dois jornais. Números totalmente disparatados que primam por um claro excesso, a contrastar com os apontados por defeito. (O que dizer também dos números apontados pelos historiadores, onde do mesmo relatório, Rui Ramos refere apenas 6 vítimas e João Medina encontrou 76 mortos e 308 feridos)<sup>250</sup>.

Dia 9, o *Correio da Manhã* confirma através de telegramas recebidos que se continuam a registar adesões à República, mas a manchete é logo seguida pela informação dos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, segundo um despacho de Madrid, que diz que o rei D. Manuel II (que afinal estava em Gibraltar), regressou a Portugal num navio de guerra americano! O *Correio da Manhã* aborda aqui um dos pontos mais obscuros e pouco esclarecidos da revolução portuguesa. Uma parte dos monárquicos nunca acreditou que a República seria apoiada no estrangeiro, nomeadamente pela Inglaterra e pela Espanha e que uma intervenção destas imporia rapidamente a restauração.

<sup>250</sup> Citado por Rui Ramos, *História de Portugal, op. cit.* – Celestino Steffanina, *Subsídios para a História da Revolução de 5 de Outubro de 1910*; e João Medina, *História de Portugal*, Amadora, Ediclube, 2004, vol. XI, p. 396.



*O Paiz*, no mesmo dia, mostra D. Afonso Henriques em 1139 a beijar a jovem república. O tema central é o decreto de 8 de Outubro sobre a expulsão dos jesuítas e o encerramento dos conventos, com reposição em vigor da legislação pombalina e de 1834 de Joaquim António de Aguiar. Os grandes títulos da manchete: “Jesuítas recalcitram” e a enérgica atitude do governo provisório na caça ao padre. Acompanhado por um editorial que fala da “Vitória definitiva” e na grandiosa manifestação no Teatro Municipal do Rio de Janeiro de apoio à República portuguesa.

No dia 10 é grande a manchete de *O Paiz*: “Grandes escândalos nos conventos”. “As providências do governo provisório”. “Mais adesões à República”. “O regozijo do paiz”. “A Impressão no Brasil”. “Telegrammas, notícias e informações várias”.

*O Correio da Manhã* abre de uma forma clara e cuidadosa: os telegramas referem-se largamente à expulsão das congregações religiosas. O ex-patriarca de Lisboa, cardeal Netto, foi preso quando fugia, em companhia de dois sacerdotes. (Na realidade o núncio apostólico só abandonou Lisboa dia 20 e no dia seguinte, o bispo de Beja, que se refugiara em Sevilha, foi suspenso<sup>251</sup>). As potências reconhecerão o novo regime logo que Portugal tenha um governo estável (mensagem que obviamente é dirigida ao Presidente brasileiro e ao Senado depois da nomeação de Magalhães Lima para ministro no Brasil com a indicação que a República portuguesa obedecerá, com algumas modificações, aos moldes da francesa).

As notícias sobre a expulsão das congregações religiosas vai continuar a ocupar a primeira página de *O Paiz* no dia 11, com uma gravura sugestiva de um jesuíta empunhando uma arma numa mão e guardando na outra uma caixa das almas com a legenda sugestiva “juros da má fé”. O editorial sempre polémico de João Lage fala da obra da revolução. A manchete é clara: “A república é um facto consumado”, “Opiniões da imprensa mundial”, “Providencias do governo provisório para a execução do decreto expulsando os jesuítas”, “A lei do marquez de Pombal”,

<sup>251</sup> João Bernardo Serra, *op. cit.*, p. 98.

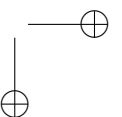
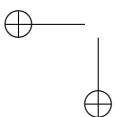


“Os jesuítas preparam-se para invadir o Brasil”. O *Correio da Manhã* abre a sua página preferindo dar relevo. “Á ordem que vae sendo restabelecida, normalizando-se a vida na capital e outros pontos do paiz”. “Noticias da família real” deixando apenas a referência que os telegramas recebidos continuam a referir-se aos caso das congregações.

Estava aberta a polémica entre os dois jornais em volta da lei da separação da Igreja do Estado e da liberdade religiosa. Efetivamente a lei de 9 de Dezembro não era completamente estranha ao modelo de separação mais moderado do Brasil. Apesar dessa influência, o texto português era ainda mais radical, e a sua aplicação teria consequências profundas no seio da Igreja e da sociedade em geral. Afonso Costa pretendeu fazer uma lei “À portuguesa” mas todos sabemos hoje que ela foi inspirada no relatório de Aristides Braind que serviu de base à lei francesa pondo fim ao catolicismo da religião do Estado.

No dia 12 de Outubro a manchete do *Correio da Manhã*: “Continuam a chegar-nos informações sobre os acontecimentos que se vão desenrolando do outro lado do Atlântico; sobre repressão às ordens religiosas”. O jornal vai mais longe e os subtítulos falam sobre a conservação da bandeira azul e branca, os ataques aos conventos e as repercussões na imprensa espanhola. Na primeira página uma entrevista a um sacerdote português. O *Paiz* abre com um editorial de “Homenagem à Nação” e “uma notável carta política de João Chagas sobre as congregações religiosas” confirmando que “Em Lisboa há tranquilidade absoluta, prosseguindo o governo provisório a providenciar com energia”. Notícias sobre o movimento anti-clerical que se alastra pelo Brasil. “Um meeting”, “Apredejamentos”...

O *Correio da Manhã* do dia 13 dá pelo seu lado maior relevo à amnistia aos refractários “ao serviço militar”. “É projectada a reorganização do exercito e da armada, elevando-se a 250.000 o efectivo, em tempo de guerra, do exercito português”. No dia seguinte 14 “os telegramas afirmam que reina absoluta tranquilidade em todo o paiz”, “O novo governo entrega-se a trabalhos de administração, reorganizando serviços urgentes”, “A notícia da amnistia aos refractários foi recebida





com satisfação no Brasil”, “O governo completará esse seu acto de justiça, amnistiando também os desertores?”.

As letras gordas do dia 13 de *O Paiz* na primeira página totalmente dedicada à República Portuguesa: “Alastra o movimento anti-clerical”, “Amnistia aos refractarios do exercito e da marinha”, “O novo ministro das finanças é o Dr. José Relvas”, “Outra carta de João Chagas que será o representante de Portugal no Brazil”.

Contextualizando o país da revolução, composto por uma população de 5,5 milhões de habitantes, maioritariamente analfabeta e, no essencial, à margem do significado e do impacto do republicanismo vitorioso. A revolução não repercutiu mudanças imediatas na actividade económica. Não causou pânico nos negócios, corridas frenéticas aos depósitos bancários, uma súbita fuga de capitais ou alterações significativas na cotação dos valores da libra. As principais alterações, bem pelo contrário, refletem as preocupações da República com o equilíbrio orçamental e com a contenção de despesas, que surgiram imediatamente no campo da gestão das contas públicas, e que ficaram a dever-se à ação do ministro das Finanças, José Relvas. A verdade é que, para lá da herança, o próprio governo provisório reconhecia a permanência das principais orientações económicas da monarquia, circunscrevendo a sua acção, neste período de transição, à gestão corrente<sup>252</sup>.

## Conclusão

Pela leitura destes jornais diários verificamos que o *Correio da Manhã* comenta de uma forma discreta e cautelosa os acontecimentos de Lisboa, até ser confirmada a vitória dos republicanos, em contraste com a posição clara de apoio entusiasta com que *O Paiz* se refere aos

<sup>252</sup> António José Telo, “A busca frustrada do desenvolvimento”, in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Alfa, 1990, vol. 2, pp. 134-135.





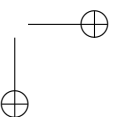
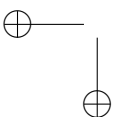
*Ecoss de duas Repúblicas: o 5 de Outubro na imprensa brasileira 225*

---

acontecimentos de Lisboa. O mesmo se passou com a “colónia” portuguesa que não dispensou algumas “bengaladas” entre uma maioria claramente conservadora e os espíritos mais exaltados de aderentes republicanos. Clio afinal tal como a vida gostam de brincar com “les terribles simplificateurs”.

No dia 6, o ministro do Brasil em Portugal, José Pereira da Costa Mota, recebeu instruções telegráficas do seu governo autorizando-o a entrar em relações com o Governo provisório português, presidido por Teófilo Braga, comunicando oralmente que o reconhecimento formal do novo regime se efectuaria quando o governo brasileiro tivesse conhecimento de que a maioria da nação portuguesa apoiava o novo regime republicano. Era uma posição idêntica à assumida pelo governo dos Estados Unidos.

A 22 de Outubro, porém, o ministro brasileiro recebeu instruções para reconhecer formalmente a República portuguesa. Esta súbita mudança de orientação do governo brasileiro foi, certamente, devido ao facto de o governo da Argentina ter decidido fazer um reconhecimento sem mais demora, o que efectivamente fez nesse mesmo dia. O Governo da República manifestou logo a sua intenção de intensificar e consolidar as relações de Portugal com o Brasil, designando António Luiz Gomes, importante figura do Partido Republicano, que fizera parte do Governo Provisório, sendo depois substituído em 1912 por outra figura que nascera no Brasil, Bernardim Machado.







## O Presidente brasileiro Hermes da Fonseca e a Revolução Republicana em Portugal

Vania Chaves<sup>253</sup>  
Maria da Conceição Silva<sup>254</sup>

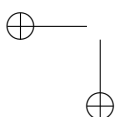
Eleito Presidente do Brasil em 1 de março de 1910, o Marechal Hermes da Fonseca<sup>255</sup> visitou Portugal nos primeiros dias de outubro desse

---

<sup>253</sup> Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias.

<sup>254</sup> Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

<sup>255</sup> Hermes da Fonseca nasceu, em 1855, no Rio Grande do Sul e ingressou na Escola Militar do Rio de Janeiro, em 1871, onde foi aluno de Benjamin Constant, um dos introdutores das ideias de Auguste Comte no Brasil. Apoiou a instauração da República no Brasil, proclamada por seu tio, Manuel Deodoro da Fonseca, de quem foi ajudante-de-campo e secretário militar. Desempenhou vários cargos governamentais, como o de Ministro da Guerra, instituindo o serviço militar obrigatório. Como comandante da Escola Militar, reprimiu, em 1904, a Revolta da Vacina, movimento de protesto contra a obrigatoriedade da vacina antivariólica. Na eleição presidencial, teve como opositor o senador Rui Barbosa, o que deu azo a uma campanha eleitoral muito disputada entre *civilistas* e *hermistas*. Vitorioso e empossado como Presidente



mesmo ano, tendo presenciado os acontecimentos que antecederam e sucederam, de perto, à instauração da República Portuguesa.

Embora a visita esteja ligada a um acontecimento importante da História de Portugal e, como tal, objeto de numerosos estudos e publicações, encontrámos muitas dificuldades na elaboração deste trabalho, dado que pouco se sabe sobre essa mesma visita. Houve, em geral, referências ao fato e, no seu conjunto, contraditórias, e mesmo hoje os trabalhos que vão aparecendo divergem na reconstituição do acontecido, pois as suas fontes diferem muito umas das outras, o que é, sem dúvida, fruto da confusão reinante no momento.

As fontes que nos serviram para elaborar este estudo, quer em Portugal, quer no Brasil, são sobretudo jornais que, no fervor de transmitir toda a informação possível, nem sempre a podiam confirmar. Com efeito, em Portugal, em 1910, a imprensa diária, como observa Mário Matos e Lemos “ainda não havia saído da etapa histórica do jornalismo ideológico, dos diários de opinião”<sup>256</sup> e, existindo em Portugal vários partidos políticos, todos publicavam o “seu” jornal, cuja direção estava entregue a homens que se dedicavam às coisas públicas (*res publica*) e que deles faziam tribuna para a defesa das suas ideias e para a determinação do curso dos acontecimentos políticos e sociais<sup>257</sup>. Como sus-

---

do Brasil a 15 de novembro de 1910, teve de enfrentar algumas rebeliões, entre as quais a Revolta da Chibata e a Guerra do Contestado. Promoveu intervenções federais em diversos Estados do Norte e Nordeste, colocando, na chefia desses Estados, militares em substituição de políticos, considerados corruptos. Na política externa manteve a aproximação com os Estados Unidos e renegociou a dívida externa brasileira. Quando deixou a presidência em 1914, candidatou-se ao Senado pelo Rio Grande do Sul, mas não tomou posse. Afastando-se da política, foi para a Europa e só retornou ao Brasil em 1920, retomando a ação política, como Presidente do Clube Militar, envolveu-se no movimento da “reação republicana” e na revolta militar de 1922. Quando da eleição presidencial de 1922, cartas falsas levaram-no à prisão, da qual foi libertado seis meses depois. Faleceu em Petrópolis em setembro de 1923.

<sup>256</sup> Mário Matos e Lemos, *Jornais Diários Portugueses do Século XX*, Coimbra, Adiadne; CEIS20, 2006, p. 72.

<sup>257</sup> Era o tempo dos chamados jornais políticos, situação que não é exclusiva de Portugal, aparecendo um pouco por toda a Europa, e especialmente na França, Ingla-





tenta José Tengarrinha, ao lado dos comícios públicos, a Imprensa é “a tribuna mais incisiva e de mais profundo efeito, preparando os espíritos para o movimento que eclodiria vitoriosamente em 5 de Outubro”<sup>258</sup>.

Todavia, existiam jornais de informação generalista, que se apresentavam como mais objetivos e independentes face aos poderes instituídos, mas mesmo esses estavam comprometidos com determinados interesses da sociedade. Este é, na verdade, um tempo do jornal comprometido, em que o jornalista é um elemento “ativo e participativo”<sup>259</sup>. Alheio a conceitos como isenção e verdade, o jornalista desta época não se limita ao que observa e escuta, mas aponta consequências, acrescenta comentários pessoais e, por vezes, omite informações. O resultado é não apenas um retrato da realidade mas uma complexa pintura.

Dirigido por Sebastião de Magalhães Lima, *O Século*, o jornal mais popular e com maior tiragem no país, não esconde as suas inclinações republicanas, tanto que, ao noticiar a chegada a Lisboa do Marechal Hermes da Fonseca, o faz de modo bastante comprometido com os ideais republicanos:

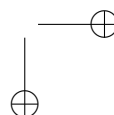
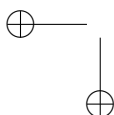
O Marechal Hermes vai verificar quanto o seu país é estimado e querido neste outro país que vai tê-lo por hóspede. Mas há de reconhecer sobretudo que é a grande alma democrática do povo de Lisboa que [...] vai enlaçar-se com a alma tão democrática como ela do povo seu irmão, que pela democracia e pela república tem sabido enobrecer-se e enriquecer-se, cercar-se do comovido respeito e da admiração sem limites de todo o mundo que pensa, que labuta e que trabalha.

É o povo que sofre e que desvaira na ardente aspiração de melhores dias para a sua pátria empobrecida que correrá hoje a saudar,

terra e Holanda (João Figueira, *Os Jornais como Actores Políticos*, Coimbra, Minerva Coimbra, 2007, p. 27).

<sup>258</sup> José Tengarrinha, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Portugalia, 1965, p. 240.

<sup>259</sup> João Figueira, *op. cit.*, p. 28.



na pessoa prestigiosa de Hermes da Fonseca, o Brasil republicano, o Brasil moderno.<sup>260</sup>

Fonte principal do nosso trabalho no que respeita à imprensa portuguesa, este jornal, a par com o *Diário de Notícias*, faculta uma das visões mais completas da estadia do Marechal Hermes da Fonseca. Completam-no notícias do acontecimento veiculadas no Brasil, o que possibilita a percepção da importância que, naquela época, tinham, para o Brasil e os seus habitantes, Portugal e as relações luso-brasileiras.

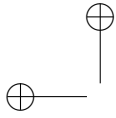
A visita a Portugal do Presidente eleito do Brasil, inserida numa viagem de “diplomacia antecipatória” por vários países europeus, começa a ser noticiada ainda antes da sua chegada, como se pode ler n’*O Século*, de 21 e 22 de setembro de 1910, onde se dá conta de que o Rei de Inglaterra não o podia receber, devido a uma caçada anteriormente programada, e a iminente viagem para Portugal, no couraçado *São Paulo*, com partida do porto de *Cherbourg*. Este desagradável incidente é, assim, relatado:

Londres, 20 – O marechal Hermes da Fonseca, presidente eleito da república brasileira, que hontem chegou a Londres na intenção de visitar o rei Jorge V, recebeu, hontem mesmo, um telegramma de boas vindas, em que o monarca inglez lhe dizia quanto sentia estar ausente de Londres, o que o impedia de se encontrar com elle. Jorge V está actualmente na Escócia, no castello de Balmoral.

O marechal Hermes da Fonseca, no entanto, apesar d’esta clara evasiva, insistiu, dizendo que iria a Balmoral para cumprimentar o rei e a rainha de Inglaterra.

Acabamos, porém, de saber no Foreign Office que o rei Jorge respondeu hoje ao marechal Hermes da Fonseca que, tendo de ir caçar, o não podia receber, agradecendo-lhe, no entanto, a sua visita como se elle a houvesse feito.

<sup>260</sup> *O Século*, 1 de outubro de 1910.



O marechal resolveu regressar a França na sexta-feira, devendo embarcar no couraçado São Paulo, no porto de Cherburgo, e não já em Lisboa, como a princípio planeava.<sup>261</sup>

Há ainda referências quer ao grandioso banquete que a Associação Comercial de Lisboa e outras instituições portuguesas iam oferecer ao Presidente eleito do Brasil, quer a uma sessão solene que, no dia da chegada do Marechal Hermes, teria lugar em Braga com a presença do Cônsul do Brasil e da colónia brasileira. Noticiava-se ainda a realização de uma corrida de touros no Campo Pequeno, a decorrer no dia 2 de outubro, para a qual tinha sido convidado o presidente eleito do Brasil e cuja realização não foi possível confirmar.

*O Século* de 22 de setembro noticiava:

Paris, 21 – O marechal Hermes da Fonseca embarcará em Cherburgo n'um paquete, devendo chegar no dia 1 d'Outubro a Lisboa, onde tenciona demorar-se 3 ou 4 dias.

E, a 28 de setembro, escrevia o mesmo jornal:

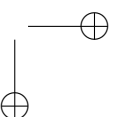
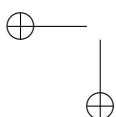
Paris, 27 – O marechal Hermes da Fonseca, presidente da república brasileira, partiu, às 8 horas e 45 minutos, para Cherburgo, onde embarcará hoje, a bordo do couraçado S. Paulo, com destino ao Brasil, passando por Lisboa.

Acrescentava-se que a corrida de touros no domingo seguinte no Campo Pequeno seria dedicada a Hermes da Fonseca, dado que

A empresa da praça do Campo Pequeno procurou hontem o cônsul do Brasil e pediu-lhe licença para dedicar a corrida de domingo ao marechal Hermes da Fonseca. A empresa foi muito bem recebida e há todas as esperanças de que a ella assista o illustre presidente da republica brasileira.<sup>262</sup>

<sup>261</sup> *O Século*, 21 de setembro de 1910.

<sup>262</sup> *O Século*, 22 de setembro de 1910.



Os três primeiros dias da estadia do Marechal Hermes da Fonseca em Lisboa merecem nos jornais portugueses, entre os quais *O Século*, *A Capital*, *O Diário de Notícias*, destaque de primeira página e grande número de linhas. *A Vanguarda* está entre os que lhe dedicaram menos espaço, mas não deixa de dar relevo à visita de Hermes da Fonseca, fazendo ainda votos para que o seu governo “seja uma continuação brilhante de progresso, paz e prosperidade para o paiz irmão, a que tantos laços de affecto nos prendem”<sup>263</sup>.

Inicialmente prevista para durar três ou quatro dias, a permanência do Presidente brasileiro em Lisboa estendeu-se de 1 a 6 de outubro, tendo o seu desembarque ocorrido na manhã do dia 1 de outubro. Na foto n.º 1, o Marechal Hermes da Fonseca prepara-se para desembarcar do *São Paulo*, barco pertencente à Marinha brasileira e um dos mais modernos dos começos do século XX.



Foto n.º 1

<sup>263</sup> *Vanguarda*, XX ano n.º 30, Lisboa, 2 de outubro de 1910, p. 1.



O 4.º Conde de Mafra e outrora médico do Rei D. Carlos I, Thomaz de Melo Breyner, deixou breves mas interessantes notas:

Sábado, 1 de Outubro de 1910, Paço de Mafra. Dia bonito. Em Lisboa quente. Em Lisboa, estava uma grande malta à espera do Hermes da Fonseca. Temos chinfrim qualquer dia não muito distante.<sup>264</sup>

Segundo a revista *Occidente*, um cortejo fluvial de pequenas embarcações (foto n.º 2) rodeou o navio *São Paulo*:

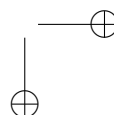
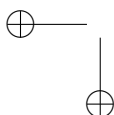
era uma flotilha de 12 vapores e outros barcos cheios de gente pressurosa em saudar o marechal Hermes da Fonseca. Era a Associação dos Lojistas de Lisboa, a Comissão Municipal Republicana, a Liga Naval, a Associação Comercial e outras colectividades, avultando grande número de pessoas que por si se associavam à festiva recepção.

[...]

Cercando o couraçado esta numerosa flotilha, romperam os calorosos vivas e saudações ao som do hino brasileiro, que as bandas de bordo tocavam. Foi no meio deste delírio de ovações e palmas que o presidente eleito apareceu na ponte do S. Paulo a agradecer, embarcando depois na galeota que o conduziu ao arsenal, onde desembarcou, sempre acompanhado pelas aclamações e boas vindas, que não cessavam de clamar dos vapores e botes regorgitando de gente.<sup>265</sup>

<sup>264</sup> Thomaz de Melo Breyner, *Diário de um Monárquico, 1908-1010*, 2.ª ed., Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2004, p. 323.

<sup>265</sup> *Occidente*, 20 de outubro de 1910.



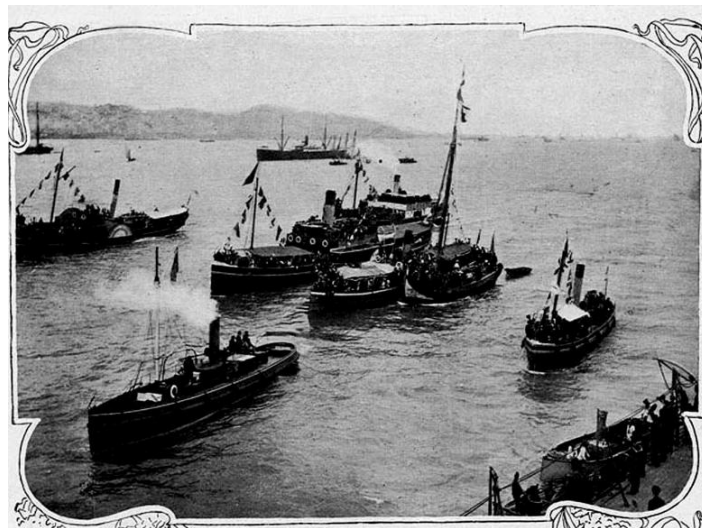


Foto n.º 2

Ao desembarcar, Hermes da Fonseca foi recebido quer por uma guarda de honra formada por uma força de marinheiros e pelo Batalhão de Caçadores 2, sendo apresentado pelo Ministro do Brasil em Lisboa, Dr. Costa Mota, aos representantes do Governo e saudado pelo Conde de Sabugosa, em nome do Rei D. Manuel II, quer pela população lisboeta. Alguns jornais referem que o ministro dos Negócios Estrangeiros, José de Azevedo Castelo Branco, teria antecipado o desembarque, a fim de evitar que a multidão aglomerada o vitoriasse, o que não aconteceu.

Com um major e o chefe do Protocolo da Monarquia, Batalha de Freitas (Foto n.º 3), que o passaram a acompanhar em todas as visitas, Hermes da Fonseca seguiu de automóvel aberto para o Palácio de Belém, convertido oficialmente em palácio de hóspedes desde 1908.

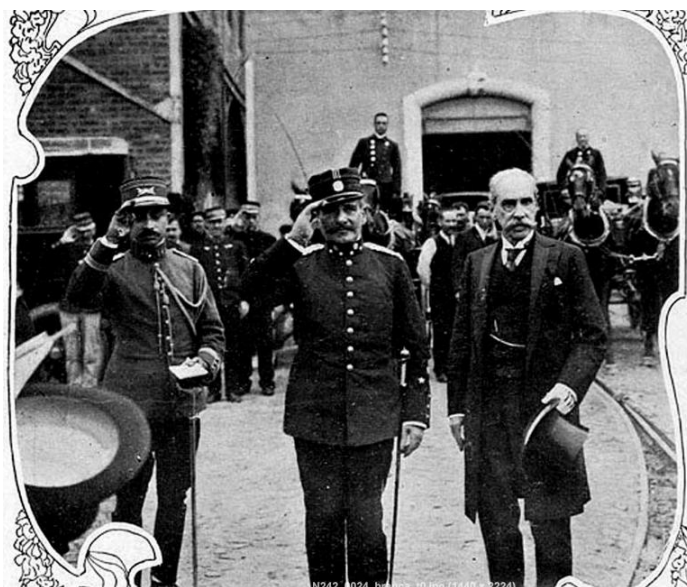


Foto n.º 3

No trajeto que realizou consta que populares agitavam bandeiras e “cantavam a Marselhesa, vitoriando a República”. Milhares de pessoas continuaram a aclamá-lo nos jardins fronteiros ao Palácio de Belém.

Horas depois, Hermes da Fonseca foi recebido pelo Rei D. Manuel II no Palácio das Necessidades, residência oficial da monarquia, onde apresentou cumprimentos. À noite, houve um banquete, oferecido em sua honra pelo Rei D. Manuel II, na Escola Naval, que reuniu centenas de pessoas, entre as quais o General José Raposo Botelho, Ministro da Guerra, Anselmo Brancamp Freire, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, e outras figuras da vida civil, militar, diplomática e cultural<sup>266</sup>. Trocaram-se afetuosos brindes, sem qualquer incidente.

No domingo, 2 de outubro de 1910, o Presidente brasileiro visitou em Sintra as Rainhas D. Amélia e D. Maria Pia e o Infante herdeiro do

<sup>266</sup> Cf. Maria Cândida Proença, *D. Manuel II*, Casais de Mem Martins/Rio de Mouro, Temas e Debates, 2008, pp. 112-113.



Trono D. Afonso Henriques. Com eles almoçou no Palácio da Pena, tendo regressado por Cascais e Estoril. Por volta das 17 horas, chegou ao Palácio de Belém, onde o esperava uma grande manifestação de associações de comerciantes, centros escolares republicanos e milhares de populares, (foto n.º 4) que, concentrados na atual Praça do Império (então Praça D. Fernando) gritavam vivas ao Brasil e ao seu presidente eleito.



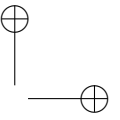
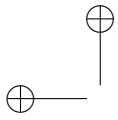
Foto n.º 4

De acordo com a revista *Occidente*,

o serviço dos elétricos ficou interrompido durante algumas horas por não poderem passar, e a força militar que guardava o palácio, teve de calar baioneta, no receio de que o povo o invadissem; este, porém, acatou o pedido da polícia, e apenas entraram as comissões [...] para cumprimentarem em nome das suas corporações, o ilustre representante da nação brasileira.<sup>267</sup>

<sup>267</sup> *Occidente*, 20 de outubro de 1910.





*O Presidente brasileiro Hermes da Fonseca e a Revolução  
Republicana em Portugal*

237

Estas comissões representavam a Associação de Lojistas, a Escola Liberal de Carnide, a Associação dos Caixeiros, o Ateneu Comercial, a União dos Empregados do Comércio do Porto, o Centro Escolar Andrade Neves, a Escola Oficina n.º 1, com as suas professoras, o Grémio Lusitano, a Liga da República das Mulheres Portuguesas, etc.

Hermes da Fonseca agradeceu as manifestações e, de improviso, na varanda do palácio (foto n.º 5), elogiou o povo português, realçando os laços que uniam os dois países. Desse discurso, a revista *Occidente* transcreveu o seguinte fragmento:

Legendário povo português, honra da humanidade, fonte de onde brotou a minha pátria, que é a nação brasileira: Eu vos agradeço, comovido, a entusiástica, a imponente manifestação que me fazeis, e que se refletirá no coração dos vossos filhos – os brasileiros. Eu vos agradeço enternecidamente este testemunho de amor, de simpatia e de estima que acabais de manifestar pelo meu país.<sup>268</sup>

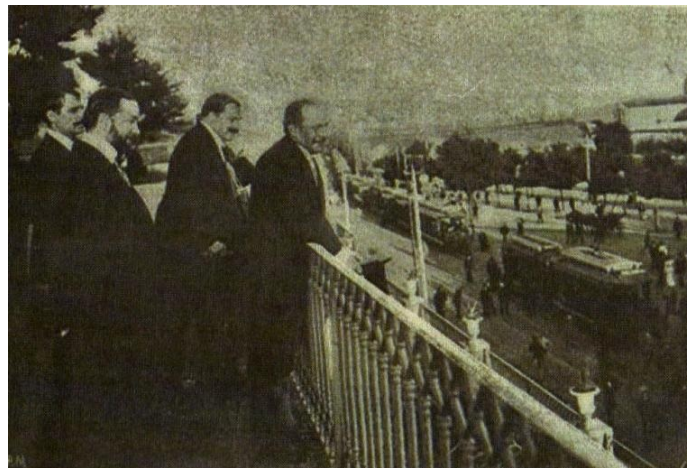
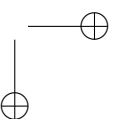
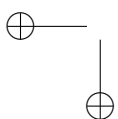


Foto n.º 5

---

<sup>268</sup> *Ibidem.*



Na noite do dia 2 de outubro, as Associações de Lojistas e Comercial e Industrial de Lisboa ofereceram a Hermes da Fonseca um banquete, na Sala do Risco do Arsenal da Marinha.

Na chegada ao banquete, o Presidente brasileiro é retratado pela revista *Occidente* com as seguintes palavras:

vem à paisana, e a sua pequena estatura mal se destaca entre as pessoas que o rodeiam. Um jornalista francês no *Matin* comparou-o à figura de Napoleão Bonaparte, e com acerto: se o seu olhar não é penetrante como o do grande dominador, é extremamente vivo, e na ampla fronte, já meio despovoada de cabelos, há os característicos de um cérebro bem formado. Conta 55 anos, mas a sua vivacidade não aparenta tanto.<sup>269</sup>

No evento estiveram presentes cerca de 300 convidados, entre os quais o Presidente do Conselho e alguns ministros, como o dos Estrangeiros e da Guerra, bem como o Presidente e Vereadores republicanos da Câmara Municipal de Lisboa (Foto n.º 6).

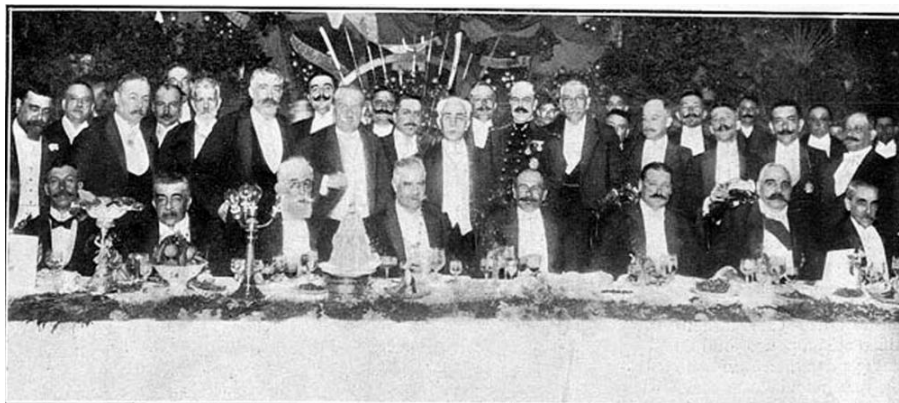


Foto n.º 6

<sup>269</sup> *Ibidem.*

Como refere *O Século*, na edição de 3 de outubro, o deslumbrante arranjo da sala, os discursos e brindes louvavam a amizade luso-brasileira:

O aspecto da sala era verdadeiramente deslumbrante. Ao fundo no lugar de honra, destacava-se um grande quadro, a cores verde e amarela com o dístico “Bemvindo” encimando-o as iniciais do presidente iluminadas a lâmpadas electricas. Aos lados mais dois quadros com os seguintes versos de Camões: “Não vos hão de faltar gente famosa / Honra, valor e fama gloriosa” e, no outro quadro: “Que alegria não pode ser tamanha / Que achar gente minha vem terra estranha”.<sup>270</sup>

No seu discurso, Hermes assegura que o estreitamento das relações intelectuais com Portugal é um dos objetivos do seu governo e termina levantando um brinde pela prosperidade de Portugal e pelo rei D. Manuel.

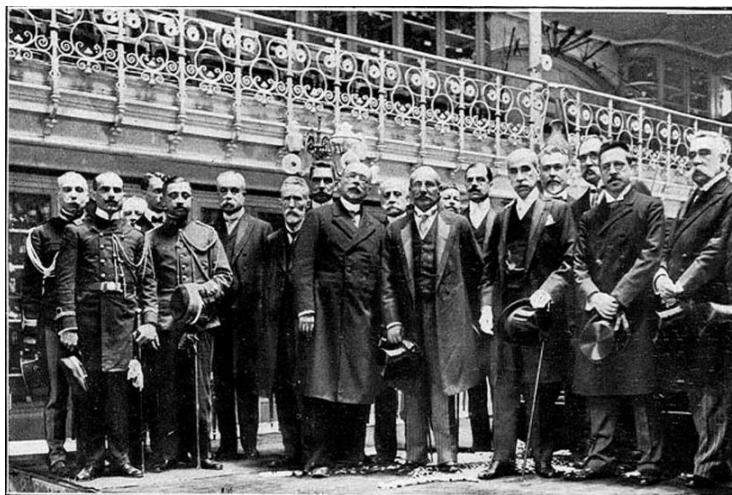


Foto n.º 7

<sup>270</sup> *O Século*, 3 de outubro de 1910.

Na segunda-feira, 3 de outubro, às 11 horas da manhã, Hermes da Fonseca visitou a Sociedade de Geografia (foto n.º 7), sendo recebido pelos corpos gerentes e saudado pelo Vice-Presidente em exercício, Capitão-de-Mar-e-Guerra Almeida de Eça, que lhe ofereceu um exemplar de *Os Lusíadas*, escrito em pergaminho, ricamente encadernado e encerrado numa pasta de veludo com as cores nacionais portuguesas e brasileiras. Aí Hermes da Fonseca, além de presidir a uma vistosa sessão, visitou as diversas salas do edifício, nomeadamente o museu da Sociedade de Geografia.

*O Século* de 4 de outubro acrescenta que, em seguida, Hermes da Fonseca passeou pela Avenida da Liberdade, Avenidas Novas e Campo Grande, “ficando otimamente impressionado com esses modernos bairros da capital”.

Pelas 3 horas da tarde, o Presidente brasileiro recebeu D. Manuel II no couraçado *São Paulo* (foto n.º 8), tendo-lhe mostrado todo o navio, que era na altura um dos mais potentes couraçados construídos pela Inglaterra.

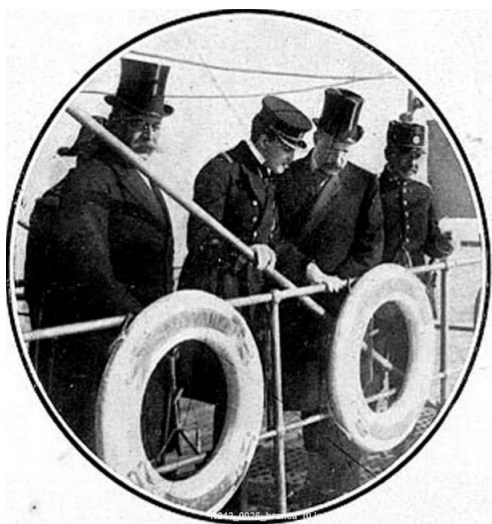


Foto n.º 8

De acordo com a revista *Occidente*, Hermes da Fonseca brindou o Rei com “um delicado copo de água”, o que difere das notícias saídas n’*O Século* que, no dia 1 de outubro, informava na sua primeira página que “a bordo do *S. Paulo* oferecerá [...] o sr. Hermes da Fonseca um banquete ao chefe do Estado”. Todavia no dia 4 não menciona este banquete, mas uma recepção oferecida à colónia brasileira, após a saída do rei, e terminada já noite cerrada, tendo contudo o marechal Hermes desembarcado pouco depois das 17 horas.

Na noite do dia 3, o Presidente eleito do Brasil ofereceu no Palácio de Belém<sup>271</sup> um banquete, para o qual foram convidadas 40 pessoas, tendo estado presentes o Rei, alguns ministros, representantes do Corpo Diplomático, o comandante da Divisão de Lisboa e o das Guardas Municipais<sup>272</sup>.

Quando se dirigia para lá, o Presidente do Governo, Teixeira de Sousa, foi informado de que se preparava a revolução e refere-o nas suas memórias:

Saí para o Paço de Belém, mais para prevenir o rei os ministros e os comandantes do que para jantar. No caminho obtive a certeza de que nessa noite se faria a revolução. Fui informado por um amigo meu, que me esperava, de que para isso estavam prevenindo as *choças e burracas*.<sup>273</sup>

Ao chegar a Belém pelas 19:30h, Teixeira de Sousa informou o Rei, os ministros, os comandantes da divisão e da guarda municipal

<sup>271</sup> O historiador Joaquim Veríssimo Serrão, na sua *História de Portugal*, diz que o banquete foi oferecido pelo Rei no Palácio das Necessidades.

<sup>272</sup> Compareceram os Ministros da Guerra (Raposo Botelho), da Marinha (Marnoco e Sousa), o Comandante de Divisão (General Gorjão), o das Guardas Municipais (Malaquias de Lemos), o de Lanceiros 2 (Alfredo Albuquerque), o Presidente do Conselho (Teixeira de Sousa), Ferreira do Amaral, Campos Henriques, Beirão, Eduardo Vilaça. Não compareceram os ministros da Justiça (Manuel Fratel) e o da Fazenda (Anselmo de Andrade), por doença.

<sup>273</sup> Manuel Teixeira de Sousa, *Para a História da Revolução*, 2.º vol., Porto, Typ. da Emp. Lit. e Typográfica, 1912, p. 241.

sobre o que se passava. O Ministro da Marinha e o Comandante da Guarda Municipal saíram imediatamente, não assistindo ao banquete. No mesmo livro, Teixeira e Sousa afirma:

Eu quis dispensar-me de assistir ao jantar. O Rei viu nisso um motivo de alarme e foi de opinião que eu ficasse. Para haver menos demora, recomendou D. Manuel a Batalha de Freitas, chefe do Protocolo, que suprimisse alguns pratos.<sup>274</sup>

Na reconstituição do banquete segundo o livro publicado por Ernesto Rodrigues<sup>275</sup>, as ausências e as saídas imprevistas teriam deixado muitos lugares vagos na mesa. Triste, o Rei pouco ou quase nada falara, ao contrário de Hermes que proseava, com a afetuosa e habitual alegria, ignorando o que se estava a passar, enquanto, no jardim do palácio, soava a música do *Guarani*, de Carlos Gomes. Às 23:30h, o Rei despede-se e diz ao Marechal não poder dar-lhe uma condecoração, visto o Brasil o não permitir, prometendo enviar-lhe uma lembrança. As duas bandas militares tocaram o hino real, pela última vez. D. Manuel recolheu, então, ao Paço das Necessidades, enquanto seu tio e herdeiro jurado da Coroa, o infante D. Afonso Henriques, seguia para a Cidadela de Cascais, pois o perigo iminente não aconselhava a que estivessem juntos.

Sobre este banquete, *O Século* do dia seguinte apenas noticiou a sua realização, limitando-se a enunciar as personalidades que nele tinham participado.

Para o dia 4 de outubro estavam previstas para a manhã uma visita ao Museu dos Coches e ao Mosteiro dos Jerónimos assim como, à tarde, a visita à Câmara Municipal de Lisboa, seguida, pelas 16 horas, da partida de Hermes da Fonseca para o Brasil. Todavia, estas cerimónias foram canceladas devido à eclosão da rebelião republicana<sup>276</sup>.

<sup>274</sup> Manuel Teixeira Sousa, *op. cit.*.

<sup>275</sup> Ernesto Rodrigues, *5 de Outubro. Uma reconstituição*, Lisboa, Gradiva, 2010, pp. 126-127.

<sup>276</sup> Às 11 horas do dia 4 de outubro, os cruzadores *S. Rafael* e *Adamastor* tomaram



Segundo Veríssimo Serrão, o Presidente brasileiro foi aconselhado a deixar o Palácio de Belém no início da tarde do dia 4 de outubro e a recolher-se ao couraçado *São Paulo*, de onde pôde acompanhar a revolta dos navios *Adamastor*, *São Rafael* e *Dom Carlos*, surtos no Tejo, implicados na conjura republicana. Outras fontes indicam, contudo, que o Presidente se teria retirado para o couraçado *São Paulo* na própria noite do dia 3 de outubro, de onde assistiria à revolução. Na *Ilustração Portuguesa*, diz-se que na noite de segunda para terça, o

Ilustre hóspede embarcou para bordo do S. Paulo, d'onde pôde assistir à revolta do Adamastor e do S. Raphael, que içando pela madrugada a bandeira republicana e, firmando-a com uma salva de 21 tiros, viram a sua saudação à nova bandeira correspondida pelo navio brasileiro de onde o presidente da grande república via surgir para Portugal a aurora d'uma liberdade de há muito desejada e tão valorosa e ousadamente conquistada.<sup>277</sup>

Durante o dia 5 de outubro, Hermes da Fonseca permaneceu no seu navio, onde recebeu todas as garantias do governo provisório quanto ao respeito devido à sua pessoa e aos membros da sua comitiva. Segundo José Relvas, na reunião do dia 3 de outubro, na Rua da Esperança, Afonso Costa estabeleceu o compromisso de extraterritorialidade do barco de guerra brasileiro, ancorado no Tejo, “para em nenhuma circunstância, se afirmar que o momento da revolução fora escolhido, encontrando-se refúgio em território brasileiro”<sup>278</sup>. E, por incumbência de Afonso Costa, José Relvas foi, durante essa tarde, cumprimentar Hermes da Fonseca, acompanhado por Batalha de Freitas, ex-chefe do

posição frente a Alcântara e dispararam 40 granadas sobre o Palácio das Necessidades. Uma atingiu a cornija da Capela, outra conseguiu cortar o mastro onde estava hasteado o pavilhão real, o que deixou o Rei em pânico. Duas horas depois, ele seguiu de automóvel para Mafra, acompanhado pelo conde de Sabugosa, o marquês do Faial e dois criados. O *Adamastor* continuava a bombardear as Necessidades, até que às 15:30h a bandeira verde rubra ali foi defaldada.

<sup>277</sup> *Ilustração Portuguesa* n.º 242.

<sup>278</sup> José Relvas, *Memórias Políticas*, vol. 1, Lisboa, Terra Livre, 1977, p. 112.

Protocolo da Monarquia e já convertido em Chefe do Protocolo da República, para lhe afirmar o respeito do governo provisório<sup>279</sup>.

No dia 6 de outubro<sup>280</sup>, a bordo do São Paulo (foto n.º 9), o Marechal Hermes da Fonseca rumou com destino ao Rio de Janeiro.



Foto n.º 9

Todavia, a partida sofreu alguns atrasos, devido à apresentação de cumprimentos de despedida por parte do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo Provisório, Bernardino Machado, assim descritos n' *O Século* do dia seguinte:

No *Dragão* haviam se dirigido ao *S. Paulo* os srs. drs. Theophilo Braga e Bernardino Machado que se faziam acompanhar dos srs. João Chagas e Batalha Reis [...] onde entre o marechal e os ministros portugueses se trocaram palavras amistosas. O sr. dr. Bernardino Machado declarou que aquela visita não pretendia definir situações, mas que apenas significava uma justa

<sup>279</sup> *Ibidem*, pp. 156-157.

<sup>280</sup> No Portal da Fundação Mário Soares, indica-se contudo que a partida de Hermes da Fonseca se deu a 8 de outubro, tendo-lhe Bernardino Machado apresentado os cumprimentos de despedida.





homenagem ao chefe da nação irmã. O sr. dr. Theophilo Braga falou em seguida, exprimindo a mesma opinião do seu collega dos Estrangeiros.

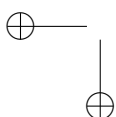
O marechal mostrou-se reconhecido pela forma como os marinheiros brasileiros haviam sido recebidos e, alludindo à transformação política de Portugal, teve para o nosso povo palavras de elogio e admiração. O portuguez, em todas as conjuncturas, é sempre grande, generoso e bom. Depois o sr. Hermes da Fonseca pede informações sobre a saída de Portugal do sr. D. Manuel, ao que o sr. João Chagas responde, narrando o que se passara.<sup>281</sup>

Portanto, o *São Paulo* largou do Tejo no dia 6, levando a seu bordo o Presidente eleito do Brasil que tomaria posse no dia 15 de novembro. A República Portuguesa foi reconhecida pelo Brasil no dia 22 de outubro do mesmo fazendo a Argentina, sendo estes os primeiros países a reconhecê-la.

Como seria de esperar, em função do processo revolucionário em curso em Portugal, da enorme distância que o separa do Brasil e de uma época de comunicação difícil e lenta, as notícias que os brasileiros tiveram sobre o que se passou no país nos dias da estada do Marechal Hermes da Fonseca em Lisboa, foram muito numerosas mas por vezes contraditórias, o mesmo ocorrendo, como já se mostrou, em Portugal.

Em relação ao Brasil, decidimos centrar a análise das repercussões da visita do Presidente eleito do Brasil e da revolução republicana em Portugal no mais importante periódico do Rio Grande do Sul daquela época, o *Correio do Povo*, sobretudo pelo interesse que poderá despertar um universo ainda pouco conhecido e estudado como é o da imprensa gaúcha. Este jornal, fundado em 1895 por Caldas Junior (ainda diretor em 1910), circulou em todo o Estado do Rio Grande do Sul ininterruptamente por quase noventa anos, tendo reiniciado a sua publicação em 1986. Inovador na profissionalização dos jornalistas, pois contava com um quadro próprio, e atento à modernização tecnológica,

<sup>281</sup> *O Século*, 7 de outubro de 1910.



o jornal revolucionou a imprensa sul-riograndense por se destinar a um amplo público e não apenas a uma das duas facções em que se dividia a política estadual, conhecidas pelos nomes de maragatos e chimangos.

Nos dias da visita de Hermes da Fonseca e da revolução republicana em Portugal, páginas e páginas do *Correio do Povo* se encheram de notícias, frequentemente de primeira página, sobre esses dois acontecimentos. Além dos telegramas provenientes do Rio de Janeiro, Lisboa, Madrid, Paris, Londres, Berlim, nele se encontram artigos de fundo sobre a história recente de Portugal, escritos por jornalistas do próprio jornal. Neste caso, está um texto do dia 7 de outubro, assinado por Zeno Silva e intitulado “República Portuguesa”. Sem assinatura, porém, aparece uma série de artigos ainda mais extensos, saídos nos dias 7, 8, 9 e 11 de outubro, com o seguinte cabeçalho: “A República em Portugal. Movimento revolucionário. Antecedentes da luta. O novo governo”. Neles são mencionados não só os acontecimentos relacionados com o processo revolucionário em curso, mas aspectos do passado mais ou menos recente, tais como os gastos excessivos da Monarquia entre 1893 e 1907, a miséria reinante em Lisboa, a campanha eleitoral e os resultados das eleições realizadas em agosto de 1910, os perfis do Rei e do presidente do governo deposto, bem como de diversos chefes republicanos, de ministros e do presidente da república. No dia 8 de outubro, outro longo artigo, também não assinado e intitulado “Dr. Miguel Bombarda. O seu assassinato. Notas diversas”, aborda o assunto em pauta. Deles não trataremos, porque o nosso trabalho centra-se unicamente no ocorrido nos dias da visita de Hermes da Fonseca a Portugal e nos que lhe sucederam de perto.

Confirmam o interesse que a viagem do Presidente eleito despertava no público brasileiro, e talvez ainda mais no do Rio Grande do Sul, Estado em que ele nasceu e ao qual estava profundamente ligado, as diversas notícias que, em cada dia, o *Correio do Povo* dela ia dando. No próprio dia da sua chegada a Portugal, um telegrama proveniente



de Lisboa refere que o Marechal Hermes se teria recusado a falar sobre política durante a viagem que o trouxera até ali e que

Interpelado a respeito de seu futuro governo, respondeu que nada está definitivamente assentado e que tudo resolverá logo após a sua chegada ao Rio, de accôrdo com os amigos que trabalharam pela sua eleição.<sup>282</sup>

Este tipo de interesse desaparecerá do noticiário posterior, inteiramente voltado para os sucessos da visita presidencial e para os acontecimentos relacionados com a instauração da República em Portugal.

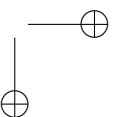
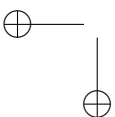
Nos dias 2, 3 e 4 de outubro são referidos com muito pormenor inúmeros aspetos da estada de Hermes da Fonseca em Lisboa e as manifestações de júbilo de que foi objeto. Num telegrama do dia 3 (publicado no *Correio do Povo* do dia seguinte) faz-se uma alentada descrição do almoço que, naquele dia, ele ofereceu ao rei D. Manuel a bordo do couraçado *São Paulo*, a que se seguiu a receção das famílias de brasileiros e a abertura do navio à visitação popular. Esta informação difere de outras divulgadas na imprensa portuguesa e anteriormente referidas.

Na edição do dia 4 do mesmo jornal, menciona-se o adiamento para esse dia da visita de Hermes da Fonseca aos túmulos do rei D. Carlos e do príncipe herdeiro Luís Felipe “Por não haverem ficado promptas as côroas que mandára preparar, o marechal”<sup>283</sup>, a par com a informação sobre o encerramento do comércio “a fim de permitir que os seus empregados assistam ao embarque do marechal Hermes”<sup>284</sup>. Na mesma edição, em telegrama também do dia 4 informa-se outrossim que o Marechal Hermes passeara nesse dia por Lisboa, tendo sido recebido na Câmara Municipal de Lisboa – o que contraria notícias posteriores da anulação desse evento – e que, no regresso ao Palácio de Belém, onde estava instalado, recebera a visita do presidente do Conselho e das Câmaras de Deputados.

<sup>282</sup> *Correio do Povo*, 1 de outubro de 1910.

<sup>283</sup> *Correio do Povo*, 4 de outubro de 1910.

<sup>284</sup> *Ibidem*.





Ignorando provavelmente a eclosão da revolução republicana em Portugal na hora em que saiu a sua edição de 5 de outubro, só na do dia seguinte, o *Correio do Povo* a noticia e o faz com base em numerosos telegramas recebidos do Rio Grande, do Rio de Janeiro e de Paris, entre os quais os abaixo transcritos:

Rio Grande, 5 (pela manhã) – O *Echo do Sul* affixou telegramma, que communica ter rebentado a revolução em Portugal, sendo preso o rei d. Manoel.

Diz o referido telegramma que será proclamada a republica naquelle paiz.

Rio, 5 (pela manhã)

[...] Um radiogramma diz que rebentou a revolução em Portugal; que os navios de guerra surtos no Tejo bombardearam o palácio real e que as forças do Exercito e da Marinha operam em terra, sustentando os revolucionarios.<sup>285</sup>

Entre eles há alguns que deixam alguma dúvida sobre os acontecimentos e a vitória dos revoltosos:

Rio, 5 (á tarde) – O ministro e o cônsul portuguezes não receberam, por enquanto, noticias sobre a revolução em Portugal.

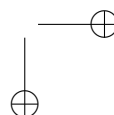
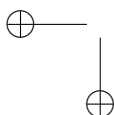
[...]

– O Marquez de Soveral, ministro portuguez junto ao governo inglez, conferenciou, em Londres, com o ministro do Exterior, constando que pediu a este a intervenção da Inglaterra, em favor da monarchia portugueza

Paris, 5 – Confirma-se a noticia de que a Inglaterra enviou para Lisbôa três navios que se achavam ancorados em Plymouth, e dois da esquadra do Gibraltar.

---

<sup>285</sup> *Correio do Povo*, 6 de outubro de 1910.



Suspeita-se que a Inglaterra reivindique os direitos do rei d. Manoel, visto como a aliança entre Portugal e Inglaterra impõe protecção ao throno, em caso de perigo.<sup>286</sup>

Nesse dia e nos seguintes, a notícia sobre a prisão do rei D. Manuel II é várias vezes referida e outras tantas desmentidas, com base em informações veiculadas, sobretudo, pela imprensa estrangeira. E o mesmo acontece com as informações sobre a saída da Família Real de Portugal. Duas delas fazem referência ao seu refúgio no couraçado brasileiro em que viajava o Presidente Hermes da Fonseca, enquanto outras o desmentem.

Paris, 5 (á noite) – Alguns jornaes desta capital noticiam que a legação do Brazil em Paris já teve communição de que o rei d. Manoel se acha recolhido ao couraçado *S. Paulo*.<sup>287</sup>

Londres, 7 (á noite)

[...]

– Affirma-se que, antes de embarcar no hiate *D. Amelia*, d. Manoel esteve refugiado no couraçado brasileiro *S. Paulo*, onde os revolucionarios pretenderam aprisional-o, e que o respectivo commandante, capitão de mar e guerra Pereira e Souza, prohibiu, terminantemente, a entrada de qualquer pessoa naquelle navio, dizendo que elle e o maréchal Hermes eram hospedes de Portugal e da familia real, e, portanto, não podiam associar-se ao movimento.

Accrescenta-se que aquelle commandante recusou tambem a ceder ao pedido, que lhe fôra feito, de desembarcar marinheiros brasileiros para manter a ordem nas ruas de Lisbôa.<sup>288</sup>

<sup>286</sup> *Ibidem*.

<sup>287</sup> *O Correio do Povo*, 6 de outubro de 1910.

<sup>288</sup> *Ibidem*, 8 de outubro de 1910.

Contraditórias são igualmente as notícias sobre os combates, sobre mortos e feridos, sobre prisões de padres e freiras, sobre reações à instauração da República em Portugal por parte da Inglaterra, França, Estados Unidos, Espanha. Por sua vez, notícias dadas de que o navio em que viajava o Presidente brasileiro teria salvado a República portuguesa no próprio momento em que eclodia a luta revolucionária e de que Hermes da Fonseca passeara de automóvel por Lisboa, no dia 6 de outubro na companhia de Teófilo Braga, são pouco depois desmentidas por outros correspondentes do mesmo jornal.

Lisboa, 9

[...]

– Não é exacto que o marechal Hermes houvesse passeado, pelas ruas de Lisboa, em companhia do dr. Teófilo Braga, presidente da República.

É também inexacto que o couraçado brasileiro *S. Paulo*, ancorado no porto de Lisboa, tivesse saudado a bandeira republicana portuguesa.

O que se deu foi o seguinte: ouvindo, pela manhã de 4 do corrente, as salvas dos navios de guerra portugueses, o comandante do *S. Paulo* mandou secundá-las, por supor que o rei D. Manoel andasse pelo Tejo.

Logo depois, porém, reconhecendo o equívoco, mandou sustar as salvas.<sup>289</sup>

Por outro lado, o *Correio do Povo* publica um telegrama enviado de Paris, no dia 7 de outubro, em que se faz referência ao facto de quase todos os jornais daquela capital terem assinalado a coincidência de se achar o Marechal brasileiro em Lisboa quando rebentou a rebelião, fazendo-se outrossim menção à entrevista que o jornalista português Xavier de Carvalho ao *Figaro* na qual ele teria afirmado

<sup>289</sup> *Correio do Povo*, 11 de outubro de 1910.



estar convencido de que a chegada do marechal Hermes a Lisboa e a conseqüente effervescencia popular determinada pelas acclamações ao futuro presidente do Brazil, mais do que o assassinato do dr. Miguel Bombarda, forneceram o pretexto para irromper o movimento revolucionario em Portugal.<sup>290</sup>

No mesmo jornal, mas em telegrama de Londres, com data de 8 de outubro, refere-se opinião semelhante que teria sido expressa por Teófilo Braga em entrevista a um jornalista inglês ao declarar

que a revolução rebentou dois dias antes do marcado para o movimento, havendo sido precipitada pela visita do marechal Hermes, que entusiasmou o povo, e pela morte do dr. Miguel Bombarda, assassinado por um louco, instigado pelos jesuítas.<sup>291</sup>

Outro telegrama de Londres traz a seguinte informação:

Londres, 7 (á noite)

[...]

– Consta, aqui, que a revolução, em Portugal, foi organizada com recursos enviados pelos republicanos portuguezes residentes no Brazil.<sup>292</sup>

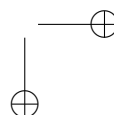
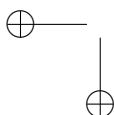
A ligação do Brasil e de portuguezes ali residentes ao movimento republicano de Portugal é questão que pede investigação cuidadosa, por parte dos que se dedicam ao estudo dessas matérias.

Todavia, são fidedignas as indicações a respeito do interesse do Brasil no rápido reconhecimento do novo governo de Portugal, como o revela a seguinte notícia:

<sup>290</sup> *Ibidem*, Porto Alegre, 9 de outubro de 1910.

<sup>291</sup> *Ibidem*, Porto Alegre, 9 de outubro de 1910.

<sup>292</sup> *Ibidem*, 8 de outubro de 1910.



Lisboa, 9 – O ministro do Brasil em Portugal procurou o dr. Bernardino Machado, ministro do Exterior, a quem comunicou haver recebido instruções do seu governo, no sentido de entrar em relações com o governo provisório, em condições idênticas, às do governo dos Estados Unidos, quando, a 19 de Novembro de 1889, autorizou o seu ministro no Rio de Janeiro a entrar em relações com o governo provisório brasileiro.

O ministro do Brasil acrescentou ao dr. Bernardino Machado que o Brasil estará pronto a reconhecer o novo governo, logo que a república seja aceite em todo Portugal, e, mais, que a deliberação do governo brasileiro não importa em reconhecimento oficial, visando apenas os negócios correntes entre os dois países.<sup>293</sup>

E são igualmente autênticas muitas notícias que o *Correio do Povo* traz em dias sucessivos sobre o que se passava, nesse momento, em diversas cidades do Brasil, onde era mais que evidente o interesse da população local pelos acontecimentos de Portugal.

Rio Grande, 5 (pela manhã) – O *Echo do Sul* affixou telegramma, que communica ter rebentado a revolução em Portugal, sendo preso o rei d. Manoel.

Diz o referido telegramma que será proclamada a republica naquelle paiz.

Rio Grande, 5 – Os portuguezes, aqui, procuram saber, nas redacções dos jornaes, noticias dos successos de Portugal.

Rio, 5 (á tarde) – O ministro e o consul portuguezeses não receberam, por enquanto, noticias sobre a revolução em Portugal.

– Á frente dos edificios dos jornaes, acham-se apinhadas grandes massas de povo, avidas de ler os boletins sobre os successos de Portugal.<sup>294</sup>

<sup>293</sup> *Ibidem*, 11 de outubro de 1910.

<sup>294</sup> *Ibidem*, Porto Alegre, 6 de outubro de 1910.





Também são objeto de interesse do jornal as repercussões desses acontecimentos no Brasil

Rio, 6 (á noite) –

[. . .] O conde de Selir, ministro portuguez nesta capital, recebeu communição do dr. Bernardino Machado, ministro do Exterior, da proclamação da republica em Portugal.

[. . .] O conde de Selir, ministro portuguez nesta capital, respondeu nos seguintes termos ao telegramma que lhe dirigira o dr. Bernardino Machado, ministro do Exterior do novo governo:

“Recebi o vosso telegramma, Caso seja certa a implantação da republica em Portugal, eu, não podendo, por ser convictamente monarchico, servir lealmente ao actual regimen, considero-me demissionario. Meu secretario, dr. Faria Machado, apresenta igual pedido de demissão.<sup>295</sup>

– e as manifestações de regozijo pela instauração do regime republicano em Portugal que se sucedem no Brasil são igualmente objeto de atenção do *Correio do Povo*, como demonstram as seguintes matérias:

Rio Grande, 6 – Numerosos grupos de pessoas estacionam, nas redacções dos jornaes, afim de lêr os telegrammas dos ultimos successos de Portugal.

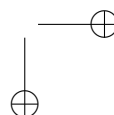
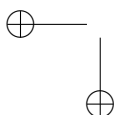
Em varios pontos da cidade, são queimados foguetes.

O dr. Sampaio Garrido, consul geral de Portugal, neste Estado, ainda não recebeu nenhuma communição official.

Rio, 5 – Em sessão de hoje, do conselho municipal, o intendente Pedro Couto propoz um voto de congratulações com Portugal pelo advento da Republica.<sup>296</sup>

<sup>295</sup> *Ibidem*, 7 de outubro de 1910.

<sup>296</sup> *Ibidem*, Porto Alegre, 6 de outubro de 1910.



Rio, 6 – Na sessão de hoje, do Senado, o senador Quintino Bocayuva propoz fosse lançado em acta um voto de congratulação pela proclamação da Republica em Portugal.

Essa proposta foi aprovada unanimemente.

Rio, 7 (á noite) – O Gremio Republicano Portuguez, desta capital, realiso, esta noite, uma manifestação de apreço ao senador Quintino Bocayuva, por haver este proposto, no Senado, uma moção de congratulações aos republicanos portuguezes e por haver, ante-hontem, comparecido à séde daquela associação.

– O senador Lauro Sodré, grão-mestre da maçonaria brasileira, passou telegrammas congratulatorios aos chefes republicanos portuguezes, drs. Theophilo Braga e Magalhães Lima.

– Uma irmã e dois sobrinhos do dr. Miguel Bombarda, aqui residentes, mandam rezar missas, por sua alma, segunda-feira proxima, na igreja do Sacramento.<sup>297</sup>

Acontecimentos de Portugal – Uma comissão de portugueses aqui residentes e composta dos srs. Antonio Marques Guimarães, Eloy Mendes Bagorro e José da Silva Soares, dirigiu, ontem, o seguinte telegrama ao dr. Bernardino Machado, ministro do Exterior do governo provisório de Portugal:

“Republicanos portugueses aqui domiciliados entusiasticamente saúdam pátria amada valoroso governo”.

A referida comissão pede aos portugueses que forem solidários com o telegrama queiram procurar o original do mesmo, para subscrevê-lo, no armazém do sr. João Martins do Rosário, à rua dos Andradas, esquina da do Senhor dos Passos.

– Por não ter sido ainda confirmada a notícia sobre a bandeira adoptada pelo governo provisório de Portugal, não haverá hoje a

<sup>297</sup> *Ibidem*, Porto Alegre, 8 de outubro de 1910.



anunciada reunião dos republicanos portugueses aqui domicilia-  
dos.<sup>298</sup>

Rio, 9 – Em Belém do Pará foi içada no Centro Republicano Por-  
tuguês, daquela cidade brasileira, a bandeira da república portu-  
guesa.

Uma multidão, estacionando em frente ao edifício, deu vivas a  
Portugal e ao Brasil.

E seguida, foi realizada uma passeata pelas ruas daquela cidade,  
executando uma banda de música os hinos português e brasi-  
leiro.<sup>299</sup>

Rio, 11 – Ontem, à noite com grande concorrência, realizou-se  
uma manifestação de regozijo promovida por brasileiros e por-  
tugueses em comemoração ao estabelecimento da república em  
Portugal.

Após um passeio por diversas ruas da cidade, foram os manifes-  
tantes ao palácio do Cattete, onde falou o engenheiro Octávio  
Carneiro, que pediu ao dr. Nilo Peçanha, presidente da Repú-  
blica, o pronto reconhecimento da república portuguesa.

O sr. Teixeira Mendes Sobrinho leu uma mensagem, no mesmo  
sentido.

O dr. Nilo Peçanha, respondendo, disse que o governo está se  
entendendo diplomaticamente com a república portuguesa, e que  
conta que nenhuma nação precederá o Brasil nesse sentido.

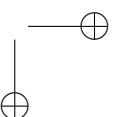
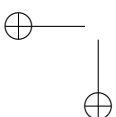
– De regresso do Cattete, os manifestantes contornaram a estátua  
de Pedro Álvares Cabral, ao som da *Marselhesa*.<sup>300</sup>

Pelo que foi dito e demonstrado, é possível concluir não só que a  
instauração da República em Portugal interessou de imediato ao Bra-  
sil e à sua população, especialmente aos emigrantes portugueses, mas

<sup>298</sup> *Ibidem*, Porto Alegre, 8 de outubro de 1910.

<sup>299</sup> *Ibidem*, Porto Alegre, 11 de outubro de 1910.

<sup>300</sup> *Ibidem*, 12 de outubro de 1910.





ainda que o Marechal Hermes da Fonseca é figura histórica na mudança política que acabava de ocorrer em Portugal.

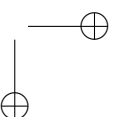
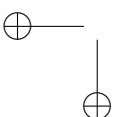
Para encerrar aqui ficam algumas curiosidades apontadas pelo jornal gaúcho que serviu de fonte a este trabalho:

Coincidências curiosas: D. Manoel nasceu no dia em que, proclamando-se a republica no Brasil, seu parente, o imperador d. Pedro II, era deposto pelo marechal Deodoro da Fonseca; e agora é ele apeado do trono português quando se acha em Lisboa, como seu hóspede, o marechal Hermes Fonseca, sobrinho de Deodoro. O Império no Brasil termina no dia seguinte do famoso Baile da Ilha Fiscal a Monarquia Portuguesa após um Banquete oferecido a D. Manuel pelo Marechal Deodoro da Fonseca.<sup>301</sup>

Nota: As fotos reproduzidas neste estudo foram retiradas da *Ilustração Portuguesa* n.º 242, de 10 de outubro de 1910, excepto as que possuem os n.ºs 4, 5 e 9, que pertencem à revista *O Occidente*.

---

<sup>301</sup> *Correio do Povo*, outubro de 1910.





## Bibliografia

### Livros

BREYNER, Thomaz de Melo, *Diário de um Monárquico, 1908-1910*, 2.<sup>a</sup> edição, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2004.

FIGUEIRA, João, *Os Jornais como Actores Políticos*, Coimbra, Minerva Coimbra, 2007.

LEMOS, Mário Matos e, *Jornais Diários Portugueses do Século XX*, Coimbra, Adiadne, CEIS20, 2006.

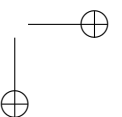
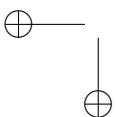
PROENÇA, Maria Cândida, *D. Manuel II*, Casais de Mem Martins/Rio de Mouro, Temas e Debates, 2008.

RELVAS, José, *Memórias Políticas*, Volume I, Lisboa, Terra Livre, 1977.

RODRIGUES, Ernesto, *5 de Outubro. Uma reconstituição*, Lisboa, Gradiva, 2010.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Volume XI, Lisboa, Editorial Verbo, 1989.

SOUSA, Manuel Teixeira, *Para a História da Revolução*, 2.<sup>o</sup> Volume, Porto, Typ da Emp. Lit. e Typográfica, 1912.





TENGARRINHA, José, *História da Imprensa Periódica*, Lisboa, Portugal, 1965.

### **Jornais e Revistas**

*A Capital*, Lisboa, setembro de 1910.

*Correio do Povo*, Porto Alegre, outubro de 1910.

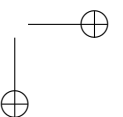
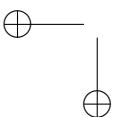
*Diário de Notícias*, Lisboa, outubro de 1910.

*Ilustração Portuguesa*, n.º 242, Lisboa, 10 de outubro de 1910.

*Occidente*, n.ºs 1144 e 1145, Lisboa, 20 de outubro de 1910.

*O Século*, Lisboa, setembro e outubro de 1910.

*Vanguarda*, XX ano n.º 30, Lisboa, 2 de outubro de 1910.





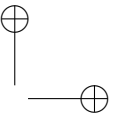
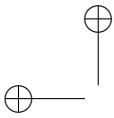
**Luís da Cunha Pinheiro** (27 de outubro de 1975) Licenciado em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL).

Investigador do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CLEPUL), do qual integra a sua direção desde março de 2012, e membro colaborador do Centro de História de Além-Mar (CHAM) da FCSH-UNL.

Foi técnico superior da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), bem como responsável, em colaboração e sob a coordenação do Doutor António Frazão, pelo tratamento arquivístico e pela incorporação do fundo Ernesto Melo Antunes na Direção Geral de Arquivos, colaborou ainda na catalogação do fundo Maria de Lourdes Pintasilgo à guarda da Fundação Cuidar o Futuro e foi secretário-geral do projeto “Enciclopédia Açoriana”.

Dedica-se sobretudo a estudar a presença portuguesa nas ilhas atlânticas. Colaborou em diversos projetos de investigação e participou em diversas obras coletivas.



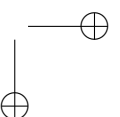
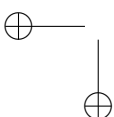


**Maria Manuel Ferreira Marques Amorim Rodrigues** (26 de março de 1947)  
Investigadora do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CLEPUL). Reformada, desde 1998, tendo exercido funções na empresa ITT – Páginas Amarelas entre 1964 e 1995.

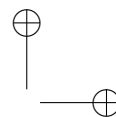
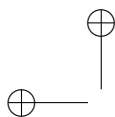
Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1981). Obteve uma pós-graduação em Psicologia Comunitária no ISPA – Instituto de Psicologia Aplicada (1998) e em 2002 concluiu a parte curricular do Mestrado em História e Cultura do Brasil na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Participou nos projetos de investigação “Ecos da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil nos jornais portugueses, 1807-1821” (2007-2008) coordenado pelo Professor Doutor Ernesto Rodrigues do qual resultou a publicação *A Corte Luso-Brasileira no Jornalismo Português (1807-1821)* (Lisboa, 2008, 302 p.) e no “Materias e Colaboradores do *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro, 1851-1932*” (2008-2010) coordenado pela Professora Doutora Vania Pinheiro Chaves.

Participou em diversos colóquios, conferências, cursos livres em Portugal e no Brasil.







**Esta publicação foi financiada por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto “PEst-OE/ELT/UI0077/2011”**

